

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



MESTRADO EM MUSEOLOGIA

DISSERTAÇÃO

*Monchique*

*Identidade e Património: estratégias para o desenvolvimento local*

Patrícia Santos Batista

**ORIENTADOR**

Filipe Manuel Miranda Themudo Barata

Professor associado c/ agregação

ABRIL/2013

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MESTRADO EM MUSEOLOGIA

DISSERTAÇÃO

*Monchique*

*Identidade e Património: estratégias para o desenvolvimento local*

Patrícia Santos Batista

**ORIENTADOR**

Filipe Manuel Miranda Themudo Barata

Professor associado c/ agregação

ABRIL/2013

Aos Monchiquenses

## AGRADECIMENTOS

A concretização de uma dissertação nunca é um trabalho solitário, pelo contrário, são vários os contributos, ajudas, conselhos ou tão-somente inspirações!

Neste sentido cabe-me agora fazer um exercício de memória para agradecer a todos aqueles que de alguma forma me acompanharam e contribuíram para concluir mais uma etapa do meu percurso académico.

Em primeiro lugar quero expressar o meu agradecimento ao meu orientador, o Prof. Doutor Filipe Themudo Barata, por toda a disponibilidade, compreensão e incentivo para a concretização deste estudo.

Ao Prof. Doutor João Carlos Brigola pelo repto lançado para frequentar este mestrado.

Aos meus amigos e colegas Luís Campos Paulo e Sofia Barreto Borges, pelo amparo e estimulante debate de ideias ao longo de todo este percurso.

Ao Rui André, meu caro amigo e autarca de Monchique.

Àqueles que de forma pronta e imediata partilharam as suas dissertações: Lígia Rafael, Arménio Vasconcelos e Isabel Soares.

Ao António Carrilho que possibilitou a pesquisa no Museu de Lagos, sobre as peças provenientes de Monchique.

Ao Dr. António Nabais, pela disponibilidade e interesse demonstrados por este estudo.

À minha família, em particular aos meus pais e meu irmão Rafael Batista. E em especial ao Nuno Quelhas, pelo incondicional apoio e paciência ao longo destes dois anos.

A todos, obrigada!

## **RESUMO**

A partir de uma abordagem territorial, ancorada em conceitos da nova museologia e da ecomuseologia, e recorrendo à comparação com algumas experiências museológicas de reconhecimento nacional e internacional, apresenta-se uma das leituras possíveis do património de Monchique através de um novo olhar sobre o mesmo, no qual o património cultural desempenha um importante contributo para o desenvolvimento local.

A intervenção proposta consiste na criação de um ecomuseu neste território, que contribua para o desenvolvimento integrado da sua comunidade, através do reconhecimento e valorização do seu património. Toda a proposta de acção do ecomuseu centra-se na mediação entre a comunidade e o seu património. O ecomuseu será o reflexo dessas escolhas e tomadas de decisão, enquanto parte integrante do processo social do meio em que se insere.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Identidade, Património, desenvolvimento local, ecomuseu, Monchique.

## **ABSTRACT**

### **Monchique - Identity and Heritage: Strategies for local development**

From a territorial approach, anchored in modern museology and ecomuseology concepts and through comparison both national and international museological experiences, I present one of the possible actions by adopting a new approach and looking at Monchique heritage from a new perspective in which the cultural heritage plays a important role in the development of the local environment.

The proposed intervention consists of the creation of an ecomuseum in the local environment that contributes to the integrated development of the community through recognition and appreciation of their heritage. All of the proposed ecomuseum actions will focus on the interaction between the community and its heritage. The ecomuseum will reflect these choices and decision making, as part of the process of the social environment in which it operates.

#### **KEY-WORDS:**

Identity, Heritage, Local development, ecomuseum, Monchique

## ÍNDICE

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	VI
INTRODUÇÃO	1
<b>I PARTE – OBJECTIVOS, CONTEXTUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO</b>	<b>3</b>
1.1. Objectivos, fontes e métodos	3
1.2. Enquadramento teórico	5
1.2.1. Os conceitos – Património, Museus e Ecomuseologia	5
1.2.2. Experiências Museológicas	18
1.2.3. Território – Paisagem e Paisagem cultural	22
1.2.4. Desenvolvimento Sustentável e Património	25
1.3. Conhecer a região em estudo: um Sul particular	30
1.3.1. O território	32
1.3.2. Perspectivas da Paisagem	36
<b>II PARTE – CASOS DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DO PROJECTO</b>	<b>43</b>
2. Experiências de valorização do território: os casos de estudo	43
2.1. As escolhas	43
2.1.1. Mértola	43
2.1.2. Ecomuseu do Seixal	50
2.1.3. Las Médulas	54
2.2. Reflexão sobre as condições de implementação dos projectos	60
2.3. A avaliação da realização do projecto/ análise SWOT	65
<b>III PARTE – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM MONCHIQUE: O ECOMUSEU DA FÓIA</b>	<b>70</b>
3. Proposta de intervenção	70
3.1. Bases, Princípios e critérios para a construção do projecto	70
3.2. Ecomuseu da Fóia: pluralidade de experiências e unidade de acção	75

3.2.1. Conceito	75
3.2.2. Objectivos	76
3.2.3. Unidades Patrimoniais	76
3.2.4. Organização temática	79
3.2.5. Elementos da paisagem <i>versus</i> centros interpretativos	82
3.2.6. Operacionalização	87
3.3. Parceiros e parcerias	101
3.3.1. O lugar da população local	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
BIBLIOGRAFIA	111
ANEXOS	121

## **ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS**

ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola

APOM – Associação Portuguesa de Museologia

CAM – Campo Arqueológico de Mértola

CMM – Câmara Municipal de Mértola

DRC Alg – Direcção Regional de Cultura o Algarve

EMS – Ecomuseu do Seixal

IMC – Instituto dos Museus e da Conservação

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

PCI – Património Cultural Imaterial

RMA – Rede de Museus do Algarve

RPM – Rede Portuguesa de Museus

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WWF - World Wildlife Fund

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “*Monchique – Identidade e Património: estratégias para o desenvolvimento local*”, integra-se no Mestrado em Museologia, da Universidade de Évora, com a orientação do Professor Doutor Filipe Themudo Barata.

A escolha do tema resultou do desafio lançado pelo orientador em abordar um território e o seu património. Os encantos do território e a história da região onde vivo encarregaram-se de fazer o resto, tendo a escolha recaído sobre Monchique.

Monchique exerce um certo fascínio, é “*uma sucursal do paraíso*”<sup>1</sup>, onde “*do alto desse pico [Fóia] que tenta agredir o céu, o homem sente-se infinitamente pequeno! O seu extasis é profundo ao contemplar as maravilhas da Natureza...*”<sup>2</sup>, trata-se pois de um Sul particular, como teremos a oportunidade de constatar ao longo destas páginas.

A Serra de Monchique e as características que a individualizam no contexto regional, foram o mote para a estruturação de um projecto de valorização patrimonial interpretativa da serra.

Estudar um território não é tarefa fácil, rapidamente se percebeu que um projecto desta natureza necessita de uma abordagem multidisciplinar, dialogante e aberta, pelo que o que aqui se apresenta é apenas uma reflexão, uma possível abordagem, uma tese é isso mesmo, apenas um ponto de vista, um olhar, fundamentado científica e teoricamente.

O trabalho é composto por três partes distintas. A primeira apresenta os objectivos, fontes e metodologias da presente dissertação e um enquadramento teórico dos conceitos de património e museus, bem como do seu significado e apropriação ao longo da história, para melhor demonstrar a vastidão de abrangências e sentidos que estes termos encerram em si, tal como das inúmeras práticas e experiências museológicas que se multiplicam um pouco por todo mundo, na actualidade.

Às funções museológicas tradicionais associam-se agora aspectos que privilegiam a comunicação, os públicos, assim, como a utilidade do museu e do património para os seus detentores, ou seja, as suas comunidades, colocando, deste modo novos desafios e necessidade de adaptação por parte das entidades responsáveis por estas matérias. Esta evolução e dinamismo verificado no mundo da museologia, aqui assumido no sentido lato do termo (e de acordo com a definição de museu do ICOM), reflectem-se ao nível dos instrumentos legais.

Segue-se a apresentação do nosso objecto de estudo: o concelho de Monchique. A sua localização e situação geográfica, as suas especificidades geomorfológicas, aspectos históricos, sociais e económicos. A paisagem constitui um elemento-chave para a interpretação desta unidade territorial, reconhecendo-a como resultado de uma construção cultural cuja gestão integrada se assume como essencial, por forma a responder às necessidades sociais das populações e a um desenvolvimento que se quer sustentável.

O segundo momento do trabalho é dedicado a experiências de valorização do território, com a apresentação dos casos de Mértola; Ecomuseu do Seixal e de Las Médulas. A escolha destes três casos concretos, prendem-se com as afinidades existentes entre estes e o projecto a implementar em Monchique, e ainda por serem experiências já com alguns anos, o

---

<sup>1</sup> In: João de ARRUDA – *Cartas d’um viajor*, 1908, p. 84.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 93.

que nos permite, através da análise dos seus respectivos percursos, identificar os pontos mais fracos e aqueles que fizeram destes, casos de sucesso.

Embora se tratem de realidades distintas, quer do ponto de vista museológico, quer dos territórios onde se inserem, partilham vários denominadores comuns entre si, o que sugere alguma coerência na sua escolha, e que contribui para a avaliação da realização do nosso projecto, com a elaboração de uma análise SWOT do mesmo.

A terceira e última parte trata da proposta de intervenção, propriamente dita, com definição das bases, princípios e critérios para a construção do projecto do Ecomuseu da Fóia. Descreve-se ainda o tecido museológico pré-existente na região algarvia, bem como as dinâmicas e parcerias já activadas, sublinhando o contributo do ecomuseu para a diferenciação e qualificação do contexto museológico regional.

Mas afinal no que consiste o Ecomuseu da Fóia? O seu conceito assume-se como uma pluralidade de experiências e unidade de acção. A sua designação radica-se no “*land mark*” mais significativo deste território, a Fóia, que é assim descrita no Guia de Portugal de 1927<sup>3</sup>: “... *ponto culminante de todo o Algarve (...). A um lado vai da ria de Faro até o cabo S. Vicente, do outro da superfície encrespada das colinas e peneplanos do Alentejo à serrania da Arrábida. É metade de Portugal vista a uma luz vivíssima e pura...*”. A partir deste ponto, o convite é fazer um “zoom” ao restante território que compõe e individualiza esta serra.

A estrutura descentralizada do ecomuseu assenta em Centros de Interpretação, que decorre do seu elemento primordial de exploração: a paisagem. Desta derivam todas as acções e transformações levadas a cabo pela ocupação do homem neste território. Marcas de rupturas e de continuidade, que determinaram, não só um modo de vida, como também uma identidade e cultura próprias, daí a importância em garantir a circulação e o contacto directo com o património.

Em termos de operacionalização, o projecto será faseado, sendo construído ao longo do tempo, devendo iniciar-se com a criação de um plano de educação patrimonial com a comunidade, que abordará, primeiramente o Património Cultural Imaterial, sobretudo devido à necessidade de resgatar a uma população envelhecida, as suas memórias e por implicar um reduzido investimento de capital.

No que concerne aos métodos de trabalho a desenvolver pelo ecomuseu, dadas as suas características arreigadas no território e numa relação de proximidade e cumplicidade com a população local e demais instituições actantes na sua esfera de acção, as parcerias e o trabalho em rede são a metodologia a adoptar. Destacando, a autarquia local como um dos principais parceiros.

O olhar do museólogo sobre esta realidade, com as suas limitações inerentes à sua própria bagagem cultural e até sensibilidade, terá sempre um cunho pessoal, íntimo e que se tenta atenuar através do recurso à teorização e evidências científicas, porém, e certamente por defeito de formação, cremos que o conhecimento histórico, continua a dar sentido ao presente e ao tempo futuro, no entanto, a nossa função neste âmbito é tão-somente a de servir de mediador entre Monchique e os detentores e geradores do património, isto é a comunidade.

---

<sup>3</sup> *Guia de Portugal II, Estremadura, Alentejo, Algarve* - Apresentação de SANT'ANNA DIONÍSIO, Texto que reproduz na íntegra a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 296.

## I PARTE – OBJECTIVOS, CONTEXTUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

### 1.1. Objectivos, fontes e métodos

A elaboração da presente dissertação tem como principal objectivo contribuir para um melhor conhecimento de Monchique e dos seus valores patrimoniais, aferir da viabilidade da criação de uma unidade interpretativa deste território, através do estudo e da confrontação das várias teorias e práticas experimentadas nos últimos anos no campo da ecomuseologia.

Para o efeito levou-se a cabo um trabalho de investigação rigoroso, complementado por um trabalho de campo, que implicou várias deslocações ao concelho de Monchique para o registo fotográfico e confirmação de alguns aspectos referidos nas fontes acedidas.

As propostas aqui vertidas representam leituras e interpretações da realidade objecto de estudo em confronto constante com leituras, troca de opiniões e discussões tidas no decorrer da sua elaboração, estas últimas facilitadas pela nossa actividade profissional, ligada a um museu municipal e que propícia o contacto e partilha com vários profissionais destas áreas.

Todas as escolhas e opções tomadas partiram de uma premissa que se considera fundamental para qualquer tipo de projecto desta natureza, a sua exequibilidade, que passa, em nosso entender por algum sentido prático e noção da realidade do campo de actuação. Todo o trabalho se pautou por uma procura da integração de diferentes pontos de vista sobre teorias e práticas museológicas, reflexão e questionamento acerca das várias realidades, o ler nas entrelinhas, o ir aos locais que nos serviram de comparação, na qualidade de visitante, e de investigador.

O envolvimento com o objecto de estudo, que se reflecte no maior ou menor entusiasmo e motivação, fazem-nos perceber que ao longo do processo de trabalho se corre o risco de cair em alguma subjectividade de análise e de observação, pelo que garantir a imparcialidade foi sempre uma preocupação, que se fez a partir da expressão fundamentada das nossas conclusões.

A metodologia adoptada caracterizou-se, desde início por duas abordagens distintas, por um lado a pesquisa e investigação documental e bibliográfica; por outra os levantamentos efectuados no terreno. Em termos de trabalho de arquivo, este decorreu no Arquivo Distrital de Faro e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No início as leituras incidiram, essencialmente sobre obras genéricas, constituindo a obra *Subsídios para a Monografia de Monchique*, Algarve em Foco Editora, da autoria de José António Guerreiro GASCON, um ponto de partida para um aprofundamento da realidade histórica de Monchique, conscientes das limitações<sup>4</sup> de uma obra escrita na primeira metade do século XX, ainda imbuída de um espírito muito monográfico e factual característico do século precedente.

Esta obra guiou-nos na história de Monchique, mas também depois no trabalho no terreno, com a confrontação de dados, elementos e património descrito (o que ainda se mantém e existe, ou que foi destruído).

Apesar dos inúmeros trabalhos e artigos do historiador local José Rosa Sampaio sobre Monchique, apercebemo-nos da ausência de uma verdadeira história daquele local, que, na

---

<sup>4</sup> Sempre que possível verificou-se a fonte referida pelo autor.

nossa opinião deve basear-se em estudo de arquivo, mas sobretudo em resultados arqueológicos, pelo que seria necessário retomar os trabalhos de campo<sup>5</sup> (prospecção e escavação) iniciados nos princípios da centúria passada.

Considera-se de suma importância para o conhecimento daquele território uma actualização dos dados das campanhas do início do século XX, bem como a revisão de alguma bibliografia.

Algumas obras mais descritivas, grande parte delas literatura de viagem, também elas balizadas entre finais do século XIX e inícios de século XX, fornecem verdadeiras pérolas para a reconstituição da paisagem monchiquenses, pois os pormenores abundam, e que nos permitem identificar as permanências e as rupturas ocorridas ao longo, grosso modo, do último século, como no caso das seguintes obras:

- MENDES, Adelino – *O Algarve e Setúbal – Terras de Portugal*, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1916, Lisboa, pp. 25-36
- PINTO, Júlio Lourenço – *O Algarve – Notas impressionistas*, Livraria Portuense, Porto, 1894, pp. 125-172.

Do ponto de vista técnico efectuaram-se algumas leituras de obras gerais de referência e de alguns artigos que serviram de base para a reflexão sobre a realidade museológica contemporânea, conceitos e sua aplicação prática, experiências importantes para as propostas de musealização que iremos abordar.

De referir, ainda a importância da internet na pesquisa e consulta de muitos documentos, sobretudo no que respeita a instituições como o ICOM, APOM, a Universidade Lusófona através dos Cadernos de Sociomuseologia<sup>6</sup>...

Quanto às fontes sabe-se que o documento mais antigo relativo a Monchique data de 22 de Agosto de 1486, trata-se de um documento da Chancelaria de D. João II, sobre a doação deste monarca de terreno (“Chão na serra”) como baldio à população de Monchique.

As Memórias Paroquiais de 1758, constituem uma fonte importante, uma vez que há a preocupação em caracterizar previamente a freguesia em causa. Como à data da realização destas inquirições às paróquias Monchique ainda pertencia a Silves encontramos as seguintes freguesias que importam para o nosso estudo: Monchique; Alferce e Marmeleite, que são as actuais freguesias do concelho de Monchique. Surge ainda a freguesia de Nossa Senhora do Verde, entretanto extinta, e cujo território foi integrado quer no concelho de Monchique, quer no de Portimão; existindo, ainda hoje a Igreja de Nossa Senhora do Verde neste último, na actual freguesia de Mexilhoeira Grande, em avançado estado de ruína.

Consultámos o Livro de Contas dos Rendimentos dos Foros das Caldas de Monchique; o Livro Cópia dos Relatórios dos Directores das Caldas de Monchique de 1883. Estes livros contêm informações relevantes sobre a zona das Caldas, uma vez que no relatório anual, o director (cargo então desempenhado por um médico) elenca as necessidades de obras, as obras feitas, o estado e condição dos acessos para as termas, a proveniência dos banhistas, a arborização de terrenos incultos, entre outras tarefas necessárias decorrentes do funcionamento do estabelecimento termal.

<sup>5</sup> Para além do processo de classificação do *Castelo do Alferce*, que está a decorrer (segundo informação confirmada pela DRC Alg), não se *reconhece* nenhum outro sítio arqueológico no concelho.

<sup>6</sup> <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>

São várias as fontes já publicadas sobre o Algarve e onde existem referências a Monchique:

- Duas Descrições do Algarve do Século XVI (Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero de Magalhães) Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983;
- LOPES, João Baptista da Silva - *Corografia; ou, Memoria economica, estadistica, e topografica do Reino do Algarve (1841)*, 1.º Volume, Algarve em Foco Editora, Faro, s/d;
- BONNET, Charles; MESQUITA, José Carlos (estudo introd.); VIEGAS, Maria Armanda T. Ramalho (trad., actualiz. e notas) - *Memória sobre o Reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Tradução da ed. de Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1850;
- *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, de Pinho LEAL- Volume Quinto, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1875.
- ARRUDA, João - *Cartas d'um viajor*, 1908.

## 1.2. Enquadramento teórico

### 1.2.1. Os conceitos – Património, Museus e Ecomuseologia

A palavra património deriva do latim “*patrimonium*” e significa: herança paterna, bens que se herdaram dos pais ou avós. Também o património cultural representa uma herança, um legado histórico, cultural e artístico que contribuí para a definição de uma identidade, que passa de geração em geração; ou em síntese: trata-se de um conjunto de valores e manifestações representativas da identidade cultural de um povo, legadas pelos seus antepassados.

O termo património hoje integra: património histórico, património cultural e património natural – este é uma construção cultural, e como tal sujeita a transformações em função das circunstâncias históricas e sociais<sup>7</sup>, quer isto dizer que o sentido deste conceito tem sofrido alterações ao longo do tempo, assim como tem significados distintos para culturas diferentes. Actualmente o seu uso é plural, integrando manifestações materiais (conjuntos arquitectónicos, unidades industriais, engenhos de moagem, bens arqueológicos, ...), imateriais como sejam expressões artísticas, linguísticas, gastronómicas, usos e costumes... e naturais, porém, nem sempre foi assim, tanto que Françoise Choay, na sua *Alegoria do Património* o considera um termo “nómada”: “*Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genético,*

---

<sup>7</sup> Josep Ballart HERNÁNDEZ e Jordi Juan i TRESSERRAS – *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2010, p. 11.

*natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório.”<sup>8</sup>*

Conceito nómada devido à sua constante redefinição e significância, enquanto termo que reflecte uma construção cultural e social e como tal mutável e adaptável ao contexto onde se insere ou ao qual se reporta. Nas últimas décadas o conceito de ‘Património Cultural’ viu o seu campo de acção expandir-se, como acabámos de referir.

A noção de ‘Património Cultural’, no sentido de recuperação ou preservação de testemunhos do passado, surge associada ao Renascimento (séc. XV-XVI), uma vez que este movimento cultural se caracteriza, precisamente por uma recuperação e salvaguarda dos vestígios da Antiguidade Clássica. Os objectos, os bens materiais são documentos e ao mesmo tempo permitem recriar e interpretar a cultura clássica.

Com a revolução francesa o património ganha uma nova dimensão. Surge como Património Nacional, representativo da história e do passado de uma nação, bens que se devem preservar e proteger, pois são considerados colectivos, públicos e nacionais, sendo que o valor mais importante neste âmbito é o nacional, o património passa a representar um valor nacional, que legitima um novo poder político e que desempenha um papel educativo e civilizacional.

Apesar desta noção inédita de ‘Património Nacional’, verifica-se uma enorme preocupação em proteger o ‘monumento’, enquanto *“construção ou obra de escultura destinada a perpetuar a memória de um facto ou de alguma personagem notável; edifício majestoso; obra digna de passar à posteridade”<sup>9</sup>*, descurando todas as restantes manifestações patrimoniais, é a supremacia do monumento.

O reconhecimento do monumento como património cultural e testemunho do passado de uma nação impõe-se como algo a preservar, face às ameaças inerentes à passagem do tempo, incúria humana, ou devido a guerras; travar a sua destruição é uma preocupação dos governos, desde o século XVIII até aos nossos dias.

Em Portugal, D. João V, em 1720, incumbiu a Academia Real da História a tarefa de *“providenciar sobre a conservação dos monumentos”*. É neste contexto que é criado o primeiro instrumento legal de protecção do património, o Alvará de 20 de Agosto de 1721: *“(...) Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, [antigos] ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipos (...) lâminas ou chapas (...) medalhas ou moedas”<sup>10</sup>*.

A preocupação da conservação dos monumentos foi de facto uma matéria muito debatida, inclusivamente a nível internacional, de onde resultou, em 1931, a redacção da ‘Carta de Atenas’, documento sobre os princípios orientadores do restauro de monumentos, enfatizando a importância da sua manutenção, numa aposta na conservação preventiva (conceito inovador à época), através de uma acção concertada e interdisciplinar envolvendo os vários profissionais ligados ao património cultural (conservadores, arquitectos, químicos).

O cerne desta carta eram apenas os ‘monumentos’, entendidos como obras arquitectónicas representativas do passado, deixando de fora todos os outros elementos culturais que agora integram o conceito de Património Cultural, porém é expressa uma

<sup>8</sup> In: Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*, Edições 70, 2006, p.11.

<sup>9</sup> Definição da palavra ‘Monumento’ in: *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora.

<sup>10</sup> In: *Decreto Régio de D. João V (1721)*

preocupação com aquilo a que hoje, apelidaríamos de educação patrimonial, reconhecendo então a importância da instrução e da informação para a salvaguarda do património, se as populações sentirem o património como seu, como parte integrante da sua identidade, serão as primeiras a defendê-lo, ideia extremamente moderna e actual:

*“b) O papel da educação no respeito pelos monumentos*

*A Conferência está profundamente convicta de que a melhor garantia de conservação dos monumentos e obras artísticas vem do respeito e do empenhamento dos próprios povos e, considerando que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma acção apropriada dos poderes públicos, faz votos para que os educadores habituem a infância e a juventude a abster-se de degradar os monumentos quaisquer que sejam, e lhes transmitam o interesse, de uma maneira geral, pela protecção dos testemunhos de todas as civilizações.”<sup>11</sup>*

Referimos a Carta de Atenas por esta ter sido o primeiro documento internacional do género, fruto da preocupação de profissionais com responsabilidades na área patrimonial, que teve como objectivo enunciar as boas práticas relativas ao restauro (conservação) dos monumentos, que deveria ser seguida pelos diversos países. Esta práxis será a partir de então adoptada na comunidade internacional, conduzida pelos organismos internacionais competentes, segundo as áreas, com particular destaque para a acção da UNESCO, a partir da sua criação 1954; do Conselho da Europa (criado em 1949) e do ICOMOS (fundado em 1965).

As preocupações com a protecção e valorização do património cultural, contudo, não se limitam às questões ligadas ao restauro dos monumentos, a classificação e a inventariação de bens patrimoniais constituem importantes instrumentos nesta matéria, cujo enquadramento legal, actualmente é estabelecido pela Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que define as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, no seu artigo 16.º: “1 — A protecção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação.” O artigo 18.º da referida lei define a classificação como: “... o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.”

Esta legislação tem sido alvo de constantes actualizações, decorrentes da evolução dos conceitos e das disposições legais internacionais. O Decreto-Lei 309/ 2009, de 23 de Outubro, por exemplo decreta o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime das zonas de protecção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda, com vista a promover “... a compatibilização da protecção do património cultural com o ordenamento do território e o desenvolvimento sustentável das comunidades, tendo em conta a recente evolução do direito do ordenamento do território, da urbanização e da edificação e da reabilitação urbana”, reflectindo deste modo a consciencialização do legislador de que o património cultural inscreve-se num território, e que a sua classificação tem uma implicação efectiva no ordenamento desse mesmo território, assim como da qualidade de vida e viabilidade económica das pessoas que aí vivem.

A classificação do património não pode ser encarada como um entrave ao progresso, como por vezes é considerada, esta tem que constituir uma mais-valia para a zona onde se insere e para as comunidades locais, fomentando o seu desenvolvimento sustentável.

---

<sup>11</sup> In: *Carta de Atenas*, 1931, “VII- A conservação dos monumentos e a colaboração internacional”.

Nem todo o património pertence à mesma categoria, nem tem o mesmo valor, pelo que as categorias e as graduações também são expressas no Decreto-Lei supramencionado. Quanto às categorias estão previstas as seguintes, relativas a bens imóveis: monumento, conjunto ou sítio, respeitando as categorias definidas no direito internacional<sup>12</sup>. No que à graduação do interesse diz respeito esta pode ser: de interesse nacional<sup>13</sup>, de interesse público ou de interesse municipal. O de interesse nacional, e como a própria designação indica é o mais expressivo, de acordo com a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, n.º 5, art.º 15º: *“Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.”*

Em contexto internacional a inclusão de bens na Lista da UNESCO, como Património Mundial, representa o reconhecimento máximo do valor patrimonial que se pretende proteger, que terá que traduzir um valor excepcional em absoluto, ou seja à escala ecuménica. As categorias e os critérios de selecção para a inclusão na Lista do Património Mundial foram fixados *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972* e nas *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*, estas orientações visam facilitar a operacionalização dos conceitos consagrados na Convenção e são revistas e alvo de actualização periodicamente.

Em termos de categorias a referida convenção apresenta duas distintas, a de ‘Património Cultural’ (artigo 1.º) e a de ‘Património Natural’ (artigo 2.º). A inclusão na lista do Património Cultural de um bem patrimonial deve contemplar, pelo menos um dos seguintes critérios definidos pelo Comité:

1. Representar uma obra-prima do génio criativo humano;
2. Demonstrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou numa área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitectura ou tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou do desenho de paisagem;
3. Mostrar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;
4. Ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitectónico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana;
5. Ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna(am) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível;
6. Estar directa ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal;
7. Conter fenómenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância

---

<sup>12</sup> N.º 1, art.º 2.º do Decreto-Lei 309/ 2009, de 23 de Outubro.

<sup>13</sup> De referir que a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, prevê a classificação, quer de bens móveis como de imóveis. *“Os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional»”* - n.º 3, art.º 15.º da referida lei.

8. Ser um exemplo excepcional representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes;
9. Ser um exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais;
10. Conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Portugal subscreveu esta Convenção em 1979, de acordo com Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho e conta já com alguns bens na lista de Património Mundial. A manutenção na lista é avaliada constantemente pela UNESCO, podendo o património em causa ser retirado caso se verifique a sua descaracterização, desaparecimento, ou outra situação que faça com que o critério que levou ao seu reconhecimento desapareça.

O reconhecimento e a inclusão na lista de Património da Humanidade, de acordo com o texto da Convenção, atrás mencionada, prende-se com o reforço das competências e investigação; sensibilização e envolvimento dos cidadãos na preservação do património cultural e natural e valorizar a função do Património Mundial na vida das comunidades; ou seja, a classificação do património deve ser motor de desenvolvimento.

Centrando-nos, uma vez mais no caso português, outra forma de protecção do património cultural, consagrada na Lei Base do Património é a inventariação. Inventariar é o acto de proceder ao *“levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação”*<sup>14</sup>.

Esta figura legal de protecção do património cultural assume particular importância no âmbito do Património Cultural Imaterial (PCI), uma vez que para esta categoria a única forma de protecção prevista é a inventariação.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de Outubro de 2003 é aprovada pelo estado Português em 2008 através da Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de Janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março.

O objectivo primordial desta convenção é *“... a salvaguarda do património cultural imaterial”*<sup>15</sup>, sendo que PCI é, de acordo com o expresso no seu artigo segundo:

- 1) *“... as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo -lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse*

<sup>14</sup> N.º1, art.º 19.º, Lei n.º 107/ 2001, de 8 de Setembro.

<sup>15</sup> Alínea a), art.º 1.º, da *Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.

*modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Para os efeitos da presente Convenção, tomar-se-á em consideração apenas o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos do homem, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável;”*

No n.º 2, do art.º 2.º, e dada a diversidade de manifestações que cabem dentro da definição de PCI acima citada, são clarificados os seus domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;*
- b) Artes do espectáculo;*
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;*
- d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo;*
- e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.*

O Decreto-Lei 139/2009, de 15 de Junho, que *estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial*, vem harmonizar o disposto na Convenção de Salvaguarda do PCI, com a legislação nacional sobre esta matéria, entenda-se a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, uma vez que esta já então prevê a salvaguarda do PCI, no artigo 91.º do referido diploma consta:

*“1 — Para efeitos da presente lei, integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas.”*

No n.º2 do mesmo artigo dá-se particular importância à tradição oral enquanto veículo de transmissão fundamental, nos restantes números são referidos os bens matérias associados à imaterialidade e na ausência de qualquer objecto a importância da recolha e do registo. No artigo seguinte são definidas as entidades com atribuições na matéria: o Estado, Regiões Autónomas e Autarquias. Apesar da contemplação do património imaterial nesta legislação, verifica-se uma orientação para o tratamento deste tipo de bens, muito próxima da etnografia ou antropologia.

Confrontando as duas definições transcritas, a da convenção da UNESCO e da Lei Base do Património Cultural nacional, verifica-se, em primeiro lugar uma definição de ‘património cultural imaterial’ na convenção, algo que não se verifica na nossa legislação de 2001, pois utiliza a designação de “bens imateriais”. Por outro lado a abordagem da UNESCO é mais ampla, explicitando todos os domínios que contemplam o PCI, daí que se justifique a sua adopção, para conciliar a legislação existente com o direito internacional, como exposto.

Em Portugal a legislação atribuiu competências em matéria da salvaguarda do PCI aos museus, compete ao Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) nos *“...termos dos seus diplomas orgânicos, o organismo da Secretaria de Estado da Cultura ao qual se encontra cometida a missão de desenvolver e executar a política cultural nacional no domínio do Património Cultural Imaterial, designadamente através da promoção do respectivo estudo,*

*preservação, conservação, valorização e divulgação, bem como da definição e difusão dos normativos, metodologias e procedimentos relativos às diversas componentes da sua salvaguarda. É também ao IMC que compete a coordenação, a nível nacional, das diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da salvaguarda deste domínio.”<sup>16</sup>*

Neste sentido, e dando cumprimento às suas atribuições o IMC, através do seu Departamento de Património Imaterial, aplicou, em 2010, um inquérito aos municípios com o fim de aferir as suas práticas sobre esta temática, cujo objectivo final seria a realização de um diagnóstico nacional sobre o PCI, constituindo, em simultâneo numa forma de identificar fundos documentais considerados de grande importância para a documentação de manifestações do PCI em Portugal.

A publicação da Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do PCI e as respectivas normas de preenchimento da ficha de inventário. Como atrás foi dito, o inventário é a única forma de protecção legal do PCI, constituindo a sua expressão máxima a introdução no Inventário Nacional.

O Inventário Nacional é preenchido numa plataforma electrónica disponibilizada pelo IMC para o efeito, *MatrizPCI*, esta permite ainda o acesso a uma série de documentação, publicações, notícias e aos bens inventariados, actualmente apenas se encontra neste inventário nacional um bem patrimonial a Capeia Arraiana, no domínio das práticas sociais, rituais e eventos festivos.

A atribuição de responsabilidades aos museus no âmbito da salvaguarda do PCI, faz-nos reflectir sobre o papel central que o objecto, o material desempenhou na história e evolução desta instituição ao longo do tempo.

O museu foi a entidade, historicamente, ligada ao objecto, ao material como prova documental do tempo ido e agora, numa mudança de paradigma que se tem vindo a esboçar, sobretudo ao longo do último século, assume expressamente o desafio do imaterial, com todas as limitações que daí podem advir.

Estará o museu preparado para assumir este novo projecto? Quais as necessidades daí decorrentes, em termos de recursos humanos, de formação específica, meios financeiros? Que necessidades de adaptação, metodologias, poderão daqui resultar? Talvez ainda seja demasiado cedo para conseguirmos perceber as consequências desta mudança de enfoque no mundo dos museus, será necessário um certo distanciamento e alguns resultados para se proceder a uma análise. Será esta uma nova etapa da história da museologia?

Num exercício de abstracção, será que podemos dizer que o museu se tem vindo a desmaterializar? Apontamos então quatro grandes grupos orientadores nesse percurso de “desmaterialização” do museu:

- 1) O museu – objecto, onde as colecções, os objectos, os bens materiais são cruciais, são condição *sine qua non* para a criação de um museu;
- 2) O museu – ideia que valoriza a interpretação, joga com as representações simbólicas, conta histórias para além dos objectos;
- 3) O “museu integral”, definição saída da mesa redonda de Santiago (1972), que toca com o conceito de museu – território – é o momento em que o museu é mais do que uma colecção, é mais do que um edifício, extravasa-o abrindo-se ao meio, à

---

<sup>16</sup> In: [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/patrimonio\\_imaterial/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/patrimonio_imaterial/ContentDetail.aspx)

envolvente, valorizando o território onde se insere e as pessoas, ganhando uma componente social onde a dimensão educacional é preponderante, nesta categoria inseríamos ainda o termo “ecomuseu”, apesar das suas especificidades, como teremos oportunidade de evidenciar mais à frente;

- 4) O museu hoje, na actualidade, o museu que começou, verdadeiramente a debruçar-se sobre o PCI, o museu para além do material, este pode ser mais um momento marcante na no seu percurso de instituição viva e em constante mudança.

Pese embora esta categorização baseada em grandes conceptualizações museológicas, saliente-se que os museus, aliás, como a generalidade das temáticas, não são realidades estanques, pelo que não podemos propor estas quatro categorias na esperança de “encaixar” cada entidade museológica numa delas, não, todos estes conceitos convivem uns com os outros, sobretudo na actualidade, estamos, tão-somente a reflectir uma possível linha evolutiva, em termos conceptuais, que em nosso entender decorrem de grandes tendências e grandes momentos da história do museu enquanto instituição.

A valorização de objectos, bens materiais e a sua consequente preservação, ou seja o guardar, coleccionar “... *objectos – aos quais é retirado valor de uso e atribuído, em contrapartida, valor simbólico*”<sup>17</sup>, são impulsos presentes desde os tempos mais antigos, embora num sentido distinto daquele que se começou a esboçar no Renascimento (séc. XV). Há autores que defendem que o ser humano desde o Paleolítico tem uma apetência para o coleccionismo, isto é, o guardar objectos. O coleccionismo não foi apanágio só do passado, ainda hoje há coleccionadores, porém convém, desde já distinguir o acto de coleccionar, da constituição das grandes colecções que estarão na origem dos primeiros museus públicos. Coleccionar prende-se com o acto de sentir-se atraído por determinado objecto mais numa perspectiva estética, por achá-lo belo, ou interessante, ou valioso, numa visão mais pessoal, numa óptica de coleccionador, sem uma dimensão histórica, sem a espessura temporal que os bens irão ganhar no Renascimento, uma vez que são os testemunhos materiais do passado clássico que estes (renascentistas) valorizam, há pois uma consciência histórica de uma civilização passada.

Do ponto de vista etimológico a palavra museu deriva do grego “*mousein*”, templo das musas, embora o nosso museu venha do “*museum*” latino.

Para os gregos a arte era parte integrante da formação do indivíduo, pelo que se constituíram importantes colecções de arte, intimamente ligadas à questão estética e não com uma dimensão temporal ou histórica, cujo objectivo era o de contemplação das obras artísticas, que por sua vez eram resultado da inspiração das Musas<sup>18</sup>.

Os romanos herdaram dos gregos o culto pela arte, coleccionando obras de artistas gregos. Tratavam-se de coleccionadores privados, pelo que rapidamente esta actividade ganhou contornos comerciais, com a compra e venda de obras de arte. No entanto, com os romanos o coleccionismo atinge novas proporções através do culto público dos troféus conquistados, dos despojos de guerra, constituído pelas riquezas dos territórios tomados. No

---

<sup>17</sup> João Carlos BRIGOLA - “Perspectiva histórica da evolução do conceito de Museu em Portugal. Breve história da legislação sobre política museológica em Portugal”, *Lugar em Aberto*. Revista da APOM, n.º1, Outubro, 2003, pp.32-45.

<sup>18</sup> As Musas eram divindades gregas, filhas de Zeus, o principal deus grego, que protegiam as artes e as ciências.

fundo esta dimensão pública dos bens inseria-se numa lógica imperialista mais ampla funcionando, igualmente como forma de justificar o poder imperial.

Não obstante a formação de colecções de objectos considerados valiosos de algum modo, é de acrescentar que para além das colecções privadas, irão constituir-se também importantes colecções de cariz espiritual, ou seja de objectos cerimoniais e religiosos. Com a queda do Império Romano do Ocidente a Igreja Católica irá assumir esse papel unificador, e fá-lo também culturalmente. Esta irá reunir importantes colecções, os chamados Tesouros; assim como uma importante colecção que hoje constitui os Museus do Vaticano.

O museu no sentido moderno do termo apenas surge, como atrás referido, na segunda metade do século XV, para designar a colecção de códices e curiosidades de Cósimo de Médicis,<sup>19</sup> numa acepção do termo, completamente, diferente do utilizado na Antiguidade Clássica, quando era utilizado para se reportar a um centro de saber geral, o “Templo das Musas”.

Ao longo do século XVI e XVII formam-se grandes colecções: os Tesouros da Igreja, os Gabinetes de Curiosidades de nobres ou burgueses enriquecidos, ou colecções reais das monarquias emergentes. O coleccionismo é então símbolo de poder e ostentação. As colecções têm um forte pendor privado, embora alguns coleccionadores, permitissem algumas visitas.

O século XVIII representa um marco na viragem da concepção do coleccionismo, inspirado pelo racionalismo e na importância do saber enciclopédico, apanágio desta centúria, as colecções passam a ser encaradas como um instrumento didáctico, o museu torna-se numa aula de história, assistindo-se, a uma especialização gradual das colecções.

Ainda durante o século XVIII, surge o primeiro museu público, em França, no contexto revolucionário, o Museu do Louvre, ligado aos ideais nacionais, tal como o conceito de património, mencionado anteriormente, que ganha um carácter público e de âmbito nacional, desvinculando-se dos precedentes Gabinetes de Curiosidades, onde coleccionadores privados albergavam as suas diversas colecções de pendor exótico. A instituição museu, começa, então a entender-se, cada vez mais como espaço expositivo, vocacionado para o público<sup>20</sup>.

Os contextos políticos, sociais e culturais, irão repercutir-se no evoluir dos museus e da própria museologia; deste modo, na centúria de oitocentos, as afirmações nacionalistas dos vários estados europeus estende-se também a este campo, assistindo-se a uma transformação das colecções reais em museus públicos.

Por este motivo considera Luis Alonso Fernández que: “...el siglo XVIII puede considerarse como el creador del concepto moderno de museo, el museo público, que tendría su consolidación en el siglo XIX, y su máximo desarrollo (con sus crisis sonadas y alternativas) en el XX”<sup>21</sup>, uma vez que se abrem definitivamente ao público, perdendo o seu carácter privado e elitista, embora ainda se encontre longe do actual conceito de museu.

Convém ainda ressaltar que o nosso breve enquadramento teórico acerca da evolução do conceito museu se centra numa perspectiva bastante europeísta, num óptica da cultura ocidental, no entanto o fenómeno museu não é uma exclusividade do continente Europeu, apesar de, e até à conclusão do processo de descolonização, esta fórmula de museu tenha sido

<sup>19</sup> Luis Alonso FERNÁNDEZ – *Museologia y museografía*, Ediciones del Serbal, Barcelona, 2001, p.51.

<sup>20</sup> Sobre a fase de transição do museu, entre o séc. XVIII e o séc. XIX vide: Tony BENNET – *The Birth of the Museum – History, Theory, Politics*, Routledge, London and New York, 2000.

<sup>21</sup> In: Luis Alonso FERNÁNDEZ – *ob. cit.*, p. 57.

difundida pelas então colónias, parafraseando uma vez mais Luis Alonso Fernández: “...*el museo es un fenómeno europeo extendido como institución pública y didáctica sobre todo durante los siglos XIX y XX por los más variados países del mundo*” e continua referindo: “...*un fenómeno radicalmente europeo...*”<sup>22</sup>

No início do novo século surge um movimento contra os museus – ‘museofobia’ -inserido na corrente das vanguardas artísticas, cujas palavras proferidas no Manifesto do Futurismo do italiano Marinetti (1909) espelham bem, quando este compara os museus a cemitérios: “...*Museus: cemitérios!... Idênticos, de facto, pela sinistra promiscuidade de tantos corpos que não se conhecem. Museus: Absurdos dormitórios públicos em que repousa para sempre ao lado de seres odiados ou desconhecidos! Museus: absurdos matadouros de pintores e escultores que vão trucidando ferozmente a golpes de cores e de linhas, ao longo das paredes que discutem! Que lá se vá em peregrinação, uma vez por ano, como se vai ao cemitério no dia de finados... posso conceder.*”<sup>23</sup>

Apesar deste movimento contra os museus (museofobia), no período entre as duas grandes guerras verificou-se um aumento do número de museus, não só na Europa. Os Estados Unidos da América, a título de exemplo, desde a segunda metade do século XIX verificaram um crescimento de unidades museológicas, grande parte delas de iniciativa privada, contrariamente ao que ocorreu no velho continente. Segundo os números apresentados por Luis Alonso Fernández<sup>24</sup>, entre 1916 e 1932 criaram-se ou remodelaram-se 165 museus nos Estados Unidos da América e de 1933 a 1941 – 123, o que demonstra bem o dinamismo cultural da sociedade americana de então. Para além do elevado número de museus criados, apraz ainda destacar a sua qualidade técnica e a sua forte vocação educacional através de uma criação de recursos didácticos disponíveis nas várias instituições.

A grande transformação ou ponto de ruptura entre o tradicional conceito de museu e toda uma nova perspectiva museológica, deu-se, sensivelmente em meados do século XX, no período a seguir à segunda guerra mundial.

Um segundo conflito à escala mundial num curto espaço de tempo deixou marcas profundas na Europa e sobretudo nas mentalidades. É neste contexto que surgem organismos internacionais, criados com o objectivo de evitar futuras guerras de âmbito mundial. No que à cultura diz respeito foi criada a UNESCO, que em 1947 irá criar o ICOM (The International Council of Museums).

Os anos 60 do século passado representaram uma época de contracultura, de intensa contestação social à escala mundial, verificou-se uma certa viragem à esquerda, um descontentamento contra os poderes instituídos, cuja expressão máxima, podemos afirmar, resultou no “Maio de 68” em França.

Uma vez mais a instituição museu é colocada em causa, enfrentando uma profunda crise identitária. É então tida como tradicionalista, ao serviço dos ditos poderes instituídos, fechada e elitista, com a qual o povo, isto é, a esmagadora maioria não se revia nem se identificava. Os museus estavam obsoletos, era necessária uma mudança de paradigma da museologia.

---

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p.61.

<sup>23</sup> Filippo Tommaso Marinetti, *Manifesto do Futurismo*, 1909.

<sup>24</sup> In: Luis Alonso FERNÁNDEZ – *ob. cit.*, p. 76.

Face a esta premente necessidade de mudança iniciam-se uma série de reuniões entre os profissionais da área, dinamizadas pelo ICOM, onde se debate, discute e redigem documentos reorientadores da museologia, que viria a ser designada de ‘Nova Museologia’<sup>25</sup>.

O movimento da Nova Museologia valoriza uma museologia de carácter social e uma abordagem multidisciplinar, contrariamente à museologia tradicional onde se dá absoluta primazia às colecções.

Em 1972 na sequência da realização da Mesa-Redonda do Chile, resultou um documento que enunciava os princípios do ‘Museu Integral’, segundo os quais o museu é parte integrante da sociedade onde se insere, pelo que deve ter um papel activo, através da educação da comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento.

O museu surge associado à ideia de desenvolvimento, onde a sua função educativa assume uma importância decisiva. Aliás a definição actual de museu, segundo o ICOM<sup>26</sup>:

*“1. Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.”<sup>27</sup>*

Como vimos, e não obstante as críticas e crises que os museus têm enfrentado ao longo da sua história enquanto instituições, sobretudo no século XX, a verdade é que estes têm tido uma capacidade constante de adaptação e mudança face aos desafios, e tal como o património viu o seu campo de acção largamente ampliado, também os museus têm vindo a assumir mais responsabilidades e um maior protagonismo na sociedade actual.

---

<sup>25</sup> Sintetizando: alteração do conceito museu – *Object Museum vs ideias Museum*.

<sup>26</sup> *Extraído dos Estatutos do ICOM, adoptados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001, Artigo 2º: Definições – in: [http://www.icom-portugal.org/documentos\\_def,129,220,detalhe.aspx](http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,detalhe.aspx)*

<sup>27</sup> *(b) Para além das instituições designadas "museus", são abrangidos por esta definição:*  
*(i) os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos com características de museu pelas suas actividades de aquisição, conservação e comunicação dos testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente;*  
*(ii) as instituições que conservam colecções e expõem espécimes vivos de vegetais e animais, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários e viveiros;*  
*(iii) os centros científicos e planetários;*  
*(iv) as galerias de arte sem fins lucrativos; os institutos de conservação e galerias de exposição dependentes de bibliotecas e arquivos;*  
*(v) as reservas naturais;*  
*(vi) as organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus, as administrações públicas que tutelam museus de acordo com a definição supracitada;*  
*(vii) as instituições ou organizações sem fins lucrativos que desenvolvem actividades de conservação, investigação, educação, formação, documentação e outras relacionadas com museus e museologia;*  
*(viii) os centros culturais e outras instituições cuja finalidade seja promover a preservação, continuidade e gestão dos recursos patrimoniais materiais e imateriais (património vivo e actividade criativa digital);*  
*(ix) quaisquer outras instituições que o Conselho Executivo, ouvido o Conselho consultivo, considere como tendo algumas ou todas as características de um museu, ou que proporcione aos museus e aos profissionais de museus os meios para a investigação na área da Museologia, da educação ou da formação.”*

Como veremos de seguida, as experiências patrimoniais e museológicas têm-se multiplicado nas últimas três décadas um pouco por todo o mundo, falando-se inclusivamente numa ‘explosão museal’.

Um conceito que apareceu em 1971, em França, pela mão de Hugues de Varine, foi o de ‘Ecomuseu’. Este termo serviu para definir, qualificar, uma realidade museológica que tinha vindo a ganhar forma, em França, sobretudo ao longo da década anterior, graças à acção de George Henri- Rivière e às reflexões suscitadas no seio do ICOM (que este presidiu entre 1948 a 1966).

É um conceito em evolução contínua, desde o seu aparecimento, que tem vindo a ser enriquecido pelas práticas decorrentes das inúmeras experiências de criação e desenvolvimento de ecomuseus, ao longo do tempo, baseadas num método de trabalho idêntico. Aliás, à pergunta “*O que é então um ecomuseu?*”, responde Hugues de Varine: “*...por enquanto, o ecomuseu nada mais é do que uma tentativa, um convite a dar provas de imaginação, de iniciativa e audácia.*”<sup>28</sup>

A proposta de intervenção em Monchique aqui apresentada rege-se pelas linhas fundamentais definidas pela ecomuseologia.

Embora haja, actualmente, uma certa dificuldade em definir o termo ‘Ecomuseu’, este caracteriza-se, indelevelmente, pela relação estabelecida entre: território – património - comunidade.

George Henri Rivière considera o ecomuseu como “*... uma instituição que não pára de evoluir...*”<sup>29</sup>, tanto que fala mesmo numa definição evolutiva de ecomuseu, na qual o ecomuseu é um instrumento criado e explorado em conjunto por um poder público e por uma população.

Segundo este museólogo o ecomuseu é “*um espelho em que essa população se vê, para nele se reconhecer, onde busca a explicação do seu território (...) um espelho que (...) apresenta aos seus visitantes, para se fazer compreender melhor, em relação ao seu trabalho, comportamentos e intimidade*”<sup>30</sup>.

Um ecomuseu é um museu novo, numa fase inicial é um conceito, pelo menos na realidade francesa, que está muito próximo do parque natural, uma vez que o ecomuseu propõe uma abordagem centrada no território.

A grande diferença entre os parques naturais e um ecomuseu é o protagonismo e envolvimento que a população deve ter no processo de patrimonialização, no qual a espessura temporal, a noção de evolução é fundamental.

Segundo os seus “mentores”<sup>31</sup> o ecomuseu é um instrumento ao serviço do Homem e do desenvolvimento, que não se limita a uma área circunscrita, inscreve-se num território e é identificável com todo o território, com a sua comunidade e, de forma ideal, com todo o património dessa comunidade, seja este material ou imaterial.

Uma outra característica que importa sublinhar é o envolvimento da comunidade. Esta é a chave para o sucesso dos processos museológicos desencadeados pelo ecomuseu, que em

---

<sup>28</sup> Hugues de VARINE – “O Ecomuseu”, *Ciência e Letras*, Porto Alegre, n.º 27, Janeiro/ Junho, 2000, p. 62.

<sup>29</sup> Tradução livre a partir da edição espanhola da obra: *La Museologia – Curso de Museologia/ Textos y Testimonios*, Georges Henri RIVIÈRE, Akal/ Arte y estética, 2009, Madrid, p. 191.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p.191.

<sup>31</sup> G.H.R. e Hugue de Varine.

última análise pretendem promover e contribuir para o desenvolvimento sustentável desse mesmo local e comunidade.

Como foi dito anteriormente, o conceito de museu alterou-se significativamente a partir dos anos 60 (do séc. XX), assim como o conceito de património, mas, alterou-se igualmente o conceito de território, cuja abordagem deixou de ser sobretudo espacial e ecológica, para ganhar uma dimensão mais ligada aos processos sociais que ocorrem ao longo do tempo. Deste modo, e segundo Maurizio Maggi: *“o ecomuseu deve ser um museu de território, num novo sentido, porque novo é também o conceito de museu e de território”*<sup>32</sup>.

Um ecomuseu é um instrumento de conhecimento, uma vez que determinada paisagem/ território, é apresentada/o nas suas componentes naturais e antropogénicas, assim como as inter-relações desenvolvidas entre eles, numa perspectiva temporal, do passado para o presente. É ainda um projecto de comunicação, uma vez que pretende transmitir ao público os conhecimentos, interdisciplinares acerca de determinado território e é também um projecto cultural, pois modifica o sentido de lugar dos habitantes e transmite confiança sobre a possibilidade do desenvolvimento futuro.

Ou se quisermos, e recorrendo uma vez mais às “lições de museologia” de G.H.R., o ecomuseu é: uma expressão de tempo; uma interpretação de espaço; um laboratório; um meio de conservação do património (natural e cultural) e uma escola<sup>33</sup>, na medida em que pretende interpretar o homem, na sua relação com o meio, ao longo do tempo.

Mais recentemente, e segundo Hugue de Varine: *“O Ecomuseu é uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade”*<sup>34</sup>.

O Ecomuseu teve a sua génese na experiência de Le Creusot – Montceau, em 1971<sup>35</sup>, onde pela primeira vez em museologia o objecto de estudo foi o território. Não havia uma colecção, existia sim, um território e uma comunidade, com a qual se foi “descobrir” o seu próprio património.

Este método de trabalho vai ao encontro dos ideais defendidos pela corrente da ‘Nova Museologia’. De um verdadeiro “imperialismo” colecionista, passa-se a um trabalho baseado num território em articulação com as pessoas.

A conservação, até então vista como o principal objectivo dos museus, passa para um segundo plano, interessa aqui garantir a mediação entre a população e o património. E o património é encarado como total, global, de uma comunidade.

Ecomuseu, como já tivemos oportunidade de afirmar, é um conceito difícil de definir. Ainda que tenhamos a tendência para o fazer na teoria, a verdade é que na prática, ou seja, os exemplos, os casos, as tentativas de musealização efectivas que seguiram o método de trabalho do ecomuseu, resultam em realidades museológicas completamente distintas. E é precisamente nesta diversidade de experiências que reside a sua verdadeira riqueza, ou, uma

---

<sup>32</sup> In: *Gli Ecomusei – Cosa sono, cosa potrebbero diventare* – Maurizio MAGGI e Vittorio FALLATI, Ires Piemonte, Giugno, 2000, p. 11, (tradução livre).

<sup>33</sup> *Ob. Cit.*, p. 191 e 192.

<sup>34</sup> Hugues de VARINE – “art. cit.”, p. 62.

<sup>35</sup> Apesar de já nos anos de 1950, nos Estados Unidos se terem realizado algumas experiências museológicas a partir da evolução de um território, como por exemplo o surgimento do “Metropolitan Museum of Natural History”; ou ainda antes com a criação de museus ao ar livre – ‘Open Air Museums’, como o caso do Skansen, em Estocolmo.

vez mais parafraseando Hugues de Varine: “a riqueza da ecomuseologia reside na sua diversidade e no florescimento de interpretações, de pesquisas, que vão em todas as direções a partir de um mínimo de ideias comuns.”<sup>36</sup>

Por outro lado, as experiências dos últimos anos, são prova da imaginação e da capacidade de adaptação do ecomuseu às mais variadas realidades, pelo que têm, surgido outros conceitos a ele associados, como por exemplo o de ‘ecomuseu comunitário’.

Concluiu-se que o “chapéu” Ecomuseu é muito vasto e que encerra em si uma série de práticas museológicas inspiradas, sem dúvida nos seus valores, mas que nem sempre se podem considerar ecomuseus.

Assumimos, então, que ‘ecomuseu’ é um termo algo ambíguo, adaptável, mutável. Teremos oportunidade de ver em Portugal, por exemplo dois dos casos que nos serviram de comparação, que a dada altura foram projectos que se tocaram, do ponto de vista dos seus objectivos, tiveram um crescimento diferente, enquanto instituições museológicas que são; embora apenas uma tenha adoptado o nome “ecomuseu”.

Elementos diferenciadores do Ecomuseu:

Característica	Tipo	Especificidade
⇒ <b>Interpretação <i>in situ</i></b>	Museografia	Também para outros museus (arqueológicos, marítimos)
⇒ <b>Interdisciplinaridade</b>	Museografia	Também para outros museus (História social, marítimos)
⇒ <b>Envolvimento das comunidades locais</b>	Museologia	Para todos os museus
⇒ <b>Atenção ao não público</b>	Museologia	Para todos os museus
⇒ <b>O território como objecto</b>	Museologia	<b>Ecomuseu</b>

Quadro adaptado da obra: *Gli Ecomusei – Cosa sono, cosa potrebbero diventare* – Maurizio MAGGI e Vittorio FALLATI, Ires Piemonte, Giugno, 2000, p.33.

De todas as características elencadas no quadro apresentado, apenas a que tem o território como objecto é apanágio do ecomuseu, todas as outras podem estar presentes noutras tipologias de museus, segundo a concepção de museu contemporânea.

### 1.2.2. Experiências Museológicas

Da multiplicidade de experiências museológicas existentes, e para se perceber a complexidade, serão elencados alguns casos:

Museus comunitários no México, como instrumento de educação. Em 1983, graças ao Programa de desenvolvimento da função educativa do Museu do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), surgiram alguns museus comunitários nos estados de

<sup>36</sup> In: “art. cit.”, p. 78.

Chihuahua, Hidalgo, Guanajuato, Guerrero e Tlaxcala. Estas experiências museológicas têm por base conceitos como o de 'Museu Integral' e o de 'Museu Vivo'.

Em Itália as experiências ligadas a ecomuseus surgem já nos anos noventa do século XX, no entanto tiveram um forte impulso por parte do governo local no Centro – Norte do país. Interessa-nos mencionar as experiências de Itália uma vez que estas apresentam especificidades, de referir que na zona setentrional do território existem três iniciativas que apresentam características de rede, integradas na Região de Piemonte, Província de Turim e Província autónoma de Trento.

A Região de Piemonte, unidade administrativa com capacidade para promulgar leis, fê-lo sobre esta matéria, através da Lei regional de 14 de Março de 1995 – *Istituzione di Ecomusei del Piemonte*, definindo assim as medidas necessárias para a criação de ecomuseus nesta região. Em 1998 o governo regional procedeu à sua actualização.

Hoje em dia, os ecomuseus encontram-se um pouco por todo o território italiano, seja continental, seja insular.

As iniciativas da área setentrional estão ligadas à promoção do carácter e identidade territorial, geralmente coordenadas entre elas, com uma relativa centralidade, nomeadamente de tema (arquitectura industrial) e de minorias linguísticas e religiosas<sup>37</sup>.

Quanto a iniciativas noutras zonas de Itália (Centro e Sul), estas estão mais centradas em objectivos de desenvolvimento de um determinado território, onde é dado particular relevo à valorização dos aspectos ambientais e à recuperação do “saber-fazer” artesanal.

A forma como os ecomuseus se implementaram e desenvolveram em Itália resulta da realidade histórico-política desse país, unificado apenas no século XIX. Como tal, a museologia constituiu mais um factor para a criação da unidade e identidade nacionais, o que se reflectiu, ao longo de várias décadas, em políticas culturais de negociação da diversidade regional e de uma forte centralização do património local.

Espanha – o caso que se pretende focar em Espanha é o da figura legal criada em Aragão de 'Parque Cultural'. A legislação regulamentar deste conceito é a Lei 12/ 1997 de 3 de Dezembro. Esta lei garante a conservação e protecção do património e reconhece a sua importância para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais de Aragão.

Segundo a referida lei: “*um parque cultural é constituído por um território que contém elementos relevantes do património cultural, integrados num meio físico de valor paisagístico e/ou ecológico singular, que gozará de promoção e protecção global do seu conjunto, com especiais medidas de protecção para os ditos elementos relevantes*”<sup>38</sup>.

A sua importância prende-se, essencialmente com o funcionamento de um parque cultural, que tem por base um plano, de cariz estratégico, que permite avaliar o estado de conservação dos elementos patrimoniais (culturais e naturais), definição dos regimes de protecção, promoção de medidas de conservação necessárias, dinamização da acção cultural e actividade económica, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, compatíveis com a salvaguarda do património e a sua promoção turística.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> Maurizio MAGGI – *Ecomuseu Guida Europea*, Umberto Allemandi & C., Torino, 2002, pp.108-109.

<sup>38</sup> Cit. por: Fernando PAU-PRETO, in: *Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Territorial. Três Casos Internacionais: Stonehenge, Dordonha, Aragão*, p. 11, acedido em:

[http://www.paupreto.net/comunicacoes/proteccao\\_patrimonial.pdf](http://www.paupreto.net/comunicacoes/proteccao_patrimonial.pdf)

<sup>39</sup> In: *ob. cit.*, p. 13.

A realidade espanhola revela-se de sumo interesse no âmbito do nosso trabalho, dadas as semelhanças com o território que nos propomos estudar. Geralmente os parques culturais situam-se em zonas rurais com um significativo decréscimo populacional, e por outro lado, integram a protecção e salvaguarda do património cultural e do património natural, surgindo, também como uma ferramenta de ordenamento do território, colmatando assimetrias e desequilíbrios existentes, contribuindo, deste modo para o desenvolvimento rural sustentável.

Uma vez que os objectivos do nosso projecto são análogos aos explanados anteriormente, um dos casos de inspiração referido no capítulo seguinte é o do Parque Cultural de “Las Médulas”, embora este se localize na comunidade autónoma espanhola de Castela e Leão, e não de Aragão.

Brasil – Museu de Rua – *“Jundiahy é um grande museu dinâmico ao ar livre, uma ideia de ultrapassar paredes internas dos prédios e olhar todo o centro interfluvial como uma viagem pela história e pela atualidade local.”*<sup>40</sup> Este conceito surgiu na década de 1970 e tem por base a teoria da ‘Nova Museologia’. Visa sensibilizar a população para o espaço urbano e para as suas transformações, que afectam directamente a sua qualidade de vida.

Banco cultural de Fombori, no Mali – Na vila de Fombori, no ano de 1993, surgiu a ideia de criar um museu local, iniciativa de uma mulher da comunidade, destinado a expor objectos tradicionais cerimoniais, e simultaneamente, vender o artesanatos das mulheres da vila. Três anos mais tarde, as entidades locais resolveram avançar com a abertura do museu; que embora contasse com o envolvimento da comunidade local (a iniciativa partiu de um dos seus elementos, o que se considera uma mais-valia para o sucesso de projectos deste tipo), encerrou passados 6 meses. A receita gerada pelos turistas não era suficiente para garantir o funcionamento da unidade.

Para fazer face a esta situação surgiu a ideia de criar um “Banco cultural”, assim os moradores recebiam um crédito em troca do empréstimo dos seus objectos para exposição. O empréstimo prevê um reembolso entre 4 e 6 meses, podendo, contudo, ser renovado. O valor do mesmo depende da importância e informações históricas dos objectos “emprestados” ao museu.

Os juros acumulados pelos empréstimos permitem financiar o funcionamento do museu e das suas diversas actividades e garante que o património permanece na comunidade, que não é vendido ilicitamente pelos seus proprietários. Por outro lado, esta experiência museológica representa um importante recurso económico desta comunidade, sem depender exclusivamente do turismo (sustentabilidade) e funciona, ainda como veículo de promoção, autoconhecimento e respeito pelas tradições e cultura local, reforçando, por isso os laços sociais da comunidade em causa.

Portugal – o nosso país acompanha as tendências internacionais, no campo da museologia, particularmente no período pós 25 de Abril.

Inspirados pelos ideais de liberdade e na senda da ‘Nova Museologia’, as experiências museológicas multiplicaram-se um pouco por todo o país, muitas delas ligadas a iniciativas do poder local.

Da diversidade de práticas museológicas em Portugal, serão abordados, no próximo capítulo, dois casos, que designamos de “casos de inspiração”: o caso de Mértola – Vila Museu e o do Ecomuseu do Seixal. A par desta multiplicidade é de salientar uma outra figura que

---

<sup>40</sup> [http://www.jundiahy.com.br/museu\\_5.html](http://www.jundiahy.com.br/museu_5.html)

assume alguma expressão no actual contexto da museologia, com as extensões museológicas fora de portas dos edifícios do museu, como são o caso das musealizações *in situ*, bastante difundidas no caso dos sítios arqueológicos; ou em relação às paisagens culturais (e às suas tentativas de musealização), ou centros históricos, referimo-nos, pois aos Centros de Interpretação.

A interpretação não é um fenómeno novo, é uma das mais antigas práticas de transferência cultural, apesar do termo ser relativamente recente. O seu surgimento e desenvolvimento está intimamente ligado à história dos parques nacionais norte-americanos, inspirados nas ideias de desfrute público e de conservação da natureza, e nos parques escandinavos de cariz museológico, cuja finalidade era divulgar a etnologia regional do Norte da Europa, de que o Museu de Ar Livre de Skansen, em Estocolmo, fundado e concebido por Artur Hazelius constitui o paradigma<sup>41</sup>.

Freeman Tilden, na obra *Intrepreting our heritage*, de 1957, propõe seis princípios de interpretação que ainda são válidos, senão vejamos:

1. *Qualquer forma de interpretação que não relacione os objectos que apresenta e descreve com algo que se encontre na experiência dos visitantes está totalmente estéril.*
2. *A informação, como tal não é interpretação. É uma revelação baseada na informação. São duas coisas diferentes, embora toda a interpretação inclua informação.*
3. *A interpretação é uma arte que combina muitas artes para explicar as matérias apresentadas.*
4. *A interpretação tem por finalidade a provocação e não a instrução.*
5. *A interpretação deve ser a apresentação do todo e não das partes isoladamente e deve dirigir-se ao indivíduo como um todo e não só a uma das suas facetas.*
6. *A interpretação destinada a crianças não deve ser de mera diluição da dos adultos, reque um enfoque radicalmente diferente.*<sup>42</sup>

Deste modo, a interpretação é um facilitador na relação entre os bens patrimoniais e os públicos, permitindo diversas leituras.

A interpretação parte de recursos naturais e culturais, sejam tangíveis ou intangíveis, de um determinado território, com a finalidade de promover a dinamização do património no seu contexto original.

Neste âmbito surgem os ‘Centros de Interpretação’, ou ‘Centros Interpretativos’. Estes recorrem, a diferentes meios para permitir ao visitante uma leitura de um determinado parque natural, de um sítio arqueológico, de um centro histórico, de um território em concreto, de um acontecimento ou temática a partir de um discurso interpretativo que o singulariza.

Os centros de interpretação distinguem-se dos museus uma vez que não têm como finalidade assegurar todas as funções museológicas básicas, consagradas no artigo 7.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses<sup>43</sup>, dada a sua vocação, aos centros de interpretação

---

<sup>41</sup> Clara Frayão CAMACHO – “Educação patrimonial e museus – conceitos e perspectivas de intervenção”, *Jornadas de Património de Cascais*, 2003.

<sup>42</sup> In: Idem, “art. cit.”.

<sup>43</sup> Lei n.º 47/ 2004, de 19 de Agosto.

interessa, particularmente o estudo e a investigação, como base de qualquer trabalho sério que vise, *a posteriori*, a interpretação, como é o caso; interpretação e exposição; e educação. Convém ainda fazer a necessária distinção entre centro de acolhimento de visitantes e centro de interpretação. Este último pode também oferecer serviços ligados ao acolhimento e informação de visitantes, porém não é esta a sua função essencial. Um centro de interpretação é um local de acção educativa (a acção educativa desenvolvida neste âmbito deve ter como referência o espaço patrimonial em que se inscreve, numa perspectiva de educação patrimonial) e científica, funcionando como ponto de partida para a oferta patrimonial. Se estivermos na presença de um mero centro de acolhimento de visitantes, este tem por missão apenas responder às necessidades logísticas e de ócio dos seus utilizadores.

Face às potencialidades destes centros e assumindo a interpretação como uma estratégia que deve estar associada a iniciativas de desenvolvimento local e regional, especialmente relacionadas com o turismo cultural, rural e ecológico, esta surge como resposta à necessidade que cada território tem em distinguir-se, individualizar-se num contexto mais amplo. Assim sendo, a interpretação converte-se num instrumento de planificação dentro de lógicas de desenvolvimento territorial.

Uma vez mais se sublinha a complexidade e hibridez dos projectos museológicos que proliferam e que podem conter mais de que uma realidade das até então apresentadas, verificando-se cada vez mais uma tendência para os museus mais tradicionais<sup>44</sup>, assumirem extensões, quer dizer, a gestão de bens patrimoniais dispersos no território em que estes se inserem.

### 1.2.3. Território – Paisagem e Paisagem Cultural

A íntima ligação do ecomuseu ao território e aos seus valores patrimoniais enquanto motores do desenvolvimento das comunidades locais, revela a mudança de perspectiva e a alteração de paradigma face ao território, e a construção das paisagens culturais enquanto simbiose da natureza e da acção do homem.

Assume-se a paisagem como suporte da vida do homem e este último como agente fundamental na transformação e criação de paisagens, daí que Jorge Gaspar refira que “... o regresso à paisagem não é só apanágio da Geografia, manifesta-se em vários outros domínios onde é necessário apreender a luz, as formas, os ambientes, para compreender os lugares e o sentido do espaço e do tempo...”<sup>45</sup> abordando, deste modo as suas diversas dimensões, com particular enfoque para a sua realidade física, mas sobretudo enquanto construção social, e consequentemente, cultural, embora nem todas as paisagens humanizadas, isto é, com marca da acção do homem, sejam necessariamente, paisagens culturais. Estas últimas encerram em si valores memoriais, uma herança que se pretende preservar.

O equilíbrio e as preocupações actuais relacionadas com as questões ecológicas e de sustentabilidade dão particular ênfase à importância da preservação das paisagens, através do

---

<sup>44</sup> Esta tendência nota-se sobretudo na realidade de museus municipais, em que o museu, independentemente da sua temática, acaba por adoptar outras estruturas de índole museológica. Isto deve-se muito à própria configuração das orgânicas das Câmaras, à falta de recursos humanos e económicos.

<sup>45</sup> Jorge GASPAR – “O Retorno da Paisagem à Geografia – Apontamentos místicos”, in: *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001, p. 84.

respeito dos costumes e práticas tradicionais do uso do solo, enraizados num “saber-fazer” milenar, que até à industrialização se manteve, de geração em geração, quase inalterado. Preocupações estas expressas na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, que estabelece a “Lista do Património Mundial”, que irá funcionar como uma ferramenta de cooperação internacional e nacional ao serviço da protecção e da valorização do património. Porém a grande novidade desta convenção prende-se com a percepção do risco dos patrimónios cultural e natural: *“Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes”*<sup>46</sup>.

Pela primeira vez um documento internacional reconhece a inter-relação e as afinidades entre estas duas categorias patrimoniais, cultural e natural, definindo inclusivamente, como veremos de seguida, a integração na paisagem como factor determinante na avaliação dos “conjuntos”, ou na determinação dos “locais de interesse”, que decorrem da relação entre obras humanas e obras da natureza.

Segundo a Convenção “Património cultural” inclui as seguintes categorias:

*“Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

*Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

*Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”*<sup>47</sup>

No artigo seguinte define o conceito de Património Natural:

*“Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;*

*As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;*

---

<sup>46</sup> In: *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, UNESCO, 1972.

<sup>47</sup> In: *ibidem*, art. º 1. º.

*Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.”<sup>48</sup>*

Vinte anos (em 1992) após a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, a UNESCO institui o conceito de “Paisagens Culturais” e respectivos parâmetros para a sua integração na lista do Património Cultural.

No que respeita às categorias das paisagens culturais, estas dividem-se em três:

1. Paisagens desenhadas e criadas de forma intencional pelo Homem - compreendendo jardins e parques construídos, geralmente associados a edifícios monumentais ou religiosos e a conjuntos;
2. Paisagens evolutivas – resultado de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma actual como forma de resposta ao meio natural. São paisagens que reflectem o processo evolutivo através da sua forma e dos componentes que integram. Subdividem-se em: **Paisagem relíquia ou fóssil** – cujo processo evolutivo chegou ao fim em determinado momento do passado, mantendo as componentes que a caracterizam visíveis e materializadas; **Paisagem viva** - aquela que mantém um papel social activo na contemporaneidade, estando intimamente ligada aos modos de vida tradicionais e cujo processo evolutivo ainda se encontra em curso. Apresenta sinais do seu processo evolutivo ao longo do tempo.
3. Paisagem cultural associativa – na existência de fortes valores relacionados com associações religiosas, artísticas ou culturais a elementos naturais.

A inscrição das paisagens na lista de Património da Humanidade repercutiu-se de forma positiva ao nível do conhecimento, interpretação e salvaguardar destas porções singulares do território. Serviu para a consciencialização das questões ligadas ao ordenamento do território, reforçou o laço identitário das suas populações, estimulou e dinamizou a criação de projectos que visam o seu desenvolvimento sustentável. Contudo também desencadeou efeitos negativos, como o turismo massificado, colocando em causa, precisamente os valores que se pretendem preservar através da sua inscrição da lista de património mundial ou até mesmo com processos de desenvolvimento urbano descontrolados.

O reconhecimento da importância das paisagens como factor histórico e identitário traduz-se na redacção da Convenção Europeia da Paisagem, em 2000, pelo Conselho da Europa, que foi ratificado pelo Estado Português em 2005 (Decreto nº 4 de 14 de Fevereiro): *“Conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia”<sup>49</sup>.*

Tal convenção pretende responder à degradação e perda de paisagens culturais na Europa, propondo para o efeito uma definição de paisagem centrada no social, considerando-a como *“... parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos”<sup>50</sup>.* Nesta lógica as necessidades sociais e o

---

<sup>48</sup> In: *ibidem*, art.º 2.º.

<sup>49</sup> In: *Convenção Europeia da Paisagem*, Preâmbulo.

<sup>50</sup> In: *ibidem*, art.º 1.º, alínea a)

desenvolvimento sustentável são considerados aspectos fundamentais na gestão das paisagens que: “... designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais”<sup>51</sup>. Nesta perspectiva a gestão da paisagem e ordenamento do território são elementos fundamentais que devem integrar as políticas nacionais: “Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem”<sup>52</sup>.

A importância da categoria Paisagem Cultural, como refere Ana Paula Amendoeira, é que: “... dá-nos a possibilidade de articular questões como o património construído, o património intangível, o ordenamento do território, a gestão dos recursos, a participação das comunidades, o património ambiental, em suma, o **conceito de paisagem cultural encerra em si mesmo o pressuposto de um desenvolvimento durável**”<sup>53</sup>

#### 1.2.4. Desenvolvimento Sustentável e Património

Um dos passos decisivos na definição do termo ‘Desenvolvimento Sustentável’, foi a apresentação do denominado Relatório Brundtland, pela ministra do ambiente norueguesa, que no ano 1987, na Comissão Mundial do Ambiente, que o define como:

*“Um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas.”*<sup>54</sup>

Nesta definição estão contidos dois conceitos determinantes: o conceito de “necessidades” – as necessidades dos mais pobres, que devem ser uma prioridade; e o conceito de “limitações” – impostas à actividade socioeconómica, garantindo a manutenção da capacidade do meio de dar resposta às necessidades actuais e vindouras.

Contudo a origem e as ideias subjacentes a tal definição, são anteriores. Se quisermos balizá-las, do ponto de vista cronológico, podemos afirmar que, sobretudo a partir de 1968<sup>55</sup>, houve movimentos e manifestações contra o sistema de crescimento económico, que se caracterizava por produzir, através da exploração ilimitada da natureza e dos recursos. Esta ideia vai sendo posta em causa e discutida no âmbito dos organismos internacionais, pois percebe-se que esta fórmula de desenvolvimento irá colocar em causa o futuro dos recursos naturais, nomeadamente devido ao crescimento demográfico, especialmente nos países em vias de desenvolvimento.

---

<sup>51</sup> In: *idibem*, art.º1.º, alínea e)

<sup>52</sup> In: *idibem*, art.º 5.º, alínea d)

<sup>53</sup> Ana Paula AMENDOEIRA (MAG-ICOMOS, Secretariado Internacional ICOMOS) –“ A propósito da elaboração da lista Indicativa de Portugal”, in: <http://www.unesco.pt/pdfs/docs/APropLista.doc>

<sup>54</sup> Definição segundo o Relatório Brundtland publicado em 1987.

<sup>55</sup> Em 1968, na conferência Biosfera, da UNESCO, é avançada a ideia de: “desenvolvimento ecologicamente viável”. No ano de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo) introduz a noção de “eco-desenvolvimento”, que defende a ideia de que Ambiente Desenvolvimento não podem estar dissociados.

No fundo o que o desenvolvimento sustentável pretende é garantir um futuro às gerações vindouras, para que tal aconteça é necessário uma acção concertada, organizada e planificada no presente. Embora este conceito esteja fortemente ligado à ecologia e à gestão dos recursos naturais disponíveis, estende-se a todos os domínios da acção humana, pois todos eles estão interligados.

Ao longo dos anos, e com a discussão contínua deste conceito e da sua aplicabilidade prática, há uma consciencialização de que o desenvolvimento sustentável tem que ser uma acção global, concertada à escala local, regional, nacional e internacional.

Fruto dos temas abordados em 1980 na Estratégia Mundial da Conservação, foi apresentado, em 1991, o relatório “Cuidando da Terra”<sup>56</sup>, no qual consta a determinação dos dois pilares do desenvolvimento sustentável:

1. A melhoria da qualidade de vida humana;
2. A conservação da vitalidade e diversidade terrestre.

Em 1992 realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Nesta conferência são estabelecidas uma série de medidas extremamente ambiciosas, em matéria ambiental e de luta contra a pobreza. Decorrentes destas medidas que se pretendem globais, são posteriormente, assumidos compromissos pela comunidade internacional, como a Agenda 21, ou a “Declaração do Milénio”<sup>57</sup>.

Em meados de 2012 o Rio de Janeiro foi novamente palco de uma conferência, designada de “Rio + 20”, após duas décadas da primeira conferência das Nações Unidas pretendia-se fazer um ponto da situação e do evoluir dos compromissos anteriormente assumidos. Dos resultados desta última reunião podemos resumir que actualmente o combate à pobreza não é uma das metas primordiais, mas sim a redução das desigualdades: “*o desafio da governança contemporânea consiste em gerir o excesso e, sobretudo, os excessos decorrentes das gigantescas desigualdades (...), no plano material e energético*”<sup>58</sup>. Desta conferência não saíram quaisquer medidas vinculativas, ao contrário da anterior. Uma imagem de um humorista brasileiro retrata bem o impasse por parte dos países em avançar com uma agenda comum neste âmbito.

---

<sup>56</sup> *Caring for the Earth* - IUCN/UNEP/WWF, 1991.

<sup>57</sup> A “Declaração do Milénio” consistiu no reafirmar de compromissos, em Setembro de 2000, pelas Nações Unidas e foi aprovada por 189 países.

<sup>58</sup> In: *Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20*, Ricardo ABRAMOVAY, p.11, [http://www.congressorio20.org.br/sitio/images/stories/pdf/abramovay\\_eje2.pdf](http://www.congressorio20.org.br/sitio/images/stories/pdf/abramovay_eje2.pdf)



Ilustração 1 – da autoria do cartoonista brasileiro Lute

Muito embora as dimensões fundamentais do Desenvolvimento Sustentável sejam o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção ambiental, também o sector cultural (no qual o se insere o património), deve ser tido em consideração, em detrimento de uma visão meramente economicista, centrando-se nas pessoas – ‘capital humano’ e que concorre para o desenvolvimento económico e social dos territórios. A *“cultura e a inovação desempenham uma função crucial na atracção de investimento, de talentos criativos e na promoção do turismo.”*<sup>59</sup>

O património tem um uso social, intimamente arraigado aos modos socialmente construídos através da participação das populações na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que formam a sua identidade. Para que tal aconteça, é necessária uma mobilização, um envolvimento efectivo da comunidade no processo de patrimonialização, para que esta valorize e reconheça como “seus” os elementos a preservar.

O património deve ser entendido como capital cultural e social, promovendo o desenvolvimento local, concorrendo para a qualidade de vida das populações, de forma sustentável, enquanto recurso endógeno que representa; isto é, o património é a matéria-prima que cada território e comunidade têm para se desenvolverem.

É também um recurso económico. Promove a criação de emprego, oportunidades de negócio, onde o turismo se apresenta como uma das principais indústrias. O turismo é um dos sectores económicos que tem conhecido um maior crescimento ao longo do último século. Para isso concorreram vários factores, dos quais destacamos, a globalização, o consumismo da sociedade capitalista, o aumento de horas de férias, ócio e lazer, os significativos avanços tecnológicos, entre outros.

Reconhecido o turismo como um factor positivo para o património, uma vez que a lógica da sua conservação e gestão visa, essencialmente, a sua disponibilização e fruição

<sup>59</sup> *Redes Culturais e Desenvolvimento Local: A Experiência da COMUM*, João REBELO; Leonida CORREIA e Artur CRISTOVÃO, Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, UTAD, p. 25.

pública, seja por parte das “comunidades de acolhimento” seja pelos “visitantes”. Deste modo o ICOMOS elencou na Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural, 1999, os princípios a ter em conta quando abordamos a questão do Turismo Cultural.

Os objectivos desta carta são:

- *“Encorajar e facilitar o trabalho dos que participam na conservação e na gestão do património cultural a fim de o tornar mais acessível às comunidades de acolhimento e aos visitantes.*
- *Encorajar e facilitar o trabalho da indústria turística para promover e gerir o turismo no respeito e valorização do património e das culturas vivas das comunidades de acolhimento.*
- *Encorajar e facilitar o diálogo entre os responsáveis pelo património e pelo turismo, a fim de compreenderem a importância e a fragilidade dos conjuntos patrimoniais, dos acervos culturais e das culturas vivas, com o objectivo de as preservar, a longo prazo.*
- *Encorajar os que propõem programas e políticas que tenham por objectivo o desenvolvimento de projectos precisos e mensuráveis, e estratégias que integrem a apresentação e a interpretação dos conjuntos patrimoniais, bem como as actividades culturais, no contexto da sua protecção e da sua conservação.”<sup>60</sup>*

O turismo é considerado como um dos principais veículos de intercâmbio cultural, pelo que o acesso ao património cultural e natural deve ser garantido, sem, contudo colocar em causa a sua preservação.

Numa zona fortemente turística, como é o Algarve, considera-se que o turismo cultural, associado à oferta turística mais tradicional, de sol e praia, confere um factor de diferenciação, tornando-se num produto atractivo.

O património no sentido lato do termo, é um recurso fulcral para a promoção (“venda”) de um destino turístico, que deve ser valorizado e transformado num produto ao serviço do desenvolvimento local duradouro. Contudo o fenómeno turístico deve garantir a preservação, salvaguarda e identidade do património, não o desvirtuando na sua essência, aliás, sobre essa questão a Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural alerta para o facto do “... *património natural e cultural, tal como a diversidade das culturas vivas, constitui atracção turística de importância capital. O turismo excessivo pode, do mesmo modo que um turismo inexistente ou mal gerido, prejudicar a integridade física e o significado do património. O turismo pode também conduzir à degradação dos espaços naturais e culturais das comunidades de acolhimento.*” Ou seja, tão nefasta é a ausência de turismo, como o seu excesso.

A articulação e diálogo entre agentes culturais e turísticos, pode ser um dos caminhos possíveis para garantir o equilíbrio desejável, e que garanta desse modo a salvaguarda e a correcta leitura/ interpretação dos bens patrimoniais, como seja uma forma de desenvolvimento da comunidade local, que deve estar envolvida no processo turístico, à semelhança do que é desejável também no decurso de todo o procedimento de musealização, assim como todos os outros actores envolvidos no projecto, ou como é explicitado no supramencionado documento: “*o turismo é portador de vantagens para as comunidades de acolhimento proporcionando-lhes importantes meios e motivações para cuidarem e manterem*

---

<sup>60</sup> In: Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, 1999.

*o seu património e as suas práticas culturais. Para desenvolver uma indústria turística duradoura e valorizar a protecção dos recursos patrimoniais para as gerações futuras é necessário fomentar a participação e a cooperação entre todos os actores do processo, nomeadamente entre as comunidades de acolhimento, os conservadores de museus e de monumentos, os operadores turísticos, os gestores de sítios culturais e naturais, os proprietários privados; os responsáveis pela elaboração de programas de desenvolvimento e os políticos.”*

Infelizmente, na maior parte dos casos não se respeitam esses princípios e o património é colocado em risco devido à massificação do turismo, nomeadamente em sítios que integram a Lista de Património Mundial, cujo título lhes confere uma projecção à escala mundial, e consequentemente a sua “invasão” por parte de turistas, uma vez que a uma escala assim é muito difícil evitar os impactes negativos resultantes da sua visita, daí a necessidade em criar planos de dinamização e divulgação turística para estas zonas que permitam “... alcançar resultados positivos e limitar os impactes negativos que possam prejudicar o património e os modos de vida das comunidades de acolhimento, continuando a dar resposta positiva às necessidades e aspirações dos visitantes.”<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> In: *ibidem*.

### 1.3. Conhecer a região em estudo: um Sul particular

Monchique localiza-se no distrito de Faro. É um concelho de interior, e em conjunto com os municípios de Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa e Silves integra uma das sub-regiões do Algarve. Tem uma superfície de 396 Km<sup>2</sup>. É limitado a Norte pelo concelho de Odemira, a Sul pelos concelhos de Portimão e Silves. A Este confronta, igualmente com Silves e a Oeste com o concelho de Aljezur (mapa 1)

A serra de Monchique divide-se, na sua maior altitude, em dois picos bem distintos: a Fóia (Figs. 1 e 2), mais ocidental com uma altitude de 902m acima do nível do mar e situada em 37º 19' de Latitude Norte e 8º 36' de Longitude Oeste; a Picota (Fig. 3) em 37º 18' de Latitude Norte e 8º 32' de Longitude Oeste, com uma altitude de 774m.

A estrutura do povoamento do concelho de Monchique caracteriza-se por ser do tipo disperso com um único pólo de razoável dimensão, a sede do concelho, que conta com 5 375 habitantes, ou seja, 77% do total da população residente. A restante população encontra-se distribuída pelas outras duas freguesias que compõem o concelho, Alferce e Marmelete (segundo os dados do Censo 2001).

A vila de Monchique é sede de concelho desde 1773, tendo-se tornado independente de Silves, concelho ao qual pertenceu desde a Reconquista, no entanto diz-se que aquando da primeira visita ao Algarve do rei D. Sebastião, em 1573, o monarca “ *veio a Monchique, e a achou tão interessante pelas suas belezas naturais e mesmo já pela sua população e isolamento, que determinou elevá-la a vila, o que não fez por oposição das vilas vizinhas*”<sup>62</sup>. É o centro administrativo, local onde se encontram os serviços. Aqui situam-se os Paços do Concelho e o Tribunal, bem como equipamentos religiosos e assistenciais, dos quais se destacam a Igreja Matriz do de Nossa Senhora da Conceição, Imóvel de Interesse Público<sup>63</sup>, construção atribuída ao século XV (Fig. 4), provavelmente no local de uma primitiva mesquita<sup>64</sup>. Do ponto de vista arquitectónico destacam-se o portal manuelino com motivos vegetalistas e os capitéis (vide Fig. 5).

Nas suas proximidades localiza-se a igreja (fig. 6) e o antigo hospital da Misericórdia, conjunto do século XVII. A igreja permanece ao culto, enquanto que o hospital foi transformado em Centro Recreativo (lar) e no terceiro piso alberga um pequeno espaço museológico.

Sobranceiro à vila encontra-se o Convento de Nossa Senhora do Desterro, actualmente devoluto e em avançado estado de degradação (figs. 7, 8, 9 e 10). É um imóvel em vias de classificação<sup>65</sup>, antigo convento da Ordem Terceira de São Francisco, fundado em 1631, por Pedro da Silva que foi Vice-Rei da Índia.

A uma distância de apenas 6 Km da vila, ficam as Caldas de Monchique (fig. 11), localizadas num vale da serra, é uma aldeia de luxuriante vegetação, de temperatura amena e clima temperado. É atravessada pela Ribeira do Banho (fig. 12) que constitui a sua principal linha de água. A sua importância e o seu crescimento devem-se à existência de termas, utilizadas desde o tempo dos romanos, como o atestam os vários vestígios arqueológicos encontrados,

<sup>62</sup> In: José António Guerreiro GASCON – *Subsídios para a Monografia de Monchique*, Algarve em Foco Editora, Faro, s/d, p. 145.

<sup>63</sup> Dec. nº 67/97, DR 301 de 31 Dezembro 1997.

<sup>64</sup> In: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2826](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2826)

<sup>65</sup> Despacho de Julho de 1981.

sobretudo ao longo do século passado, a propósito das diversas campanhas de obras e remodelações aqui ocorridas.

Desde finais do século XV, mais concretamente em 1495, quando D. João II aqui se instalou para receber tratamentos, até ao século XIX, época em que as termas eram procuradas por banhistas algarvios, alentejanos e muitos espanhóis provenientes da Andaluzia, certamente dada a proximidade, uma vez que os acessos não eram muito convidativos, havendo para Monchique, e conseqüentemente para as Caldas, apenas uma estrada de ligação, a que ainda hoje faz a comunicação entre a serra e Portimão; as Caldas eram uma referência nacional e internacional, como se pode constatar pela procura espanhola.

Mesmo nas próprias Caldas as acessibilidades eram um problema, segundo escreveu no seu relatório anual o director das Caldas de Monchique, no ano de 1882: *“A falta absoluta de caminhos fáceis de transitar inibia os banhistas de sair e gozar os passeios e da vista extremamente pitoresca d’esta região perdendo assim as imensas vantagens que disfructam nas thermas regularmente exploradas...”*<sup>66</sup>

Hoje em dia a aldeia caracteriza-se por uma especialização em actividades ligadas ao termalismo, com unidades turísticas e nas proximidades a fábrica das Águas de Monchique (figuras 13 e 14), apresentando uma baixa densidade de população residente.

Em termos arquitectónicos a sua peculiaridade deve-se ao exotismo conferido pela linguagem islamizante presente em algumas construções, como por exemplo no edifício termal das Caldas de Monchique, construído no final do século XIX e que apresenta algumas formas neomouriscas: os arcos de ferradura, enquadrando as caixilharias de motivos geométricos e abstractos e o coroamento da cimalha com um ameado dentado (vide figs. 15, 16 e 17).

O Hospital Termal, a hospedaria velha e as próprias termas<sup>67</sup>, foram todos transformados para fins turísticos, como atrás mencionado.

A freguesia de Alferce localiza-se a cerca de 8 Km de Monchique. As suas origens são desconhecidas, aliás, como as de Marmeleite, porém, crê-se que remontem à ocupação islâmica (anterior ao século XIII?) a avaliar pelo topónimo de etimologia árabe: “al-faris” que significa cavaleiro, teoria corroborada pela ruína do Castelo de Alferce<sup>68</sup>. De referir ainda a igreja de S. Romão, padroeiro da povoação (fig. 18) que se trata de uma edificação do século XVI, apresentando elementos manuelinos, vide figura 19.

Marmeleite é a freguesia mais afastada da sede de concelho, a 16 Km. A sua fundação é desconhecida, contando-se a seguinte lenda fundacional:

*«Andava pelos mares uma embarcação cuja tripulação, composta por um capitão de mar e quatro homens, se dedicava ao comércio do gado caprino.*

*Certa noite a embarcação em que navegavam foi destruída por uma violenta tempestade, conseguindo, a muito custo, a tripulação abrigar-se na Baía de Lagos, tendo ainda conseguido salvar também oito cabeça de gado e parte da embarcação.*

---

<sup>66</sup> ADFAR – Livro cópia dos relatórios dos directores das Caldas de Monchique, fl. 4, 1882.

<sup>67</sup> Núcleo constituído por hotéis, piscina exterior de água termal e balneário Spa termal.

<sup>68</sup> Interessante sítio arqueológico do concelho de Monchique e o único intitulado como tal, cuja origem remonta a um povoado fortificado da Idade do Bronze, e que terá desempenhado funções de defesa até ao período islâmico, como *hîsn*.

*Após se terem salvado, os homens e o gado subiram serra acima em busca de um local que lhes servisse de refúgio. O que lhes pareceu melhor foi aquele que hoje se designa por Marmelete.*

*Ali permaneceram longo tempo, alimentando-se de leite das cabras e de peixe, porque todos os dias uns desciam até ao mar para pescar enquanto outros ficavam com os animais. Os restos da embarcação foram usados para improvisar umas cabanas e assim iam sobrevivendo.*

*Entretanto os homens arranjam mulheres com quem casaram, só o capitão não pensava em tal, todos os dias ia até ao mar, não se conformando com a monótona vida de terra. Um dia porém chegou a Lagos uma embarcação cujo velho capitão era seu conhecido e que, sabendo da sua situação, lhe ofereceu o lugar, o que ele aceitou de imediato. Como não podia levar os seus homens, foi-se despedir deles e da sua aldeia composta por barracas e currais de gado, que era já em grande quantidade.*

*À partida disse-lhe: "Meus amigos eu vou-me embora, não sei se cá voltarei, mas em minha homenagem agradeço que este local se chame Mar e Leite, os dois elementos da nossa sobrevivência durante alguns anos, o mar onde íamos pescar e o leite das cabras. "*

*Os homens assim fizeram e na pedra escreveram estas frases. Com o tempo o nome da terra foi-se alterando até que chegou ao actual Marmelete.»*

A sua matriz é dedicada a Nossa Senhora da Encarnação e presume-se tratar-se de uma construção do século XVII, embora se encontre bastante descaracterizada, devido à intervenção de 1975, fig. 20.

Situada num monte, com vista privilegiada sobre a aldeia localiza-se a Ermida de Santo António (fig. 21) local onde, segundo a tradição, este Santo milagreiro apareceu a um pastor. É um templo já dos finais do século XVIII.

### **1.3.1. O território**

O território que compõe o concelho de Monchique caracteriza-se e individualiza-se, no contexto regional, pela sua geomorfologia, mapa 2, a comumente designada 'Serra de Monchique'.

*"A Serra de Monchique é formada por duas partes de feição completamente distinta..."*<sup>69</sup> um soco de xisto e o maciço alcalino de sienito<sup>70</sup>. Este último divide-se em dois picos: a Fóia, mais ocidental, que atinge os 902m acima do nível do mar; e a Picota, com 774m de altitude.

Em relação à geologia desta serra, esta pode ser dividida em três grandes unidades:

1. Soco da rocha do Paleozóico;
2. Cobertura sedimentar do Mesozóico e
3. Material Era Cenozóico.

<sup>69</sup> In: Mariano FEIO – *A Evolução do Relevo do baixo Alentejo e Algarve*, Lisboa, 1952, p. 150.

<sup>70</sup> "Do ponto de vista geológico o maciço alcalino é um caso raro no contexto das intrusões peninsulares, constituído em cerca de 95% por sienitos nefelínicos. Por este motivo, desde muito cedo que o maciço de Monchique tem despertado a curiosidade e o interesse por parte de geólogos e outros investigadores (...)", in: <http://www.cima.ualg.pt/valemon/geologia.html>.

Quanto ao Maciço alcalino de Monchique (esboço do maciço em anexo, mapa 3) este integra o da “*Província Ígnea Alcalina Ibérica, que engloba os outros dois maciços ígneos portugueses, situados mais a norte*”<sup>71</sup>, O de Sines e de Sintra. De salientar que o Maciço alcalino ocupa a maior parte da área da serra de Monchique, abrangendo por completo as suas zonas mais elevadas, e constituiu um dos maiores corpos de sienitos nefelínicos conhecidos<sup>72</sup>.

A existência de uma grande variedade de rochas de diferentes composições físico-químicas, nesta zona, é determinante para a modelação do próprio relevo<sup>73</sup>.

Em termos climáticos a zona em estudo apresenta um clima subtropical marítimo de montanha.

O índice de pluviosidade é superior ao do resto do Algarve, sendo que no ponto mais elevado estes valores podem mesmo triplicar; o que se explica com a frequente ocorrência das “chuvas orográficas”, uma vez que a Fóia, constitui uma barreira à condensação dos ventos marítimos que se dirigem para o continente, provocando a precipitação.

O concelho de Monchique caracteriza-se, ainda, pela sua extensa rede hídrica, mapa 4, resultante, não apenas da precipitação elevada, como foi referido, mas devido à existência de muitas nascentes naturais.

As linhas de águas mais importantes que se formam na serra de Monchique são:

- Ribeira de Seixe e ribeira do Cercal;
- Ribeiras de Odiáxere e da Torre, que em conjunto formam uma bacia hidrológica que drena a Ria de Alvor;
- Ribeiras de Monchique/ Odelouca e Boina, constituintes da bacia hidrológica do Rio Arade.

As linhas de água em Monchique, ao contrário do resto do Algarve, têm água ao longo de todo o ano, como por exemplo a ribeira de Seixe, que assegurava o funcionamento dos moinhos e dos pisões existentes ao longo do seu curso.

De referir, ainda, as nascentes de águas termais que se encontram na Picota; embora as mais importantes e mais reconhecidas sejam as das Caldas de Monchique, que brotam no contacto a 32º C.

As suas condições climáticas e as suas características geológicas fazem com que ainda seja possível encontrar em Monchique, nas zonas onde a degradação do coberto vegetal foi menor, uma grande variedade de flora específica.

Destaque para duas raridades ainda existentes como: o Carvalho de Monchique (*Quercus canariensis*), fig. 22 e a Adelfeira (*Rhododendron ponticum ssp baeticum*)<sup>74</sup>.

Algumas das espécies vegetais características desta serra são: Rosa-albardeira – *Paeonia broteroi*; Esteva – *Cistus ladanifer*; Estevão - *Cistus populifolius*; Medronheiro; Sobreiro – *Quercus suber*; Castanheiro – *Castanea sativa* – Vide anexo, Quadro 6.

<sup>71</sup> In: <http://www.cima.ualg.pt/valemon/geologia.html>.

<sup>72</sup> Vide: <http://www.cima.ualg.pt/valemon/geologia.html>.

<sup>73</sup> Na Serra de Monchique identificam-se dois tipos de relevos distintos: o encaixante (maioritariamente constituído por xistos) e o corpo intrusivo (constituído por sienito).

<sup>74</sup> “O ecossistema florestal de Monchique foi identificado como um dos “hot-spots forests” das florestas naturais europeias. Nas encostas e barrancos mesomediterrânicos hiper-húmidos da Serra de Monchique, existem alguns espécimes residuais como o Carvalho de Monchique e a Adelfeira”, in: <http://www.cima.ualg.pt/valemon/>

Desde 1997 que a Serra de Monchique foi incluída na Lista Nacional de Sítios, devido ao conjunto de habitats, que pelas suas características especiais acolhe uma elevada biodiversidade, tais como os sobreirais; as galerias ribeirinhas; carvalhais ibéricos; soutos; medronhais, entre outros – em anexo Quadro 7.

Actualmente a floresta e matos de Monchique caracterizam-se por uma povoação de cerca de 55% de eucaliptos. O povoamento de sobreiros abarca 30% do território; 3% é ocupado por Pinheiro-bravo e, apenas o valor residual de 0,5% é referente à ocupação de castanheiros, outrora uma das espécies mais importantes do concelho – figs. 23 a 26.

Em relação à fauna da serra de Monchique destaca-se a sua importância para a conservação da Águia de Bonelli (*Hieraetus fasciatus*)<sup>75</sup>, assim como a presença de um habitat adequado ao Lince- Ibérico, espécie existente no século XIX, segundo as referências do arqueólogo Estácio da Veiga, e agora praticamente extinta, mas com fortes possibilidades de introdução nesta zona.

Quanto às aves, já foi mencionada a presença da águia de Bonelli, espécie ameaçada em Portugal. Refiram-se ainda, outras aves de rapina observáveis nesta serra algarvia: Bufo-Real - *Bubo bubo*, espécie rara no nosso país; Águia - cobreira – *Circaetus gallicus* e Falcão-peregrino – *Falco peregrinus*, Quadro 2.

O javali é uma espécie quase ameaçada; o Lince-ibérico encontra-se em risco de extinção. Verifica-se igualmente a ocorrência do Coelho-bravo – *Oryctolagus cuniculus*, apesar de ser uma espécie quase ameaçada, e da Lontra – *Lutra lutra* (Quadro 3).

As espécies piscícolas presentes em Monchique são Boga-do-sudoeste - *Chondrostoma almacai*; Cágado-mediterrânico – *Mauremys leprosa* e Lagarto-de-água – *Lacerta schreiberi*, vide Quadros 4 e 5 em anexo.

Em termos económicos Monchique caracteriza-se por uma forte exploração silvícola, dada a riqueza da sua floresta. A silvicultura é uma forma de colmatar a prática de uma agricultura, essencialmente de subsistência, marcada pelas explorações de pequenas dimensões (vide fig. 27).

As batatas, o milho e alguns hortícolas são produzidos em pequenas e muito pequenas unidades, na maior parte das vezes em conjunto com os citrinos e o olival.

A apicultura é outra das actividades com tradição no concelho, sendo o “Mel das Serras de Monchique” um produto com denominação de origem protegida.

O medronho, utilizado no fabrico da aguardente, representa um importante complemento económico das famílias do concelho, fig. 28.

Grande parte dos solos agrícolas destina-se a pastagens permanentes, indispensáveis à pecuária extensiva (bovina e ovina).

A suinicultura é uma actividade de relevo no concelho (onde são criados mais de 50% dos suínos da região) quer seja a prática intensiva de tipo industrial (fig. 29), seja extensiva de tipo familiar, a avaliar pela importante actividade artesanal de produção de enchidos associada.

A exploração dos recursos naturais do concelho origina alguma indústria transformadora, associada às carnes; madeiras (cortiça) e destilarias de medronho.

De referir ainda as pedreiras que estão implantadas num maciço eruptivo de grandes dimensões, de onde se extrai o sienito nefelínico (fig. 30). Este ocorre unicamente no Maciço

---

<sup>75</sup> Trata-se de uma espécie em perigo, que nidifica, geralmente em regiões montanhosas, é característica dos ecossistemas mediterrâneos. A sua alimentação baseia-se, essencialmente em mamíferos de médio porte, como por exemplo o Coelho - bravo.

Eruptivo de Monchique e é comercializado como rocha ornamental, em blocos e cubos, nas variedades cinzenta e rosa. Como rocha industrial é utilizado para produção de alvenaria e agregados.

Aqui está presentemente qualificada uma única água mineral natural, de toda a região, a “Água de Monchique”.

Estas águas são utilizadas na indústria de engarrafamento. A ‘Sociedade da Água de Monchique S.A.’ explora a sua concessão pública desde 1992, por um período inicial de 50 anos, prorrogável por mais dois períodos de 20 anos.

No artesanato evidenciam-se as ‘cadeiras de tesoura’ ou “ *“banco de Monchique”, cruzamento de paus, assento fresco e cómodo, mais próprio para cavaqueira ao ar livre do que para mobilar uma casa*”<sup>76</sup>, são uma peça singular, característica do concelho.

Outras actividades artesanais como o trabalho de vime, tecelagem (linho e lã), o fabrico de calçado ainda se podem encontrar neste concelho, embora não com o vigor de outrora.

Contrariamente às zonas do litoral, o turismo em Monchique desempenha um pequeno papel na economia local, apesar da importância que teve o termalismo, até ao início do século XX, onde as Caldas de Monchique, como tivemos oportunidade de verificar anteriormente, tinham uma enorme procura. Ainda durante as primeiras décadas da centúria passada as Caldas, assim como a Fóia eram visitas obrigatórias para os turistas de então; por um lado o deleite das Caldas com a sua vegetação atípica no contexto regional, com a presença de grandes árvores, como os castanheiros e a abundância de água; por outra a Fóia, o ponto mais alto, com uma vista única sobre a região: “*chegando ao alto da serra, o Algarve é um anfiteatro que desce em degraus até ao mar...*”<sup>77</sup>

No que respeita a oferta de camas, para além de alguns alojamentos de turismo rural, refira-se a recente obra de requalificação efectuada ao complexo hoteleiro das Termas, explorado pela Fundação Oriente e a abertura, em 2009, da unidade hoteleira ‘Longevity Wellness Resort Monchique’, vocacionada para um turismo de natureza e de saúde.

---

<sup>76</sup> In: José Victor ADRAGÃO - *Novos guias de Portugal – Algarve*, Editorial Presença, 1985, p. 40.

<sup>77</sup> In: Idem, *ibidem*, p. 12.

### 1.3.2. Perspectivas da Paisagem

A abordagem que se pretende, relativamente a Monchique, representa muito mais do que a soma das suas características atrás enunciadas.

Recorrendo à paisagem, enquanto *“resultado de um processo de acção humana e de reacção da natureza, que tem em conta não só a realidade física e ecológica de suporte territorial mas também a componente social, económica e cultural da presença humana”*<sup>78</sup>, é nossa intenção desenvolver um projecto que valorize o património (tangível e intangível) existente, do qual a própria paisagem é parte integrante, pois também ela é património cultural, que se transforma, que evolui e se lega às gerações vindouras.

A Convenção Europeia da Paisagem de 2000, como anteriormente mencionado, reflecte justamente as preocupações com a degradação e perigo de desaparecimento das paisagens europeias, consideradas parte fundamental da história e identidade do continente, uma vez que no seu artigo 1.º paisagem *“designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos”*. Neste contexto a paisagem contribui para a formação de culturas locais, parte fundamental do património cultural e natural, assumindo-se no todo ou em parte, como elemento importante na qualidade de vida das populações.

Ainda segundo esta convenção a paisagem desempenha importantes funções de interesse público no âmbito cultural, ecológico, ambiental e social, constituindo, claramente, um recurso favorável à actividade económica, para o qual a gestão integrada das paisagens é fundamental, permitindo responder às necessidades sociais das populações e a um desenvolvimento sustentável.

Os espaços da serra de Monchique, pelas suas características físicas, implicaram adaptações por parte das suas populações, numa simbiose entre as especificidades do meio envolvente e a acção do homem, ao longo do tempo, sobre esse mesmo meio, *“a montanha, que o define, isola-o e permite que tenha características próprias – na terra e nas gentes o Algarve é diferente do resto de Portugal.”*<sup>79</sup>

A presença humana, ao longo dos vários séculos exerce uma modelação da paisagem segundo os recursos naturais presentes e sobretudo pela forma como o homem os explora, e consequentemente, os transforma, (re)construindo a paisagem a cada momento.

No caso da serra, a altitude é determinante para a defesa, o controlo dos espaços circunvizinhos, de passagem, como atesta a ruína do castelo do Alferce (fig. 31). Este é um *“sítio de altura, reocupando, a partir do século V, um povoado da Idade do Bronze, tendo uma continuidade de ocupação, pelo menos até ao período emiral, e tendo uma função de hisn-refúgio, no início da época islâmica. O Cerro organiza-se em dois recintos principais: o chamado castrum, reduto central, de planta quadrangular, cuja origem provável deverá colocar-se na antiguidade tardia, situado na parte mais elevada da plataforma e, no interior da qual se localiza uma cisterna; e um recinto constituído por uma muralha de pedra, em mau estado de conservação, provavelmente da Idade do Bronze final, directamente construída sobre o*

---

<sup>78</sup> In: Leonel FADIGAS – *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*, Edições Sílabo, Lisboa, 2007, p. 127.

<sup>79</sup> In: José Victor ADRAGÃO – *ob. cit.*, p.13.

*substrato rochoso*<sup>80</sup>, demonstrando assim a ocupação e reocupação deste território, e simultaneamente a construção e reconstrução contínua desta paisagem, onde outrora, se localizou um castro, posteriormente um *hîsn*, após o abandono estas estruturas tornaram-se ruínas, que futuramente terão outro uso, outra vida, contribuindo para a construção histórica daquele sítio através da sua integração na estrutura museológica que propomos criar.

A altitude, embora por vezes condicione a ocupação e o tipo de povoamento, por outro garante um posicionamento estratégico fundamental em tempo de guerra; de referir que no Algarve, no período pós reconquista, o ataque de piratas foi uma ameaça constante até ao início do séc. XX, fazendo das zonas interiores da região (como o barrocal e a serra) zonas de refúgio.

A propósito de povoamento, desde a Idade Moderna que esta zona se caracteriza por “pequenos núcleos dispersos com um ou outro *precipitado* numa aldeia maior”<sup>81</sup>, como em Monchique (fig. 32).

As actividades económicas desenvolvidas na serra eram, essencialmente, a agricultura, o pastoreio e a apicultura, com a vantagem de Monchique apresentar grande apetência para a produção de produtos únicos na região (como a castanha, que desempenhou um papel importantíssimo na alimentação até, sensivelmente, ao século XIX), que faziam esta área ser conhecida como a “fruteira do Algarve”.

Entre as serras do Algarve Monchique sempre se destacou pela originalidade da sua paisagem, devido ao seu maciço sienítico esta apresenta um solo muito fértil e abundância de água, sendo assim descrita no século XVI: “*tudo é cercado de pomares deleitosos, em que há castanhas, nozes, peras, maçãs e outra muita fruta; tem muitas vinhas, muita criação de gado, muito me e cera e pão.*”<sup>82</sup>

Existiu, ao longo de vários séculos, uma relação de interdependência económica entre as três micro-regiões do Algarve, que permitia um certo equilíbrio em termos de provimento alimentar, facto pelo qual a região não conheceu grandes períodos de carestia.

Associada a essa ideia de complementaridade, sabe-se que o gado subia à serra, mais concretamente à Fóia (fig. 33): “*(...) vem de todas as partes os gados pascer e fazer grandes criações*”<sup>83</sup>, este foi local de baldio (até ao século XIX), doado por D. João II. O próprio movimento de transumância, *per si*, repercutir-se-á na própria paisagem, uma vez que este trânsito, ainda que temporário, irá trilhar percursos, caminhos, o gado alimenta-se de vegetação e implica, igualmente a presença humana, da pessoa que conduz e toma conta do gado.

Quer isto dizer, que ao longo do tempo e de acordo com o aproveitamento e exploração dos recursos e reservas naturais, o homem vai condicionando e estruturando a paisagem.

Até ao final do século XIX, Monchique era conhecida pela sua luxuriante vegetação, da qual se destacavam os castanheiros, no entanto, a continuada exploração da sua madeira para

---

<sup>80</sup>In: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=53960>, sítio em Vias de Classificação (Despacho de abertura).

<sup>81</sup>Joaquim Romero MAGAHLÃES – *O Algarve Económico 1600 – 1773*, Editorial Estampa, p. 126.

<sup>82</sup>“Duas Descrições do Algarve do Século XVI” (Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero de Magalhães) *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.

<sup>83</sup>Idem, *idibem*.

a carpintaria, a constante conquista de terrenos de floresta por parte do homem (desflorestação/ arroteamento) para agricultura e para construção levou ao desaparecimento de algumas espécies. A este propósito refere Romero Magalhães: “...de princípios do século XVIII, o crescente aproveitamento das madeiras, especialmente de Monchique. Madeiras de castanho que em 1734 já se extraem para todo o Algarve e para Castela ‘por negocio’. Nas feiras do Algarve os carpinteiros de Monchique passam a estar sempre presentes (...)”<sup>84</sup>. O transporte das mercadorias não era fácil dada a falta de uma boa estrada entre Monchique e Vila Nova de Portimão, onde se localizava o porto mais próximo. A partir de 1773 o encaminhamento das madeiras não se faz apenas para Cádiz, Sevilha e Gibraltar, faz-se também para Lisboa. A matéria-prima saía da região em bruto, não se verificando nenhuma transformação, para além da tradicional, que os carpinteiros de Monchique vendiam nas feiras<sup>85</sup>.

Do ponto de vista alimentar a castanha foi sendo substituída com a introdução progressiva da batata (cultura que se dá muito bem nesta zona, já que ainda hoje Monchique é conhecido pelas suas grandes batatas), fez recuar significativamente, a presença desta espécie no concelho, sendo a sua existência, actualmente, apenas residual, como foi dito anteriormente.

De referir ainda que a partir da década de 30 do século XX, iniciou-se a plantação de eucaliptos em Monchique. O rápido crescimento da árvore e as suas propriedades medicinais (das suas folhas e óleos) fizeram desta espécie a que, hoje em dia, ocupa a maior parte do território concelhio, transformando completamente a fisionomia da sua paisagem.

As constantes adaptações e técnicas de exploração dos recursos naturais deixam marcas no território, uma das peculiaridades desta paisagem serrana são os socalcos, que aqui no Sul se chamam ‘canteiros’, fruto das propriedades de pequenas dimensões e da irregularidade do terreno criando uma imagem única na região, figuras 34 à 37 em anexo.

De igual modo estas vivências repercutem-se na economia, nas formas de povoamento e distribuição da população, dos modos de vida (crenças, alimentação, uso de plantas medicinais), nas construções (formas e técnicas construtivas).

O medronho, por exemplo, para além do uso do fruto para o fabrico de aguardente, tinha outras utilizações, as folhas e a ritidoma (casca do tronco) contêm taninos utilizados para curtir peles e na medicina popular era usado para curar diarreias, disenterias e infecções nas vias urinárias.

Em termos arquitectónicos as habitações da serra de Monchique são pequenas e geralmente, rectangulares. Estas são muito semelhantes às casas rurais alentejanas, apresentado os seguintes elementos construtivos de destaque: paredes exteriores e interiores em alvenaria de pedra ou em taipa, técnicas que podem coabitar numa mesma construção; o revestimento superficial das paredes é, na maior parte das vezes inexistente, ou a caiação directa sobre a taipa, o barramento com pasta de cal ou ainda, pelo uso de reboco de cal e areia. Regra geral, apenas as fachadas principais são embelezadas com alguns destes revestimentos; a cobertura tradicional é constituída por estrutura de madeira, revestida a telha de canudo. Nas zonas nobres da casa, podem encontrar-se forros também em madeira. Os telhados são, em geral de uma ou de duas águas; os pavimentos são simples e variam entre a terra compactada, a tijoleira de barro ou argamassa de cimento; os vãos, quer exteriores,

<sup>84</sup> Joaquim Romero MAGALHÃES – *O Algarve Económico 1600 - 1773*, Editorial Estampa, 1993, p. 223.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, p.223.

quer interiores são reduzidos e pequenos, dotados de portadas em madeira com postigo de madeira e, por vezes, com pequenas janelas em vidro simples; em termos de planta e volumetria interiores, estas habitações apresentam um pequeno número de divisões, variando em média entre as 3 e as 6, também elas de pequenas dimensões e com um pé-direito baixo<sup>86</sup>. Um outro elemento a evidenciar são as chaminés de saia (fig. 38) que servem como protecção contra os ventos fortes que aqui se fazem sentir, contrastando com as chaminés rendilhadas do resto do Algarve.

Estas ocupam toda a largura da cozinha, que para além da sua função de fumeiro dos enchidos, actividade com forte tradição em Monchique, desempenha igualmente uma função de conforto: o fogo aquece a casa e tem um papel de índole social, funcionado como centro aglutinador da vida familiar, em torno do qual se convive e se partilham os saberes, as crenças e as tradições de geração em geração.

Outra singularidade deste concelho prende-se com a abundância de água – “... *que nascem ou brotam por toda a parte...*”<sup>87</sup> - e o seu uso. Por um lado o seu uso medicinal, recurso explorado desde o tempo dos romanos nas termas escavadas no sítio das Caldas de Monchique. O poder curativo confere a estas águas um poder sagrado, imortalizado numa inscrição epigráfica encontrada aquando das escavações, e ainda perpetuada na toponímia local: “Fonte Santa” (fig. 39), nome atribuído a um lugar onde, junto ao curso de água se encontra o marco de freguesia entre a de Monchique e a de Alferce (também ele marco do território, neste caso da sua divisão administrativa – fig. 40).

A água é um recurso natural modulante da paisagem pois cria o seu percurso até ao mar, corre e é um agente da erosão, fertiliza os terrenos por onde passa e a sua força, foi desde cedo usada pelo homem. Parafraseando, José Gascon: “ *No seu percurso, são estas águas utilizadas, em grande parte, nas regas dos terrenos cultivados e fazem mover bastantes moinhos e alguns antigos engenhos (pisões) empregados no aperfeiçoamento de tecidos de lã (sorianos) de fabricação local*”<sup>88</sup>. Actualmente ainda se pode visitar o moinho de Pisões (figs. 41, 42 e 43) engenho utilizado também para o trabalho do linho, uma outra actividade com forte implantação no concelho de Monchique. Acerca desta laboração diz-nos, Baptista Lopes que as mulheres aproveitavam “*a excellencia das aguas para embranquecer o linho e estopa...*”<sup>89</sup>.

Mais recentemente foi construída a barragem de Odelouca (figs. 44 e 45) com vista ao abastecimento de água do barlavento algarvio.

A partir de meados do século XX, a saída da população activa para o litoral, constituiu uma verdadeira ruptura no equilíbrio regional existente. Acelerou o processo de desertificação e de envelhecimento demográfico desta zona, afectou as actividades económicas que se baseavam no sector primário, levou ao abandono dos terrenos “esculpidos” em socalcos (‘canteiros’) na encosta da serra, relegando-os para uma pequeníssima exploração agrícola de fim-de-semana (quase como se de um “hobby” se tratasse), na seguinte conversa descrita por José Victor Adragão, já nos anos 80 do século XX o abandono e isolamento eram uma realidade

---

<sup>86</sup> Pedro BEXIGA – “O Comportamento dos edifícios em terra face aos incêndios na serra de Monchique”, in: *Arquitectura de Terra em Portugal*, Argumetum, 2005, pp. 194 – 197.

<sup>87</sup> José GASCON, *ob. cit.*, p. 101.

<sup>88</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

<sup>89</sup> João Baptista Silva LOPES – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1.º volume, Algarve em Foco Editora, s/d, p. 250.

inequívoca nesta serra: “(...) Começa-se, dizíamos, no Pé da Cruz, (...). Cá em baixo são os castanheiros, depois os eucaliptos. A meio caminho a paisagem muda e tudo fica seco e hostil. Depois, de repente, entramos numa mata fresca de pinheiros. Daí começamos a ver, por entre as árvores, a costa entre Portimão e Lagos. Mais à frente aparecem os sobreiros e as oliveiras. O mato mistura-se já com as últimas oliveiras e a passagem vai-se tornar cada vez mais difícil. É aí que mora o Senhor Neto. (...)”

«Parece que vão pôr ali outra antena de televisão» – diz ainda o senhor Neto. O que quer dizer: «Parece que vamos ter estrada, e luz, e relação com o resto do mundo». De vez em quando, um ou outro turista, dos que escolhem Monchique como poiso para fazer férias, aventura-se até ali. Mas a «melhor vista do mundo» continua a ser um privilégio de muito poucos e não dá para «a gente viver».

O senhor Neto, diga-se de passagem, conseguiu escavar a rocha e ali, àquela altitude, abrir uns socalcos onde tem milho e hortaliça, árvores de fruto e até flores. Rega-os com a água de uma nascente que por ali há (...).

Ali, ele e o vizinho Joaquim são os únicos a morar e a amanhar a terra. Mas noutras encostas há camponeses assim, que abrem socalcos até 800 metros de altitude e que arrancam à serra a força das suas culturas.”<sup>90</sup>

A proximidade do litoral facilitou este movimento populacional, apesar de apenas existir uma estrada de ligação a Portimão (localizada a 25 Km de Monchique), cidade que se afirmou no contexto regional, sobretudo na viragem do século XIX para a centúria seguinte (as indústrias da conserva, a Praia da Rocha e o desabrochar do turismo balnear em detrimento do turismo termal).

Durante séculos os caminhos para Monchique eram quase inacessíveis, fazendo desta serra uma fronteira difícil de transpor, segundo a Crónica da Conquista do Algarve<sup>91</sup>, na época da reconquista, foram os almocreves que “ensinaram” os caminhos para o Algarve aos cavaleiros cristãos. A referida crónica destaca a figura de Garcia Rodrigues, mercador que “sabya todo ho reino do Algarve”<sup>92</sup>. Segundo António Castro Henriques “Este [Garcia Rodrigues] informou Paio Peres acerca da organização do inimigo, dos caminhos que atravessavam a serra e das vulnerabilidades do seu sistema defensivo.”<sup>93</sup>

Já em 1237 Paio Peres Correia, comendador da Ordem de Santiago convocou os seus confrades para discutirem o projecto de ataque ao Algarve. “Todavia, o plano não foi bem acolhido pelos freires-cavaleiros que lhe opuseram ‘a graveza da pasajem da serra’. Depreende-se do breve relato desta reunião que Paio Peres não encontrou contra-argumentos e, temporariamente, teve que abdicar da ideia.

Não foi por covardia ou prudência excessiva que os freires cavaleiros se opuseram ao ataque. Para quem viesse do Norte, o relevo intrincado das serras algarvias oferecia poucas vias de penetração e, em contrapartida, proporcionava aos seus defensores posições

<sup>90</sup> José Victor ADRAGÃO – *ob. cit.*, pp. 162-163.

<sup>91</sup> A Crónica da Conquista do Algarve é transcrita em várias crónicas posteriores, apresenta algumas contradições e erros nas cronologias, no entanto é considerada uma fonte válida. Crê-se tratar-se de um manuscrito da década de 1340, cujo autor terá sido um freire de Santiago, português. Os relatos pretendiam exaltar o Mestre da Ordem, conotando-o ao grande feito da conquista definitiva do Algarve.

<sup>92</sup> Cit. por António Castro HENRIQUES – *Conquista do Algarve - 1189-1249 – O Segundo Reino*, Tribuna da História, 2003, p 65.

<sup>93</sup> In: Idem, *ibidem*, p. 65.

*favoráveis. As povoações implantadas entre a Serra do Algarve e o mar estavam protegidos por uma antiga rede de fortificações e castelos que incorporavam os mais recentes aperfeiçoamentos técnicos como Paderne e Silves. A simples travessia das montanhas entre Monchique e o Guadiana, a chamada Serra do Algarve, era já suficientemente morosa, quanto mais contra um inimigo vigilante”<sup>94</sup>, pelo que foi necessário encontrar uma estratégia que permitisse ultrapassar essa barreira física que constituía a serra, neste caso isso foi possível através de uma “aliança “com os mercadores que dada a natureza da sua profissão não conheciam fronteiras.*

Apesar das dificuldades relatadas já os romanos tinham construído vias de comunicação nesta zona, tanto assim é que ainda hoje existem caminhos que assentam no traçado desses antigos caminhos.

Como qualquer outra construção, as vias de comunicação são importantes elementos da construção da paisagem, uma vez que a partir delas se irão estabelecer uma série de contactos, ligações, trocas, construções, no sentido material e intangível.

Em termos de materialidade são facilmente perceptíveis as marcas e as construções decorrentes das vias de comunicações: caminhos, estradas, pontes, etc... no que ao imaterial diz respeito esses sinais podem ser menos evidentes, porém são uma realidade. Em Monchique o isolamento levou á criação de um “linguarejo” próprio, seja na pronúncia, seja na utilização de algumas palavras incompreensíveis para os naturais de outros pontos do Algarve. Por outro lado o natural da “serra” é apelidado pelos habitantes do litoral, de forma depreciativa por “montanheiro”, “serrenho” ou “monchiqueiro”; por seu turno os de Monchique, quando se deslocam ao litoral dizem “ir ao Algarve”, trata-se de um hábito, um “tique” da oralidade que reflecte uma vivência concreta, a separação física, apesar de ser relativamente perto, torna-se longe devido à dificuldade de acessos, o relevo condiciona as acessibilidades e a serra ainda hoje é um obstáculo, que delimita uma região, na opinião de Romero Magalhães: *“Serra e Algarve mostram-se, assim, num todo diferenciado; as culturas e a criação de gado, harmonizadas, complementam-se numa realidade articulada, mas não homogénea. O Algarve, o reino do Algarve, resulta das distintas sub-regiões, em complexa e variável conjugação. Por causa disto mesmo, é uma verdadeira “região histórica”, e não uma região natural. A política, a administração, a organização levaram a esta construção humana”<sup>95</sup>, no nosso entender também o factor natural contribui para a definição desta “região”, uma vez que a delimita de forma inequívoca.*

Nos *Subsídios para a Monografia de Monchique*, José Gascon esclarece a utilização do termo “monchiquero” de forma detalhada: “ *«Os habitantes de Monchique – diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos – chamam-se Monchiqueiros. Como o clima e paisagem desta região fazem que ela difira muito do resto do Algarve, e como logo para Norte se segue o Alentejo, dizem os Monchiqueiros que eles nem são alentejanos nem algarvios e colhi a este propósito algumas canções populares. (...)*»

*N. do A. Em Alcoutim, sucede coisa semelhante. E lá, como em Monchique, ouvi falar do Algarve como de uma terra estranha, diferente. Assim, tanto numa como noutras destas vilas algarvias, é frequente ouvir as expressões ir ao Algarve, lá para baixo para o Algarve, etc. Está exacta esta informação do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos. Não vá, porém, supor-se que os habitantes de Monchique, se apelidam a si próprios de Monchiqueiros. Este nome, pelo sentido*

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, pp. 6 e 7.

<sup>95</sup> In: Joaquim Romero MAGALHÃES – *ob. cit.*, p. 159.

*depreciativo que ainda contém, era-lhes dado por alguns habitantes do Baixo Algarve e aos habitantes de Monchique não agradava nem agrada tal designação.”<sup>96</sup>*

---

<sup>96</sup> In: José António Guerreiro GASCON, *ob. cit.*, p. 376.

## II PARTE – CASOS DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DO PROJECTO

### 2. Experiências de valorização do território: os casos de estudo

#### 2.1. As escolhas:

A escolha dos “casos de inspiração” recaem em três projectos que, ainda que de maneiras diferentes, como veremos, têm como linha comum a promoção do desenvolvimento sustentável a partir do património, isto é a patrimonialização como motor do desenvolvimento local:

- Mértola “Vila Museu”;
- Ecomuseu do Seixal e
- Las Médulas.

São projectos cujas premissas e objectivos se aproximam bastante do que pretendemos criar para Monchique, e em simultâneo são iniciativas já com alguns anos, encontrando-se, actualmente num ponto de maturação que permite uma análise do seu percurso e até alguma aprendizagem.

De salientar, desde já, que a base das três experiências apresentadas é o binómio património - território, e em qualquer um destes casos o património e a sua inter-relação com o território (ontem e hoje) querem-se ao serviço das suas comunidades.

Por outro lado a escolha, teve que ver, igualmente com questões de ordem prática, uma vez que se tratam de casos amplamente conhecidos, e eles próprios objecto de vários estudos e reflexões.

Para a sua explanação, optou-se por seguir a ordem cronológica dos projectos, sendo que o de Mértola foi o primeiro, tendo sido iniciado ainda nos anos 70 do século passado, o do Seixal já na década seguinte, e por fim Las Médulas em 1999.

##### 2.1.1. Mértola

Mértola é uma vila sede de concelho, pertencente ao distrito de Beja. É atravessada pelo rio Guadiana. A sua área é de cerca de 1.292,7 km<sup>2</sup>, sendo limitada a Norte pelos concelhos de Beja e Serpa, a Oeste por Castro Verde e Almodôvar, a Sul pelo concelho algarvio de Alcoutim e a Este pela província espanhola de Huelva.

Este concelho é formado por nove freguesias: Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, S. João dos Caldeireiros, S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros, contando em 2001 com 8.511 habitantes.

O projecto de Mértola surge em 1978, num contexto político muito concreto, pós revolução de 1974, época em que o poder local ganhava um novo fôlego na vida política e cultural nacional.

Este nasceu da vontade do autarca de então e de dois investigadores ligados à Universidade de Lisboa, e pretendia ser um projecto de desenvolvimento integrado, com base nos recursos patrimoniais locais, sendo que *“O tecido urbano do Centro Histórico de Mértola é um conjunto de alto valor histórico, patrimonial, estético e vivencial pelo que, desde o início, se*

*percebeu que a filosofia de intervenção teria que passar sempre por uma recuperação social e patrimonial do Centro Histórico.”<sup>97</sup>*

A arqueologia assumiu uma importância preponderante, dada a riqueza do património posto a descoberto nas sucessivas campanhas. Estas em muito contribuíram para conhecer o passado singular da vila de Mértola e isso gerou um enorme interesse junto da população, que rapidamente se voluntariou e se viu envolvida no “redescobrir” do seu passado, pondo-o ao serviço do presente, contrariando a tendência para a desertificação e estagnação económica desta zona alentejana, como aliás se verifica um pouco por todo o interior do país.

A partir da arqueologia muitas outras dinâmicas, interesses, investimentos e iniciativas surgiram, como refere Lígia Rafael *“não podemos dissociar o projecto de Mértola da arqueologia, já que esta vem como todas as actividades a ela inerentes e a fixação de investigadores e estudantes, estão na base da sua constituição”<sup>98</sup>*.

Neste caso concreto a arqueologia foi o motor que permitiu desenvolver Mértola, porém este só foi possível porque desde o início se assumiu o território como suporte e parte integrante do património arqueológico, ou seja o Centro Histórico da vila, e que nesse território estava inscrita uma população, esta zona da vila foi encarada como um todo, que carecia de reabilitação, valorizando-a, tornando-a atractiva, não somente do ponto de vista turístico, mas especialmente para as comunidades autóctones.

A consciencialização de abordar e trabalhar o “todo”, nas suas diversas vertentes, deu um cunho interdisciplinar a este projecto e definiu-o: “Mértola Vila Museu”. A vila, o seu coração e as suas gentes eram parte integrante deste conceito, uma vez que a finalidade inicial a que se propunha era precisamente o de promover o desenvolvimento de Mértola.

Dadas as suas características cedo se percebeu que este seria um projecto de museologia local, polinucleado, prevendo a *“...instalando em pontos chave do casco antigo pequenos núcleos museológicos temáticos e, sempre que possível, no próprio local dos achados arqueológicos, que servissem de pólos de divulgação e dinamização.”<sup>99</sup>*

O entusiasmo geral dos primeiros anos, que resultou, como referido num envolvimento e aproximação da população, a criação do Campo Arqueológico de Mértola, bem como outros pólos de formação ligados ao património e ao turismo<sup>100</sup>, que de alguma forma, só por si, contribuíram para atrair pessoas a Mértola e, deste modo animar e estimular a vida económica, social e cultural da vila, nunca colmatou os constrangimentos orçamentais existentes e uma certa “promiscuidade” em termos de gestão e do ponto de vista financeiro entre a instituição “Mértola Vila Museu” e a autarquia local, o que resultou na transição da tutela para a Câmara Municipal de Mértola, em 2001<sup>101</sup>.

---

<sup>97</sup> In: Lígia RAFAEL - Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora: *Os Trinta anos do Projecto Mértola Vila Museu: Balanço e Perspectivas*, p.91.

<sup>98</sup> Idem, *ibidem* p.33

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*, p. 34.

<sup>100</sup> Delegação da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça.

<sup>101</sup> Sobre esta questão diz-nos Lígia Rafael – *“O Museu é tutela da Câmara Municipal sendo a sua gestão efectuada através de protocolo em que se especifica que a gestão administrativa e financeira é da responsabilidade da autarquia e a gestão científica é da responsabilidade do CAM, sob direcção do Doutor Cláudio Torres. A celebração deste Protocolo vem no seguimento do financiamento do IPPAR, em 2000, que atribuiu ao CAM um subsídio para a implementação do circuito patrimonial de Mértola que incluía a abertura permanente ao público de todos os núcleos museológicos e o lançamento de uma linha comercial que permitisse a sua sustentabilidade. Podemos concluir que, o fim do financiamento do IPPAR e a mudança política ocorrida na Câmara Municipal em 2001, fez com que a definição dos meios*

Para melhor se perceber o desenho deste projecto e a sua exequibilidade em termos práticos, iremos recorrer ao testemunho de Rui Mateus, um antigo membro do mesmo, que apresenta em quatro grandes tempos as etapas fundamentais deste processo<sup>102</sup>:

1. **“Primeiro tempo [1978 – 1986]** *Foram anos de paz e amor pelo menos até 1984. A iniciativa coube ao então presidente camarário, Serrão Martins e a direcção conjunta da investigação a A. Borges Coelho e Cláudio Torres, que assumiria a liderança do projecto, mantendo-se hoje em funções como director do CAM e do Museu. Foi um período rico em entusiasmo, muitos estudantes universitários e licenciados com distintas formações no âmbito das ciências sociais (...), alojavam-se no dispensário cedido pela autarquia, motivados para participar nas limpezas e escavações ou no estudo (...). A partilha de saberes e experiências com a juventude local deu origem a uma consciencialização da necessidade de se trabalhar me defesa do património local, pelo que se criou a ADPM [1981]. Apesar das insuficiências financeiras, oriundas da autarquia e do antigo Instituto Português do Património Cultural neste período, recolheram-se dados científicos relativos, não apenas à arqueologia, mas também à história local, antropologia, geografia, biologia, etc.*
2. **Segundo Tempo [1987-1991]** *Sucedem a quatro factos determinantes na evolução futura do projecto: morte prematura do então presidente da CMM [1984]; abandono da Universidade de Lisboa e instalação definitiva de Cláudio Torres em Mértola [1985]; adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia [1986], que veio sensibilizar os portugueses para o valor insubstituível do património cultural na afirmação da sua identidade no contexto europeu; e a responsabilidade do CAM, atribuída por parceiros científicos, de organizar (...) o IV Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental [1987]. No âmbito do I Quadro Comunitário foram aprovados três projectos nos domínios da Arqueologia, Museologia e História, concedendo-se apoios consideráveis na altura, cerca de 500.000 euros na moeda actual, utilizados na compra de equipamento informático e de laboratório, de luxo para a época, e na aquisição de serviços. O resultado foi, na verdade admirável, porque se produziram os primeiros documentos científicos, um fenómeno proveniente de um pequeno lugar, com reflexo positivo na comunidade científica e na sociedade portuguesa pela ampla cobertura mediática (...). Os sinais animadores no exterior revelavam cumplicidades sadias no interior, que se foram esbatendo no tempo, assim que o CAM se separou da ADPM [1988], os recursos iam sendo mal geridos (a aquisição do edifício sede foi, a esse título, injustificável) e a equipa, cuja liderança passiva facilitou a sua desintegração progressiva, entre elementos com situação profissional regularizada e outros dependentes da aprovação dos projectos por si elaborados.*

---

de gestão do Museu fossem clarificados e claramente assumidos pela Autarquia. Esta assunção pela tutela de maiores responsabilidades para com a gestão está também relacionada com a adesão, em 2002, à Rede Portuguesa de Museus.”, p. 47.

<sup>102</sup> In: Pedro Manuel de Azevedo e Silva PEDROSO – *Valorização do Património Cultural – O Caso de Mértola*, Dissertação do Mestrado em Marketing, da Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Gestão e Economia, 2007, pp.73 e 74.

3. **Terceiro Tempo [1992 - 1995]** *Surgem dificuldades sérias. A lenta transição de Quadro Comunitário a juntar, por um lado, às deficiências de gestão referidas, agravadas pela assunção de compromissos adicionais com novas aquisições, justamente os edifícios dos futuros núcleos museológicos, sem garantias de financiamento, obrigando a encargos bancários imprevistos e, por outro, a uma menor taxa de aprovação de projectos, conduziram ao inevitável choque com a realidade, alterando-se a equipa e a direcção executiva do Projecto, afectando também a ligação com a comunidade local, que de resto, sempre foi difícil, como denuncia a subtileza do qualificativos pára-quadristas atribuído aos forasteiros. A criação da delegação em Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, na qual se integraram antigos investigadores dispensados, atrai à região mais jovens e contribui para a formação de técnicos profissionais nas áreas da Arqueologia, Património, Museografia, Animação Cultural e Turismo Ambiental e Rural. A actividade da ADPM prosseguia desenvolvendo-se de forma integrada com a conservação do meio ambiente e da natureza concretizando diversos projectos científicos nesse domínio, apoiados pelo Ministério do Ambiente, Administração Regional, instituições internacionais como o WWF e Fundos de Desenvolvimento Regional (EU), que contribuíram decisivamente para a classificação da bacia hidrográfica do Guadiana, como Reserva Natural, com a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana [1996].*
  
4. **Quarto tempo [1996 - 2001]** *Corresponde grosso modo à concretização do produto prometido a vila museu. Graças ao precioso auxílio do Fundo de Turismo com uma contribuição de 1.25 milhões de euros na moeda actual [1996-97] e de um reforço financeiro autárquico [?], foi possível concluir a rede de oito núcleos que integram hoje o Museu de Mértola: Casa Romana [1989]; Torre de Menagem do Castelo [1991]; Basílica Paleocristã [1993]; Ermida e Necrópole de S. Sebastião [1999]; Oficina de Tecelagem [2000]; Forja do Ferreiro, Arte Sacra e Arte Islâmica [2001]. Até à abertura deste último realizou-se a exposição de cerâmica islâmica [1995-2000] que atraiu mais 47.000 visitantes do que o novo núcleo em quatro anos de funcionamento. Um aviso para quem confiava que estas infra-estruturas dinamizariam as actividades económicas relacionadas com o turismo cultural, apenas pelo seu potencial de atracção. Foi um período de grande azáfama, porque obrigou a um sobre esforço da parte da equipa de investigadores polyvalentes para actividades necessárias à própria construção física dos núcleos museológicos.”*

A transcrição, praticamente integral desta parte do texto, deve-se aos factos aqui relatados, na primeira pessoa, por alguém conhecedor do projecto e do seu decurso. O seu tom crítico também se considera um importante contributo para a nossa análise, pois por vezes passa para o exterior uma imagem construída e que pode não corresponder, exactamente, à realidade dos factos. Esta parece-nos uma visão bastante mais útil, também devido à oportunidade de reflexão que nos oferece e um excelente recurso de aprendizagem, que será depois transferido para a nossa própria proposta.

Face ao exposto e antes de passarmos a uma análise mais cuidada do caso de “Mértola Vila Museu”, convém fazer algumas actualizações às informações acima transcritas, uma vez

que este testemunho foi apresentado em 2001, a propósito da realização *dos Encontros do Património de Vila do Conde*<sup>103</sup>.

Actualmente, e por forma a dinamizar e a melhor articular a oferta de espaços musealizados, existe um circuito de visita, com a seguinte configuração:

1. **Centro de Acolhimento e informação** – localiza-se à entrada da chamada “Vila Velha”, e funciona como ponto de divulgação de actividades e de atendimento turístico. Dispõe ainda de um ecrã que permite a visualização de pequenos filmes, ou uma breve conversa introdutória com os visitantes. É ainda o local de venda de bilhetes, de publicações e guias de visita.
2. **Castelo - Torre de Menagem** – a imponente torre, assinala a época em que Mértola foi durante um século, a sede nacional da Ordem de Santiago. Na sala de armas abobadada encontram-se alguns elementos arquitectónicos recolhidos na vila e nos arredores datáveis entre os séculos VI e IX. Esta mostra, além de um catálogo temático, ostenta um painel didáctico com a implantação topográfica dos objectos expostos. A restante área do castelo foi alvo de uma intervenção de reabilitação, estando previsto um projecto de musealização.
3. **Acrópole romana e bairro islâmico** – Na zona Norte da encosta do Castelo, encontram-se os vestígios do possível *forum* da cidade romana, que cria uma plataforma artificial, suporte do mais imponente conjunto monumental da velha *Myrtilis*. Toda esta antiga praça pública assentava num criptopórtico (com cerca de 30 metros de comprimento e 6 de altura que serviu de armazenamento alimentar e mais tarde de cisterna). Na época islâmica, ao longo dos séculos XI e XII, toda esta zona é ocupada por um bairro habitacional que, depois da conquista cristã de 1238, é completamente arrasado e transformado em cemitério. Este recinto, agora de acesso reservado, poderá ser visitado, futuramente, percorrendo um passadiço metálico que levará o visitante aos locais de maior interesse. Entre estes conta-se um importante baptistério do século VI, na altura rodeado por um belo conjunto de mosaicos policromos de que restam alguns fragmentos significativos.
4. **A igreja-mesquita** – Inserida no trajecto da acrópole situa-se a actual Igreja Matriz, antiga mesquita e onde terá existido um templo romano e depois um paleocristão. Da antiga mesquita almóada restam dois capitéis, reutilizados nas obras quinhentistas, quatro portas de arco ultrapassado e o *mihrab*. Em meados do século XVI a igreja é completamente reconstruída. As suas cinco naves, inicialmente cobertas por madeiramento policromo, são substituídas por um belo conjunto de abóbadas com destaque para o tramo polinervado do altar-mor. Ao contrário da abobadagem e dos pináculos exteriores que se submetem ao gosto mudéjar do último gótico, a porta principal da igreja segue os modelos do Renascimento italiano. No adro do templo, um painel, com algumas informações históricas e os horários de abertura do mesmo.
5. **Forja do Ferreiro** – descendo pela rua da Afreita, encontra-se uma antiga oficina de ferreiro. Aqui estão expostas a bigorna, a forja com o seu fole e as demais ferramentas necessárias à moldagem do ferro. Um painel explicativo descreve o local e as principais operações desenvolvidas pelo artesão.

---

<sup>103</sup>Idem, *ibidem*, p. 72.

6. **Colecção de arte islâmica** – Está instalada nos espaços e volumes dos antigos celeiros da Casa de Bragança. Trata-se da colecção de arte islâmica mais importante do país, com particular destaque para o espólio cerâmico decorado com vidrado em "corda seca".
7. **Arte Sacra** – localizado na igreja da Misericórdia, numa zona desafecta ao culto, guarda um interessante acervo de arte sacra cristã. O corpo da igreja, a sacristia e outros anexos, servem hoje de espaço expositivo. A colecção de estatuária, pintura e alfaias religiosas, foi durante os últimos vinte anos, recolhida em algumas igrejas do concelho, dada a pouca segurança e abandono a que tinham sido votadas. Entre um conjunto de três dezenas de peças esculpidas em madeira policroma, algumas pertencem a grandes escolas europeias do século XVI e a grande maioria foi trabalhada em oficinas regionais. A primeira parte da exposição permite uma visita virtual a todas as igrejas paroquiais, com projecção de um filme alusivo à procissão anual do Senhor dos Passos. Estão expostas também algumas peças da antiga Misericórdia e três tábuas monumentais que pertenceram a antigos altares quinhentistas da igreja matriz.
8. **Casa romana** - Sob o edifício dos Paços do Concelho encontra-se instalado o núcleo romano do Museu. Antecedendo obras no subsolo, uma intervenção arqueológica pôs a descoberto as ruínas de uma habitação romana. A musealização deste sítio permitiu instalar um conjunto de fragmentos arquitectónicos sugerindo formas e funções da época em que a casa foi habitada. São expostos objectos encontrados *in situ*, outros associados ao mesmo contexto cultural e finalmente a reprodução de vidros e esculturas dessa época que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia.
9. **Oficina de ourivesaria** – esta oficina de ourivesaria produz réplicas de alguns materiais arqueológicos provenientes das escavações, a partir de técnicas e gestos artesanais modelam a prata e o ouro numa profusão de formas e motivos inscritos a tradição islâmica e mediterrânea.
10. **Oficina de tecelagem** - Nesta oficina, onde é ministrada formação contínua, uma cooperativa de tecedeiras encarrega-se de fazer sobreviver esta tradição. Um dos produtos mais significativos da região são as mantas de lã, os seus motivos decorativos parecem inspirados numa gramática ornamental filiada em antigas tradições berberes. Do ponto de vista expositivo o espaço tem uma mostra de antigos instrumentos ligados à actividade da lã e do linho, e uma exposição de tecidos fabricados na oficina e nos povoados serranos do concelho.
11. **Basílica paleocristã** – Este núcleo apresenta ruínas de uma grande basílica paleocristã aberta ao culto do século V ao século VIII. De três naves e ábsides contrapostas, o que resta deste templo funerário é hoje valorizado por uma museografia que apenas sugere as principais linhas arquitectónicas. A importância excepcional deste museu é a colecção lapidária paleocristã constituída por seis dezenas de lápides epigrafadas, trinta das quais se encontram expostas no local.
12. **Ermida e necrópole de S. Sebastião** - No pátio da Escola Secundária foi escavada e museografada a parte mais significativa de uma grande necrópole romana e tardo romana sobre a qual se implantou no século XVI uma pequena capela dedicada a S. Sebastião. O cemitério, escavado na rocha, é visitável através de um passadiço metálico e ostenta um painel indicativo. A ermida, completamente reconstruída, numa

operação pedagógica, com a ajuda dos alunos de arqueologia da Escola Bento de Jesus Caraça, abriga um pequeno museu de sítio.

13. **Percursos complementares: Azenhas do Guadiana** - Nas imediações da escola o rio Guadiana é cortado por um açude onde estão implantados cinco moinhos de água. Dois deles em sólida abobadagem estavam adaptados ao regime das marés.

2001 representou para o Projecto de Mértola, uma nova etapa, se quisermos adoptar a terminologia de Rui Mateus, entrou num *'quinto tempo'*, porque esse ano marca em definitivo o assumir por parte da autarquia da maior parte das responsabilidades do museu, nomeadamente em termos de gestão e de financiamento. A partir deste momento, e também devido ao processo de credenciação com vista à integração do museu na RPM, como esclarece Lúcia Rafael, *"... o fim do financiamento do IPPAR e a mudança política ocorrida na Câmara Municipal em 2001, fez com que a definição dos meios de gestão do Museu fossem clarificados e claramente assumidos pela Autarquia. Esta assunção pela tutela de maior responsabilidade para com a gestão está também relacionada com a adesão, em 2002, à Rede Portuguesa de Museus"*<sup>104</sup>, logo a questão que se coloca é: estamos perante uma experiência museológica fortemente arreigada nos conceitos da ecomuseologia, ou estamos perante mais um museu municipal? Esta alteração de tutela coloca em causa os processos, os objectivos que deram forma e caracterizaram este projecto?

Uma das primeiras transformações verificadas, prende-se com a designação do projecto. Para trás ficou a feliz síntese de "Mértola Vila Museu", para a actual nomenclatura de "Museu de Mértola", que segundo a informação oficial foi *"criado pela Câmara Municipal de Mértola em 2004, é composto por vários núcleos dispersos geograficamente, na sua maioria localizados no Centro Histórico de Mértola."*<sup>105</sup> A partir da leitura do Regulamento Interno do museu depreende-se que este conceito nasce na sequência da aprovação em Reunião de Câmara de que: *"Em 3 de Junho de 2004 foi assinado o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola, sobre a Gestão do Museu de Mértola, assinado pelo Dr. Jorge Pulido Valente e Dr. Cláudio Torres, em representação das duas instituições. Na Cláusula 1ª – Tutela, refere-se "O Museu de Mértola (MM) será tutelado pela Câmara Municipal de Mértola, cabendo a sua direcção e gestão científica ao Campo Arqueológico de Mértola."*<sup>106</sup>, o mesmo documento esclarece ainda que *"O Museu de Mértola é fruto da estreita relação entre duas instituições – Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola que, desde finais dos anos setenta do século XX, trabalharam em conjunto com o objectivo de estudar, preservar e valorizar o património cultural de Mértola"*<sup>107</sup>.

No que respeita a uma das questões levantadas acerca do tipo de museu é o de Mértola, a resposta é uma vez mais apresentada no seu regulamento interno: *"Enquadramento orgânico - O Museu de Mértola é um museu municipal dependente da Câmara Municipal de Mértola. Insere-se na Divisão Sócio-Educativa e depende administrativa e financeiramente da Autarquia"*<sup>108</sup>.

<sup>104</sup> In: Lúcia Rafael, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>105</sup> In: <http://museus.cm-mertola.pt/museu.php>

<sup>106</sup> In: *Regulamento Interno do Museu de Mértola*, Preâmbulo.

<sup>107</sup> *Idem Ibidem*

<sup>108</sup> Art.º 3.º.

### 2.1.2. Ecomuseu do Seixal

De *'Mértola Vila Museu'*, passamos para o reconhecidíssimo caso do Seixal – o Ecomuseu do Seixal (EMS), a única experiência museológica em Portugal a ostentar tal designação (de ecomuseu), e que por isso mesmo foi alvo da nossa escolha.

Do ponto de vista geográfico o concelho do Seixal situa-se na Península de Setúbal e pertence à Área Metropolitana de Lisboa (AML) - Sul, tendo uma forte ligação ao rio Tejo, meio privilegiado de comunicação com a capital.

A sua superfície é de 94 km<sup>2</sup> de superfície, sendo constituído por seis freguesias: Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios, Fernão Ferro e Seixal. De acordo com os dados dos censos de 2001, este município apresentava uma população residente acima dos 150 mil habitantes, fazendo deste concelho um dos mais populosos da Península de Setúbal, tendência que aumentou a partir dos anos 70 do século XX, devido à proximidade do Seixal a Lisboa e as boas ligações entre estas cidades, assim como devido à industrialização desta área. Estes factores foram determinantes para a rápida alteração de um meio essencialmente rural e piscatório, dada a forte ligação ao rio, para um meio de cariz urbano, com destaque para os dois centros urbanos daí resultantes: o Seixal e a Amora.

A história deste museu surge da iniciativa autárquica, que em 1982 pretende criar um museu municipal na sua área concelhia, um ano depois o projecto ganha a denominação de *'ecomuseu'*, dada as especificidades intimamente ligadas ao território e à sua relação com as comunidades e o seu desenvolvimento, conceitos, conceptualmente próximos da ecomuseologia. Título este sugerido pelo próprio Hugue de Varine, então a residir em Portugal, e que a autarquia seixalense adoptou a partir de então.

Segundo António Nabais, o EMS nasceu para dar resposta a necessidades concretas que se colocavam, no final da década de setenta do século passado, no Município do Seixal, relacionadas com um *"cenário de mudança que rapidamente iria apagar as memórias que chegaram até nós, nomeadamente das actividades económicas tradicionais que tinham convivido com a industrialização que, no concelho do Seixal, começou já na primeira metade do século XIX."*<sup>109</sup>

Tornava-se pois fundamental garantir a salvaguarda das identidades culturais do concelho, e em simultâneo dar à comunidade local, instrumentos culturais que lhe permitisse uma inserção no seu próprio meio, evitando, deste modo um desenraizamento, face às grandes transformações ocorridas.

Foi neste contexto que se desenvolveu uma programação museológica cujos projectos tinham por base objectivos fundamentais *"de estudo; salvaguarda e valorização do património natural e do património cultural, no território correspondente ao Concelho do Seixal, privilegiando a conservação de testemunhos in situ e as intervenções que propiciem a divulgação e a transmissão de técnicas e saberes tradicionais,"*<sup>110</sup> partindo da ideia de que o ecomuseu visa a interpretação das relações do Homem com o meio, ou seja a um território e população, corresponde uma identidade e é através do seu reconhecimento que se promove o

---

<sup>109</sup> António NABAIS – "Ecomuseu Municipal do Seixal museu de identidades", in: *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p.150.

<sup>110</sup> Graça FILIPE - "Ecomuseu do Seixal das realizações aos problemas actuais, na perspectiva do desenvolvimento", in: *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p. 74.

desenvolvimento, funcionando o museu como pólo aglutinador e dinamizador dessas inter-relações.

De ressaltar ainda um aspecto preponderante em toda a construção deste processo, assumindo que um museu é um organismo vivo e dinâmico, que se prende com a participação da população na identificação e recolha do seu património, embora a entidade promotora, como já foi mencionado, tenha sido a autarquia, desde o início verificou-se uma mobilização das comunidades conscientes do seu papel enquanto elementos detentores de património, seja este tangível ou intangível e do seu contributo no processo de patrimonialização/musealização.

A construção desta experiência museológica faz-se constantemente através de novas iniciativas e mutações que vão surgindo, respeitando sempre os seus objectivos basilares enquanto instituição “...museológica que melhor se adapta às mudanças. (...) Um museu que põs em prática uma museologia activa, participativa, comunitária e extensiva”<sup>111</sup>, como sublinha Graça Filipe: “Um projecto museológico deste tipo requer necessariamente um actualizado conhecimento da área de influência/acção do museu, por um lado, e por outro um permanente sentido crítico e predisposição para a (re)avaliação de programas, acções e, globalmente, de filosofias de trabalho, que validem a intervenção do museu. **Questão da maior pertinência é sem dúvida a da participação da população e do lugar que realmente toma no processo de construção e no funcionamento do Ecomuseu.**”<sup>112</sup>

Numa perspectiva organizacional o EMS caracteriza-se pela sua forma descentralizada no território, com a constituição de vários núcleos, formando uma estrutura polinucleada, tal como em Mértola. Numa fase inicial os seus serviços estavam, também eles descentralizados, situação que se alterou aquando da abertura do Núcleo da Mundet, que passou a funcionar como sede. Deste modo este projecto comporta os seguintes centros em funcionamento, ou em vias de:

1. **Mundet (Seixal)** – local onde se encontram os serviços centrais. Esta foi uma antiga fábrica corticeira, cujo imóvel foi adquirido pela autarquia em 1996. Enquanto núcleo – sede, aqui funciona a Direcção e Serviço Administrativo; o Serviço de Património Industrial; o Serviço de Património Marítimo; o Serviço Educativo; as áreas de Investigação sobre Moinhos de Maré e Património e Cultura Flúvio-Marítimos; o Centro de Documentação e Informação. Tem ainda uma área de exposições e áreas técnicas.
2. **Quinta da Trindade (Seixal)** - Antiga quinta agrícola, com raízes que remontam ao século XV, trata-se de um Imóvel de Interesse Público, pertence à Câmara Municipal do Seixal desde 1982. Este edifício alberga dos Serviços de Conservação e Inventário Geral e de Arqueologia, zona de reservas e áreas técnicas, ainda não está visitável, encontra-se me fase de programação museológica.
3. **Núcleo Naval (Arrentela)** - Antigo estaleiro naval artesanal, em funcionamento até ao final da década de 1970 é propriedade do município desde 1984; dispõe de zona para exposições e uma oficina de modelismo naval.

<sup>111</sup> António NABAIS – “art. cit.”, p.152.

<sup>112</sup> Graça FILIPE – “Ecomuseu no Seixal — construindo um modelo museológico”, in: *Cadernos de Sociomuseologia* n.º 8, 1996, p. 63. Destaque do texto a negrito nosso.

4. **Embarcações tradicionais** – são embarcações adquiridas pela autarquia desde 1981, recuperadas e em navegação, visam a preservação das técnicas e do saber-fazer associado à construção naval em madeira e à navegação à vela. São utilizadas para actividades náuticas ligadas à cultura e ao lazer.
5. **Olaria da Qt.ª do Rouxinol (Corroios)** – Sítio arqueológico, identificado em 1986, em terrenos do domínio público municipal. Estamos na presença de uma olaria dedicada à produção de ânforas, loiça doméstica, lucernas e materiais de construção na Época Romana (séculos III-V). Este sítio encontra-se classificado como Monumento Nacional. O seu acesso é por ora ainda restrito por se encontrar em programação museológica.
6. **Moinho de Maré (Corroios)** - Moinho de maré erigido em 1403, é um Imóvel de Interesse Público, tendo sido adquirido em 1981, conta com área de exposições e sala multiusos.
7. **Qt.ª de S. Pedro (Corroios)** - Antiga quinta agrícola, com capela e necrópole das épocas medieval e moderna (séculos XIII-XVIII), encontra-se na posse da Câmara desde o início da década de 1990, aqui têm lugar Iniciativas de natureza educativa.
8. **Fábrica da Pólvora (Vale de Milhaços)** - Antiga fábrica de pólvora (1898-2001), onde se preservam o circuito produtivo e máquina a vapor centenária (1900), é um imóvel em vias de classificação. Pertence, ainda que parcialmente ao município desde 2001, encontra-se em fase de programação museológica.

Do ponto de vista conceptual a configuração do EMS assenta em duas estruturas museológicas base denominadas núcleos e extensões. Os núcleos são constituídos por sítios e recursos patrimoniais cuja gestão é assegurada pelo município, e as extensões são sítios de gestão mista, em que o Ecomuseu viabiliza a necessária aplicação de funções museológicas através de cooperação com outras entidades parceiras da autarquia<sup>113</sup>.

Por forma a responder à enorme diversidade de tipologias patrimoniais, as disciplinas que mais se destacaram nas primeiras décadas de existência do ecomuseu foram a Arqueologia, a História e a Antropologia, que permitiram um conhecimento evolutivo do território em causa e, por outro lado, geraram um processo de constituição de acervo e de organização de recursos em que emergem três campos temáticos essenciais, intimamente ligados à identificação e a caracterização deste território, aos quais correspondem o património histórico e arqueológico, o património técnico e industrial e o património náutico e flúvio-marítimo<sup>114</sup>.

Quanto à gestão, este ecomuseu distingue três níveis distintos, sendo que o primeiro corresponde à Câmara Municipal do Seixal, que enquanto tutela define políticas, planos e financiamentos; segue-se um segundo nível, o da chefia orgânica e de responsabilidade técnico-científica e por fim a equipa técnica, tratando-se de uma equipa multidisciplinar, dada a variedade e abrangência do próprio museu.

---

<sup>113</sup> Graça FILIPE – “Da musealização de património ao ordenamento do território musealizado: em busca de um modelo de sustentabilidade adequado a cada realidade em mudança”, in: *Museal Núcleos Museológicos – Que Sustentabilidade? - Revista do Museu de Faro*, n.º 4, Setembro de 2009, p. 44.

<sup>114</sup> Graça FILIPE – “O Museu, como instrumento de comunicação: Experiência no Seixal”, in: *1.º Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal. Educação, Património e Autarquias*, Seixal s/d.

A partir de 1996 verificou-se um alargamento territorial e o aprofundamento da estrutura orgânica e funcional do Ecomuseu. As modificações e expansão das suas actividades, nomeadamente nos campos da investigação, da documentação e da conservação, colocaram na ordem do dia uma reprogramação museológica.<sup>115</sup>

Uma estrutura com estas características exige um sistema de gestão que se adequa às mudanças organizativas, à sua complexidade, às necessidades de desenvolvimento, sem, contudo, descurar a missão da instituição. Face a tal necessidade em 2001 o EMS foi alvo de um Plano de Qualificação e Desenvolvimento, que previa dois eixos estratégicos:

1. Qualificação dos núcleos museológicos existentes e musealização da antiga fábrica corticeira Mundet (Seixal);
2. Circuito Museológico Industrial como meio de valorização e gestão de recursos patrimoniais técnicos e industriais.

Este plano traduziu-se na criação de novos serviços especializados, o Serviço de Arqueologia, decorrente da legislação então promulgada e o Serviço de Estudo e Inventário de Património Industrial, por forma a dar respostas às necessidades crescentes nestas matérias, face ao enorme peso que o Património Industrial representa na esfera desta estrutura, com a integração de duas unidades fabris desactivadas.

O Ecomuseu do Seixal apresenta uma equipa multidisciplinar que assegura investigação nas suas diversas áreas de actuação. A investigação, tal como sucede no projecto de Mértola, é um factor determinante e que se repercute em todas as outras acções, a investigação e o rigor técnico e científico são a base destas estruturas museológicas, parafraseando, uma vez mais Graça Filipe: *“a investigação é um elemento regulador da dinâmica do museu e da sua capacidade de renovar a comunicação com os públicos e utilizadores”*.<sup>116</sup>

A par da investigação, a divulgação e a relação com os públicos é fundamental num ecomuseu, sobretudo na relação de proximidade que se estabeleceu e que se pretende dar continuidade, com as comunidades locais, tornando o museu num elo de ligação entre as pessoas (o património vivo) e o território onde este se insere, enquanto entidade determinante na promoção do desenvolvimento dessa mesma área.

O EMS é um caso particular no âmbito das experiências que se inserem na esfera da ecomuseologia. O seu impulsor foi o poder local, ou seja, no que respeita a questões de tutela, financiamentos e outras questões ligadas a parcerias e outras necessidades sentidas no caso explanado anteriormente, este caso concreto nasceu apenas de uma vontade política. Contudo, viu importantes figuras da museologia envolvidas no seu processo de criação, denotando-se, desde sempre, ousamos nós afirmar, uma enorme abertura e vontade de debater e aprender com outras experiências. É neste contexto que se compreende a participação de Hugue de Varine, que aponta algumas semelhanças entre o Seixal dos anos oitenta (do século XX) e Creusot, nomeadamente em relação à actividade industrial. Este museólogo irá colaborar na criação do programa museológico do EMS que se foi estruturando entre 1982 e 1986, tendo o seu ponto de partida no trabalho monográfico realizado por

---

<sup>115</sup> In: [http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres\\_home.html](http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres_home.html).

<sup>116</sup> Graça FILIPE – “Ecomuseu no Seixal — construindo um modelo museológico”, in: *Cadernos de Sociomuseologia* n.º 8, 1996, p. 64.

António Nabais, sobre a *História do Concelho do Seixal. Património Industrial – Moinhos de Maré*<sup>117</sup>.

Esta sua filosofia de aprendizagem e de abertura mantém-se, o que se reflecte nos inúmeros estudos e trabalhos académicos existentes sobre o EMS, não apenas relacionadas com a sua organização museológica, mas também acerca das várias disciplinas que esta encerra.

### 2.1.3. Las Médulas

A zona de Las Médulas é um exemplo excepcional da construção diacrónica de uma paisagem fortemente marcada pela intervenção humana durante séculos. A compreensão desta complexa paisagem passa por uma integração dos diversos registos que actuaram e actuam na construção dos elementos visíveis e invisíveis, assim como a sua percepção ao longo da história, seja para os seus habitantes, seja para quem a visita, fig. 46.

Las Médulas é um dos mais importantes sítios romanos encontrados na Península Ibérica. Localiza-se perto do rio Sil, na comarca de El Bierzo a oeste da província de Leão, na comunidade autónoma de Castela e Leão (Espanha).

Não obstante a importância da presença romana, que verdadeiramente construiu (a paisagem de) Las Médulas, encontram-se, na sua envolvente, testemunhos de ocupações anteriores, nomeadamente de castros, havendo vestígios de uma incipiente exploração aurífera. Estão identificados, existindo, inclusivamente percursos, os seguintes:

1. Castro pré-romano de Borrenes;
2. Castrelín de San Juan de Paluezas;
- 3.

Mas também, alguns aspectos patrimoniais de datações posteriores, a atestar a continuidade de ocupação deste local como é o caso do castelo de Cornatel.

De referir ainda a existência do lago de Carucedo, trata-se de um lago artificial que se formou com a obstrução do desagúe do rio Sil, provocado pelos lodos e areias provenientes das explorações auríferas de Las Médulas.<sup>118</sup>

Esta singularidade, enquanto testemunho presente de um verdadeiro processo histórico, foi reconhecida e conseqüentemente valorizada pelas entidades locais, nacionais e internacionais, tanto que este espaço foi considerado ‘Espaço Cultural’, pela Junta de Castela e Leão<sup>119</sup>, e classificada, em 1997 como paisagem cultural, no âmbito da UNESCO.

---

<sup>117</sup> Edição da Câmara Municipal do Seixal, 1.ª ed. de 1986. Este estudo foi feito na sequência da aquisição, por parte da Câmara Municipal do Seixal, de dois moinhos de maré, com vista à sua salvaguarda e protecção. Neste sentido, dois anos mais tarde a Proposta de Criação e o Programa do Museu Municipal do Seixal incluem o Moinhos de Maré de Corroios, como núcleo museológico – in: *Ecomuseu Informação – n.º 52, Boletim Trimestral do Ecomuseu do Seixal - Julho Agosto, Setembro, 2009*, pp. 17 e 18.

<sup>118</sup> Javier VILLALIBRE – *Las Médulas y Su Entorno*, Ediciones Lancia, 2008, p. 45.

<sup>119</sup> À Junta de Castela e Leão, de acordo com o Estatuto de Autonomia, cabe-lhe a protecção, conservação, investigação, difusão e desenvolvimentos dos bens culturais e manifestações artísticas da actividade humana que servem como testemunho e fonte de conhecimentos da história e do seu território. A Lei 12/2002 do Património Cultural de Castela e Leão regula a gestão do património, e no

O comité da UNESCO decidiu inscrever Las Médulas como Património da Humanidade segundo critérios<sup>120</sup>, considerando que a área das minas de ouro de Las Médulas constitui um testemunho excepcional da inovação e tecnologia romanas<sup>121</sup> e, em simultâneo da criação da paisagem cultural, resultante da drástica actuação humana e do processo natural, com a introdução de flora não autóctone que se mantém desde o período romano. Mais, associa arqueologia e paisagem que ilustram um importante período da história do Império Romano dos séculos I e II d. C..

Paralelamente ao seu reconhecimento como Paisagem Cultural, à qual está associada uma importante componente da arqueologia da paisagem, Las Médulas é também um Monumento Natural, tratando-se de um espaço natural protegido, que se pode definir como uma zona rural com valores naturais especiais que devem ser preservados através de modelos de desenvolvimento sustentável<sup>122</sup>.

A figura legal de espaço cultural introduzida pela Junta de Castela e Leão consiste numa importante ferramenta de gestão de espaços como este, prevendo para o efeito alguns instrumentos de gestão, como sejam um Plano de Adequação e Usos que determina as medidas de conservação, manutenção, uso e programa de actuação.

Em termos organizacional este caso é o mais dispare dos três, uma vez que se trata de uma fundação. Esta é uma estrutura de carácter cultural sem fins lucrativos, cujo principal objectivo é a protecção, valorização e difusão de Las Médulas, através da coordenação das práticas públicas e privadas levadas a cabo neste âmbito geográfico.

A Fundação Las Médulas foi criada em 1999 e está intimamente ligada à inclusão desta paisagem na lista de Património Mundial. Os seus fundos são, maioritariamente, privados e de outros patrocinadores que financiam projectos concretos.

O conselho de administração é o órgão de gestão e de representação da fundação, é constituído por representantes de todos os organismos públicos com competências directas na zona e várias entidades privadas. Esta é ainda formada por um órgão de cariz consultivo – Conselho Assessor Técnico. Este conselho é composto por especialistas de diversas instituições científicas e culturais (como universidades) que assessoram a fundação nas diversas iniciativas e actividades desenvolvidas.

No organograma de Las Médulas inserem-se, ainda os parceiros ou patrocinadores, entidades públicas e privadas que colaboram em determinadas iniciativas, garantindo a esta entidade desenvolver um trabalho continuado e diversificado em várias áreas disciplinares.

---

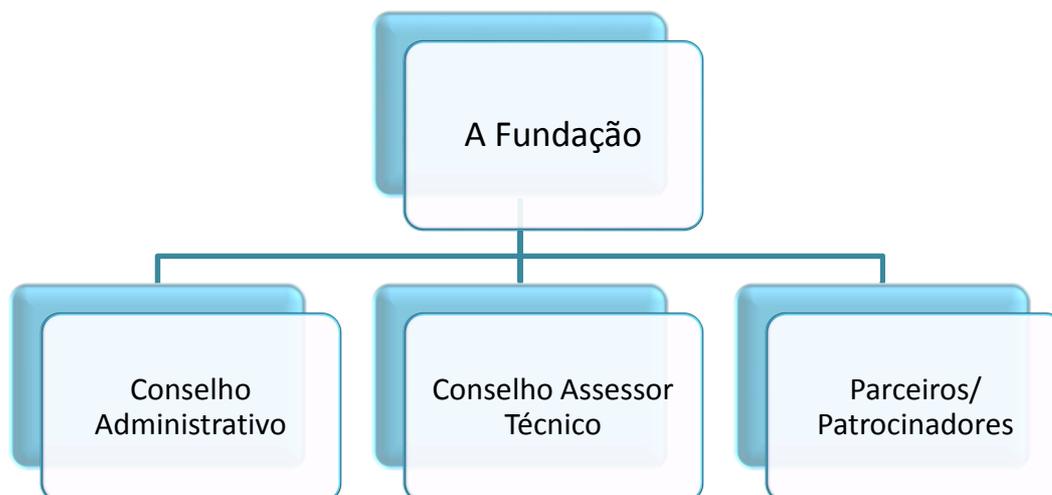
art.º 74.º define e estabelece o conceito de ‘espaço cultural’ - “...bens de interesse cultural, que pelo seus valores especiais culturais e naturais, requerem na sua gestão e difusão uma atenção diferente”.

<sup>120</sup> In: *Advisory Body Evaluation*- <http://whc.unesco.org/en/list/803/documents/>

<sup>121</sup> A designada: *ruína montium*, sistema mineração utilizado na Antiga Roma, que consistia no uso da força da água para produzir uma explosão e derrubar parte da montanha. Para o efeito era a montanha era escavada criando uma rede de poços e galerias, através da qual a água entrava.

<sup>122</sup> *Monumento Natural – Las Médulas. El Espacio Natural* - Red de Espacios Naturales de Castilla y León, s/p, s/d.

Organograma da Fundação Las Médulas:



Este projecto resultou do forte impulso proporcionado pelo trabalho de investigação, do qual resultou a classificação como património da UNESCO.

Das lendas e histórias criadas em torno de Las Médulas, foi-se conhecendo uma realidade bastante mais complexa e fascinante.

No conjunto dos estudos sobre o Império Romano, a temática dedicada à exploração mineira não é das mais convencionais. Neste caso concreto, as portas da investigação foram abertas pelo investigador francês Claude Domergue, cujos trabalhos se caracterizaram por uma abordagem interdisciplinar, valorizando a estreita colaboração entre arqueólogos e geólogos<sup>123</sup>.

Las Médulas é um extraordinário exemplo da inter-relação entre aspectos tecnológicos e económicos, relações sociais e questões político-administrativas ao longo do tempo, pelo que os trabalhos aqui levados a cabo, desde 1988 pela equipa de investigação Estrutura Social e Território-Arqueologia da Paisagem<sup>124</sup> têm sempre como objectivo abarcar toda a complexidade desta realidade, que neste caso se traduz na paisagem.

A investigação é a razão de ser Las Médulas. Sem investigação não teria sido possível conhecer o processo histórico e evolutivo desta zona, assim como não se teria reconhecido a sua importância enquanto paisagem cultural. O trabalho científico dá sentido e contribui para a sua valorização, permitindo assim o seu desenvolvimento, do ponto de vista científico e também social.

Também neste projecto de valorização patrimonial a arqueologia assume um papel preponderante, considerando-se o património arqueológico como um dos seus recursos mais significativos. A Zona Arqueológica de Las Médulas é, sem dúvida, um magnífico exemplo do processo histórico em que os elementos naturais e a intervenção humana surgem, constantemente, relacionados. Para realmente se apreender a origem e evolução da paisagem

<sup>123</sup> In: <http://www.fundacionlasmedulas.com>

<sup>124</sup> *Departamento de Historia Antigua y Arqueología del Instituto de Historia del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)*, <http://www.ih.csic.es/lineas/territorio/index.htm>

é necessário uma visão diacrónica, percebendo a cada momento as alterações ocorridas nas sociedades e da sua relação com o meio físico através da construção da paisagem.<sup>125</sup>

Como acima mencionado, esta zona apresenta níveis ocupacionais anteriores à grande exploração do ouro romana, estando completamente documentadas as diversas fases de ocupação romana neste local, assim como as da nova actividade económica então introduzida. Para cada momento é possível conhecer as características geológicas das áreas exploradas, a infra-estrutura hidráulica, a obtenção do metal, enfim todo o processo extractivo e a tecnologia a ele associada, graças à conservação de numerosos vestígios arqueológico-paisagísticos tem-se um conhecimento aprofundado sobre a mineração antiga, apresentado aos visitantes através da chamada “Aula Arqueológica”, figs. 47, 48 e 49.

Apesar da importância da arqueologia, o sucesso e o real interesse neste processo de valorização patrimonial de Las Médulas, prende-se com a capacidade de uma abordagem multifacetada, com equipas multidisciplinares a trabalharem em conjunto. A riqueza arqueológica, natural ou paisagística decorrem, todas elas de uma realidade e momento histórico comum, motivado pelas características geológicas deste sítio, ou seja a presença de um minério precioso que assegurou a cunhagem de moeda no Império Romano ao longo de dois séculos. O conhecimento do passado conseguido através da arqueologia permitiu uma visão articulada de um espaço que se traduz na construção de um território, de uma paisagem.

Face à importância da paisagem como testemunho do processo histórico é imperativo garantir a salvaguarda dos seus bens patrimoniais, pois são estes que a distinguem e a tornam singular, isto é, exemplar. Neste sentido o único caminho que permite o “convívio” entre protecção patrimonial e identitária e, em simultâneo, garanta viabilidade socioeconómica e bem-estar às populações locais é a execução de uma planificação que tenha em consideração os recursos patrimoniais.

Assumindo os desafios e responsabilidades que uma classificação exige e visando a dinamização deste espaço cultural e de acordo com as recomendações da Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural (I parte) procedeu-se à criação de um Plano de Dinamização Turística<sup>126</sup> de três anos (2001 a 2003) com vista à implementação de medidas que fizessem de Las Médulas um destino turístico de qualidade.

As linhas gerais de actuação do plano definiam-se em quatro pontos fundamentais:

- Promover o desenvolvimento económico e social do território para melhorar a qualidade de vida da população local.
- Contribuir para o ordenamento do território mediante a planificação de uso turístico e das actividades económicas.
- Promover os valores e o uso social do património como instrumento para alcançar uma gestão viável do mesmo.
- Fomentar a cultura de qualidade como meio de melhorar a experiência dos visitantes e a imagem de destino.

Neste sentido foram desenvolvidas várias acções com vista à execução do plano adoptado:

---

<sup>125</sup> *La zona arqueológica de Las Médulas. León* – F. Javier Sánchez-PALENCIA e outros, Instituto de Estudios Bercianos, 1999, p. 18.

<sup>126</sup> *Plan de Dinamización Turística de Las Médulas*

- Beneficiação do sistema de recepção e acolhimento de visitantes, visando melhorar os serviços prestados aos utentes, tais como a organização da circulação de veículos e pessoas na envolvente, designadamente em três municípios que servem de ponto de entrada a Las Médulas: Borrenes, Carucedo e Puente de Domingo Flórez.
- Melhoria da qualidade ambiental da envolvente, com actuação na zona do lago de Carucedo e nas Barrancas de Santalla. A zona do lago foi adaptada a zona recreativa e turística, criou-se um novo caminho, área de casas-de-banho e uma nova cobertura vegetal, através da implantação de uma linha arborizada conducente à zona recreativa e aos vestiários.
- Recuperação e conservação do Património Cultural através da elaboração de acções de melhoria dos valores patrimoniais com o objectivo de minimizar o impacto da actividade turística, como o reforço dos canais romanos de Benuza e o assentamento metalúrgico de Orellán.
- Valorização e interpretação dos canais de abastecimento e da exploração aurífera de Las Médulas com a reabertura de tramos de canais com a limpeza e consolidação das estruturas arqueológicas. Em relação à comunicação, criaram-se pontos de informação e reconstrução das estruturas.
- Melhoria da qualidade de experiência do visitante, garantindo um serviço competente de resposta às necessidades dos utentes. Para o efeito foi feita formação e iniciativas junto do tecido empresarial local e melhorou-se a sinalética e os sistemas de informação.

No que ao acolhimento e encaminhamento de visitantes/ utentes diz respeito, o parque cultural de Las Médulas disponibiliza um Centro de Recepção aos visitantes, localizado na povoação de Las Médulas. Em Puente de Domingo Flórez existe um Centro de Informação, com a disponibilização de elementos sobre a zona e os diversos itinerários.

O complexo de Las Médulas é constituído ainda por dois centros interpretativos. Um dos quais é a designada “Aula Arqueológica”. Como o próprio nome sugere, este é um centro de cariz didáctico, cuja construção ficou a cargo da Junta de Castela e Leão e é gerida pelo Instituto de Estudos Bercianos.

Iniciar a visita ao parque cultural a partir deste local é uma boa opção, pois permite uma contextualização acerca da zona, antes da ocupação romana, a conquista e a exploração por parte dos romanos, contemplando aspectos relacionados com a organização funcional dos trabalhos, os meios técnicos que o permitiram, a reorganização espacial, o impacto mineiro sobre a paisagem, isto é a transformação de um território em paisagem cultural.

São ainda destacados alguns locais de interesse a visitar no exterior, fazendo, deste modo o convite para a descoberta do território, mas já com algum conhecimento, facilitando a interpretação da paisagem, nomeadamente na área específica da exploração, permitindo uma fácil identificação dos elementos associados ao sistema hidráulico, as galerias, as zonas de lavagem ou os canais.

A comunicação com os públicos é feita a partir de recursos diversos, desde peças arqueológicas, maquetas, painéis com textos e imagens, e um vídeo bastante educativo. A visita ao centro pode ser orientada ou feita de forma autónoma.

### **Centro de Interpretação dos Canais**

Este localiza-se em Puente de Domingo Flórez e é mais vocacionado para a engenharia da construção dos canais romanos, daí a sua designação. É considerado um bom ponto de partida para a visita aos canais de água que abasteceram a exploração romana.

### **Galeria de Orellán**

A visita à galeria, localizada junto ao miradouro homónimo depende das condições climáticas e é acompanhada por um técnico, sendo necessário o uso de capacete e lanterna. Aqui é possível o visitante ter contacto directo com o bem patrimonial, constituindo uma experiência significativa.

De salientar que o grande factor de atracção em Las Médulas é a própria paisagem, pelo que qualquer uma das visitas, funcionam apenas como forma de aprofundar alguns conhecimentos e/ ou fazer a contextualização daquela paisagem cultural, sendo, como é evidente opcional, não há um percurso impositivo a quem visita o parque, cada visitante é livre para fazer o seu próprio roteiro a partir das informações disponíveis, quer no local, quer na internet.

Julga-se assaz interessante este aspecto das relações e dinâmicas com os públicos, nomeadamente do ponto de vista educativo, ou se quisermos, da “experiência museal”, se concebermos as aprendizagens passíveis de serem desenvolvidas no espaço museológico como um todo, englobando-as num processo mais amplo. Esta experiência é moldada pela intersecção de três contextos fundamentais e indissociáveis: o contexto pessoal, o contexto social e o contexto físico<sup>127</sup>. Porém, e uma vez que as visitas ao parque cultural são de acesso livre, o que não permite o controlo de número de visitantes, havendo apenas a contabilização das visitas feitas aos centros interpretativos, difícil será ter uma ideia do número real de visitantes que aqui se deslocam, nem dos seus perfis.

Não obstante esta dificuldade em quantificar, traçar um perfil dos visitantes, ou até mesmo fazer um estudo de públicos, com vista a uma avaliação do projecto (que é feita regularmente através da análise de vários indicadores pela UNESCO), dadas as características deste sítio, acredita-se que este seja procurado por um grupo de pessoas bastante heterogéneo, de acordo com os seus gostos e interesses pessoais e profissionais (investigadores, sobretudo ligados à arqueologia, por exemplo; praticantes de pedestrianismo ou outros desportos ligados à natureza; peregrinos, artistas atraídos pela exótica paisagem...)

Percebe-se que há uma forte relação e ligação com universidades e organismos de investigação, responsáveis pelo dinamismo do projecto, há uma interacção com o público-escolar, em particular das escolas situadas nas proximidades, no entanto não se consegue avaliar qual a ligação desenvolvida com a comunidade, apesar de, como se verificou, a Fundação trabalhar em parceria com várias entidades públicas e privadas.

---

<sup>127</sup> John H. FALK e Lynn D. DIERKING - *The Museum Experience*, Whalesback Books, Washing, D. C., 1992

## 2.2. Reflexão sobre as condições de implementação dos projectos

As condições de implementação dos três projectos anteriormente explanados, apesar de distintos, apresentam alguns pontos em comum do ponto de vista contextual.

Quer isto dizer que estamos na presença de três territórios diferentes, cujas características físicas ditaram ocupações humanas milenares, e essas relações ocorridas entre meio ambiente e acção humana são parte de um processo histórico.

Em termos de localizações geográficas Mértola e Las Médulas, partilham actualmente de algumas afinidades importantes, aliás como referido na I parte deste trabalho quando se abordou a questão dos parques culturais em Espanha, quando se disse que, regra geral, estes situam-se em zonas rurais com um significativo decréscimo populacional.

Atentando a estas duas situações, quer Mértola, quer Las Médulas localizam-se em zonas de interior, profundamente rurais e que se debatem com o problema do abandono e desertificação, precisamente o contrário do que se verificou no caso do município seixalense, que sofreu um *boom* populacional. Parte deste fenómeno, aparentemente paradoxal, deve-se à localização do Seixal, que faz deste concelho um arredor de Lisboa, funcionando como “cidade-dormitório”, com os preços da habitação mais baratos face aos praticados na capital, movimento populacional típico das últimas décadas, com a fuga da população dos grandes centros urbanos para a periferia, acelerada pela construção/ existência de boas acessibilidades (pontes, estradas, comboios, ligações por mar).

No que às realidades portuguesas diz respeito, não podemos esquecer a importância da conjuntura política então vivida, aliás as cronologias deste dois casos apresentados espelham bem essa mesma influência. Com a revolução de 25 de Abril de 1974 a democratização foi bandeira em todos os campos de acção, pelo que é compreensível, que também em matéria de museus e património assim o fosse. De referir ainda outro aspecto importante, o papel das instituições de ensino superior e a afirmação da investigação arqueológica em Portugal ligadas a estas e ainda o papel do poder local que vira as suas competências alargadas neste âmbito.

Também o caso transfronteiriço abordado reflecte o peso das universidades e da importância do seu trabalho de investigação na valorização do património cultural, com a grande diferença de que nos dois casos nacionais há uma forte intervenção autárquica, ou seja são projectos que estão muito ligados a uma divisão administrativa do território e cujo poder local ou foi o promotor da iniciativa, como no Seixal, ou constituiu, desde o início um parceiro fundamental para o desenvolvimento do projecto, como foi o caso de Mértola. Em Las Médulas, estamos na presença de um conjunto de municípios que não têm responsabilidades directas na administração do projecto, são parceiros e entidades necessariamente envolvidas na valorização da paisagem Cultural de Las Médulas, porém a gestão está a cargo de uma Fundação (com a configuração já apresentada).

A ligação mais evidente entre estes três estudos de caso é a da arqueologia, embora nunca de forma isolada, aliás, outra mais-valia detectada ao longo da análise feita a estas realidades, foi a da existência de equipas multidisciplinares.

Ainda que de maneira algo diferente entre si, podemos afirmar que do ponto de vista teórico e conceptual as linhas de actuação são todas elas muito semelhantes, embora as do EMS sejam as mais conotadas de forma declarada, até devido à própria designação, com os princípios da ecomuseologia, porém todos eles têm nas suas premissas de actuação objectivos

ligados à salvaguarda e protecção dos bens patrimoniais com vista ao desenvolvimento sustentável do território e das suas populações, se não vejamos:

- Mértola: “*projecto de **desenvolvimento local, integrado e sustentável**, que contribuisse de forma clara para o **bem-estar da população mertolense**.”<sup>128</sup>*
- Ecomuseu do Seixal: “*tem por missão investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do **Homem e do meio, reportados ao território e à população do Concelho**, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um **desenvolvimento local sustentável**.”<sup>129</sup>*
- Las Médulas: “*Su principal objetivo es la **protección, valoración y difusión de Las Médulas y la coordinación de las actuaciones que tanto los organismos públicos como las entidades privadas llevan a cabo en este ámbito geográfico**.”<sup>130</sup>*

Todos estes projectos apresentam aspectos inovadores e constituem experiências de suma importância de acordo com os seus objetivos e missões, tendo um papel determinante na valorização e sobretudo na difusão (aqui entendida como meio de comunicação por excelência, seja com equipas internas, utilizadores, comunidades, turistas...), contudo também patenteiam algumas especificidades que levantam algumas questões.

A questão da comunicação e a existência de um bom plano de comunicação é, hoje em dia, no seio da museologia contemporânea um assunto bastante discutido, todavia esta não pode ser entendida apenas como uma forma infantilizante de atrair um maior número de visitantes, assim como a estatística do número total de visitas não é informação suficiente para se perceber o real impacto da acção de difusão.

A mediação com os públicos, num sentido lato do termo, é uma forma de comunicação que se quer aberta e multidireccional, quer isto dizer que a troca e partilha de informação se efectue entre os vários intervenientes e não apenas a partir do museu, que de maneira impositiva dita o seu discurso. É aliás nesta dialéctica que se constroem as relações entre técnicos do museu e as comunidades, que nos casos em estudo, são condição *sine quo non* para a sua existência.

Neste âmbito e de acordo com as informações acedidas para cada um dos projectos, podem-se referir as seguintes linhas de actuação, no que respeita à abertura ao exterior.

Em relação a Mértola a actividade de maior destaque é a investigação tanto ao nível das colecções como no apoio a intervenções arqueológicas, valorização de sítios e monumentos e ainda, na promoção de acções de levantamento do património histórico, artístico, arqueológico e etnográfico do concelho. A este fulgor da investigação associa-se de forma directa o trabalho assegurado pelos laboratórios de conservação e restauro que desenvolvem uma intensa actividade em intervenções de conservação e restauro do acervo que continuamente é aumentado com novas incorporações.

Existe um **Serviço Educativo e Animação** que depende exclusivamente da câmara e é constituído por uma “*comissão constituída por técnicos de diversos sectores como a Divisão de*

<sup>128</sup> Segundo o documento: “Concelho de Mértola – Projecto de Desenvolvimento Integrado”, 1991.

<sup>129</sup> Missão do EMS acedida em: [http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres\\_home.html](http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres_home.html).

<sup>130</sup> Objectivos da Fundação Las Médulas: <http://www.fundacionlasmedulas.com/fundacion/index.jsp>.

*Desporto, Cultura e Turismo, o Museu de Mértola, a Biblioteca Municipal, a ALSUD e a Divisão Sócio-Educativa*”<sup>131</sup>. Pelo que se depreende da informação disponibilizada este serviço promove a realização de acções de formação e visa criar uma programação específica para o público escolar.

Para além dos serviços enunciados, de referir ainda a importante ligação da instituição de Mértola a projectos, nomeadamente de âmbito internacional, como é o caso do projecto «MERCATOR – Route des Merchands, Ville des Marchés en Méditerranée».

A ligação e a relação com o exterior, no caso do EMS estrutura-se através da realização de exposições, aliás como qualquer unidade museológica, assumindo as exposições como o meio de comunicação por excelência com os públicos.

À semelhança do que se verificou no caso anterior, os projectos de investigação e as parcerias criadas com outras instituições são também uma prática corrente para o caso do Seixal.

Salientam-se ainda dois aspectos: por um lado a existência do **Serviço Educativo**, assumido como interface com os públicos e utilizadores, denotando-se nestas terminologias uma pluralidade de segmentos de público-alvo do trabalho de educação patrimonial desenvolvido nas várias áreas de actuação do EMS, uma vez mais numa perspectiva multidisciplinar. Por outro **os Amigos e Doadores** que constituem um grupo informal composto por pessoas do concelho do Seixal ou não, que mostrem interesse e/ou envolvimento em projectos do EMS e na salvaguarda e valorização do património local e regional e que de algum modo contribuíram para o enriquecimento do acervo do ecomuseu ou que participaram de forma voluntária nas suas iniciativas.

De apontar ainda a existência do **Boletim Trimestral “Ecomuseu Informação”** que é uma ferramenta de divulgação das iniciativas e projectos do EMS, editado desde 1996 em formato papel, e mais recentemente disponível também em formato digital (PDF).

A actuação do EMS evidencia-se pela continuidade e a constância das iniciativas descritas, pois representam uma planificação e objectivos definidos por parte da tutela, aspectos primordiais e que se reflectem em todos os campos de acção da instituição.

Em Las Médulas a comunicação faz-se através de dois meios privilegiados: os centros de interpretação e como é evidente pela paisagem.

Os centros interpretativos são elementos estruturais na dinâmica estabelecida entre a instituição e os visitantes uma vez que a interpretação é uma mediação, uma transferência cultural que, neste caso concreto, decorre de um exaustivo trabalho de investigação.

O profundo conhecimento deste monumento fruto dos trabalhos de equipas pluridisciplinares são a base e o ponto de partida para a produção de toda a difusão respeitante a este local. Para além dos já mencionados centros interpretativos, e tal como verificado para o caso de Mértola e para o do Seixal, esta instituição está constantemente envolvida em projectos de âmbito internacional. Existe uma extensa lista de bibliografia editada sobre Las Médulas, desde aspectos mais técnicos e ligados à arqueologia ou à geologia do local, como a recolha de lendas, ou poemas inspirados na sua paisagem impar.

Quanto às dinâmicas de proximidade com a comunidade, como anteriormente referido, não dispomos de elementos suficientes para aferir o seu real impacto, porém não

---

<sup>131</sup> In: [http://museus.cm-mertola.pt/actividades/servico\\_ed\\_anim.php](http://museus.cm-mertola.pt/actividades/servico_ed_anim.php)

convém esquecer a abrangência da divulgação do sítio devido à sua classificação como Património Mundial.

Como foi dito as grandes forças destas iniciativas são, sem dúvida as suas bases científicas, as opções de musealização *in situ*, numa perspectiva de musealização integrada num processo mais amplo, que passava também pela reabilitação urbana, social e cultural dos respectivos locais.

Em termos de dificuldades de afirmação do projecto, sobretudo no que se refere a financiamentos, considera-se que Mértola terá sido o caso que apresentou, desde o início uma grande dependência financeira externa, nomeadamente dos fundos europeus. Embora todos estes projectos, e até devido às características das suas zonas de implantação, tenham usufruído de quadros comunitários para financiar algumas iniciativas concretas. Percebe-se, porém que os ritmos de evolução do projecto de Mértola são impostos pelos financiamentos. Contudo, e face aos valores atribuídos, como já mencionamos, surge a dúvida sobre a gestão, não somente dos dinheiros provenientes dos financiamentos (comunitários, turismo, autarquia), mas de um problema de base que nos parece afectar esta estrutura, e que é o retorno económico.

Este último aspecto do retorno económico coloca-se, igualmente ao caso de Las Médulas. Em relação ao EMS a situação ganha contornos diferentes uma vez que, hierarquicamente, esta estrutura depende da Câmara Municipal, pelo que do ponto de vista de dotação orçamental também.

Ainda acerca de Mértola, gostaríamos de afirmar a importância que teve a riqueza do seu património, sobretudo do Arqueológico, do qual se destacam os testemunhos islâmicos postos a descoberto e que fazem desta colecção uma das mais representativas dos período islâmico em território nacional.

A Arqueologia foi o mote, e em simultâneo o ponto agregador de todo o projecto. A oportunidade única que as descobertas arqueológicas proporcionaram ao permitir o reescrever da história desse período (e não só) em Mértola, levou a um aprofundar do conhecimento do passado daquela vila alentejana, redimensionando-a a uma escala mais alargada, num contexto de islamização, apelidando-a de “Mértola, o último porto do Mediterrâneo”. A partir deste passado faz-se a ponte com o presente, com o hoje e com as perspectivas de futuro, deslocando o foco da arqueologia e virando-o para o território, com as suas características únicas, do ponto de vista natural e que lhe atribuíram a designação acima referida: o último porto do Mediterrâneo – o rio, o Guadiana, o meio de comunicação e de penetração, navegável até à zona do Pomarão, mais acima; as minas, a exploração mineira desde o tempo dos romanos, e as Minas de S. Domingos, cujo topónimo é representativo da sua actividade primordial.

Para isso também em muito contribuiu o entendimento entre a Câmara Municipal e os investigadores ligados à Universidade de Lisboa, que facilitou a disponibilização de alunos e recém-licenciados para as campanhas arqueológicas, numa fase inicial, e posteriormente, de outras áreas científicas.

Em torno deste caso gerou-se um enorme mediatismo, talvez devido ao factor novidade aqui introduzido, pela forma de actuação e de entendimento de um território como um todo completo e integrado. Este mediatismo não foi apenas feito pelos meios de comunicação social, projectando-o de uma maneira mais global, foi sentido também pela população, embora, hoje em dia se verifique um certo distanciamento da comunidade em

relação ao projecto, assistindo-se mesmo a uma dificuldade de trabalho conjunto com as restantes associações e forças vivas da terra, talvez devido, ao facto dos grandes impulsionadores do projecto serem elementos externos, o que por sua vez atraiu ainda mais pessoas de fora, dinamizando pouco a ligação à população natural de Mértola, aspecto que se relaciona directamente, em nossa opinião, com a falta de articulação e de trabalho conjunto com outras entidades, como por exemplo com a ADPM (criada em 1980), da qual o CAM se autonomizou em 1988. Sobre este assunto escreve Pedro Manuel de Azevedo e Silva Pedrosa *“apesar do discurso oficial sublinhar a importância da autonomia e independência das duas entidades, resulta muito claro que a sua separação veio acentuar clivagens prejudiciais e disputas desnecessárias ao bom andamento do projecto em curso”* e sublinha que numa realidade como a de Mértola esta situação *“...tem implicações mais graves, visto que se trata de uma pequena localidade, onde divisões desta natureza provocam rupturas difíceis de cicatrizar”*, e segue a sua análise destacando o dinamismo da ADPM, contrariamente ao do CAM que *“... sem receitas próprias necessita concorrer a projectos, tem-no feito, nos anos mais recentes, apenas para a concessão de bolsas de mestrado e doutoramento, para benefício da investigação científica e dos bolseiros, mantendo-se, no entanto, os núcleos museológicos, que registam tendência decrescente de visitantes, no mesmo estado em que abriram, sem renovação alguma, permanecendo soluções passivas inconsequentes”*.

O que atrás foi descrito espelha bem a relação existente entre a reduzida dimensão do meio e a sua localização periférica, e a dificuldade de cooperação entre os três representantes do projecto: CMM, CAM e ADPM. O que nos remete para outra questão, face à aglutinação do museu por parte do município mertolense, mas permanecendo a sua direcção sob a alçada do CAM. Como se processa esta relação de poderes entre os dois organismos? Qual a real autonomia do CAM, e do seu director, face à total dependência financeira? Provavelmente muitas destas interrogações ficarão, para já sem resposta, porém, há que reconhecer o mérito deste projecto, pioneiro em Portugal, que acreditou no potencial da museologia e dos processos de patrimonialização como forma de contrariar a tendência de desertificação e de zona deprimida do ponto de vista económico como o era então Mértola.

É evidente que a riqueza patrimonial é um dos mais revelantes aspectos nestes três casos, ainda que com algumas diferenças.

Em Mértola estamos na presença da colecção islâmica mais importante de Portugal; no Seixal temos exemplares da arqueologia industrial valorizados e que permitem uma interpretação fulcral sobre a industrial nacional, especialmente sobre a indústria corticeira com a musealização *in situ* do complexo fabril da Mundet, o Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol sítio arqueológico classificado de Monumento Nacional (Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho), apenas para referir alguns; e em Las Médulas estamos na presença de uma paisagem cultural, reconhecida pela UNESCO.

No que concerne à prossecução de projecto o EMS apresenta características de uma maior estabilidade e por isso mesmo de uma certa continuidade, conforme tivemos oportunidade de verificar, certamente devido à estrutura em que se encontra integrado, uma Câmara Municipal, instituição que apesar da conjuntura actual, é sujeita e menos flutuações, mas especialmente devido à sua forma de gestão.

O caso espanhol é o que apresenta uma tutela mais díspar, e de acordo com os dados do relatório da UNESCO<sup>132</sup> o modelo de gestão é considerado satisfatório, embora devesse existir uma maior coordenação entre as entidades envolvidas. Já do ponto de vista financeiro os seus recursos são insuficientes. A respeito de meios humanos esta é uma estrutura que não apresenta uma equipa permanente, no entanto desempenha um bom papel em questões de interpretação e educacionais, em relação à conservação e manutenção do sítio estas estão dentro da média, um aspecto a melhorar é o da gestão de visitantes.

Em relação à gestão das visitas e dos visitantes em Las Médulas, verifica-se que houve um investimento e uma preocupação com o acesso à informação e contextualização do local, daí a existência dos centros de interpretação e dos diversos livros e brochuras sobre o sítio; a criação de roteiros, uma comunicação online, registam-se, contudo, alguns pontos fracos no acesso e acolhimento ao visitante. As indicações até ao local estão dispersas, pelo que a sinalética devida ser reforçada, os espaços de estacionamento são escassos, devendo ser criadas zonas próprias para o efeito, talvez mais afastadas do acesso ao parque, incentivando as pessoas a utilizarem outros meios de locomoção, que teriam que ser, também estes disponibilizados no local, ou através do aluguer de bicicletas ou com a criação de uma ligação assegurada por um mini-autocarro.

Ao longo do próprio parque cultural a sinalética não abunda, devendo em nosso entender ser reforçada, assim como a implementação de pontos de descanso ao longo do percurso e caixotes-do-lixo. O facto de ser um parque cultural, sendo, portanto, um local sempre aberto, de acesso livre, considera-se importante a existência de um meio de vigilância permanente, para garantir a segurança do património, evitando a sua destruição (ainda que involuntária) por parte dos seus visitantes, sobretudo quando em elevado número, ou pelos habitantes devido à exploração agrícola e florestal existente nas suas imediações. Las Médulas pelas suas características é um local que requer um grande investimento ao nível da conservação, seja de estruturas arqueológicas, seja da natureza, tanto que no referido relatório da UNESCO um dos pontos fracos apontados são os problemas ambientais, grande parte deles decorrentes da pressão exercida pelo aumento do número de visitantes.

Creemos que os casos aqui abordados se revestem de suma importância para a reflexão e para a rectificação de algumas ideias e conceptualizações a implementar em Monchique, pois estas experiências afiguram-se como inspiradoras, como o dissemos no início desta II parte, mas também pedagógicas.

### **2.3. A avaliação da realização do projecto/ análise SWOT**

A avaliação da realização do projecto, ou a sua análise SWOT, permite-nos, de forma sistemática e objectiva visualizar e interpretar quais as suas potencialidades e os seus pontos fracos, pretende-se a partir desta análise aferir a credibilidade e a viabilidade da proposta de projecto para o concelho de Monchique.

Para o fazer, partimos do princípio enunciado por Sun Tzu, pois acreditamos que cada caso, cada projecto, embora tenha alguns pontos em comum com outros, são únicos, cada realidade e dinâmicas que se geram em torno dos projectos são muito variáveis, estando

---

<sup>132</sup> *Periodic Reporting, State of Conservation of World Heritage Properties in Europe – Las Médulas, UNESCO, 2006.*

dependentes de factores, alguns externos ao próprio empreendimento, outros inerentes à iniciativa.

*“Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças”.*

Sun Tzu, 500 a. C.

### Análise SWOT do Projecto do Ecomuseu da Fóia

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ecomuseu da Fóia como referência cultural;</li> <li>- Dinamização da investigação multidisciplinar;</li> <li>- Parcerias com instituições de ensino superior;</li> <li>- Promoção de formação profissional em áreas com tradição na zona;</li> <li>- Valorização dos produtos e saberes-fazeres locais;</li> <li>- Reforço da identidade colectiva;</li> <li>- Criação de uma referência turística no Algarve</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entidade promotora externa ao concelho;</li> <li>- Falta de capitais próprios para investimento;</li> <li>- Localização periférica;</li> <li>- Acessibilidades condicionadas.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abertura e dinamismo da autarquia;</li> <li>- Dinamização do investimento privado já existente;</li> <li>- Património cultural e natural pouco investigado e pouco explorado;</li> <li>- Gastronomia;</li> <li>- Diversidade de oferta turística: termal, Natureza e Aventura, Saúde e Bem-Estar, Cultural, Congressos/ eventos...</li> <li>- Potencial agrícola;</li> <li>- Associativismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População envelhecida/ desertificação;</li> <li>- Falta de oferta profissional diversificada;</li> <li>- Isolamento;</li> <li>- Oferta escolar limitada (apenas até ao 9.º ano);</li> <li>- Proximidade de Portimão;</li> <li>- Ausência de projectos/ trabalhos de investigação;</li> <li>- Localização no Algarve, região com um turismo fortemente vocacionada para o turismo de Sol e Mar.</li> </ul>

Dos aspectos apontados na análise de referir que as ameaças, na sua maioria, facilmente se transformam em oportunidades, se não vejamos: a questão do envelhecimento da população é um problema, no entanto existe em curso um programa da autarquia com vista a um envelhecimento activo, através da realização de acções concretas fomentando o empreendedorismo na terceira idade. O Ecomuseu deve aproveitar esta dinâmica já existente e trabalhar em conjunto com os grupos seniores que acima de tudo são considerados “património-vivo” e que têm um papel fundamental nos processos de inventariação de manifestações ligadas ao PCI, nomeadamente as relacionadas com os saberes-fazer de outros tempos.

Considera-se esta uma óptima oportunidade para a promoção de troca de saberes e experiências que têm uma aplicabilidade prática no campo da formação profissional, como por exemplo, no caso das construções tradicionais em taipa, técnica e mester que pode ser revitalizado através de acções de formação profissional.

A questão da investigação é um dos outros aspectos que se avalia como estruturante de toda a proposta, aliás, este foi um ponto comum entre os três casos que apresentamos anteriormente e que se concluiu ser determinante para o sucesso e para a qualidade dos mesmos.

Uma vez que ao longo das últimas décadas não se criou nenhum projecto de investigação com continuidade e com uma ligação a uma entidade credível, como a uma universidade ou a várias, de acordo com as temáticas que podem ser estudadas neste território, julga-se prioritário a definição de uma política de investigação, articulada e pensada em parceria com a Câmara Municipal, com vista à criação de bolsas de investigação sobre Monchique, em vertentes como: Património Cultural (incluindo como é evidente a arqueologia e o PCI), Geologia, Geografia, Arquitectura, Agronomia, Biologia, Turismo, etc...

O património cultural e natural existente constitui uma mais-valia para Monchique, no entanto falta um aprofundamento do seu conhecimento, que permita a sua valorização e difusão como valor de atracção inequívoco, que distingue esta serra das outras do país, pois é através do seu património que Monchique se individualiza.

As acessibilidades, a proximidade com Portimão, o facto de a escolaridade só ser assegurada até ao 9.º ano, a falta de diversidade de oferta profissional são tudo factores que em muito concorrem para o abandono e desertificação deste concelho. Os mais jovens não têm grandes opções de carreira em Monchique e quando vão continuar os estudos em Portimão, geralmente levam consigo o resto do agregado familiar, que quando entram na idade da reforma regressam à terra-natal.

Devidos aos novos investimentos privados feitos nesta zona, começa a aparecer alguma oferta de trabalho ligada ao sector terciário, nomeadamente na hotelaria, no entanto é uma oferta sazonal e que não colmata o problema da desertificação.

Garantir a estabilidade profissional e a permanência das pessoas no concelho faz-se através da criação de um conjunto de medidas que extravasam a acção do ecomuseu, uma vez que se prendem com aspectos de gestão em áreas da competência, essencialmente da autarquia, embora se considere que o ecomuseu, enquanto parte do tecido local, possa fazer parte da discussão e reflexão no processo de tomadas de decisões que digam respeito ao futuro do concelho.

E termos turísticos, considera-se uma vantagem a oferta diversificada que este concelho apresenta:

- Turismo Termal/ de Saúde e Bem-Estar – é um tipo de turismo ligado aos conceitos de saúde e bem-estar, como tratamentos de beleza e SPA, onde Monchique detém uma longa tradição nesta matéria, dada a antiguidade da utilização das suas águas termais;
- Turismo de Natureza e Aventura – estas duas componentes estão presentes neste concelho que se caracteriza, justamente por uma natureza ímpar a nível da região, com uma morfologia de terreno excelente para a prática de desportos radicais, com paisagens lindíssimas e com a possibilidade de observação de espécies faunísticas e de flora únicas.
- Turismo cultural – através da valorização do património cultural, da gastronomia e das pessoas como parte integrante de uma paisagem como esta, enquanto ser transformador do meio e em constante diálogo com ele.

A este potencial de oferta turística junta-se a existência de algumas unidades hoteleiras de qualidade, restaurantes com uma oferta gastronómica feita a partir de produtos locais, confeccionados segundo receitas tradicionais.

Monchique é uma zona periférica em contexto regional e isso também se verifica a nível de turismo. O Algarve é uma zona turística cujo produto principal é o tradicional Sol e Mar, embora actualmente, e face ao facto deste modelo turístico se encontrar saturado, tem sido discutida a hipótese da diversificação da oferta turística na região, através do turismo cultural. Situação que em termos teóricos une os responsáveis e técnicos da parte do turismo, e da cultura, muito embora na prática a actuação e o trabalho conjunto que isso requer ainda é muito incipiente.

Sendo Monchique uma zona de serra, deve apostar na diferenciação de ofertas para se valorizar enquanto destino turístico. Sabe-se que as autarquias de Monchique, Aljezur e Vila do Bispo, por reunirem um conjunto de características que as distingue do Algarve mais “comercial”, se associaram com vista à captação e realização de campanhas turísticas, unindo esforços e dividindo as despesas.

O dinamismo demonstrado pelo município em promover o concelho e os seus produtos de referência, como o medronho, o mel, os enchidos, o limão ou a batata, tem-se traduzido em acções de qualificação e certificação dos referidos artigos, a criação de marcas a estes associados, a abertura de uma loja dedicada à sua venda na vila, que entretanto já abriu uma filial em Portimão e prevê a abertura de uma outra em Lisboa. As lojas designam-se de “Sabores de Monchique” e comercializam produtos *gourmet* provenientes de Monchique, garantindo assim a sua qualidade uma vez que são produzidos segundo métodos tradicionais de cariz artesanal.

A par da divulgação da cultura de Monchique através da venda de iguarias, pretende a autarquia criar um espaço apelidado de “Casa do Medronho”, que constituirá um núcleo dedicado inteiramente a este fruto, desde a sua apanha até à produção e comercialização de aguardente, contempla uma área de loja, mas também uma zona expositiva de carácter museológico, que em nossa opinião deveria ser integrada no projecto da Ecomuseu da Fóia, através da articulação na produção de conteúdos e materiais expositivos, com a constituição de um grupo de trabalho transversal com elementos camarários, os promotores do Ecomuseu, os produtores de medronho e sob a consultoria da DRC Alg, de acordo com as suas atribuições neste âmbito. Este grupo seria o responsável pela construção da narrativa museológica e das

escolhas e opções ao nível da museografia, recorrendo sempre que necessário a elementos externos especialistas nas diversas áreas a trabalhar.

Um dos pontos mais sensíveis do projecto da Ecomuseu da Fóia é a falta de capital próprio para o investimento, muito semelhante do que se observou em Mértola, pelo que para ultrapassar esse problema será necessário criar um projecto credível e que a partir dele se consigam conquistar parceiros com alguma capacidade de investimento. Os fundos comunitários, sobretudo para áreas rurais como a deste concelho representam, igualmente oportunidades de avançar com projectos desta índole.

Independentemente da maior ou menos dificuldade em custear despesas, assume-se como uma questão central de todo o projecto a sua sustentabilidade a médio e longo prazo. Em termos práticos e no terreno existem sinergias, onde a câmara detém um papel bastante interventivo, as diversas associações locais, com actividades e acções regulares, que dinamizam este território, o desafio que se coloca ao projecto de criação do ecomuseu da Fóia, é o de se tornar um projecto conjunto, de Monchique e das suas gentes, com isso crê-se que a sua continuidade estará assegurada.

### III PARTE – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM MONCHIQUE: O ECOMUSEU DA FÓIA

*“A terra de um povo já não é um simples dado da natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações, onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: território e civilizações.”<sup>133</sup>*

#### 3. Proposta de Intervenção

##### 3.1. Bases, Princípios e critérios para a construção do projecto

Na primeira parte do presente estudo apresentámos Monchique como “um Sul particular” e esta singularidade representa, sem dúvida o nosso ponto de partida, a base da proposta de intervenção a apresentar.

Todas as iniciativas existentes e em vias de implementação neste concelho estão intimamente vinculadas ao marketing e a uma perspectiva mais economicista, transformando os valores patrimoniais e identitários da zona numa mercadoria, ou segundo Xerardo Pérez que defende que as *“microintervencções patrimoniais são uma reacção cultural face à transformação da memória, das identidades e dos recursos económicos, geralmente em contexto rural. É desta maneira que quando o presente vai mal se reinventa o passado.”*<sup>134</sup> Neste caso o passado assume-se como forma de comercializar o presente.

Existe no concelho um parque temático, denominado por ‘Parque da Mina’, com animais e espécies vegetais; uma antiga mina de extracção de minério, recriação de uma antiga carvoaria; uma casa do século XVIII propriedade de uma família abastada de Monchique e a reprodução de uma pequena destilaria de medronho, de vertente lúdica e de entretenimento.

Nos últimos anos a autarquia tem vindo a demonstrar uma maior preocupação e sensibilidade em relação ao património cultural de Monchique, pelo que têm sido gizados alguns projectos ligados às actividades e características desta serra algarvia<sup>135</sup>:

1. ‘Casa do Medronho’ – como já foi mencionado, é uma iniciativa da Câmara Municipal de Monchique, para 2013 que prevê a criação de um alambique comunitário. O objectivo da criação deste espaço é regular o mercado da aguardente. Paralelamente à produção, o projecto inclui ainda a criação de uma marca própria, que permita o

---

<sup>133</sup> In: *Geografia de Portugal. A Posição Geográfica e o Território*, Vol. I – Orlando RIBEIRO; Hermann LAUTENSACH e Suzanne DAVEAU, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987, p. 25.

<sup>134</sup> Xerardo Pereiro PÉREZ - “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, in: *Portugal Chão*, (coords.) Portela, J. e Castro Caldas, J., Oeiras, Celta editora, 2003, p. 248.

<sup>135</sup> Paralelamente a estes dois projectos já divulgados por parte da Câmara Municipal de Monchique, sabe-se que a autarquia adquiriu as Termas da Fonte Santa da Fornalha, não adiantando por ora qualquer intervenção de reabilitação e patrimonialização das mesmas. Sabe-se, igualmente da existência de um antigo lagar de azeite que servirá de mote para a criação de uma rota sobre este produto em articulação com o museu de Portimão (esta informação foi divulgada no facebook do presidente do município de Monchique, pelo que não se conhecem detalhes).

engarrafamento de aguardente de medronho, com garantia de qualidade. É intenção da autarquia fazer desta marca um produto “gourmet”, destinado a um nicho de mercado específico.

A “Casa do Medronho” prevê, também a criação de um pólo museológico, para atrair visitantes.

Para o efeito foi adquirido um edifício na vila que será alvo de reabilitação com vista a integrar este espaço dedicado ao medronho;

2. Em Abril de 2012 foi apresentado o plano de criação do ‘Centro Interpretativo da Fóia’, que se localizará, como o próprio nome indica na Fóia, num espaço que funciona actualmente como pequena galeria. Este centro interpretativo, segundo a explanação feita pelo Presidente da Câmara, será um espaço dinâmico e interactivo, onde o visitante para além de obter um melhor conhecimento dos produtos e tradições da serra de Monchique, poderá também levar consigo produtos como: mel, licores, compotas, aguardente de medronho, artesanato e cortiça. O centro pretende ainda promover visitas a produtores locais, nomeadamente a destilarias de medronho, provas gastronómicas, workshops sobre técnicas artesanais, passeios pedestres e de BTT, entre outros. Apesar das intenções enunciadas fica-se com a ideia de que este centro funcionará mais como um ponto de informação turística, do que propriamente como centro de interpretação deste território, estando sempre presente no discurso do edil de Monchique uma preocupação com os turistas e com a questão comercial do projecto.

Segundo a apresentação da autarquia, esta estrutura irá dividir-se em dois espaços distintos, um destinado a material interactivo com informações detalhadas sobre Monchique, vendo que tipo de património há para visitar, como é que são feitos os produtos, onde é que os pode comprar, qual a fauna e a flora existente e que tipo de gastronomia pode encontrar nos restaurantes locais. O segundo espaço, será uma loja que irá vender produtos locais e de merchandising da marca ‘Monchique’.

Em termos de promoção do território e de uma marca a este associada, que se valoriza através dos produtos típicos da serra, considera-se esta abordagem algo limitada e vocacionada para uma única actividade: o turismo, o que dado o contexto de Monchique, localizado numa região fortemente turística, cujo principal produto é o ‘sol e mar’, não faz deste um destino atractivo, considerando o segmento de turista que procura esta região.

Mais do que resolver os grandes problemas estruturais que este concelho do interior apresenta, considera-se que o turismo, por si só, não é a solução, pelo contrário, irá acentuar as assimetrias já existentes, com a criação de uma ocupação sazonal que não irá contribuir para a fixação da população activa.

O projecto ora apresentado parte da premissa de promover o desenvolvimento local, a partir dos elementos patrimoniais existentes no território. Do ponto de vista conceptual esta proposta assenta nos princípios básicos da ecomuseologia, explorados de forma mais detalha na primeira parte, mas podemos sintetizar como *“uma maneira dinâmica na qual a*

*comunidade preserva, interpreta e gere o seu património com vista a promover o desenvolvimento sustentável*<sup>136</sup>.

Considera-se assim a ecomuseologia como uma ferramenta de transformação e de desenvolvimento, reforçando, deste modo a perspectiva da cultura (no sentido lato do termo) enquanto elemento estratégico e promotor de competitividade de um território.

Como é evidente, quando se fala em “desenvolvimento” este inclui, também, o crescimento económico. Um ecomuseu pode apresentar duas facetas no que concerne a esta questão. Pode privilegiar a atracção turística, visando um fim mais economicista, que se caracteriza por conseguir num curto espaço de tempo, a obtenção de lucro<sup>137</sup>, transformando assim o património num objecto de gestão económica, entendido como um “salva-vidas”<sup>138</sup>. Ou funcionar como reforço da identidade cultural local, cujo objectivo é tornar a comunidade mais coesa, consciente e parte envolvida, no aumento da competitividade do lugar, reflectindo a sua acção a longo prazo com um forte impacto social, mas também económico<sup>139</sup>.

Neste sentido, mais do que definir o que é um ecomuseu, sabe-se estar na presença de um a partir da avaliação das suas acções: um ecomuseu é mais facilmente definido pelo que faz, do que pelo que é<sup>140</sup>, dada a complexidade da sua esfera de actuação.

Como vimos na primeira parte a pluralidade de experiências museológicas que se regem pelos princípios da ecomuseologia são bastante diversas. Cada realidade apresenta soluções e propostas diferentes, de acordo com M. Maggi, o resultado da criação de ecomuseus varia de país para país, não pela dificuldade em conceber um museu “novo”, mas sobretudo devido ao tecido museológico pré-existente<sup>141</sup>.

No que respeita à realidade portuguesa relativamente às experiências de ecomuseus, esta é considerada por alguns museólogos, como Hugues de Varine, como particularmente prometedora e muito próxima do conceito de “museu integral” segundo a definição da Conferência de Santiago (1972)<sup>142</sup>.

Concluiu-se, pois, que nenhum projecto se limita apenas à sua zona de implementação, há toda uma conjuntura que irá determinar uma série de escolhas e de opções a tomar ao longo do processo de musealização. É por isso importante perceber o contexto museológico do Algarve, visando deste modo criar uma estrutura que seja complementar do ponto de vista de oferta museológica, que permita a sua articulação com eventuais museus existentes e que se adequem aos nossos objectivos e discursos, criando uma rede de afinidades entre instituições.

O museu algarvio mais antigo é o de Faro<sup>143</sup>, tendo sido criado nos finais do século XIX. Ainda na capital de distrito abriu, durante o Estado Novo, um Museu Regional, que após vários anos de impasse quanto à sua tutela foi integrado na estrutura da Câmara Municipal de Faro.

---

<sup>136</sup> ECOMUSEUM DISTRICT NETWORK OF THE MEDITERRANEAN MAQUIS, *Draft of Model for Ecomuseum District development for the Mediterranean Maquis*, p. 3.

<sup>137</sup> Vide Maurizio MAGGI e Vittorio FALLATI, *ob. cit.*, p.12.

<sup>138</sup> Xerardo Pereiro PÉREZ - “art. cit”, p. 248.

<sup>139</sup> ECOMUSEUM DISTRICT NETWORK OF THE MEDITERRANEAN MAQUIS, *Draft of Model for Ecomuseum District development for the Mediterranean Maquis*, p. 8.

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*, p. 3.

<sup>141</sup> “Ecomuseums in Italy. Concepts and practices” – in: *MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO* - vol.II n. 9 1 - jan/jun de 2009, p. 71.

<sup>142</sup> Maurizio MAGGI e Vittorio FALLATI, *ob. cit.*, p.10

<sup>143</sup> Actualmente Museu Municipal de Faro, antes designado Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique.

De referir ainda o Museu Dr. José Formosinho, em Lagos, fundado por este investigador, hoje em dia transformado em museu municipal.

À semelhança do que se verificou um pouco por todo o país, após a revolução de 25 de Abril de 1974, também o Algarve assiste a uma proliferação de museus, *“verificando-se no tecido museológico regional uma mudança significativa, sobretudo nesta última década: 54.16% das unidades museológicas existentes na região abriram ao público neste espaço temporal”*<sup>144</sup>.

De acordo com os dados do *Panorama Museológico Português*, levantamento efectuado no ano de 2002<sup>145</sup> existiam no Algarve quarenta e uma instituições que se autodenominavam de “museu”. Para além desta terminologia, surgem, igualmente outras duas categorias distintas: “núcleos ou pólos museológicos” não dependentes de nenhum museu e “coleções particulares”, perfazendo um total de sessenta unidades patrimoniais. Clara Camacho refere que este cenário museológico, deve-se a iniciativas das Câmaras Municipais *“que, embora não tenham nenhum museu municipal, têm vindo a abrir “núcleos” ou pólos” museológicos não ligados a qualquer unidade ou estrutura central/ sede, sendo as suas funções a maior parte das vezes remetidas para os próprios serviços culturais do município.”*<sup>146</sup>

Temos, deste modo, um território cuja maior parte das unidades museológicas são tuteladas pelas autarquias, as coleções são, maioritariamente de etnografia, arte e arqueologia<sup>147</sup>. Acerca deste quadro Dália Paulo defende que estas apresentam temáticas e propósitos muito semelhantes, apontando duas características comuns às estruturas surgidas nas últimas décadas: *“inexistência de articulação e complementaridade territorial e pouca inserção comunitária dos projectos.”*<sup>148</sup>

A constituição da Rede de Museus do Algarve, oficialmente instituída em Outubro de 2007, nasceu da necessidade de articulação e cooperação sentida por parte dos profissionais dos museus do Algarve. Todos eles partilham uma realidade, que é no fundo a própria região, embora não haja regionalização, a verdade é que esta zona do território se identifica e se assume como tal. Associada ao território está a cultura, a história, o património cultural e natural, dos quais os museus da região são parte integrante e com responsabilidades acrescidas no seu desenvolvimento. Os museus são unidades interpretativas, pontos de partida para uma (re)descoberta dos territórios e das suas memórias, pelo que entre a diversidade e heterogeneidade de instituições museológicas algarvias, destacou-se o seu denominador comum: o território, a região, e conseqüentemente, as dificuldades e problemas sentidos, que conduziu, a objectivos e estratégias partilhadas.

Este foi o ponto de partida para a criação da Rede de Museus do Algarve, grupo vocacionado para:

---

<sup>144</sup> Dália PAULO - “Do gueto à partilha nos Museus do Algarve”, in: *Cadernos de Sociomuseologia*, 41, 2011, p. 265.

<sup>145</sup> Clara CAMACHO - “O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus”, in: *MUSEAL, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, N.º 1 - A realidade museológica do Algarve - perspectivas para o século XXI*, 2006, p.11.

<sup>146</sup> Idem, “art. cit.”, p. 13.

<sup>147</sup> Idem, “art. cit.”, p. 15.

<sup>148</sup> Dália PAULO – “art. cit.”, p. 265.

- A intervenção e a implementação de “boas práticas” museológicas;
- Desenvolver massa crítica de apoio a projectos inter – Museus;
- Intervir no aconselhamento, formação e definição das políticas museológicas no Algarve;
- Recorrer a estruturas de comunicação e organização simples sem grande grau de complexidade;
- Fomentar novos enquadramentos e paradigmas do papel social e formativo dos Museus, em redes e trabalhos em parcerias horizontais.

Este grupo tem por base a auto-responsabilização e comprometimento dos dirigentes e pessoal técnico dos Museus, dada a sua relação directa com o trabalho dos Museus do Algarve.

Neste contexto regional e dada a importância verificada na criação e estruturação de unidades patrimoniais que contribuam para uma diferenciação e uma real qualificação do tecido museológico, julga-se que a proposta para a concepção do Ecomuseu da Fóia é uma mais-valia, pois não encontra paralelo em toda a região, embora existiam em curso algumas intenções de intervenções na linha conceptual da ecomuseologia e dos museus do território, como é o caso do Museu do Barrocal em Paderne (concelho de Albufeira)<sup>149</sup>.

Em termos regionais, Monchique é um território que apresenta diversas características que o individualiza, sendo, sem dúvida, a paisagem o seu elemento diferenciador por excelência. A sua riqueza paisagística e os valores patrimoniais a ela associados são os factores que motivaram a realização desta proposta. Pretende-se, pois, uma abordagem descentralizada, levando à constante (re)descoberta do território, valorizando os aspectos da espacialidade: paisagem, geografia e ecologia; e da sociabilidade e suas dinâmicas evolutivas – práticas culturais, traje, processos e tecnologias produtivas, etc...

Um dos desafios que se coloca a este tipo de projectos é o de como dar um museu a um território. Na prática qual a melhor abordagem para efectivar essa presença e alcançar os seus objectivos?

Este parece-nos ser um ponto fulcral do projecto, como o é para todos os tipos de musealização ou patrimonialização que queiram explorar as relações dinâmicas que historicamente se estabelecem entre comunidade e território, *“acima de tudo, este modelo propõe que o museu dialogue com as comunidades de que faz parte, numa lógica de inclusão e partilha. (...) o maior desafio que se nos coloca é dar um museu ao território, sendo desejável que contribua para o desenvolvimento do mesmo e das suas comunidades”*<sup>150</sup>.

Esta questão que se coloca a propósito do Museu do Douro, definido como museu de território, assume-se como uma das principais preocupações da museologia contemporânea, fruto de uma abertura ao exterior, cada vez maior da instituição museológica e do reconhecimento do papel da comunidade enquanto parte integrante do território.

Mais do que pensar numa estrutura ao serviço da comunidade, crê-se, fazer sentido em ser a própria comunidade envolvida a pensar qual a melhor forma de patrimonializar os seus

---

<sup>149</sup> Trata-se de um projecto que surgiu em 2001, numa acção concertada entre a Câmara Municipal de Albufeira e a Comissão de Coordenação da Região do Algarve. O Programa Museológico é de responsabilidade do museólogo António Nabais e o projecto de arquitectura, que inclui a reabilitação de parte de um edifício existente na aldeia de Paderne, é da autoria do Arq. Siza Vieira.

<sup>150</sup> In: Informação ICOM.PT – “Novos, recentes e renovados: Museu do Douro – um museu para um território”, Série II, n.º 15 (Dez11-Fev.12), p. 15.

recursos, sendo necessário para o efeito todo um processo de discussão, partilha e negociação em torno dos conceitos de património e identidade. O ecomuseu deve nascer desta discussão enquanto elemento unificador e consensual no seio da comunidade que representa, como refere Maurizio Maggi<sup>151</sup>, a respeito de uma reflexão sobre museus de pequena dimensão, de cariz provincial, mais importante que as colecções em si, nestes “*musei invisibili*” é o facto de terem servido como pretexto para reconstruir um ponto de vista colectivo sobre a cultura local ou que toda a iniciativa de construir uma unidade museológica parta de uma exigência da comunidade, colocando, deste modo no centro do processo a comunidade, as pessoas.

São estes os critérios que pautam a delimitação do Projecto do Ecomuseu da Fóia, muito próximo, portanto de uma abordagem e conceito de património ligado ao imaterial. À pergunta: “So what is ICH [Intangible Cultural Heritage]?” responde Valdimar Tr. Hafstein:

*“It is the practices that communities, groups, and individuals recognize as their heritage. It is ... what they say it is. In other words, we simply don’t know what it is until we go out and ask them.”*

É a comunidade que detém e define o seu património, daí que o trabalho de patrimonialização parta necessariamente da negociação dentro do grupo, pois nem sempre os conceitos são consensuais, mesmo no seio da comunidade.

Parece-nos fulcral a questão da participação activa e até mesmo de protagonismo por parte da colectividade, numa lógica de assumir o património como resultado de um processo de valorização social da diversidade cultural colectiva no território no qual esta se inscreve, visando a salvaguarda a longo prazo no âmbito do desenvolvimento local<sup>152</sup>, tendo deste modo o ecomuseu a sua razão de existir enquanto parte do processo social, mediando as dinâmicas e complicitades estabelecidas entre património, comunidade e território.

## **3.2. Ecomuseu da Fóia: pluralidade de experiências e unidade de acção**

### **3.2.1. Conceito**

“Ecomuseu da Fóia”, do ponto de vista gramatical, poder-se-ia considerar uma sinédoque, pois tomamos uma parte do território – a Fóia – pelo todo, isto é o concelho de Monchique. Mas a verdade é que a partir da Fóia, o ponto mais elevado do Algarve, com 902 m de altitude, nos é possível, não só vislumbrar o resto do território que compõe o referido concelho, como grande parte da região.

O Ecomuseu denomina-se da Fóia, por ser o elemento paisagístico mais marcante da zona, mas a sua função será conduzir a uma olhar mais atento, ou se quisermos, a partir da Fóia faça-se um “zoom” à envolvente.

Pretende-se centrar a acção do ecomuseu na paisagem. A paisagem enquanto resultado da acção do homem ao longo do tempo e da exploração dos seus recursos naturais.

---

<sup>151</sup> *I musei* – (Coord.) Maurizio MAGGI e Vittorio FALLETTI, Il Mulino, Bologna, 2012, pp.75-76.

<sup>152</sup> Maria Lorena Sancho QUEROL – (no prelo) “Chaves da Sociomuseologia: para uma construção social do património através do inventário participado”. *Revista de Sociologia* Nº 24, Universidade do Porto, ([http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_Rev.%20%20Sociologia%20U.P.%20n%BA%2024.%20Artigo%20Lorena%20sancho%20Querol%20%28CB%29.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Rev.%20%20Sociologia%20U.P.%20n%BA%2024.%20Artigo%20Lorena%20sancho%20Querol%20%28CB%29.pdf))

Marcas de rupturas e de continuidade, que determinaram, não só um modo de vida, como também uma identidade e culturas próprias. A paisagem é o produto dessa relação estabelecida, as limitações e oportunidades, as características entre as (quase) todas as comunidades serranas e as diferenças que as individualizam.

### **3.2.2. Objectivos**

- Preservar e valorizar o património natural – recursos naturais e elementos naturais de valor excepcional;
- Promover e valorizar o património cultural, seja ele arquitectónico, arqueológico, etnológico, material e imaterial;
- Reconhecer a paisagem como elemento dinâmico construído pela acção do homem ao longo do tempo;
- Promover a investigação histórica e cultural de Monchique, estimulando assim, à valorização do território e da sua identidade;
- Envolver a comunidade nos processos criativos e de desenvolvimento, através de acções de sensibilização;
- Impulsionar a formação e a produção em áreas técnico-profissionais que contribuíram para a formação de uma cultura local, com vista ao desenvolvimento de novas fileiras produtivas;
- Estimular a exploração/ rentabilização dos bens patrimoniais numa vertente turística, lúdica e desportiva, sem, no entanto colocar em causa a integridade e salvaguarda dos mesmos;
- Fomentar a cooperação entre instituições públicas e privadas na região;

Em síntese podemos afirmar que este projecto visa tornar a comunidade autónoma, para garantir o desenvolvimento sustentável do seu território. Quer isto dizer, que a comunidade local necessita ter consciência dos recursos patrimoniais de que dispõe, conhecer-se melhor a si mesma (o seu passado, dar-lhe uma espessura temporal) para garantir um futuro.

Por forma a atingir os objectivos propostos, a estrutura do ecomuseu da Fóia é composta por centros interpretativos dos aspectos considerados chave na identidade monchiquense, e que por isso mesmo tornam esta uma zona peculiar no contexto algarvio.

### **3.2.3. Unidades Patrimoniais**

O Ecomuseu da Fóia, enquanto estrutura descentralizada no território, irá assentar em unidades patrimoniais distintas de acordo com as suas características.

Em termos interpretativos e expositivos os seus pólos base serão constituídas por Centros Interpretativos temáticos, que se irão “desdobrar” na paisagem através de uma sinalética que faça corresponder cada elemento patrimonial no terreno à temática do respectivo Centro. Haverá, necessariamente uma sobreposição de elementos para várias temáticas, considerando a interligação entre os vários conteúdos e aspectos a privilegiar na narrativa museológica.

Os elementos a destacar na paisagem são:

- Elementos naturais
- Sítios Arqueológicos
- Património construído
- Saberes-fazeres/ Festividades (património intangível)

As unidades patrimoniais constituem assim os centros de interpretação e todos os bens e sítios musealizados e a musealizar *in situ*, privilegiando, deste modo a circulação e o contacto directo com a paisagem e os seus valores patrimoniais.

A escolha de criar centros de interpretação, em detrimento da criação de um espaço museológico único, central, prende-se com a ligação acima mencionada que se quer estabelecer entre visitante/ utente e espacialidades, bem como do acesso directo ao património, preferencialmente no seu contexto. A estes aspectos juntam-se, igualmente, outros de ordem prática, como os custos de manutenção.

A existência de um museu, que funcionasse como sede de uma estrutura polinucleada, não se afigura, nesta realidade como exequível, nomeadamente em questões de sustentabilidade do projecto, uma vez que a criação de Centros Interpretativos representa um investimento menor, e será feita de forma. Em termos de manutenção e de pessoal, estes são espaços menos exigentes, dadas as suas características.

As estruturas de interpretação a implementar em Monchique, aproximam-se do conceito utilizado no Parque Cultural de Las Médulas, abordado no capítulo anterior, o de centros interpretativos temáticos que permitem uma melhor leitura da paisagem, elemento central do projecto espanhol, em toda a sua dimensão histórica, económica e social.

Outro aspecto revelante dos Centros de Interpretação de Las Médulas e que se pretende adoptar também para o Ecomuseu da Fóia é a garantia de abertura regular dos mesmos, com respectivo horário e preço de ingresso, num valor relativamente acessível à maioria dos visitantes (o preço de entrada na Aula Arqueológica é de € 1,20; metade do valor para estudantes, reformados e grupos e gratuito para crianças até aos 8 anos | para entrar na Galeria de Orellán os valores variam entre €1,50 para adultos; crianças entre os 6 e os 18 anos e grupos pagam €0,90 e a entrada é gratuita para crianças com idade inferior a 6 anos e para os naturais dos municípios limítrofes: Borrenes, Carucedo y Puente de Domingo Flórez).

Embora as entradas sejam acessíveis a visita aos centros de interpretação são opcionais, estando o acesso ao sítio de Las Médulas disponível todo o ano, durante todo o dia, uma vez que se trata de um parque cultural, tratando-se de uma zona de livre circulação, ao ar livre, com vários percursos e pontos informativos.

É precisamente esta ideia de acessibilidade e de liberdade de visita, a possibilidade de construir o roteiro individualmente, segundo gostos, interesses ou tempo disponível que nos agrada particularmente, é contribuir para um visitante autónomo, capaz de decidir, enquanto indivíduo crítico e activo que é.

Os centros interpretativos representam uma mais-valia, uma vez que permitem uma contextualização, ou uma forma de aprofundar conhecimentos, despertar de novos interesses ou até mesmo, uma forma de “educar” o olhar.

Nos outros dois casos explorados (Mértola e Seixal), a patrimonialização baseou-se na criação de núcleos temáticos dispersos no território, apesar de algumas afinidades entre estas

estruturas, Mértola distingue-se do Ecomuseu do Seixal sobretudo devido às reduzidas dimensões da vila, que permite, com alguma facilidade a aquisição do bilhete geral (€5) que dá acesso a todos os núcleos, realizando, assim o respectivo périplo pela história de Mértola; enquanto no Seixal, e por se tratar de um centro urbano, a informação e a própria acessibilidade aos diversos espaços que compõem o ecomuseu diluem-se um pouco. O ingresso é gratuito nestes vários pontos expositivos.

Acerca do Ecomuseu seixalense, de referir que o Núcleo da Mundet, onde funciona a sede, não se encontra aberto. Este é um núcleo, que embora seja um dos mais emblemáticos, de grande valor patrimonial dada a riqueza da antiga fábrica de cortiça, não apenas do ponto de vista da arqueologia industrial, mas também como elemento fulcral na delimitação do espaço urbano e nas relações sócio laborais que aquela unidade fabril imprimiu no Seixal durante o seu período de laboração e portanto como elemento ainda vivo na memória colectiva desta comunidade é, contudo, o núcleo que recebe menos visitas, daí estar habitualmente encerrado, sendo aberto por um funcionário apenas quando há visitantes.

Os aspectos ligados ao funcionamento e aos custos associados, bem como à criação ou não de receita própria, levantam algumas questões acerca da viabilidade do nosso projecto, estamos pois cientes das dificuldades que a implementação deste tipo de espaços acarretam, principalmente numa zona periférica e rural como é o caso de Monchique.

Há no Algarve um caso que nos merece particular atenção, dadas as semelhanças territoriais, referimo-nos ao de Alcoutim.

Entre 1995 e 2001 a autarquia de Alcoutim deu corpo a uma rede polinucleada, constituída por oito núcleos. Este projecto tinha como objectivo *“implementar um museu multifacetado, onde diversos aspectos do território fossem revelados ao visitante, preservando simultaneamente um património que corresponde a uma memória colectiva que se expressa em múltiplos recursos materiais, técnicas e tradições existentes nestas comunidades, numa cronologia mais ou menos alargada.”*<sup>153</sup> Como se pode aferir a partir desta declaração de intenções, estamos perante um caso de um museu de território, algo muito próximo de um certo modelo de ecomuseu, sendo que neste caso, a primeira unidade museológica a surgir foi o denominado Museu do Rio, em Guerreiros do Rio (Alcoutim).

A iniciativa partiu do município que para o efeito contratou uma equipa multidisciplinar, que ao longo de cerca de seis anos foi esboçando os actuais oito núcleos. A sua instalação efectuou-se, maioritariamente em antigas escolas primárias desactivadas. As temáticas foram escolhidas de acordo com as actividades características de cada zona de implantação:

1. Museu do Rio, em Guerreiros do Rio, dada a proximidade e ligação ao Guadiana;
2. Núcleo da tecelagem, no monte dos Farelos;
3. Núcleo da Fonte do Zambujo (freguesia do Pereiro), dedicado à oralidade;
4. Núcleo da Barrada (freguesia de Martim Longo), de cariz etnográfico;
5. Núcleo de Arte Sacra, instalado na Ermida de Nossa Senhora da Conceição, sita na vila de Alcoutim;
6. Núcleo de Arqueologia funciona no Castelo de Alcoutim;

---

<sup>153</sup> Alexandra GRADIM – “A Rede polinucleada de Alcoutim: A sustentabilidade de um projecto de museu multifacetado”, in: *MUSEAL, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, N.º 4 – Núcleos Museológicos. Que sustentabilidade?*, 2009, p.81

7. Núcleo de Vaqueiros, localiza-se na aldeia homónima, e versa sobre aspectos da vida rural;
8. Núcleo da Escola Primária, em Santa Justa (freguesia de Martim Longo).

Acerca da sustentabilidade desta rede diz-nos Alexandra Gradim: “*quatro anos após a rede estar constituída e a funcionar, quatro dos seus núcleos foram obrigados a encerrar por falta de viabilidade.*”<sup>154</sup> Pela estatística percebe-se que os núcleos localizados mais perto da vila, sede concelho são os que apresenta um maior número de visitantes, denotando-se um obstáculo em termos de acessibilidades por se tratar de um concelho com alguma dimensão, pelo que percorrer os iniciais oito núcleos implicaria o visitante completar cerca de 65 km.

Face a este cenário a autora do artigo citado enumera várias estratégias que visam colmatar os pontos mais fracos deste projecto, porém, em nosso entender o maior problema subjacente ao pouco sucesso desta iniciativa está relacionada com a falta de trabalho desenvolvido com as comunidades, isto é, há uma intenção de criar pólos de atracção para um visitante, presume-se que forasteiro, que desconheça o local e que por isso é convidado a descobri-lo através da visita aos núcleos museológicos, falha na ligação à base essencial do património: as pessoas.

Considera-se pois que o processo participativo é a chave do sucesso para a criação de um projecto desta natureza, através de um trabalho educativo com a comunidade, numa construção conjunta de aprendizagens, que advém da partilha de experiências e pela negociação de novos significados.

#### **3.2.4. Organização Temática**

Para além do “land mark” já identificado e que dá nome ao projecto (Fóia), há um outro elemento estruturante desta paisagem, e conseqüentemente desta realidade:

- **A água - Centro de Interpretação**

A água é um elemento fulcral e vital em Monchique daí a criação de um centro interpretativo exclusivamente subordinado à água. Apesar desta se relacionar com diversos aspectos que serão abordados noutros centros do ecomuseu, dada a sua transversalidade e da própria realidade e natureza humana.

O nosso objectivo é explicitar qual a importância e o papel da água neste território. Para o efeito é necessário descrever e caracterizar os recursos hídricos existentes e os seus usos.

A sua composição química, as suas propriedades curativas que levou à sua exploração termal desde o período romano.

A actual empresa de captação e comércio da água de Monchique.

As relações simbólicas possíveis de estabelecer a partir do universo água (milagres, cura, pureza associada à água, nascimento, origem de, utilização em rituais e religião...).

Os usos associados à produção (agrícola, do linho...) e as construções: os moinhos e azenhas; pontes...

---

<sup>154</sup> Idem, “art. cit.”, p. 88.

Destacar a acção da água enquanto factor/ elemento de alteração da paisagem, através das construções de moinhos e azenhas ao longo do curso das ribeiras, como na construção de sistemas de rega, construção de diques, albufeiras ou barragens.

A água como habitat – espécies animais e vegetais que lhe estão associadas.

- **Sistemas naturais e paisagem**

O Centro de interpretação dos sistemas naturais e paisagem tem como missão valorizar e garantir a qualificação dos sistemas naturais e da paisagem.

Pretende-se educar a visão, ensinar a olhar e a interpretar as marcas existentes na paisagem e que singularizam Monchique.

Serão explorados conceitos relacionados com as seguintes áreas: geologia; geografia, biologia e paleoflora.

A questão da sustentabilidade e da educação ambiental, são temáticas que lhes estão inerentes.

Perceber de que modo os recursos naturais condicionam e determinam a forma de vida do ser humano nesse território, ao longo do tempo e, conseqüentemente, redesenha a paisagem (através de introdução de novas espécies animais e/ou vegetais; levando à destruição de habitats e contribuindo para a extinção de algumas espécies; incêndios, arroteias, produção continuada de carvão; poluição...).

Perspectivar um futuro com base no respeito pelos ecossistemas, com a introdução e recurso a fontes de energias alternativas, promovendo boas práticas de sustentabilidade, garantindo qualidade de vida às gerações vindouras.

- **Ocupação do território e património**

A partir deste centro propõem-se uma viagem no tempo, recuando à primeira ocupação humana deste território até à actualidade.

Pretende-se fomentar a prospecção e investigação arqueológica, nomeadamente através da identificação de novos sítios, estudo de materiais, divulgação de resultados e publicações do início do século XX sobre a Arqueologia de Monchique; musealização de sítios *in locu*; classificação de bens móveis e imóveis.

Considerando que o Património é um conceito cada vez mais integral, tudo é património, aqui, em concreto, iremos tratar do património arqueológico, como já foi dito; arquitectónico, etnográfico, religioso, mas numa perspectiva da materialidade, as questões ligadas ao intangível serão trabalhadas numa unidade específica, à semelhança do que se fez com a água.

Este centro pode tanto funcionar como um ponto de partida para uma descoberta mais atenta do território, não apenas na sua dimensão de espacialidade, mas também de temporalidade (o binómio espaço-tempo); bem como permitir o relacionamento com as características históricas do resto da região algarvia; ou como ponto de chegada, após uma visita/ actividade/ passeio/ percurso... pelo território, permitindo um aprofundar de conhecimentos, ou o confirmar de algumas questões e interrogações que surgiram no decorrer da “descoberta” territorial levada a cabo.

As crónicas e relatos sobre Monchique ao longo da História, desde as difíceis acessibilidades, o relevo e a necessidade de defesa, sobretudo no período de reconquista; as formas de povoamento, as características arquitectónicas distintas; as actividades económicas, o turismo termal no início do século XX; a demografia e a fuga da população para o litoral. A organização administrativa – o actual concelho de Monchique, e antes de o ser; as visitas régias. São tudo matérias que constituem o conteúdo deste centro de interpretação.

A investigação e o conhecimento da história desta zona, intimamente ligada e condicionada pela sua localização e pelas suas características geológicas e naturais, visa inspirar o sentimento de pertença e de auto-estima da sua comunidade local.

Deseja-se criar uma dinâmica que perspetive sempre uma visão de futuro e porque se entende a museologia como uma ferramenta ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento, como que num processo contínuo de aprendizagem, neste caso, aprender com as lições da história.

- **Núcleo da memória**

Será um núcleo ligado ao Património Cultural Imaterial (PCI), através de testemunhos, recolhas orais, recolhas fotográficas, numa relação directa com a comunidade.

A comunidade é o património vivo, com o qual queremos documentar, compreender e sobretudo evoluir reinventando novas soluções para os mesmos problemas, pois só assim o PCI vive e não se cristaliza.

Chamou-se núcleo e não centro de interpretação porque queremos que este espaço constitua um novo núcleo na sociabilidade monchiquense, um ponto de encontro e de partilha.

Pretende-se que o seu funcionamento seja assegurado pela população e que a sua programação seja desenvolvida por esta. A acção da coordenação do projecto será apenas de mediação.

Esta estrutura de funcionamento inspira-se no exemplo criado no também serrano concelho de S. Brás de Alportel, o Centro Museológico de Alportel, que foi inaugurado em 2006 e situa-se na localidade de Vale do Alportel. Este espaço foi uma iniciativa do Município de São Brás de Alportel, dinamizado, em parceria, com a Sociedade Recreativa Alportelense e a colaboração do Museu do Trajo de S. Brás de Alportel, com o objectivo de criar um pólo de interesse turístico, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento de um turismo de qualidade, que tem por base a valorização do Património e da Natureza<sup>155</sup>. Porém o aspecto mais interessante deste centro prende-se com o seu funcionamento, a cargo da comunidade local, responsabilizando a comunidade na gestão do património, numa dinâmica de cidadania activa e participativa, não exigindo apenas envolvimento e dinamismo por parte do estado.

O Núcleo da Memória afigura-se como um excelente ponto de partida para o trabalho a desenvolver em Monchique, com vista à criação do Ecomuseu da Fóia, pois este privilegia

---

<sup>155</sup> In: [http://www.cm-sbras.pt/portal\\_autarquico/sao\\_bras\\_alportel/v\\_pt-PT/menu\\_turista/concelho/cultura/museus/museu\\_alportel.htm](http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_turista/concelho/cultura/museus/museu_alportel.htm)

as pessoas e as suas memórias, associadas ao território, elementos fundamentais, mas também muito frágeis, neste sentido, crê-se fazer todo o sentido iniciar o projecto a partir da recolha e inventariação do PCI de Monchique.

### 3.2.5. Elementos da paisagem *versus* centros interpretativos

Assumindo o território como a chave para a interpretação da verdadeira essência da Serra de Monchique, na longa duração (passado, presente e futuro), no qual os vários centros desenvolvem e estabelecem verdadeiras ligações, ou teias com o património primário, localizado no seu contexto natural e original.

Das relações a implementar, e como atrás se referiu quanto aos elementos patrimoniais a destacar e a fazer corresponder às várias temáticas contempladas nos Centros de Interpretação, iremos então destacar as seguintes, de acordo com a sua tipologia e importância:

- Elementos naturais/ paisagem

Dentro desta categoria serão assinaladas as **árvores centenárias**, que constituirão um dos roteiros temáticos a apresentar:

- Plátanos - *Platanus Híbrida brot*

Trata-se de uma árvores de grande porte, com mais de 35 metros de altura que se encontra no **Barranco de Pisões** (a cerca de 3 Km Norte da vila sede de concelho) e integra o parque de merendas que aqui existe. Foi classificada como sendo do interesse público a 8 de Maio de 1947.

- Magnólia - *Grandiflora l.*

Encontra-se perto do **convento de Nossa Senhora do Desterro**. Julga-se que terá sido trazida da Índia pelo fundador do mencionado mosteiro, cuja data de fundação é de 1631.É considerado o maior exemplar da espécie em toda a Europa, tendo sido classificado no Diário do Governo, 2.ª Série, n.º 105, de 8 de Maio de 1947.

- Carvalho - *Quercus Canariensis wild*

Em Portugal esta espécie só ocorre na Serra de Monchique. No passado formava a cobertura arbórea original da serra, porém, hoje em dia, a sua distribuição é reduzida, fig. 22 em anexo.

- Araucária - *Heterophylla*

Existem duas árvores centenárias desta espécie em Monchique. Uma situa-se na Quinta do Viador, mede 40 metros e foi classificada a 14 de Agosto de 1993; o outro exemplar, classificado na mesma data, localiza-se na Quinta da Vila.

Os cursos de água, ribeiras, cascatas também serão assinalados, quer pela sua importância utilitária, da qual resultam, muitas vezes arquitecturas associadas, como diques, canais de irrigação, pontes, moinhos/ pisões, mas ainda devido ao aspecto estético e de contemplação de alguns destes locais:

- Ribeira de Odelouca esta ribeira tem cerca de 92 Km de comprimento. Nasce na Serra do Caldeirão (concelho de Almodôvar, freguesia de São Barnabé), o seu percurso, no sentido Leste – Oeste chega às encostas da Serra de Monchique, onde inflecte o seu curso para Sudoeste e para Sul, desaguando como afluente do Rio Arade.
- Na zona do concelho de Monchique (freguesia de Alferce) foi construída a Barragem de Odelouca. Esta tem como finalidade o abastecimento de água ao Algarve, permitindo o armazenamento de 75 Mm<sup>3</sup>. Esta construção apresenta 76 metros de altura e 420 metros de desenvolvimento do coroamento. Foi inaugurada a 28 de Agosto de 2009 e representa hoje, um “*land mark*” no território de Monchique, dado o impacto visual da obra.
- Ribeira de Seixe – no fim do seu percurso esta ribeira abarca o Baixo Alentejo, na zona Sudoeste e o Noroeste algarvio, correndo entre os concelhos de Odemira e Aljezur. Alimenta-se de vários ribeiros que descem da Serra de Monchique (mapa 6).
- Ribeira de Odiáxere, mapa 7, trata-se de um pequeno ribeiro, com 29,6 km de comprimento. Nasce na Serra de Monchique, perto da freguesia de Marmeleite, desagua como afluente do Rio Alvor (concelho de Portimão).
- Ribeira de Aljezur ou da Cerca - nasce na Serra de Monchique e desagua no Oceano Atlântico, na Praia da Amoreira (concelho de Aljezur) – em anexo: mapa 8.
- Ribeira da Boina – este curso de água nasce à cota de 650 a Este da Fóia (mapa 9). Tem 23,8 Km de comprimento, terminando na margem direita do Rio Arade, já junto a Portimão. Os seus principais afluentes são o Barranco do Banho, o Barranco do Vale de Boi, a Ribeira das Canas e o Barranco do Vale da Pipa.
- A Ribeira de Monchique (que passa na zona da Fonte Santa) caracteriza-se pela abundância de água que corre ao longo de todo o ano. A vegetação e a possibilidade de observação de espécies de orquídeas e cistáceas, convidam a um passeio ao longo das suas margens.

Neste território existem três cascatas<sup>156</sup>. São locais bastante aprazíveis, apesar dos acessos nem sempre serem fáceis, na maior parte das vezes devido à falta de indicações.

- A Cascata do Barbelote (fig. 50) - localiza-se na encosta Norte da Fóia. Já é possível aceder a esta queda de água a partir da estrada de Vale de Largo – Barbelote, coexistindo ainda um acesso pedonal, é considerada a mais bonita das três.
- Cascata do Chilrão – encontra-se junto à estrada de ligação de Marmeleite ao Chilrão.
- Cascata do Penedo do Buraco (fig. 51) - é a mais fácil de visitar, dada a sua localização, à beira da estrada.

Destacam-se naturalmente as duas elevações mais proeminentes de toda a região, a Fóia e a Picota, ambos locais com vistas de uma extrema beleza, onde e recorrendo às palavras de António Callapez: “*Os cêrros estendem-se a perder de vista recortando no céu azul o seu perfil de semi-círculo, prolongando-se em picos arredondados, ora cobertos de pinheiros ou montados, ora de uma rudeza virgem onde apenas treme ao vento o mato rasteiro.*”<sup>157</sup> Numa

---

<sup>157</sup> In: *Capas Negras*, 1928.

perspectiva mais contemplativa, ou num olhar mais atento à realidade que compõe esta paisagem, a descrição acima transcrita sintetiza-a na perfeição.

A Fóia, até por ser o marco paisagístico que dá nome ao nosso projecto, encerra em si e no seu aspecto actual, toda uma história (história da paisagem) feita a partir dos usos que teve. Esta zona começou a ser cultivada a partir de 1826, altura em que se deu o aforamento em courelas, que rendiam à Câmara, no último quartel do séc. XVIII, por ano cerca de 100\$00 réis, de acordo com o que está escrito no Dicionário de Pinho Leal.

Sabe-se que até à referida data, este monte, como era designado, estava reservado ao gado: “À Foia «vem de todas as partes os gados pascer e fazer grandes criações», estando reservada aos gados e proibida a residência ou aproveitamento agrícola”<sup>158</sup>.

D. João II, deu a Fóia ao povo como baldio, após a sua estadia nos banhos das Caldas de Monchique, onde esteve em tratamento; segundo Pinho Leal, a Fóia era então “povoado de sobreiras e azinheiras, que se arrancaram, na maior parte, para se cultivar o terreno que o ocupavam”<sup>159</sup>.

A divisão do monte em courelas e o seu cultivo resultou na paisagem, que ainda hoje se pode vislumbrar na visita à Fóia, o ponto mais alto do Algarve, e um dos mais visitados; “... encontramos uma escadaria de tabuleiros rara não só na região, como no Sul do país. São terrenos agrícolas, designados por canteiros, dispostos em socalcos que formam anfiteatro nos pequenos vales abertos entre a penedia. Hoje alguns estão abandonados, mas o rigor e esmero da sua construção mantém-nos firmes, mesmo sob o clima húmido desta altitude”<sup>160</sup>.

- Caldas de Monchique

As Caldas de Monchique dada a sua peculiaridade são por si um sítio de visita obrigatória para quem se desloca ao concelho.

Tem uma vegetação luxuriante com castanheiros, eucaliptos, cameleiras, pinheiros, e medronheiros, com caminhos recortados que nos levam à Fonte dos Amores e zonas de sombra ideais para um piquenique ou tão-somente para um passeio. Por outro lado a entidade exploradora das águas e do empreendimento turístico tem alguns materiais arqueológicos, dispostos numa pequena sala entre os quais se destaca uma ara romana, pedras de armas dos bispos do Algarve; epígrafes com inscrições diversas; uma pia em pedra; e restos de painéis de azulejos. Podendo este ponto ser dinamizado apenas com um reforço da sinalética e através de uma colaboração entre ecomuseu e entidade de exploração do local para melhorar a comunicação com as pessoas, fomentando inclusivamente a criação de actividades concretas acerca da riquíssima história (breve cronologia das Caldas de Monchique em anexo) deste sítio e a definição de passeios temáticos, que envolvam observação da natureza, identificação de espécies, iniciativas ligadas à fotografia, até porque há uma colecção de fotografias antigas das

---

<sup>158</sup> Joaquim Romero MAGALHÃES, *ob. cit.*, p.139

<sup>159</sup> *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias* - Pinho LEAL, Volume Quinto, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1875, p. 376.

<sup>160</sup> *Portugal – O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões* - Suzanne DAVEAU, Duarte BELO, José MATTOSO, Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2010, p. 643.

Caldas, a realização de exposições temporárias com as peças arqueológicas que se encontram noutros museus da região como o de Lagos e o de Faro<sup>161</sup>.

Aqui convergem algumas das temáticas a serem exploradas e vertidas na própria paisagem dos centros interpretativos, com particular incidência para a arqueologia.

- Sítios Arqueológicos

Os sítios arqueológicos identificados neste concelho são em número considerável (a avaliar pelos registos contidos na base dados do antigo IGESPAR)<sup>162</sup> embora, nas últimas décadas esta actividade tenha estado bastante inactiva. A existência de vestígios e núcleos arqueológicos atestam a ocupação milenar deste território.

O Castelo de Alferce é o sítio arqueológico mais importante e o único intitulado como tal. A sua origem remonta a um povoado fortificado da Idade do Bronze, e que terá desempenhado funções de defesa até ao período islâmico, como *hîsn*. Dada a sua localização, este terá funcionado como importante ponto de apoio à defesa de Silves, controlando as passagens entre o Algarve e o actual Alentejo.

Do período de ocupação islâmico, datável dos séculos X e XI, pervivem apenas alguns muros e uma cisterna, escondidos no meio da vegetação e de sobreiros. Encontra-se, há vários anos, em curso o processo de classificação do sítio.

No último quartel do século XIX, através da figura de Estácio da Veiga e já nas primeiras décadas da centúria seguinte, nomes como José Leite Vasconcelos, Octávio Veiga Ferreira, Abel Viana e Formosinho, dedicaram-se à prospecção e escavação arqueológica em Monchique.

Daí resultaram algumas descobertas e literatura que consideramos como boas pistas e excelentes pontos de partida para melhor perceber a ocupação territorial desta zona algarvia.

À semelhança do que aconteceu um pouco por todo o Algarve, também por aqui andou Estácio da Veiga. José Gascon<sup>163</sup> diz-nos que no ano de 1878, Estácio comprou a um lavrador de Monchique dois machados de pedra polida, da Idade do Bronze. Na sua obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*<sup>164</sup>, este dá conta de diversos achados feitos no concelho de Monchique. Sobre Marmelete, por exemplo, começa por exaltar a beleza da serra algarvia, afirmando que ali não faltaria aos "*homens da ultima idade da pedra*"<sup>165</sup> matéria-prima. Neste local apareceram muitos machados, no entanto o arqueólogo apenas conseguiu reunir dois, os

---

<sup>161</sup> Os bens arqueológicos provenientes dos trabalhos realizados nas Caldas de Monchique por Abel Viana e José Formosinho encontram-se em Lagos, outros em Faro, outros ainda, e à semelhança do que aconteceu um pouco em todas as terras algarvias, estão no Museu Nacional de Arqueologia, fruto das recolhas de Estácio da Veiga e devido à ausência de uma instituição museológica na região. Embora muitas vezes os museus locais reclamem para si esse espólio, neste caso concreto e nesta fase não se considera uma prioridade a criação de uma colecção arqueológica em Monchique, até devido às condições de conservação preventiva necessárias, o que implicaria uma reserva com as condições adequadas entre os quesitos. Se estão salvaguardadas nos referidos museus, havendo a possibilidade de fazer mostras com as mesmas e garantir o acesso a investigadores que as queiram estudar, então não se considera premente uma transferência de bens para Monchique.

<sup>162</sup> Quadro com lista do Endovélico em anexo.

<sup>163</sup> Na sua obra *Subsídios para a Monografia de Monchique*, Algarve em Foco Editora, Faro, s/d, p. 34.

<sup>164</sup> Sebastião Philipps Martins Estácio da VEIGA - *Antiguidades monumentais do Algarve tempos pré-históricas*, Vol. II, Universidade do Algarve, Faro, 2005, p. 326.

<sup>165</sup> In: *ob.cit.*, p. 36

quais indica estarem depositados no museu<sup>166</sup>. Na zona da Fóia reporta-se a um dólmen destruído, e vários machados de pedra polida.

O início do século XX foi profícuo em trabalhos arqueológicos no concelho de Monchique. Foram encontradas diversas sepulturas, uma perto da vila, outra no sítio do Castelo da Nave; uma outra na Ribeira de Banho.

Saliente-se a acção de Octávio Veiga Ferreira para o estudo do Megalitismo da Serra de Monchique<sup>167</sup>, campanhas onde viriam também participar Abel Viana e Formosinho. Destas destaca-se a metodologia e rigor científico, raras à época, e da bibliografia prontamente publicada. Estes trabalhos arqueológicos incidiram, essencialmente, sobre a necrópole pré-histórica do Buço Preto, nas imediações das Caldas de Monchique. Como principal contributo destas acções, destaca-se o forte carácter regional que caracteriza o megalitismo monchiquense.

No ano de 1944, Mário Lyster Franco, pública um artigo sobre as *Termas de Romanas de Monchique*, corroborando, assim a tese de que as termas de Monchique são utilizadas desde o tempo dos romanos.

A presença romana nesta parte da região é atestada pelos vestígios de vias romanas<sup>168</sup>. Um dos quais perto do sítio de Alcaria, que seria parte de uma via que ligava as Caldas de Monchique à actual vila e seguia para o alto da serra.

Na Nave existe o troço de um antigo caminho que se presume ter pertencido a uma via secundária, que entroncaria na principal que passava por Monchique<sup>169</sup>.

A envolvente das Caldas de Monchique, a avaliar pelos testemunhos arqueológicos, é uma área com uma ocupação humana desde a Pré-História. De salientar, contudo, as estruturas de antigas termas, atribuídas ao período de ocupação romana, com pavimentos e canalizações pertencentes aos balneários. Descobriram-se ainda alguns numismas e uma ara votiva (reproduzida no artigo de Mário Lyster Franco<sup>170</sup>), com inscrição epigráfica com menção às “águas sagradas”, do latim: “AQVIS SACRIS”.

Nesta zona designada de Barranco do Banho percebe-se uma continuidade de ocupação humana, uma vez que foram aí encontrados objectos de bronze de origem visigótica e vestígios de edifícios dos séculos XVI e XVII. Todos estes bens arqueológicos foram destruídos aquando da construção das actuais termas e da fábrica de engarrafamento de águas, encontrando-se parte do espólio à guarda do museu de Lagos, e da administração do moderno complexo termal.

---

<sup>166</sup> Crê-se tratar-se do Museu Arqueológico do Algarve, que teve uma curta existência, em Lisboa na Academia das Belas Artes, espólio que viria a integrar, décadas mais tarde o Museu Nacional de Arqueologia

<sup>167</sup> Sobre este assunto vide: “Octávio da Veiga Ferreira e o Estudo do Megalitismo da Serra de Monchique e do Baixo Alentejo”, Carlos Tavares da SILVA, in: *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira – Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16, Oeiras, Câmara Municipal, 2008, p. 301 – 315.

<sup>168</sup> Vide: *As Vias Romanas no Algarve*, de Sandra RODRIGUES, Edição Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve/ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, 2004, p.74.

<sup>169</sup> Caminho ainda hoje utilizado, embora a sua estrutura inicial tenha sofrido alterações devido às progressivas obras de melhoria.

<sup>170</sup> *As Termas Romanas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Faro, 1945, p.9.

- Património construído

Quanto ao património construído, Monchique, apenas tem classificado como imóvel de valor concelhio o Convento de Nossa Senhora do Desterro<sup>171</sup>. Este situa-se numa elevação a poente da vila, rodeado de luxuriosa vegetação, e constitui um marco significativo na paisagem. Actualmente encontra-se devoluto e em avançado estado de degradação.

O convento da Ordem Terceira de São Francisco, foi fundado em 1631, por Pedro da Silva, vice-rei da Índia, de onde, segundo a tradição, trouxe a já mencionada magnólia que se encontra nas imediações do imóvel. Trata-se de um exemplar da arquitectura religiosa barroca. A igreja conventual é de nave única com coro-alto, de planta longitudinal e capela-mor quadrangular<sup>172</sup>. Com o terramoto de 1755 a igreja ficou muito danificada, tendo ocorrido a queda das abóbadas da igreja e da capela-mor, do campanário, dos sinos e do frontispício<sup>173</sup>.

Após a extinção das ordens religiosas (1834) o convento e respectiva cerca, foram incorporados na Fazenda Pública. Mais tarde, em 1842, viria a ser adquirido por particulares, para habitação, e recentemente foi comprado pela autarquia que prevê a sua reabilitação.

No conjunto arquitectónico da vila de Monchique destaca-se o edifício da Igreja Matriz, também designada de Igreja de Nossa Senhora da Conceição, uma construção do século XV, provavelmente construída no local de uma primitiva mesquita.

Do ponto de vista arquitectónico apresenta elementos manuelinos, dos quais se destaca a decoração vegetalista do portal e dos capitéis, e barrocos. É um templo de planta longitudinal, composta por nave, capelas laterais e capela-mor rectangular, sacristia e torre sineira. O imóvel sofreu algumas alterações devido a reparos efectuados pós - terramoto de 1755, e algumas obras de restauro e ampliação do espaço ao longo do século XX. Em 1996 foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Ministro da Cultura.

Perto da Igreja Matriz localiza-se a Igreja e o antigo Hospital de Misericórdia. A Igreja de Misericórdia com Hospital adossado à cabeceira. O templo apresenta uma única nave, de planta rectangular e capela-mor, de estilo barroco. Destaca-se o retábulo -mor barroco, de estilo nacional. O Antigo Hospital da Misericórdia transformando em Centro de Dia, que reaproveitou o espaço do edifício anterior, mantendo a estrutura básica de dois/ três pisos e a fisionomia estreita e irregular do traçado viário em que se implanta<sup>174</sup>.

A Sul da vila foi erigida a Ermida de São Sebastião, cuja construção julga-se associada à passagem de D. Sebastião por esta localidade, no ano de 1573, altura em que o monarca elevou Monchique a vila. No seu interior exhibe retábulo-mor em talha dourada é do século XVIII.

A cerca de um Km a Sul de Monchique, junto à estrada nacional, localiza-se a Capela do Pé da Cruz, construída no século XVII. A festa em honra a Nossa Senhora do Pé da Cruz realiza-se, anualmente, a 3 de Maio.

---

<sup>171</sup> Despacho do Secretário de Estado da Cultura, de 6 de Julho de 1981.

<sup>172</sup> In: Catarina Almeida MARADO - *Antigos Conventos do Algarve. Um percurso pelo património da região*, Edições Colibri, Lisboa, 2006, p. 94.

<sup>173</sup> *Memórias Paroquiais, Monchique, Silves*, Vol. 23, nº 173, p. 1145(disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4240810>)

<sup>174</sup> In: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2)

Igreja do Senhor dos Passos, sita no Largo da Portela (antiga rua Direita), até 1800 foi ermida de São João<sup>175</sup>.

Na freguesia de Alferce, ergue-se a Igreja Matriz de São Romão, construção do final do século XV, início do Século XVI, a avaliar pelo formulário manuelino utilizado no portal principal.

Alferce tornou-se freguesia na centúria de 500, momento no qual a pequena ermida tardo-medieval passou a igreja matriz. O fecho do arco triunfal tem a data de 1578, data em que, possivelmente se procedeu à renovação da capela-mor.

Em Marmeleite, destaca-se, igualmente a sua matriz, também designada de Igreja de Nossa Senhora da Encarnação. O templo actual remonta ao princípio do século XVII, com as devidas alterações e reparações efectuadas ao longo do tempo, nomeadamente após o grande terramoto de setecentos, contudo, e uma vez que os seus registos paroquiais mais antigos datam de 1642, poderá ter existido uma igreja paroquial mais antiga. Localiza-se um pouco afastada da aldeia.

A Ermida de Santo António (Marmeleite) é um edifício construído no final do século XVIII, erigido, segundo reza a lenda no local onde o santo milagreiro apareceu a um pastor, salvando-lhe o rebanho de ser devorado por uma alcateia de lobos.

Voltando, uma vez mais às Caldas de Monchique, aqui situa-se a Capela de Santa Teresa. A edificação primitiva corresponde ao século XVII, embora a capela actual tenha sido feita nos anos 40 do século passado, devido à ruína da inicial, desta foram trasladados o retábulo, os azulejos e o lavabo. O responsável pelo projecto foi o Arquitecto G. Rebelo d'Andrade sendo o Mestre de Obra João Morais.

Nesta aldeia termal localiza-se a Hospedaria Velhas das Caldas de Monchique/ Estalagem D. João II. Dada a exploração das águas termais, aqui desenvolveu-se ao longo do tempo, um complexo termal. O primeiro correspondente ao final do século XVII, segundo datação inscrita numa das fachadas: 1692. No século XIX sofreu um restauro geral, e entre os anos de 1999 – 2000 sofreu obras de recuperação.

Trata-se de um edifício de dois pisos, de planta rectangular. A sua utilização inicial foi a residencial, servindo como hospedaria, actualmente é uma estalagem, que integra o complexo turístico da *“Villa Termal das Caldas de Monchique”*<sup>176</sup>.

Do ponto de vista arquitectónico, há ainda a destacar um elemento que difere, completamente, das típicas chaminés do Algarve litoral: as chamadas ‘Chaminés de Saia’. Estas chaminés caracterizam-se por serem todas tapadas devido às condições climáticas da serra.

No que respeita à chamada “arquitectura de produção” ou ao património etnográfico, destaca-se, no Barranco dos Pisões, o moinho do Poucochinho, pisões, nome dos antigos engenhos utilizados para o trabalho da lã, no fabrico de sorianos, saragoças, estamenhas, e cobertores. Diz-nos Silva Lopes que os teares “... são toscos e imperfeitos (...) acodem aos pisões que alli há todas as fazendas de lã fabricadas nas aldeas visinhas.”<sup>177</sup> Este engenho foi recuperado pela Junta de Freguesia de Monchique.

<sup>175</sup> Nas Memórias Paroquiais é referido que a ermida de São João ficou em ruína.

<sup>176</sup> Vide: <http://www.monchiquetermas.com/index1.php>

<sup>177</sup> *ob. cit.*, p. 250.

- Património Cultural Imaterial

A vastidão de manifestações passíveis de se inserirem nesta categoria patrimonial é deveras enorme, pelo que se considera impossível abarcar-las na sua totalidade. Neste sentido serão apenas “alomeados”<sup>178</sup>, para usar um termo característico de Monchique, alguns dos aspectos mais representativas da cultura monchiquense, em dois grandes momentos: as festividades/ celebrações e os “saberes-fazer”. Destes dois momentos, decorrem muitos outros aspectos relacionados com o ser serrenho de Monchique, porque aqui ainda existem “*veredas estreitas «onde nem os burros sabiam onde pôr as patas» ” e “o porco é morto e salgado exactamente como há um século, escolhendo-se o quarto crescente da Lua para que a carne não «mingue» na panela”*<sup>179</sup>!

Existem no concelho de Monchique algumas festividades que marcam o calendário anual que reflectem ainda a sua origem ancestral ligada aos ciclos agrícolas e aos trabalhos a estes inerentes.

As festas constituem um momento de sociabilização e de partilha, sejam estas de cariz religioso, sejam mais ligadas ao trabalho.

Entre os hábitos e tradições festivas das gentes desta serra tem-se verificado nos últimos anos uma tentativa por parte do poder local em revitalizar alguns destes momentos de festa, imprimindo-lhe uma nova vida e uma nova dimensão.

A dois de Fevereiro celebrava-se a Festa de Nossa Senhora das Candeias, com a realização de uma missa solene e uma procissão dedicada a esta santa, padroeira de Monchique. Era o dia em que se fazia «a sorte do mel»<sup>180</sup>, aquando da entrada da procissão na igreja, caso as velas permanecessem acesas era sinal que seria um ano com abundância de mel, se as velas se apagassem significava o contrário. Esta é uma tradição que entrou em desuso nas últimas décadas.

O Entrudo e a Páscoa também são datas assinaladas na serra. O Entrudo é por definição uma festa sem regras, feita de inversão dos papéis sociais e à mesa, como diz o adágio popular: “*No entrudo come-se de tudo*”. Em Monchique era comum realizarem-se bailes de máscaras. O período da Quaresma, em contrapartida caracteriza-se pelo jejum e pela oração. Percebe-se aliás um grande fervor religioso das gentes serranas, que contrasta com as credices, mezinhas e superstições a que recorrem com frequência.

Uma das festas religiosas mais expressivas em Monchique é aquela dedicada ao Senhor dos Passos, tanto assim é que na vila sede de concelho há uma ermida com este orago, como referido anteriormente. O início desta festividade remonta ao século XVIII<sup>181</sup>, sendo descrita em 1918 como: “*Das festas religiosas que de ha muito o uso estabeleceu em Monchique sobressaem pela sua importância as festas dos Passos...*”<sup>182</sup>. Esta ocorre no quinto Domingo da

---

<sup>178</sup> Verbo “alomear”, que significa não só nomear, mas também iluminar, desvendar, vide Glória MARREIROS – *Um Algarve Outro contado de boca em boca (estórias, ditos, mezinha, adivinhas e o mais)*, Col. Horizonte Universitário, n.º 56, Livros Horizonte, 2.ª ed., 1999, p. 16.

<sup>179</sup> Idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>180</sup> Idem, *ibidem*, p. 46.

<sup>181</sup> <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=197>

<sup>182</sup> José António GASCON – “Festas e Costumes de Monchique”, in: *Revista Lusitana*, Vol. XXII, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1919, p. 200. [p. 200 - 210]

Quaresma, no Domingo de Lázaro. A procissão percorre as ruas da vila, parando nos 7 altares dispostos ao longo do percurso para se proceder à «encomendação». O senhor dos Passos sai da sua capela, para a Igreja Matriz na véspera da procissão. Retorna à sua capela após a procissão, saindo apenas no ano seguinte.

De referir ainda uma particularidade desta festa, a presença da “côca”<sup>183</sup> na frente da procissão, que representava o Diabo, que viria a ser banida da celebração por Portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos, de 1864 ou 1865<sup>184</sup>.

Nos últimos anos a autarquia tem tentado dar uma dimensão mais turística à festa, recorrendo, deste modo à tradição para atrair turistas, fazendo uma ampla divulgação, sobretudo junto dos mercados emissores turísticos espanhóis.

O dia 1 de Maio é dia de festa no concelho. Manda a tradição “Atacar o Maio” com aguardente de medronho e a prova dos tradicionais bolos de Maio, o “Bolo de Tacho”.

Na freguesia de Alferce este dia é celebrado com a Festa do “Bolo de Tacho”, especialidade local que se come sempre neste dia. Segundo os testemunhos recolhidos por Glória Marreiros, “*o Bolo de Tacho não tem receita certa e, por isso vizinhas e amigas trocam as provas dos respectivos bolos...*”<sup>185</sup>. Diz-se que a sua receita foi introduzida em Monchique pelos frades Franciscanos e daqui foi levada para a Madeira, daí as semelhanças entre este e o actual Bolo de Mel madeirense<sup>186</sup>.

O milho era uma das principais produções desta zona, pelo que a base do referido bolo é a farinha de milho.

Esclareça-se que os festejos associados ao primeiro de Maio são uma tradição que está relacionada com o festejar a Primavera, a natureza e a abundância, aspectos essenciais para as sociedades agrárias. Trata-se de uma celebração que não é exclusiva nem de Monchique, nem do Algarve, apesar de aqui assumir contornos distintos das outras zonas de região em que é assinalada. Esta data estava de tal forma associada ao paganismo, que D. João I, numa carta datada de 1385 a considera como um costume diabólico e um crime de idolatria.

Em Marmelete a Festa de Santo António, padroeiro da freguesia, realiza-se em Julho, com uma festa popular que dura dois dias. A sua feira anual ocorre no 1.º Domingo de Setembro.

Em Alferce a Festa em Honra a S. Romão, padroeiro da freguesia, realiza-se no primeiro fim -de -semana de Agosto. É uma festa constituída por uma parte religiosa com a celebração de missa e procissão e por uma parte profana. Desconhece-se a data de início desta festa, mas, sabe-se que é uma festa centenária.

Em Setembro (em data móvel) decorre a chamada “Descasca ou Desfolhada”, numa tentativa, por parte de Junta de Freguesia de Marmelete, em recuperar a tradição que consistia em descascar, manualmente, as maçarocas de milho, num ambiente de festa e espírito de interajuda, característico do trabalho comunitário destes meios.

O “Banho do 29” é uma tradição de Monchique, que tem vindo a ser dinamizada, nos últimos anos, pela Junta de Freguesia local. Deste modo, a fim de relembrar, reviver e preservar a vinda da serra dos camponeses que no dia 28 de Setembro, acompanhados pelos seus burros, mulas e carroças, transportando famílias inteiras e grandes farnéis, desciam até às

---

<sup>183</sup> Permanecendo ainda nos dias que correm essa designação de “côca” para o papão, para assustar as crianças.

<sup>184</sup> Idem, “art. cit.”, p. 204

<sup>185</sup> Glória MARREIROS – *ob. cit.*, p. 109.

<sup>186</sup> Idem, *Ibidem*, p. 110.

praias do litoral do Barlavento algarvio para tomar o banho de mar anual, à meia-noite (O banho realiza-se de 28 para 29 de Setembro).

A existência de banhos santos ou rituais não são apanágio apenas de Monchique. À semelhança do que se verificou em relação à festa do dia 1 de Maio, no entanto a especificidade do “Banho do 29” é que aqui ele ocorre a 29 de Setembro, dia de S. Miguel; enquanto que em outras zonas realiza-se (ou realizava-se) ou a 24 de Junho, associado à noite de S. João ou a 29 de Agosto (dia de S. João da Degola). Geralmente, o que sucedia, independentemente da data, é que as gentes dos campos e da beira-mar iam a banhos à serra, nomeadamente aos balneários termais das Caldas de Monchique e as pessoas da serra e do interior deslocam-se às praias do litoral (de preferência Praia da Rocha e Carrapateira).

Estes banhos purificadores destinavam-se, igualmente aos animais. Reza a tradição que este banho “valia por nove” e tinha um poder curativo. Como no final de Setembro as noites já são bastante frescas, os banhistas aqueciam-se graças à ingestão de aguardente de medronho.

Outra data representativa da cultura e identidade monchiquense é o dia 1 de Novembro. É o dia do “Magusto dos Santos” (por se realizar no Dia de Todos os Santos). Esta é uma celebração única de Monchique, em contexto regional, uma vez que apenas nesta serra se encontram castanheiros, espécie que não se encontra em qualquer outra parte do Algarve.

Em Marmeleite reúnem-se centenas de pessoas que desfrutam da magnífica castanha assada de maneira tradicional, através dos magustos, fig. 52.

Este é o dia do Magusto e se hoje os castanheiros escasseiam nesta serra, a importância desta data remete-nos para tempos idos, em que a castanha aqui era um fruto comum, abundante e sobretudo muito nutritivo. Devido a essa abundância de castanhas, era costume os produtores, depois das colheitas, se juntarem entre familiares e amigos e, no dia 1 de Novembro, realizarem um magusto de castanhas.

Para além das castanhas, por vezes também se comem batatas, que são assadas numa cova cavada no solo e recoberta seguidamente com terra, sobre a qual se acende uma fogueira. Uma vez mais, a aguardente de medronho aparece no magusto como um complemento obrigatório.

As zonas tradicionalmente associadas à realização de magustos na serra são as Caldas e o Barranco de Pisões. Hoje em dia os magustos são organizados pelas Juntas de Freguesia de Alferce e de Marmeleite.

Como já se percebeu a determinadas datas festivas correspondem pratos ou alimentos específicos, reflexo de uma economia eminentemente agrícola, complementada pela criação de animais (sobretudo porco) e pela exploração dos recursos da floresta (silvicultura).

Pretende-se a este propósito destacar na paisagem os elementos naturais associados às festividades, como a observação da flora, nomeadamente de algumas espécies mais representativas desta zona:

- medronheiro
- castanheiro
- milho

As questões ligadas à oralidade são, igualmente de suma importância neste âmbito de actuação, desde as lendas (listagem com o levantamento das lendas de Monchique em anexo), como os provérbios, anedotas, mezinhas, rezas, até às expressões e linguajar próprios.

Em Monchique, como já tivemos oportunidade de aludir, há uma linguagem e sotaque distintos do resto do Algarve, reflectindo, também neste campo a sua singularidade, que advém de um certo isolamento e modos de vida e de estar concretos.

#### “Saberes-fazerés”

Os saberes-fazerés típicos de Monchique estão relacionados com a transformação da matéria-prima disponível no território, como a cestaria feita a partir de vimes ou verga e que resultam em cestos, canastras, adornos para garrafas, entre outros. Esta arte de trabalhar foi recentemente incentivada pela autarquia local, que criou uma “cesta de piquenique”<sup>187</sup> com os produtos típicos da serra, sendo que as cestas, propriamente ditas, são produzidas de forma tradicional, por artesãos locais.

A urze é utilizada no fabrico de colheres de pau, estas eram utilizadas para comer as “papas de milho”<sup>188</sup>, “... *toda a família comia directamente [do tacho] usando colheres de pau que eram lambidas e relambidas antes de se voltar a meter no tacho.*”<sup>189</sup>

Na criação das “cadeias de tesoura”, usa-se a madeira de amieiro, espécie que cresce nas zonas húmidas da serra.

A tecelagem é uma arte milenar que permaneceu no território nacional de forma artesanal até, sensivelmente, meados do século passado. No Algarve, Monchique particularizou-se pelo cultivo de linho, que depois de devidamente tratado era fiado e transformado em tecido.

Para além do linho a tecelagem utilizava outras matérias-primas, como a lã, o algodão, ou até mesmo a seda. Embora aqui se destaque o linho e lã.

Esta actividade era uma ocupação maioritariamente feminina, sendo que todo o processo de preparação do linho para a fição era assegurado pelas tecedeiras. Era um trabalho doméstico transmitido de geração em geração. As mulheres mais velhas da família cedo iniciavam as meninas na aprendizagem da tecelagem, até de forma lúdica.

Hoje em dia esta arte está praticamente em extinção. Sobre esta problemática foi editado em 2008 um trabalho de investigação sobre este ofício, no qual se transcreve a entrevista a uma das únicas, ou mesmo a última tecedeira do concelho de Monchique<sup>190</sup>. Este testemunho reveste-se de particular importância para registar o processo produtivo do linho com todas as manifestações e aspectos da sociabilidade que lhe estão associados.

Percebe-se que o declínio da tecelagem deve-se, sobretudo, a dois elementos chave: por um lado o progressivo abandono da população jovem, cortando a transmissão dos gestos e saberes empíricos deste mester; e por outro o facto de se tratar de um processo produtivo

---

<sup>187</sup> Esta cesta de piquenique constitui mais um produto turístico disponibilizado pelas unidades de alojamento do concelho de Monchique.

<sup>188</sup> Papas de milho, no litoral chamadas de “xerém”, feitas como o próprio nome indica, com farinha de milho, era uma iguaria muito apreciada. Na serra de Monchique e no Baixo Alentejo (distrito de Beja) estas comiam-se adoçadas com mel ou com açúcar e canela; no litoral algarvio comiam-se salgadas, como berbigão, ou com enchidos. Hoje em dia, tem-se verificado uma recuperação deste prato, por parte de alguns restaurantes do litoral.

<sup>189</sup> Glória MARREIROS- *ob. cit.*, p. 121.

<sup>190</sup> Sara DUARTE – *As Teias da Serra*, Col. Diamantes da Terra, Grupo de Dinamização Cultural “O Monchiqueiro”, Monchique, 2008.

árduo, moroso, e conseqüentemente pouco rentável, ou seja torna-se pouco competitivo se for comercializado ao lado de uma produção industrial e massificada.

O linho passa por várias fases:

1. Sementeira;
2. Regas e mondas;
3. Colheita e separação da semente das palhas;
4. Curtimenta;
5. Preparação da fibra;
6. Espadelada;
7. Assedagem;
8. Fiação e
9. Tecelagem.

Para além das nove fases expostas, há ainda que referir que cada uma delas exige tempo e rigor para obter o produto final em boas condições.

Em termos de calendário, diz o ditado popular: *“No São Martinho, semeia a fava e o linho”*, pelo que a época da sementeira é no início do Outono, após as primeiras chuvas. No final da Primavera, início do Verão é altura de colher o linho. Este é colhido de forma a aproveitar toda a fibra existente na planta<sup>191</sup>. Seguem-se depois todas as outras etapas de preparação, cada uma delas com os seus tempos e ritmos próprios. Após a assedagem, o linho origina dois tipos de matéria: a estriga, que é o linho fino e a estopa, o linho grosseiro a partir do qual se faziam os sacos dos moinhos, por exemplo. Para que o linho fique branco este tinha que ser cozido em água e cinza e depois era posto ao orvalho para continuar a branquear. Só depois de todas estas tarefas/ fases o material está pronto para fiar.

A morosidade e o trabalho árduo que o tratamento do linho exige justifica o elevado preço a que se vendem os panos de linho feitos de forma artesanal. No entanto, e como explica a tecedeira que foi entrevistada (então com quase 70 anos), a apanha do linho, assim como as fiadas eram desenvolvidas em conjunto pela comunidade, tratavam-se de tarefas de trabalho comunitário, de entreajuda. A estas estão ligados hábitos de sociabilização que se traduzem em cantigas e anedotas ecoadas no decorrer do trabalho, e em festas, como é o caso das “fiadas”.

Quando alguém tinha uma grande quantidade de linho pronto para fiar, distribuía-o pelas raparigas da zona, estas procediam à fiação, no fim da tarefa era marcada uma festa com baile e jantar onde as raparigas entregavam o linho fiado ao seu dono. As “fiadas”, eram assim chamadas estas festas, constituíam um importante momento de convívio e reforço dos laços sociais, funcionando, igualmente, como recompensa do trabalho levado a cabo.

O peso desta actividade em Monchique levou ao surgimento de uma unidade fabril de tecelagem de lã, no século XIX, que segundo os dados do Inquérito Industrial de 1881, apontavam para existência de 90 teares caseiros que produziam tecido para essa fábrica, que viria a encerrar anos mais tarde. Após o desmantelamento dos seus equipamentos, o espaço foi dotado de teares manuais onde até, às primeiras décadas do século XX as meninas aprendiam a tecer.

---

<sup>191</sup> Sobre este processo vide: Sara DUARTE, *ob. cit.*, pp. 58 à 61.

Pese embora o potencial de Monchique para a instalação de indústria, mencionado por alguns autores, nomeadamente por Silva Lopes, que diz: “... *que neste sitio abundante de boas aguas e lenhas se propuzess estabelecer huma fabrica de lanifícios: aproveitaria as lãs desta parte do Algarve e Alem-Tejo Baixo...*”<sup>192</sup> a verdade é que a esta actividade permaneceu de cariz artesanal e doméstica, tornando-se cada vez mais como um complemento a outros trabalhos, o que também contribuiu para o seu declínio.

O trabalho do linho e a tecelagem artesanal está hoje em desuso, a transmissão intergeracional perdeu-se e como tal a sua continuidade foi posta em causa. Nas feiras e mostras de artesanato ainda se fazem algumas demonstrações desta arte, contudo são situações pontuais e num contexto específico. Para garantir a sua salvaguarda será necessário promover formação nesta área, porém, mesmo com formação é preciso avaliar se do ponto de vista produtivo e contemporâneo faz sentido manter esta tradição, não se pretende cristalizar uma forma de artesanato apenas porque ela existiu, ou porque é antiga, tem que ser significativa para a comunidade e para tal tem que ser útil e representar um factor de competitividade do território.

Como é evidente a cultura do linho imprimia um cunho diferente à paisagem. Em 1927 era assim descrita: “... *associa-se ao verde-escuro dos montados as largas manchas verde-clara das searas de linho, dos milharais, dos relvedos e dos prados húmidos.*”<sup>193</sup>

Uma outra manifestação de particular relevo nesta serra é a matança do porco, ou como é aqui designada: “*Morte Porc*”. Este é um uso enraizado em práticas alimentares e de subsistência que se fundem com ritos de convívio e sociabilidade comunitária.

A matança ocorre num período concreto do calendário, nos meses de Inverno. A época da matança inicia-se com os primeiros frios, aproximadamente, a partir do S. Martinho, conforme diz o ditado: “*Pelo S. Martinho, mata o teu porco e bebe o teu vinho*”, estendendo-se, no máximo até ao Carnaval. Esta é a altura ideal para o efeito, uma vez que há pouco que fazer nos campos e porque o frio é bom para conservar a carne<sup>194</sup>.

São postos em prática antigos processo de abate, corte e conservação, uma vez mais gestos repetidos e aprendidos de geração em geração. À semelhança do que se verificou no trabalho do linho, também por ocasião da matança do porco recorre-se ao trabalho comunitário. Este é um dia de trabalho, mas é também dia de festa. Os convidados participam em todas as tarefas que envolve o abate do animal, o corte da carne, a salga ou outro processo de conserva. Há inclusivamente uma divisão sexual de tarefas.

Ao “matador” cabe a tarefa de espetar a faca no animal, contando com a colaboração de outros ajudantes para o agarrar. Depois é chamuscado, lavado e, por fim, aberto para se retirar as vísceras. As mulheres tomam conta das banhas, entretanto picadas, e põem-nas a fritar, tratando igualmente das bisnagas, a ‘buchá’ da manhã dos homens. Estes têm a tarefa de cortar a carne, enquanto as mulheres arranjam as tripas e as lavam em água corrente, geralmente na ribeira. Em animada confraternização e entre um copo de aguardente, vai chegando a hora do almoço – arroz de bofe e cachola com batatas (semelhante à cabidela) – e

---

<sup>192</sup> In: João Baptista da Silva LOPES, *ob. cit.*, p. 251.

<sup>193</sup> In: Sara DUARTE, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>194</sup> Maria de Lourdes MODESTO, Afonso PRAÇA e Nuno CALVET - *Festas e comeres do Povo Português*, Vol. I, Verbo, 1999, p. 120.

o dia vai passando, com os homens a jogar à carta e a cantar ao despique, enquanto as mulheres continuam a tratar as tripas<sup>195</sup>.

O desmanche da carne permite que todas as partes sejam aproveitadas, entre aquelas que se consomem no próprio dia, ou nos dias subsequentes, às outras que têm que ser conservadas, não nos esqueçamos que o objectivo da matança do porco era garantir a provisão de carne para todo o ano.

No fim (sendo que a matança pode durar dois dias), cada convidado leva um bocadinho de carne para casa, uma vez mais uma forma de agradecer a ajuda, mas também um suplemento alimentar importante nos meios rurais.

Actualmente a matança do porco não tem a mesma função de subsistência que desempenhava no passado, porém esta continua a fazer parte do calendário desta zona serrana, aliás à semelhança do que acontece noutras outras regiões do país, representando ainda um suplemento económico.

## Etila

A transformação do medronho em aguardente é uma actividade de longa tradição neste concelho, com um forte impacto na vida económica das famílias.

De acordo com J. Gascon, no ano de 1938, registavam-se Monchique a existência de 55 alambiques de medronho e 3 mercadores de licores, indicando que se procedia à exportação de aguardentes. *“Tradicionalmente, a aguardente de medronho ocupava lugar de destaque a economia da população da serra algarvia e regiões limítrofes do Baixo Alentejo. A produção era muito significativa (cerca de 500 000 L/ano, na década de 60) e a comercialização fluía através de circuitos próprios, com isenção de quaisquer impostos ou taxas fixas.”*<sup>196</sup>

Há autores que fazem recuar a origem do alambique ao período islâmico: *“Monchique foi também uma importante povoação árabe e nela se encontram muitos vestígios que permitem concluir, por exemplo, que o alambique é utilizado naquela zona desde por volta do século X, tendo a sua forma permanecido no essencial até ao presente. Com efeito, o alambique de refrigerante rectilíneo é apenas usado em Monchique e lugares limítrofes, contrariamente ao alambique de serpentina, que se encontra na serra do Caldeirão.”*<sup>197</sup>

A produção da aguardente de medronho não é exclusiva de Monchique, ocorre também na serra do Caldeirão, uma vez que o medronho cresce em zonas húmidas, sobretudo nas vertentes voltadas a norte das serras.

O medronheiro, *Arbutus unedo* L. nasce de forma espontânea associada a outros arbustos como urze, carrasco e esteva. Esta é uma das mais características espécies ibéricas, pertencente à família das Ericáceas. É um arbusto ou pequena árvore, que geralmente não ultrapassa os 5 metros. O tronco é avermelhado e escamosos e os ramos são, igualmente avermelhados<sup>198</sup>.

---

<sup>195</sup> In: [www.cm-monchique.pt](http://www.cm-monchique.pt)

<sup>196</sup> In: Ludovina Rodrigues GALEGO e Valentim Ribeiro de ALMEIDA - *Aguardentes de frutos e licores do Algarve: História, técnicas de produção e legislação*, Edições Colibri, 2007, p.46.

<sup>197</sup> Idem, *ibidem*, p. 24.

<sup>198</sup> In: *Rota do Medronho*, Câmara Municipal de Tavira e Centro de Ciência Viva, 2008, s/p.

O medronho é uma baga que ao amadurecer fica com uma cor vermelho-escura, é colhida no Outono.

Uma vez mais verifica-se que há todo um processo de várias tarefas até à produção da aguardente de medronho:

1. A apanha – decorre a partir do final de Setembro até ao final de Novembro. Esta actividade envolvia homens, mulheres e crianças. Segundo um testemunho de 1929 decorria da seguinte forma:

*“A apanha do medronho é fonte de receita fornecida pela serra aos algarvios (...). É uma azáfama para homens, mulheres e crianças. A face da serra é toda percorrida, esquadrihada por numerosos bandos de gente maltrajada.*

*As mulheres vestem calças, para melhor poderem percorrer o mato, as calças velhas rasgadas ou remendadas dos irmãos ou maridos; como já faz frio, as crianças vestem casacos velhos, às vezes enormes, dos pais ou irmãos mais velhos.*

*As medronheiras são buscadas por toda a gente, com entusiasmo febril, com emoção, porque um descuido um atraso, representa uma diminuição do ganho, ali pela tarde, na caldeira (armazém de destilação e de compra de medronho) lá mesmo na serra, num ou noutro monte”<sup>199</sup>.*

Após a apanha os medronhos são levados para as destilarias, em Monchique designadas apenas de “estilas”, que se localizam “nos sítios que ficam mais perto da maior fatura de medronheiros”<sup>200</sup>, espalhados por toda a serra.

2. Fermentação – a fermentação do medronho decorre de forma espontânea devido à elevada quantidade de leveduras existente na superfície do fruto. Este é fermentado em tanques de madeira, barro ou de cobre. A fermentação é natural e dura entre trinta a sessenta dias. Os tanques devem ser cobertos com frutos esmagados para evitar o contacto com o ar. Depois de fermentado o produto deve ser guardado durante sessenta dias e bem protegido do ar.
3. Destilação – esta fase ocorre quando a massa já se encontra fermentada, geralmente entre os meses de Fevereiro e Abril. A destilação é feita em alambiques.
4. Envelhecimento – Em Monchique há o hábito de colocar a aguardente, pelo menos 3 meses a estagiar em madeira.

A produção de aguardente é um factor de orgulho, parte integrante da cultura e identidade de Monchique. Esta está presente em todos os momentos do dia e da vida de um serrano, de tal modo que até na linguagem, quando se fala em “aguardente”, sabe-se que se referem à aguardente de medronho: *“A gente, na serra, chama «madronho» à fruta e à aguardente chama-se «madronhêra» ou só aguardente, que não temos outras... lá para baixo para «o Algarve» sim, fazem a de figo e a «bagacinha», que é de uva.”<sup>201</sup>*

A autarquia criou em 2012 um pequeno roteiro das destilas do medronho, onde constam o nome e contactos dos produtores do concelho.

<sup>199</sup> In: Ludovina Rodrigues GALEGO e Valentim Ribeiro de ALMEIDA, *ob. cit.*, p. 76.

<sup>200</sup> Glória MARREIROS, *ob. cit.*, p. 225.

<sup>201</sup> Idem, *ibidem*, p. 225.

Esta arte, tal como as anteriormente descritas, como a tecelagem e até mesmo a matança do porco são hábitos enraizados numa cultura, tipicamente serrana, mas que eram também estímulos e parte das economias locais que se repercutiam directamente na paisagem.

Vimos como a cultura do linho alterava a paisagem, não abordamos a questão de outras actividades que se desenvolviam, decorrentes da necessidade da tecelagem, como a construção dos instrumentos de trabalho (tear e outras ferramentas que era feitas pelos homens); também a transformação do medronho em aguardente produz alterações na paisagem: os caminhos por onde os frutos são transportados, por onde passam as máquinas para se proceder ao enxerto do arbusto para uma melhor produção. O corte de lenha necessário para o lume da destilação, a construção dos recipientes em madeira e em cobre.

Para além do trabalho e do processo de transformação do medronho, todos estes passos são momentos de convívio e de trabalho comunitário, cujo auge ocorre quando se prova o medronho. É dia de festa. Convidam-se alguns amigos para ajudar e provar a bebida, que é acompanhada pelos enchidos da zona, bom pão e claro muita música.

Importa pois perceber a dinâmica e inter-relação que as actividades e os saberes-fazerem estabelecem com a paisagem, ou como o meio envolvente condiciona esses mesmos ofícios e mesteres.

Um outro aspecto incontornável na paisagem desta serra algarvia são os “canteiros”, forma de ultrapassar o relevo do terreno, permitindo cultivar alguns produtos agrícolas que se dão muito bem nesta zona, como sejam o milho, feijão e a batata-doce. Estamos, portanto, na presença de áreas aráveis que reúnem condições óptimas para o desenvolvimento de uma policultura de regadio, dada a abundância de água aqui presente. A construção dos socalcos e dos canais de irrigação envolvem conhecimentos e modos operacionais específicos, uma vez mais o tal “saber-fazer” e que ao mesmo tempo vai transformando a paisagem, conferindo-lhe unicidade.

### 3.2.6. Operacionalização

Assume-se este projecto como algo que se vai construindo ao longo do tempo, de acordo com a própria realidade, através da utilização de estratégias definidas a partir das características dos diferentes contextos, dos desafios apresentados e conquistas alcançadas. Apesar do grande número de experiências museológicas actuais, não há receitas, existem sim metodologias de instrumentação científica que constituem o suporte necessário para a operacionalização de projectos<sup>202</sup> como este aqui apresentado, daí a importância da análise SWOT efectuada, pois é fundamental conhecermos o meio no qual vamos trabalhar.

O Ecomuseu da Fóia pretende ser uma estrutura descentralizada que se articule com o território onde se insere através da valorização do seu património.

A divisão temática atrás enunciada é no fundo apenas uma tentativa de organizar esta complexa realidade, a criação daqueles centros interpretativos constituem uma proposta dentro da proposta, isto é, são linhas de trabalho e, conseqüentemente, de investigação a desenvolver, caso seja esse o entendimento e vontade da comunidade, pois não se pretende apresentar um projecto fechado, delimitado a impor a Monchique e às suas comunidades, o

---

<sup>202</sup> Maria Célia T. Moura SANTOS – “Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade devida dos cidadãos: diversas formas de musealização”, in: *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.º 27, jan./jun, 2000, p.103-120(p.117).

que aqui se apresenta é um ponto de partida para a negociação da estruturação do projecto com a população.

Esta é a linha de actuação que se pretende para o ecomuseu e como tal propomos o início da sua operacionalização a partir de um projecto de inventário participativo de trabalho com a comunidade, à semelhança do que se tem verificado nos ecomuseus italianos, nos últimos anos, que têm desenvolvido “Mappe di comunita”. Estas são cartas/ mapas construídos através da participação activa da população de áreas, sobretudo, rurais, que representam o património ao qual a comunidade atribui valor, com o objectivo de reforçar a identidade local e como base para projectos de desenvolvimento sustentável.

Estes são considerados, instrumentos privilegiados de recolha e auto - representação da própria comunidade sobre o seu espaço de vida (território-paisagem) e tempo colectivo (calendário e diário) como complemento ou até mesmo por sobreposição aos instrumentos clássicos de investigação, conhecimento e de interpretação do território<sup>203</sup>. Esta metodologia de trabalho participado no âmbito do património, permite contar as histórias humanas, reflecte o ponto de vista daqueles que o fizeram e que o utilizam, revelando-se por aquilo que excluíram ou incluíram.

A operacionalização do nosso projecto de criação do ecomuseu da Fóia efectiva-se com duas iniciativas distintas:

- i. Criação de um Plano de Educação Patrimonial – em articulação com as escolas e outras entidades (como centro comunitário, etc...) para pôr em marcha um levantamento do PCI com base nos critérios legalmente estabelecidos;
  - ii. Criação da Carta do Património do Concelho – dada a inexistência de uma carta arqueológica e reconhecendo a importância crescente da criação de cartas patrimoniais, enquanto instrumentos de gestão territorial, através do levantamento, registo e definição do tipo de protecção a implementar.
- 
- i. Plano de Educação Patrimonial

O plano de educação patrimonial que se pretende desenvolver no âmbito do processo de criação do Ecomuseu da Fóia tem por base um trabalho educativo com a comunidade, tendo como premissa fazer do ecomuseu um *“lugar de criação e um lugar de parcerias estratégicas para o desenvolvimento cultural”*<sup>204</sup>.

O termo ‘comunidade’ aqui assumido é aquele definido por Ana Duarte: *“comunidade como um grupo de pessoas que estão unidas por modos de vida comuns e laços afectivos desenvolvidos por essa mesma convivência vicinal”*<sup>205</sup>, que se exprime através de uma geometria sociocultural variável, resultante de uma série de acontecimentos históricos, de sinergias locais e de formas de relação sociocultural e económica, em constante evolução.<sup>206</sup>

Do ponto de vista conceptual, o mote da abordagem a promover é:

---

<sup>203</sup> Vide: <http://www.ecomusei.net/mappe-di-comunita>.

<sup>204</sup> Ana DUARTE – “Museus e Comunidade”, in: *Serviços Educativos na Cultura*, Coleção Públicos n.º 2, Coord. Sara BARRIGA e Susana Gomes da SILVA, Sete Pés, Porto, 2007, p. 82.

<sup>205</sup> Idem, “art. cit.”, p. 82.

<sup>206</sup> Lorena QUEROL, 2011.

*“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”*

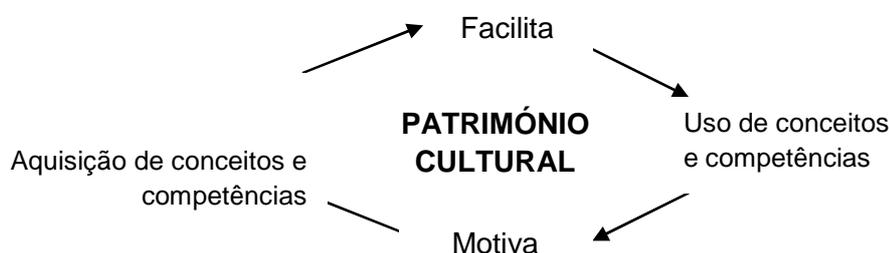
*Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido*

Em termos de teorias e conceitos educacionais, considera-se o (eco)museu o *local perfeito para promover e incentivar a consciencialização para o património natural, cultural e artístico*<sup>207</sup> e uma vez que aprender é encarado, cada vez mais, como um processo de longa duração (*lifelong learning*), que nos acompanha ao longo da vida, os espaços e as experiências que vivenciamos são elas mesmas potenciadoras de aprendizagens, importa sublinhar e estimular a função educativa dos locais musealizados, por excelência, potenciada pela presença de objectos autênticos e de uma experiência multissensorial (visual, táctil, auditiva)<sup>208</sup>.

Neste âmbito, entenda-se ‘educação patrimonial’, enquanto:

- processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no (s) património (s) como fonte primária do conhecimento e enriquecimento individual e colectivo;
- instrumento de “alfabetização cultural” que permite uma melhor compreensão e interpretação (leitura) do mundo que nos rodeia, do ponto de vista histórico-temporal (evolução, alterações, rupturas)<sup>209</sup>.

Esquematizando:



No trabalho educativo com a comunidade o primeiro objecto a trabalhar é o PCI, por motivos vários:

- População idosa, havendo por isso uma certa “urgência” em resgatar as suas memórias;
- Pré-existência de alguns registos/ tentativas de recolhas por parte da autarquia;

<sup>207</sup> in: *A Educação do Museu no Contexto das Funções Museológicas*, Cornelia BRUNINGHAUS-KNUBEL, p. 130.

<sup>208</sup> Susana Gomes da SILVA – “Enquadramento teórico para uma prática educativa nos museus”, in: *Serviços Educativos na Cultura*, Colecção Públicos n.º 2, Coord. Sara BARRIGA e Susana Gomes da SILVA, Sete Pés, Porto, 2007, pp. 57- 66.

<sup>209</sup> Maria de Lourdes Parreiras HORTA, Evelina GRUNBERG e Adriane Queiroz MONTEIRO - *Guia Básico de Educação Patrimonial*, Museu Imperial, IPHAN, Ministério da Cultural, Brasília, 1999, p. 6.

- Estabelecer relação com as pessoas, convidando-as a participar no projecto, pelo que se considera esta uma boa forma de dar a conhecer a iniciativa mais lata que se pretende criar;
- Trata-se de um trabalho de suma importância, sem no entanto, constituir um grande investimento financeiro (há necessidade de envolvimento e investimento pessoal a nível de disponibilidade de tempo);
- Não necessita de um espaço físico de apoio para se iniciar o trabalho.

Em termos metodológicos:

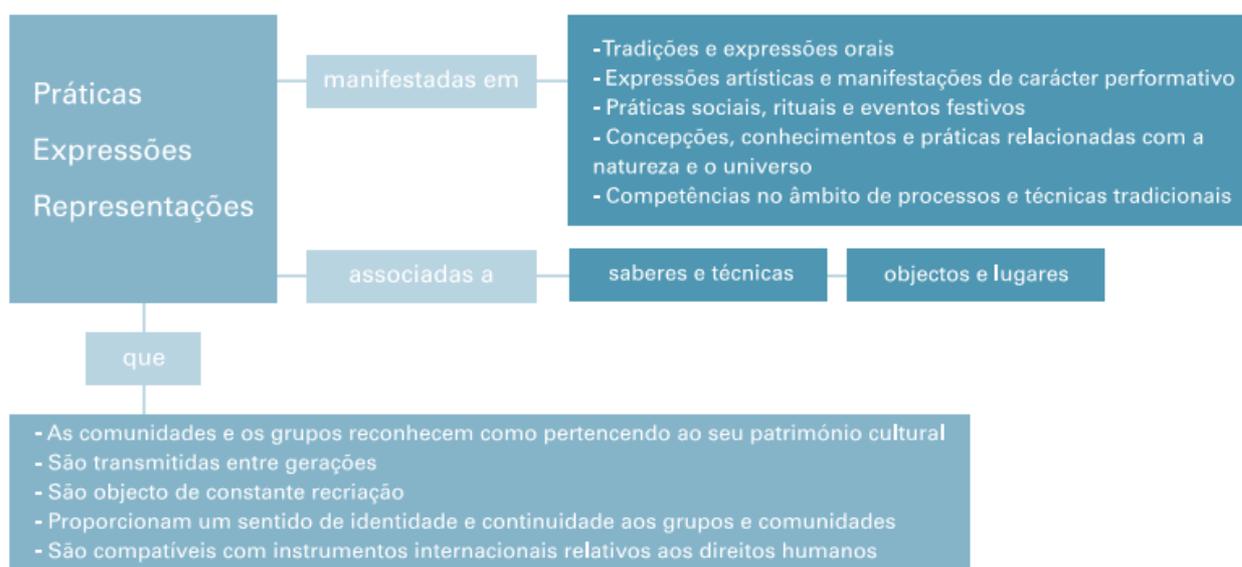
Destinatários: Público sénior, público escolar e famílias

Freguesias: Alferce, Marmeleite e Monchique

Duração: projecto “on going”

Enquadramento jurídico: “Desenvolvimento de programas educativos, designadamente a partir de museus” - alínea h), do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Enquadramento Teórico: Património Cultural Imaterial (PCI):



Vectores de delimitação do Património Cultural Imaterial, de acordo com a definição da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Diagrama adaptado de: *The Intangible Heritage Messenger*, n.º1, Paris, UNESCO, Fev. 2006.

## ii. Carta do Património do Concelho

Paralelamente à acção de educação patrimonial, que se traduz num trabalho educativo com a comunidade, pretende-se envolver as entidades competentes na criação de uma carta patrimonial, que deve ser elaborada em conjunto por autarquia, com a participação da Direcção Regional de Cultura do Algarve e em articulação com instituições de ensino superior

através da disponibilização e supervisão de trabalhos académicos ligados aos variados aspectos patrimoniais a considerar.

Uma carta do património é um instrumento de gestão territorial, pois através do registo, levantamento e definição de sensibilidade patrimonial que estas contemplam são executados os respectivos planos no âmbito do ordenamento do território, consagrado no Decreto-Lei 46/2009, que estabelece que a política de ordenamento do território, e de urbanismo, assenta em instrumentos de gestão territorial (IGT), que se enquadram em diversas escalas de análise e assumem natureza diversa.

Estes instrumentos, segundo o artigo 4º do supramencionado Decreto-Lei “*devem explicitar os fundamentos técnicos das respectivas previsões, indicações e determinações com base, entre outros, no conhecimento do património arquitectónico e arqueológico*”. Ainda o mesmo decreto, no artigo 10º define que os IGT devem identificar, como recurso territorial, o património arquitectónico e arqueológico; devem também reconhecer os elementos e conjuntos construídos que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades (nº 1, artigo 15º do DL 46/2009).

Em questão de património cultural, os IGT estabelecem as medidas indispensáveis à protecção e valorização do património, acautelando o uso dos espaços envolventes<sup>210</sup>, cujo conteúdo do plano de pormenor de salvaguarda é definido nos termos previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, denotando-se, deste modo a articulação e relação indispensável entre estas duas esferas: património e ordenamento territorial. O facto da legislação ser apenas de 2009, relativamente recente, revela uma mudança de entendimento e de visão estratégica dos territórios, decorrentes das cartas e recomendações internacionais nestas matérias.

### 3.3. Parceiros e parcerias

Etimologicamente o conceito ‘parceiro’ deriva do latim ‘*partiarium*’ – “*que tem uma parte*”, traduz, portanto a noção de sócio, companheiro. Parceria, por seu turno representa a associação desses parceiros, ou seja grupo de indivíduos/ entidades que têm por fim a preservação de interesses comuns.

O ecomuseu, pelas suas características arreigadas no território, logo ao meio no qual se insere, numa dialéctica com a população local e demais instituições actuautes na sua esfera de acção assume as parcerias e o trabalho em rede como a única metodologia lógica e coerente de prática museológica.

Dos parceiros e parcerias óbvias a estabelecer, que certamente se desdobrarão em inúmeras hipóteses de trabalho comum, a autarquia de Monchique, assim como as três Juntas de Freguesia são os primeiros parceiros a destacar, até devido à sua forte ligação e proximidade com as populações, com as pessoas e como é evidente, pela partilha de objectivos e pelos desafios que se colocam, face a uma “*desertificação do interior e graves problemas de emprego e empregabilidade; com o abandono escolar e com um fraco nível*

---

<sup>210</sup> In: nº 2, artigo 15, do Decreto-Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro.

*educacional da nossa população; desafios que se relacionam com estratégias económicas e de marketing da Região*<sup>211</sup>, mas também com questões de acessibilidade e inclusão social e com a preservação dos recursos naturais e das culturais locais, estes últimos, aliás, considerados como a chave de todo o projecto.

Com a Câmara Municipal de Monchique, no âmbito do Plano Gerontológico desenvolvido pela autarquia, que incide sobre a preocupação com o Envelhecimento Activo e Diálogo entre Gerações, cujo modelo de actuação assenta nos seguintes pilares:

- O envolvimento da população;
- Um plano de intervenção envolvendo os diversos parceiros;
- Um sistema de monitorização constante focada em resultados.

Este plano partilha uma série de preocupações, conceitos e objectivos com os explanados no plano de acção educativa com o qual se pretende iniciar a operacionalização do desenho do ecomuseu da Fóia.

Uma vez que o trabalho a criar a partir do ecomuseu tem por base uma teoria e metodologia de cariz museológico este será desenvolvido em consonância com as funções museológicas essenciais<sup>212</sup>, como o inventário, estudo de colecções, conservação, interpretação e divulgação, articulando por isso o exercício do ecomuseu com a realidade e instituições já existentes, através de projectos comuns que valorizem os recursos de cada parceiro, como no caso das entidades museológicas presentes no concelho:

- Núcleo de Arte Sacra de Monchique - Instalado na cave da Igreja Matriz de Monchique, este é considerado o primeiro espaço do Museu de Monchique (que não existe), e surge na sequência de uma parceria entre a Comissão Instaladora do Museu, a Fábrica da Igreja Paroquial e a Junta de Freguesia de Monchique. As peças expostas, oriundas de diferentes locais de culto, são propriedade da Paróquia.
- Pólo Museológico de Arte Sacra do Alferce - Este espaço foi criado pela Comissão Fabriqueira da Paróquia de S. Romão de Alferce, freguesia do Concelho de Monchique, e está instalado numa das dependências da igreja matriz, contando com um espólio de objectos ligados à liturgia cristã.

No caso destes dois núcleos de arte sacra será de todo o interesse articular conteúdos e acções dentro das suas temáticas específicas dada a importância da religiosidade para as populações, nomeadamente, em contexto rural. E mais, estes dois exemplos concretos de criação de núcleos expositivos demonstram uma capacidade organizativa e dinâmica (muitas vezes estimulada pelos párocos locais), muito interessantes e que traduzem já uma consciencialização e identificação de grupo, de comunidade detentora de um património comum.

---

<sup>211</sup> Alice Lucas SEMEDO – “Outras redes: parcerias-mais-que(im)prováveis, in: *Museus do Douro, Actas*, 2007, p 3.

<sup>212</sup> Ou de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses, Art.º 7.º, “ O museu prossegue as seguintes funções: a) Estudo e investigação; b) Incorporação; c) Inventário e documentação; d) Conservação; e) Segurança; f) Interpretação e exposição; g) Educação”.

As escolas e outras entidades formadoras, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional actuautes no concelho, são interlocutores privilegiados uma vez que consideramos a educação /formação como um dos fios condutores deste projecto. Convém, porém, sublinhar que o trabalho de parceria a envolver as escolas do concelho não tem por base uma acção vocacionada apenas para crianças e jovens, pretende-se uma abordagem transversal de educação, dando preferência a um convívio inter-geracional, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, mas também de resposta a necessidades sociais e educacionais: por um lado a integração de uma população mais idosa, contribuindo deste modo para a sua dignificação e reconhecimento na sociedade actual indo ao encontro do programa de envelhecimento activo promovido pelo município (Plano Gerontológico); por outro estimulando a educação através da partilha de experiências e “saberes-fazer” que de outro modo não teriam espaço em contexto educacional formal.

As associações locais (listagem associações em anexo) existentes serão, sem dúvida parceiros em determinados programas a desenvolver, de acordo com suas as características e vocação.

As unidades hoteleiras são elementos essenciais do tecido económico do concelho, pelo que se considera fundamental criar um laço, um canal de comunicação, ou se quisermos um “ponto de encontro” que permita uma acção conjunta no terreno entre interesses privados e a salvaguarda patrimonial, criando condições para o desenvolvimento de um turismo de qualidade em Monchique respeitando as directrizes da Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural.

Esta articulação e diálogo deverá ser uma constante, criando uma dinâmica através da concepção de programas e pacotes turísticos em harmonia com as actividades do ecomuseu, na sua relação de proximidade com as comunidades, que sirvam para a valorização dos produtos tradicionais de Monchique e, simultaneamente, como estímulo a um (re)investimento privado nesta zona, atraindo capital, tornando Monchique um território competitivo e criativo.

A base e credibilidade de todo o projecto deve assentar num trabalho científico de referência, concorrendo para o efeito parcerias a celebrar com universidades. Este aspecto, à semelhança do que se verificou para os três casos de estudo que nos serviram de comparação, é determinante para o sucesso da criação do Ecomuseu da Fóia. Sem um conhecimento sério, rigoroso e conduzido cientificamente não há conteúdos, não há conhecimento para transmitir, para interpretar e divulgar, para questionar e voltar a interpretar, produzindo e gerando novos conhecimentos.

O papel das universidades é determinante para a concretização e sucesso de uma iniciativa desta natureza. As características deste território exigem o recurso a equipas multidisciplinares, pelo que as instituições de ensino superior, como a Universidade de Évora ou a Universidade do Algarve, que têm uma oferta formativa em áreas bastantes diversificadas poderão vir a ser parceiras, através da celebração de protocolos de colaboração em projectos específicos, como no caso da elaboração da Carta do Património do concelho de Monchique.

A Fundação Oriente, entidade que explora as águas e o empreendimento turístico das Caldas de Monchique, constituirá um parceiro preferencial uma vez que este é um sítio de sensibilidade arqueológica, encontrando-se alguns vestígios nas instalações do antigo complexo termal. Estes detêm igualmente uma colecção de fotografias antigas do concelho. As Caldas de Monchique vivem, hoje em dia, apenas da vertente turística de cariz termal, no

entanto é um ponto fulcral para a compreensão deste sítio enquanto aldeia termal. A sua arquitectura e vegetação características, a instalação do hospital termal, o declínio e semi-abandono e mais recentemente a tentativa de recuperar algum dinamismo.

A própria Empresa da água de Monchique, enquanto empregadora, será uma parceira a envolver no projecto, até como mecenas do mesmo ou de determinados eventos/ iniciativas específicas.

Do ponto de vista institucional e face às competências e atribuições da DRC Alg, esta será, sem dúvida uma parceira natural, cujo apoio e consultoria será solicitado no processo de implementação do ecomuseu.

No contexto regional considera-se de particular utilidade a integração do Ecomuseu da Fóia na Rede de Museus do Algarve, todavia acredita-se poderem estabelecer-se outras dinâmicas de rede, de arquitectura variável para iniciativas e com parceiros específicos, que pode envolver instituições que integrem ou não a rede supramencionada. Uma vez que as redes são estruturas abertas, com expansão ilimitada, cujos pontos que a compõem estão interligados de forma horizontal, isto é, trata-se de um conjunto de nós e linhas articulados de forma não hierárquica. Nas redes, tem poder quem toma iniciativas e promove a capacidade de estabelecer relações e conexões.

Uma rede define-se, também, pela intencionalidade nos relacionamentos, dos objectivos comuns partilhados entre os tais nós que a constituem, deste modo considera-se o trabalho em rede, sobretudo na conjuntura actual, como uma mais-valia, pois permite potenciar dinâmicas que podem ser aproveitadas para uma gestão eficaz e eficiente dos recursos financeiros e humanos, através do desenvolvimento de projectos em parceria e promovendo as boas práticas museológicas, com a vantagem de, e, apesar de objectivos comuns, partilha e circulação de informação, não colocarem em causa a individualidade e identidade de cada um dos seus elementos.

Nesta óptica e numa relação de proximidade com Monchique, crê-se de suma importância a estruturação de uma colaboração em rede entre as seguintes entidades de cariz museológico:

- Projecto do Ecomuseu da Fóia, concelho de Monchique – interpretação da serra;
- Museu do Mar e da Terra, Carrapateira (Concelho de Aljezur) – interpretação do mar e da terra;
- Museu de Lagos – detém peças provenientes de Monchique, fruto das escavações do fundador do museu, o Dr. Formosinho;
- Museu de Portimão – interpretação da indústria conserveira;
- Alcalar, Monumentos Megalíticos de Alcalar (concelho de Portimão) – Monumento Nacional, Neolítico final / Calcolítico (3200-1200 a.C.).

Apesar das fronteiras administrativas que actualmente delimitam todos estes espaços patrimoniais eles relacionam-se entre si, principalmente se pensarmos no Algarve antes do “boom” turístico dos anos 60 (do séc. XX). No fundo, estes museus/ centros interpretativos representam e contam a história das relações de interdependência que se estabeleceu na longa duração entre as sub-regiões do Algarve: litoral, barrocal e serra.

No que concerne à estratégia de acção conjunta, no campo dos museus, e de um modo mais lato, na cultura, o futuro passa pelo trabalho em rede, inclusivamente, através do

estabelecimento de redes supra nacionais. Programação em rede, criação de complementaridades, planear em articulação com o todo, pensar em termos globais e estratégicos, sem todavia, descuidar os aspectos locais e diferenciadores, o designado “glocal”, a médio e longo prazo, criando bases sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, em todas as suas dimensões.

Pese embora as características que distinguem a serra de Monchique no contexto algarvio, esta faixa do território, tem também afinidades com as outras serras próximas<sup>213</sup>, nomeadamente nos modos do ser e do fazer, e na sequência da metodologia de acção defendida anteriormente, do trabalho em rede, poderão ser gizados projectos e estreitados laços no sentido de dinamizar o conhecimento, a investigação e, conseqüentemente, a divulgação destas realidades, visando a transmissão e preservação de “saberes-fazer” ancestrais; protecção de espécies (fauna e flora) e da paisagem, promovendo a educação ambiental, encontrando soluções para problemas idênticos (incêndios, por exemplo) mas, especialmente tornando estes locais que hoje em dia sofrem com o abandono da população activa, em territórios competitivos, atraindo população jovem, investidores e turistas.

Em Querença foi inaugurado recentemente (18 de Maio de 2012) o Pólo Museológico da Água, que se insere na Paisagem Protegida da Fonte da Benémola, onde se conserva um dos melhores exemplos da vegetação original do Barrocal, zona de transição entre o litoral algarvio e a serra, com solos avermelhados cortados por afloramentos calcários. Esta área protegida desenvolve-se junto ao leito da ribeira da Benémola. A fauna também está relacionada com a água, cuja espécie mais importante é a lontra.

A água é uma temática que assume enorme importância em Monchique, embora aqui as características dos cursos de água, trajectos e utilizações sejam distintas das da Fonte Benémola, até porque neste último caso estamos em presença de uma zona de transição entre o litoral e a serra, enquanto que em Monchique estamos em plena paisagem serrana. Não se considera esta unidade de Querença como uma concorrente directa do centro interpretativo da água, será sim um meio complementar de informação e interpretação, contribuindo para a construção de um Algarve no seu todo.

Já no concelho de Tavira, na parte da serra, na freguesia de Cachopo, funciona o designado “Núcleo Museológico de Cachopo”, que retrata a cultura e os costumes do povo da Serra<sup>214</sup>.

O núcleo de Cachopo pretende representar os modos de vida das populações da serra de Tavira. É evidente que há semelhanças entre estas e as de Monchique, como há, de um modo geral entre todas as populações que vivem condicionadas pelo relevo, contudo também há diferenças, pelo que uma vez mais este será um ponto de convergência, mas também um ponto de diferenciação e confirmação das culturas locais.

---

<sup>213</sup> Em Querença, no concelho de Loulé, foi criada uma iniciativa que tem despertado a curiosidade e a atenção dos meios de comunicação. Chama-se “*Projecto Querença*” e assume-se como “*uma iniciativa ou missão de resgate territorial (territorial rescue), de territórios em estado crítico, gravemente atingidos por processos de desertificação e abandono dos seus capitais, natural, produtivo e social, e cada vez mais próximos de limiares perigosos de irreversibilidade de desenvolvimento.*” Vide: <http://www.projectoquerenca.com/pt/projecto.html>

<sup>214</sup> Este núcleo insere-se no Plano de Intervenção Museológica do Concelho de Tavira, que prevê a instalação e abertura de vários núcleos temático pelo concelho. Em termos de abertura ao público, embora este tenha um horário definido, encontra-se muitas vezes encerrado.

### 3.3.1. O lugar da população local

A configuração de um projecto deste âmbito, que visa promover o desenvolvimento local, com base na identidade e património de Monchique, tem inevitavelmente que ser uma iniciativa aberta e dialogante com as entidades e forças da terra, ou seja com as suas comunidades.

Convém portanto atentar nas noções de comunidade e de população local. Comunidade, como foi dito anteriormente, é o *“grupo de pessoas que estão unidas por modos de vida comuns e laços afectivos desenvolvidos por essa mesma convivência vicinal”* ou *“qualquer grupo social cujos membros vivem numa determinada área, sob um governo comum e partilhando uma herança cultural e histórica”*<sup>215</sup>, à partilha de um local acresce igualmente uma cultura e história comum; por seu turno a população local de um sítio pode ser uma realidade social diferente de uma comunidade. A questão que se coloca é, quem é a nossa população local? Quem vive, hoje em Monchique?

Pelos censos de 2011 sabe-se que actualmente residem no concelho 6 045 pessoas, menos 929 do que em 2001, o que corrobora a caracterização de uma população envelhecida, no entanto há também fixação de comunidades estrangeiras, que aqui se instalam e se dedicam a actividades como a agricultura biológica, embora se trate de uma minoria.

É de salientar um aspecto relevante em relação às comunidades de Monchique, que englobam não só pessoas aí residentes, podendo ser ou não naturais do local, mas também aqueles que deixaram a terra-natal em busca de novas oportunidades. De referir que em Portimão, a título de exemplo, vivem muitos naturais de Monchique, alguns cujos filhos ou outros descendentes já nasceram na cidade, mas que mantém uma forte ligação com as origens dos pais e avós.

Assumindo a população local como ponto fulcral de partida para a implementação do ecomuseu da Fóia e, em particular no seio do plano de educação comunitária que se pretende encetar envolvendo, precisamente os locais de várias gerações, estamos a assumir que a população local é parte integrante do projecto.

Por outro lado as entidades mencionadas como parceiras, tais como a Câmara Municipal, a Paróquia, as unidades hoteleiras, são elas próprias constituídas por pessoas algumas, se não a maioria, naturais de Monchique.

Saliente-se ainda que um dos maiores desafios inerentes ao sucesso da proposta de criação de um ecomuseu para Monchique é o de atrair população ou estancar de certo modo a fuga para o litoral. Neste sentido a questão que se coloca é:

*- Como pode o ecomuseu, contribuir para a atracção e fixação da população jovem?*

A atracção de população para um determinado lugar, está directamente ligada com a qualidade de vida proporcionada e que se prende com factores como o acesso à saúde, à educação, emprego, transportes, indicadores que tornam um território competitivo.

A criação de um plano de reabilitação urbana dos núcleos mais povoados: Monchique, Marmeleite e Alferce, associado a uma prática de incentivo ao arrendamento, especificamente, destinada a uma camada mais jovem da população e a investidores é um dos passos

---

<sup>215</sup> In: *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2004.

fundamentais. A capacidade de reabilitar o edificado reforça a identidade do espaço e das suas gentes, e, em simultâneo, diferencia-o.

Fomentar o investimento no concelho que estimule as indústrias e a economia local, com particular destaque para as actividades ligadas à terra, aos “saberes- fazeres”, cuja transmissão é assegurada pelos mais velhos, no âmbito das iniciativas já mencionadas anteriormente. Para a sua concretização esta, será uma ideia a discutir e a envolver, necessariamente o IEFP.

Quando nos referimos a actividades ligadas à terra, fazemo-lo com um duplo sentido. Por um lado em relação a actividades com tradição no concelho e por outro práticas agrícolas, com uma aposta nos produtos fortes de Monchique, historicamente, falando, através da criação de hortas comunitárias, baseadas numa agricultura biológica, de qualidade, contribuindo, deste modo para o respeito e equilíbrio da natureza.

Uma outra limitação, directamente relacionada com a fixação populacional, e já abordada na II Parte deste estudo, prende-se com a oferta escolar, que é apenas até ao 9.º ano. A esta associa-se a falta de emprego, pelo que por vezes as famílias abandonam Monchique e fixam-se em Portimão, cidade que oferece mais oportunidades de trabalho e mais acesso ao ensino, seja secundário, seja superior. Uma das formas de colmatar esta fuga, será através da garantia de facilidade e regularidade (adequação de horários) no transporte de alunos entre Monchique e Portimão. Considerando que a escolaridade obrigatória agora é até ao 12.º ano discutir com o Ministério da Educação a possibilidade de assegurar a escolaridade obrigatória dentro do concelho, com oferta de disciplinas ligada à realidade do local com oferta formativa profissionalizante e que possa atrair, inclusivamente, alunos de outras zonas da região.

O turismo é um dos outros nichos a explorar, sublinhando, uma vez mais a diferenciação deste território em relação ao resto do Algarve turístico.

O turismo natureza, turismo de saúde e a gastronomia, apesar da contradição a que se assiste acerca destas matérias, sobretudo no que diz respeito ao turismo de saúde e à gastronomia, constituem produtos fortes de Monchique e que têm vindo a ser trabalhados pela autarquia e hoteleiros.

Paradoxo, complementos ou questões culturais?

Por um lado a afirmação do concelho como destino de excelência no campo da hidroterapia (do grego *hydro*, “água” e *therapeia*, “cura”), derivando no termalismo, ou noutros tratamentos de SPA que actualmente incluem tratamentos ligados ao bem-estar, mas também à estética, como é “vendido” nas unidades hoteleiras; por outro a valorização e divulgação da gastronomia local, que assenta numa alimentação à base da carne de porco e outras iguarias que não são consideradas as mais adequadas a um estilo de vida saudável. Contudo, talvez seja possível conciliar o melhor destes dois mundos, aparentemente dicotómicos. E é aqui que entram os “saberes- fazeres” e as técnicas agrícolas ancestrais que deixaram marcas profundas na paisagem, como os “canteiros” (socalcos); provando que as populações locais que trabalhavam, sobretudo na agricultura, pastorícia ou silvicultura, necessitavam de energia para desenvolver as suas árduas tarefas do dia-a-dia. Mais verificar as ementas dos dias comuns e as ementas e receitas dos dias de festa, há diferenças, há alimentos que são destinados apenas a determinadas datas ou dias de celebração.

Através do conhecimento dos usos e das práticas anteriores, quer no caso das termas, quer no caso da gastronomia, estes produtos são, mais facilmente potenciados e atractivos, pois são demonstrativos da cultura e identidade da terra de forma coerente.

O turismo de natureza, deve por seu turno, assentar numa boa educação ambiental, por forma a garantir o respeito absoluto pelo meio envolvente e uma vez mais se salienta a relação inquestionável entre o conhecimento dos mais antigos, designadamente, do uso de plantas e ervas aromáticas e medicinais.

A sustentabilidade das acções de hoje, radicam-se no passado, através da inevitável dinâmica que se estabelece entre identidade, património e desenvolvimento local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários foram os percursos e rumos tomados ao longo do desenvolvimento da presente dissertação. A ideia base e inicial manteve-se inalterada, a de trabalhar um território: Monchique. Perceber as marcas identitárias, que se expressam na sua paisagem através dos seus valores patrimoniais (naturais e culturais) e de que modo estes podem contribuir para o desenvolvimento local, daí o título escolhido: *“Monchique – Identidade e Património: estratégias para o desenvolvimento local”*.

Com o decorrer do trabalho de investigação e de campo, os laços com o objecto de estudo estreitaram-se, ganhando, deste modo uma nova dimensão e à proposta inicial, de criar um modelo semelhante a um parque cultural, nasceu o Ecomuseu da Fóia. Designação altamente simbólica e marco paisagístico incontornável, não apenas do concelho de Monchique, como de todo o Algarve.

A própria organização e estruturação deste estudo sofreram várias alterações, tendo-se concluído que a actual, seria a que melhor dava resposta aos nossos pressupostos, partindo de um enquadramento teórico, daquela que seria a nossa “utensilagem mental” no decorrer do trabalho. Mais do que definir cada um dos termos a que recorreremos, tentou-se perceber a sua evolução e dinâmicas na longa duração, usos e contextos de aplicação.

Para melhor defendermos a criação de um ecomuseu em Monchique foi necessário apresentar este Sul particular, que embora seja parte integrante de uma região, constitui uma realidade distinta, ou se quisermos, um outro Algarve.

O mote do nosso trabalho e projecto radica-se no território, daí o destaque dado à paisagem e às marcas de continuidade e de ruptura aí registadas ao longo do tempo, como testemunho do passado, das relações estabelecidas constantemente entre paisagem e ser humano, numa dialéctica de construção e transformação decorrentes das necessidades, usos económicos e sociais de um território. Acredita-se, pois que a paisagem única de Monchique é parte da sua identidade e cultura, modelada através dos “saberes-fazer”, gestos que se repetem de geração em geração, cuja expressão máxima são os “canteiros”.

Assumiu-se que o ecomuseu seria a realidade museológica com maior viabilidade de sucesso neste concelho, sobretudo devido à metodologia de trabalho que este pressupõe: envolvimento da comunidade no processo de patrimonialização, através da mediação entre a população e o património.

Deste modo, o Ecomuseu de Fóia visa tornar a comunidade autónoma, para garantir o desenvolvimento sustentável do seu território, através do conhecimento e valorização dos seus recursos patrimoniais; almeja desencadear um processo participativo, onde a comunidade detentora do património tem um papel activo, ou seja, pretende assumir-se como parte do processo social, mediando as dinâmicas e cumplicidades estabelecidas entre património, comunidade e território.

Neste contexto de reconhecimento da importância do património, seja ele material ou imaterial, para o “hoje” e para o “amanhã”, parece-nos assaz significativa a metáfora utilizada no título do recente trabalho de Hugues de Varine, traduzido para português, *As raízes do Futuro*, que assume o património, enquanto herança que é transmitida, adaptada e reinventada a cada momento, como pilar fundamental na construção do futuro.

Quanto ao futuro do Ecomuseu da Fóia e após alguma reflexão sobre as inúmeras experiências museológicas que se multiplicam em Portugal; face a alguns exemplos que correram menos bem, como o referido caso de Alcoutim, assalta-nos a preocupação da sustentabilidade do nosso projecto.

Sustentabilidade no sentido de continuidade, de futuro, de coerência no longo prazo, pois cabe-nos a nós, “especialistas” nestas matérias de património, seus usos e apropriações, discursos, encenações e interpretações, prever também o impacto que terá esta estrutura no meio onde se implanta.

No caso concreto do Ecomuseu da Fóia considera-se que conquistando e envolvendo as pessoas, o projecto reúne todas as condições para se concretizar. Adivinha-se um longo caminho a percorrer pois os processos que têm por base o trabalho com a comunidade, são morosos, consequência das próprias dinâmicas de sociabilidade inerentes.

O investimento económico para a criação de cada Centro de Interpretação depende do espaço que se pretende criar, o tipo de museografia, a aposta maior ou menor no recurso às novas tecnologias... e uma vez mais se conclui que todas as tomadas de decisão dependem do que se quer para esta proposta e sobretudo, para quem se quer criar o ecomuseu.

Quer-se um ecomuseu feito com a comunidade, no qual esta se reveja e se sinta parte integrante, que esta seja uma proposta válida e útil para o seu quotidiano. Que o ecomuseu cumpra o seu papel social, económico e identitário, promovendo o orgulho e auto-estima dos monchiquenses.

Recorrendo a esta fórmula de participação activa da comunidade, acredita-se que o ecomuseu deixará de ser sustentável a partir do momento em que deixe de servir a comunidade. Para continuar a fazê-lo terá que se adaptar constantemente, aliando à salvaguarda dos valores patrimoniais, dinâmicas de desenvolvimento local.

Após o tempo decorrido entre o início e o fim deste “olhar” sobre Monchique, recorrendo à ecomuseologia, é com enorme agrado que percebemos que nos últimos dois anos, ainda que de forma incipiente, esta realidade sofreu algumas transformações, denotam-se preocupações e iniciativas em dinamizar este território, recorrendo aos seus aspectos identitários e, por isso mesmo diferenciadores. Reconhece-se por isso já um efeito, entre outros factores, do nosso trabalho, pelo que é com enorme regozijo que reconhecemos o papel deste estudo de cariz académico, como contributo para um auto-conhecimento e valorização de Monchique.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Manuscritas

ANNTT-DGARQ- *Mendo Rodrigues – Chancelaria de D. João II*, Liv. 8, fol. 59 (Microfilme n.º 2536).

ANNTT-DGARQ - *Memórias Paroquiais, Monchique, Silves*, Vol. 23, n.º 173, p. 1141 a 1150 (disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4240810>).

ADFAR- DGARQ – *Livro Cópia dos Relatórios dos Directores das Caldas de Monchique*, 1882.

ADFAR- DGARQ – *Relatório anual das Caldas de Monchique*, 1883.

### Fontes Impressas

*Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero de Magalhães) Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.

*Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etimológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, Pinho LEAL- Volume Quinto, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1875.

### Estudos

**ADRAGÃO**, José Victor - *Novos guias de Portugal – Algarve*, Editorial Presença, 1985.

**AMENDOEIRA**, Ana Paula (MAG-ICOMOS, Secretariado Internacional ICOMOS) – “A propósito da elaboração da lista Indicativa de Portugal”, em: <http://www.unesco.pt/pdfs/docs/APropLista.doc>

**ARAUJO**, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.) – *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos*, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

**ARRUDA**, João de – *Cartas d’um viajor*, 1908.

**AAVV** - *Guia de Portugal II, Estremadura, Alentejo, Algarve - Apresentação de SANT’ANNA DIONÍSIO*, Texto que reproduz na íntegra a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, Fundação Calouste Gulbenkian.

**AAVV** - *Rota do Medronho*, Câmara Municipal de Tavira e Centro de Ciência Viva, 2008.

**BARATA**, Filipe Themudo e **MASCARENHAS**, José Manuel – *Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega/ Ververde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, Évora, 2002.

**BENNET**, Tony – *The Birth of the Museum – History, Theory, Politics*, Routledge, London and New York, 2000.

**BEXIGA**, Pedro – “O Comportamento dos edifícios em terra face aos incêndios na serra de Monchique”, in: *Arquitectura de Terra em Portugal*, Argumetum, 2005, pp. 194 – 197.

**BIROT**, Pierre – *Portugal. Estudo de Geografia Regional*, 2.ª Edição, Livros Horizonte, s/d,.

**BONNET**, Charles; **MESQUITA**, José Carlos (estudo introd.); **VIEGAS**, Maria Armanda T. Ramalho (trad., actualiz. e notas) - *Memória sobre o Reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Tradução da ed. de Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1850.

**BRIGOLA**, João Carlos - “Perspectiva histórica da evolução do conceito de Museu em Portugal. Breve história da legislação sobre política museológica em Portugal”, *Lugar em Aberto*. Revista da APOM, n.º1, Outubro, 2003, pp.32-45.

**BRUNINGHAUS-KNUBEL**, Cornelia – “A Educação do Museu no Contexto das Funções Museológicas”, in: *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM, 2004, pp. 128-144.

**BUSQUETS**, Jaume e **CORTINA**, Albert (coords.) – *Gestión del paiseje*, Ariel, Barcelona, 2009.

**CALLAPEZ**, António Maria – Um Olhar a Sul, Memo – associação cultural, Monchique, 2008.

**CAMACHO**, Clara - “O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus”, in: *MUSEAL, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, N.º 1 - A realidade museológica do Algarve - perspectivas para o século XXI*, 2006, pp. 8- 25.

**CASTRIOTA**, Leonardo Barci - *Paisagem cultural e sustentabilidade*, Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009:

[http://academia.edu.documents.s3.amazonaws.com/471679/Paisagem\\_Cultural\\_e\\_Sustentabilidade.pdf](http://academia.edu.documents.s3.amazonaws.com/471679/Paisagem_Cultural_e_Sustentabilidade.pdf)

**CAUQUELIN**, Anne – *A Invenção da Paisagem*, Edições 70, Lisboa, 2008.

**CARVALHO**, Augusto da Silva – *Memórias das Caldas de Monchique*, Edição da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Lisboa, 1939.

**CHOAY**, Françoise - *Alegoria do Património*, Edições 70, 2006.

**DUARTE**, Ana – “Museus e Comunidade”, in: *Serviços Educativos na Cultura*, Coleção Públicos n.º 2, Coord. Sara BARRIGA e Susana Gomes da SILVA, Sete Pés, Porto, 2007.

**DUARTE**, Sara – *As Teias da Serra*, Col. Diamantes da Terra, Grupo de Dinamização Cultural “O Monchiqueiro”, Monchique, 2008.

**FADIGAS**, Leonel – *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*, Edições Sílabo, Lisboa 2007.

**FALK**, John H. e **DIERKING**, Lynn D. - *The Museum Experience*, Whalesback Books, Washing, D. C., 1992.

**FERNÁNDEZ**, Luis Alonso – *Museologia y museografía*, Ediciones del Serbal, Barcelona, 2001.

**FRANCISCO**, José Paulo Almeida - «Parque Arqueológico do Vale do Côa: Uma Paisagem Cultural Património da Humanidade. Modelo de Gestão Integrada», in: *praxis ARCHAEOLOGICA* 3, 2008, pp.47-69.

**FRANCO**, Mário Lyster – *Portugal - O Algarve*, Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929, pp.49-54.

*As Termas Romanas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Faro, 1945.

**FEIO**, Mariano – *A Evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. Estudo de Geomorfologia*, Instituto para a Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1952.

**FILIFE**, Graça - “O Museu, como instrumento de comunicação: Experiência no Seixal”, in: *1.º Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal. Educação, Património e Autarquias*, Seixal, s/d.

“Da musealização de património ao ordenamento do território musealizado: em busca de um modelo de sustentabilidade adequado a cada realidade em mudança”, in: *Museal Núcleos Museológicos – Que Sustentabilidade? - Revista do Museu de Faro*, n.º 4, Setembro de 2009, pp.37-49.

**GALEGO**, Ludovina Rodrigues e ALMEIDA, Valentim Ribeiro – *Aguardentes de frutos e licores do Algarve – História, técnicas de produção e legislação*, Edições Colibri, Lisboa, 2007.

**GASCON**, José António Guerreiro – *Subsídios para a Monografia de Monchique*, Algarve em Foco Editora, Faro,s/d.

**GASPAR**, Jorge – “O Retorno da Paisagem à Geografia – Apontamentos místicos”, in: *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001.

**GRADIM**, Alexandra– “A Rede polinucleada de Alcoutim: A sustentabilidade de um projecto de museu multifacetado”, in: *MUSEAL, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro*, N.º 4 – Núcleos Museológicos. *Que sustentabilidade?*, 2009, pp. 81-91.

**HENRIQUES**, António Castro – *Conquista do Algarve - 1189-1249 – O Segundo Reino*, tribuna da História, 2003.

**HERNÁNDEZ**, Josep Ballart e TRESSERRAS, Jordi Juan i – *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2010.

**HORTA** - Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz - *Guia Básico de Educação Patrimonial*, Museu Imperial, IPHAN, Ministério da Cultural, Brasília, 1999.

**LAMEIRA**, Francisco I. C. – *Inventário Artístico do Algarve – A Talha e a Imaginária, XIV – Concelho de Monchique*, Ministério da Cultura Delegação Regional do Algarve, Faro, 1997.

**LOPES**, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1.º Vol., Algarve em Foco Editora, Faro, s/d.

**MAGALHÃES**, Joaquim Romero – *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Edição Cosmos, Lisboa, 1970.

*O Algarve Económico 1600-1773*, Editorial Estampa, 1993.

**MAGGI**, Maurizio e FALLATI, Vittorio - *Gli Ecomusei – Cosa sono, cosa potrebbero diventare*, Ires Piemonte, Giugno, 2000.

**MAGGI** Maurizio – *Ecomuseu Guida Europea*, Umberto Allemandi & C., Torino, 2002.

**MARADO**, Catarina Almeida - *Antigos Conventos do Algarve. Um percurso pelo património da região*, Edições Colibri, Lisboa, 2006.

**MARREIROS**, Glória – *Um Algarve Outro contado de boca em boca (estórias, ditos, mezinha, adivinhas e o mais)*, Col. Horizonte Universitário, n.º 56, Livros Horizonte, 2.ª ed., 1999.

**MATOSO**, Rui – «Para um Ecomuseu das Tradições Musicais da Região Oeste», Comunicação apresentada no *IV Seminário do Património da Região Oeste*, 24 de Novembro de 2006 – Arruda dos Vinhos.

**MATTOS**, Yára (coord.) – *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/ MG: Morros da Queimada, Santana, São João, São Sebastião e Piedade*,  
<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Ecomuseu.pdf>

**MATTOSO**, José; DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2.ª edição, 2010.

**MENDES**, Adelino – *O Algarve e Setúbal – Terras de Portugal*, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1916.

**MODESTO**, Maria de Lourdes; PRAÇA, Afonso e CALVET, Nuno - *Festas e comeres do Povo Português*, Vol. I, Verbo, 1999.

**PAU-PRETO**, Fernando - *Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Territorial. Três Casos Internacionais: Stonehenge, Dordonha, Aragão*, p. 11, acedido em:  
[http://www.paupreto.net/comunicacoes/proteccao\\_patrimonial.pdf](http://www.paupreto.net/comunicacoes/proteccao_patrimonial.pdf)

**PAULO**, Dália - “Do gueto à partilha nos Museus do Algarve”, in: *Cadernos de Sociomuseologia*, 41, 2011.

**PEDROSO**, Pedro Manuel de Azevedo e Silva - *Valorização do Património Cultural – O Caso de Mértola*, Dissertação do Mestrado em Marketing, da Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Gestão e Economia, 2007 (texto policopiado).

**PÉREZ**, Xerardo Pereiro - “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, in: *Portugal Chão*, (coords.) Portela, J. e Castro Caldas, J., Oeiras, Celta editora, 2003.

**PESSOA**, Fernando Santos – *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Edições Afrontamento, Porto, 2001.

**PINTO**, Júlio Lourenço – *O Algarve – Notas impressionistas*, Livraria Portuense, Porto, 1894.

**QUEROL**, Maria Lorena Sancho – (no prelo) "Chaves da Sociomuseologia: para uma construção social do património através do inventário participado". *Revista de Sociologia* Nº 24, Universidade do Porto,  
([http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_Rev.%20%20Sociologia%20U.P.%20n%BA%2024.%20Artigo%20Lorena%20sancho%20Querol%20%28CB%29.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Rev.%20%20Sociologia%20U.P.%20n%BA%2024.%20Artigo%20Lorena%20sancho%20Querol%20%28CB%29.pdf))

**RAFAEL**, Lúcia - Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora: *Os Trinta anos do Projecto Mértola Vila Museu: Balanço e Perspectivas*, Março, 2010 (texto policopiado).

**REBELO**, João; **CORREIA**, Leonida e **CRISTOVÃO**, Artur - *Redes Culturais e Desenvolvimento Local: A Experiência da COMUM*, Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, UTAD, s/d.

**RIBEIRO**, Orlando; **LAUTENSACH**, Herman; **DAVEAU**, Suzanne - *Geografia de Portugal*, vol. I (1987) - *A posição geográfica do território*, vol. II (1988) - *O ritmo climático e a paisagem*, vol. III (1989) - *O povo português*, vol. IV (1991) - *A vida económica e social*, Edição Sá da Costa, Lisboa.

**RIBEIRO**, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.ª edição, Livraria Sá da Costa Lisboa, 1980.

*Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, 2.ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

*Introduções Geográficas à História de Portugal*, 2.ª edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2001.

**RIVIÉRE**, Georges Henri – *La Museologia*, Ediciones Akal, S.A., 1.ª reimpresión, Madrid, 2009.

**RODRIGUES**, Sandra - *As Vias Romanas no Algarve*, Edição Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve/ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, 2004.

**SANTOS**, Maria Célia T. Moura – “Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade devida dos cidadãos: diversas formas de musealização”, in: *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.º 27, jan./jun, 2000, p.103-120.

**SEMEDO**, Alice Lucas – “Outras redes: parcerias-mais-que(im)prováveis, in: *Museus do Douro*, Actas, 2007 (in: [http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/actas.html](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/actas.html)).

**SILVA**, Bruno Miguel Pereira da – *Ecomuseu e a Arquitectura*, Tese de Mestrado Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Faculdade de Arquitectura, Geografia, Urbanismo e Artes, Lisboa, 2009 (texto policopiado).

**SILVA**, Susana Gomes da – “Enquadramento teórico para uma prática educativa nos museus”, in: *Serviços Educativos na Cultura*, Coleção Públicos n.º 2, Coord. Sara BARRIGA e Susana Gomes da SILVA, Sete Pés, Porto, 2007, pp. 57- 66.

**VARINE**, Hugues de - “O Ecomuseu”, *Ciência e Letras*, Porto Alegre, n.º 27, Janeiro/ Junho, 2000.

*As raízes do futuro: o património a serviço do desenvolvimento local*,  
Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta, Porto Alegre, Medianiz, 2012.

**VASCONCELOS**, Arménio dos Santos – *Museu do Território do Vale do Paiva e Serras (em Terras de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva)*, Tese de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora, 2010 (texto policopiado).

**VILLALIBRE**, Javier – *Las Médulas y Su Entorno*, Ediciones Lancia, 2008.

**Informação ICOM.PT** – “Novos, recentes e renovados: Museu do Douro – um museu para um território”, Série II, n.º 15 (Dez11-Fev.12).

### Sites

[www.cm-mochique.pt](http://www.cm-mochique.pt)

<http://www.ecomusei.net/mappe-di-comunita>

<http://www.fundacionlasmedulas.com/fundacion/index.jsp>.

ECOMUSEUM DISTRICT NETWORK OF THE MEDITERRANEAN MAQUIS, Draft of Model for Ecomuseum District development for the Mediterranean Maquis -

<http://www.ecomemaq.ntua.gr/Files/Draft%20Model%20Ecomuseum.pdf>

[http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres\\_home.html](http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres_home.html).

Periodic Reporting, State of Conservation of World Heritage Properties in Europe – Las Médulas, UNESCO,2006 - <http://whc.unesco.org/en/statesparties/ES/>

Advisory Body Evaluation- <http://whc.unesco.org/en/list/803/documents/>

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2826](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2826)

[http://www.congressorio20.org.br/sitio/images/stories/pdf/abramovay\\_eje2.pdf](http://www.congressorio20.org.br/sitio/images/stories/pdf/abramovay_eje2.pdf)

[http://www.jundiahy.com.br/museu\\_5.html](http://www.jundiahy.com.br/museu_5.html)

[http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/patrimonio\\_imaterial/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/patrimonio_imaterial/ContentDetail.aspx)

### Legislação e Convenções

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – Lei Base do Património Cultural Português.

Decreto-Lei nº 131/2002: Estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos.

Lei n.º 47/ 2004, de 19 de Agosto – Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Lei de Bases do Ambiente - Lei n.º 11/87 de 7 de Abril (Alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro).

Decreto – Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro - Define o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT).

Decreto - Lei 232/2007 de 15 de Junho – Avaliação Ambiental Estratégica.

Decreto-Lei 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, aprova o formulário para pedido de inventariação de PCI.

*Carta de Atenas, 1931.*

*Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) - Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho.*

*Carta Internacional do Turismo Cultural, ICOMOS, 1999.*

*Convenção Europeia da Paisagem (Florença 2000) - Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro.*

*Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de Outubro de 2003 é aprovada pelo estado Português em 2008 através da Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de Janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março.*

## **ANEXOS**

- 1. Mapas**
- 2. Fotografias**
- 3. Quadros**
- 4. Associações Locais**
- 5. Cronologia das Caldas de Monchique**
- 6. Endovélico (sítios arqueológicos)**
- 7. Recolha de lendas sobre Monchique**
- 8. Propostas de exploração do território - actividades**

## 1. Mapas

Mapa 1: Fonte: [http://www.infopedia.pt/\\$monchique,3](http://www.infopedia.pt/$monchique,3)

Mapa 2: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/geologia.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/geologia.html)

Mapa 3: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/geologia.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/geologia.html)

Mapa 4: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/hidrica.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/hidrica.html)

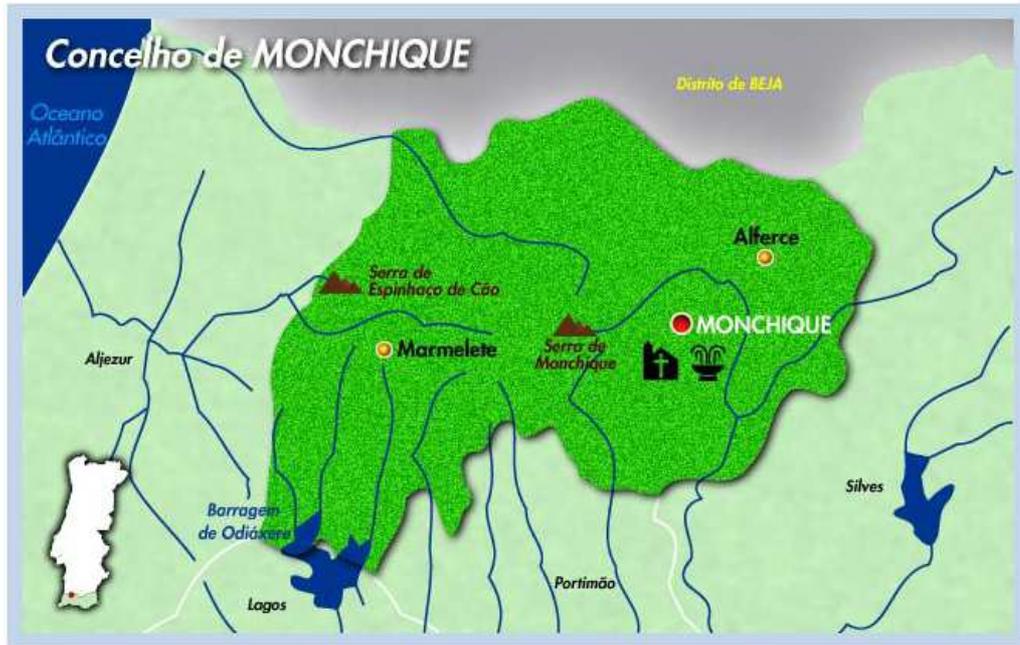
Mapa 5: Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Mapa 6: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/hidrica.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/hidrica.html)

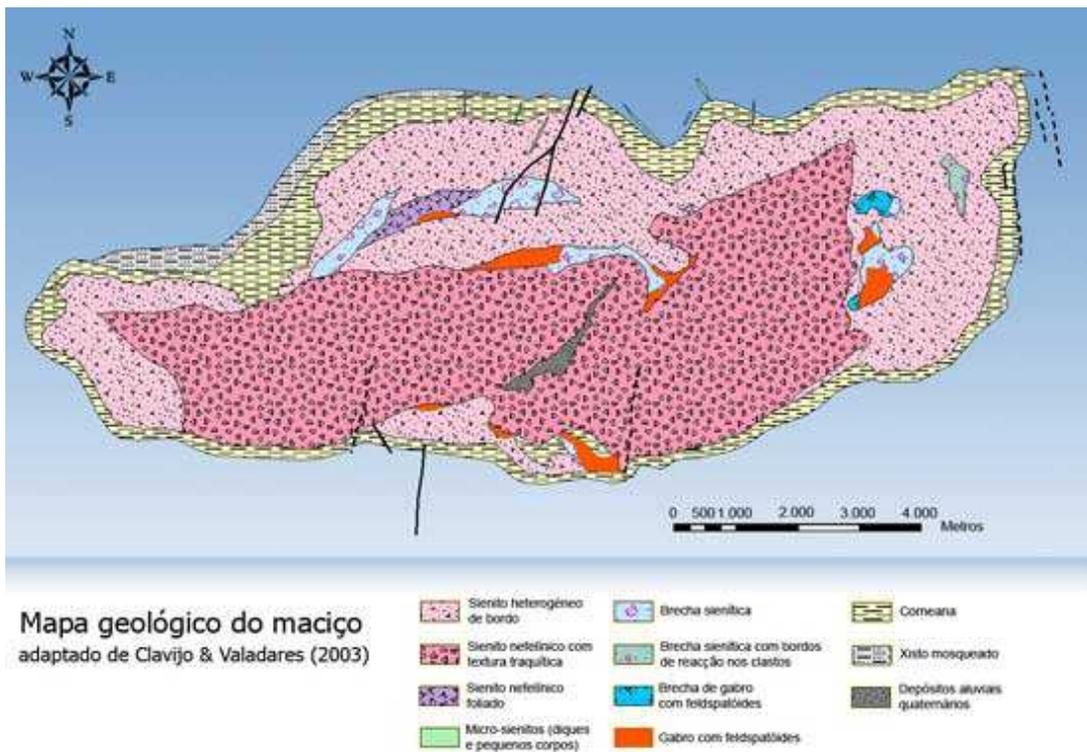
Mapa 7: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/hidrica.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/hidrica.html)

Mapa 8: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/hidrica.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/hidrica.html)

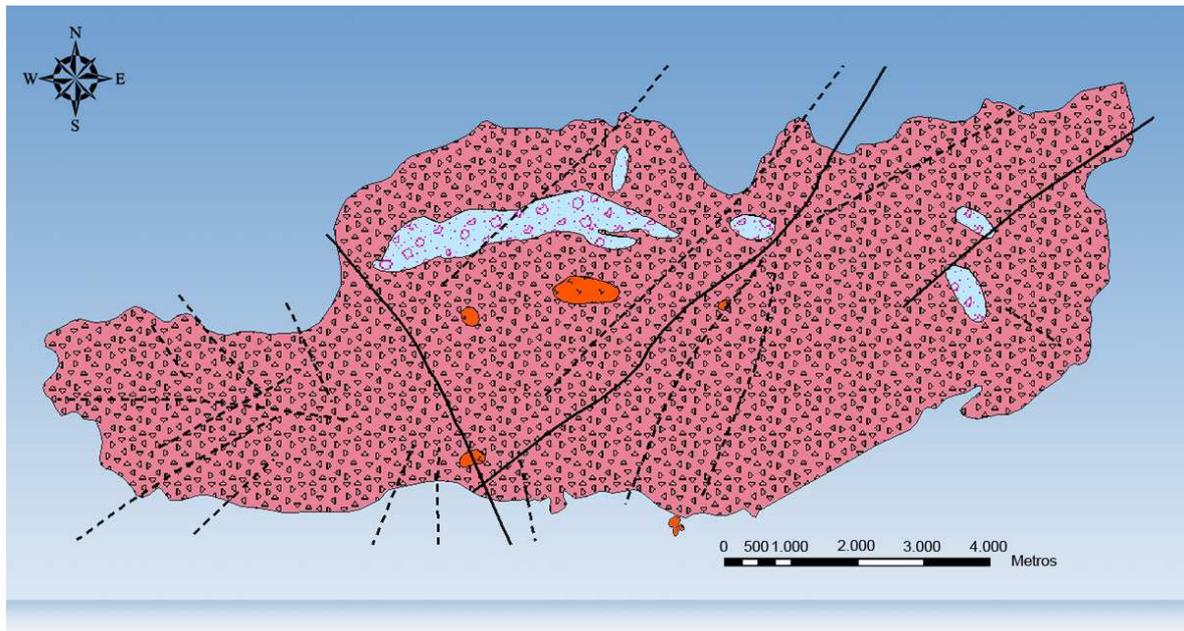
Mapa 9: Fonte: [http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg\\_old/VALEMON/hidrica.html](http://www.cima.ualg.pt/cimaualg/cimaualg_old/VALEMON/hidrica.html)



Mapa 1.



Mapa 2

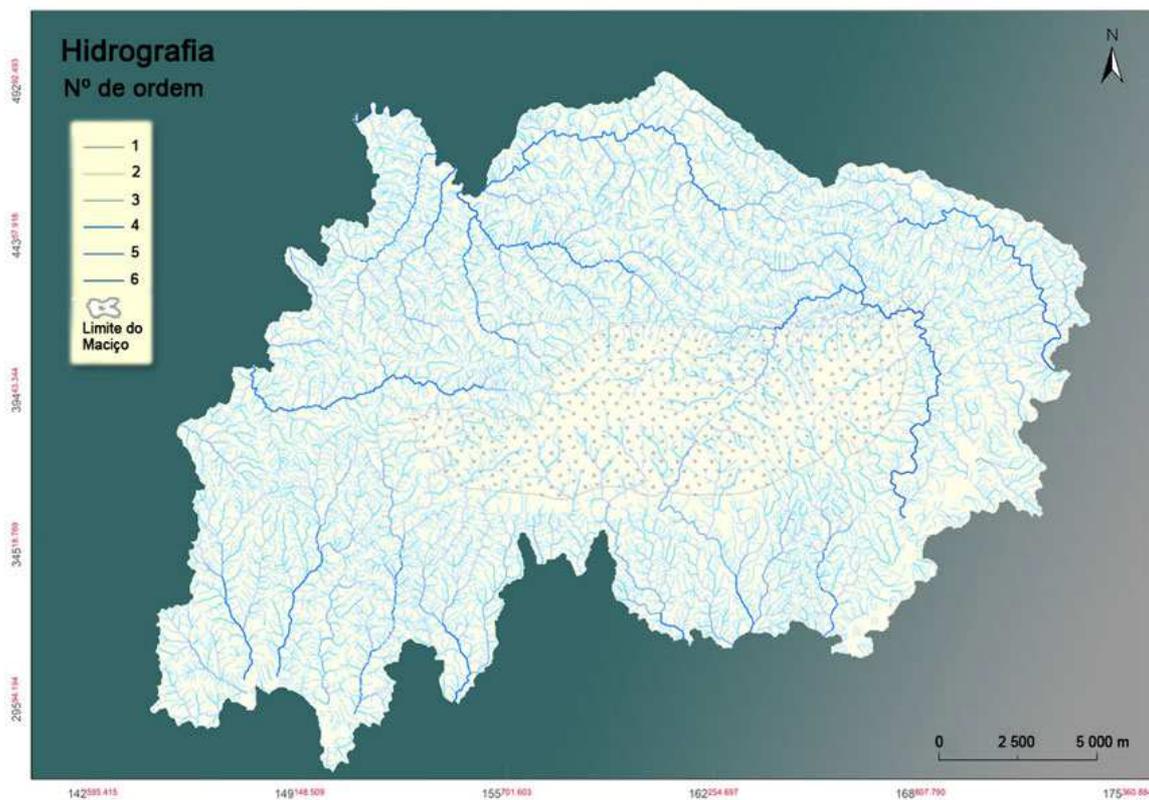


### Esboço do maciço de Monchique

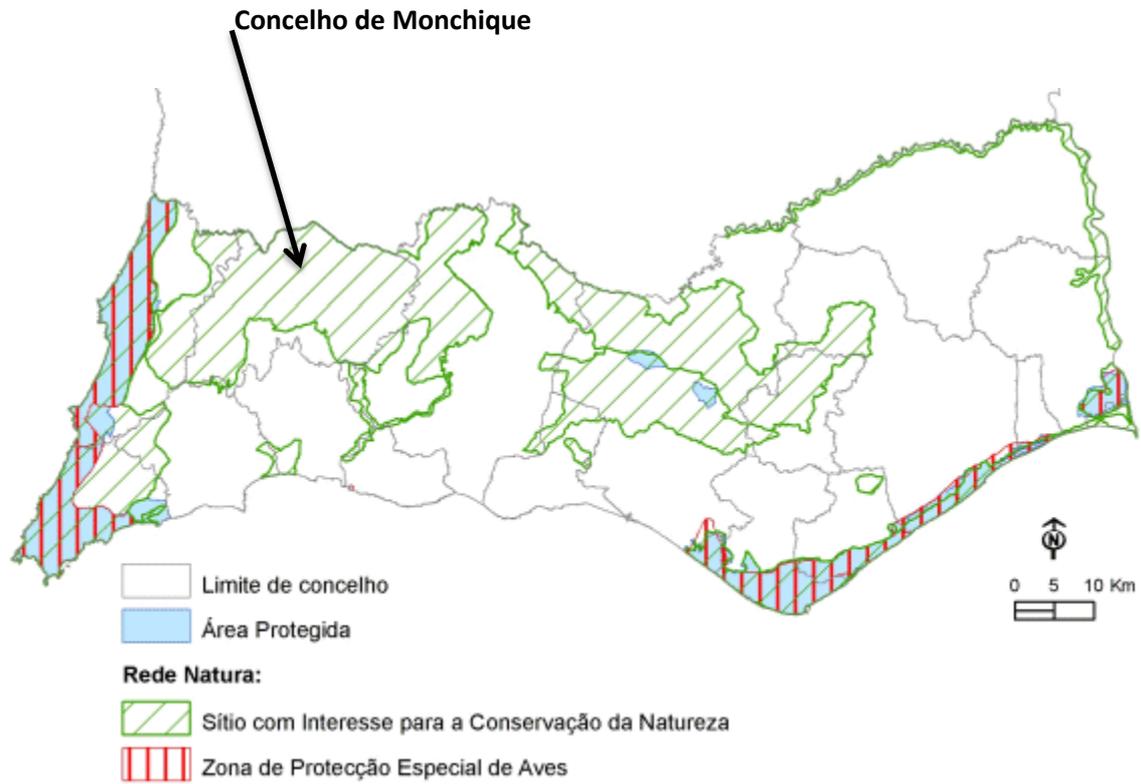
adaptado de Gonçalves (1967)  
presente no artigo de Rock (1983)



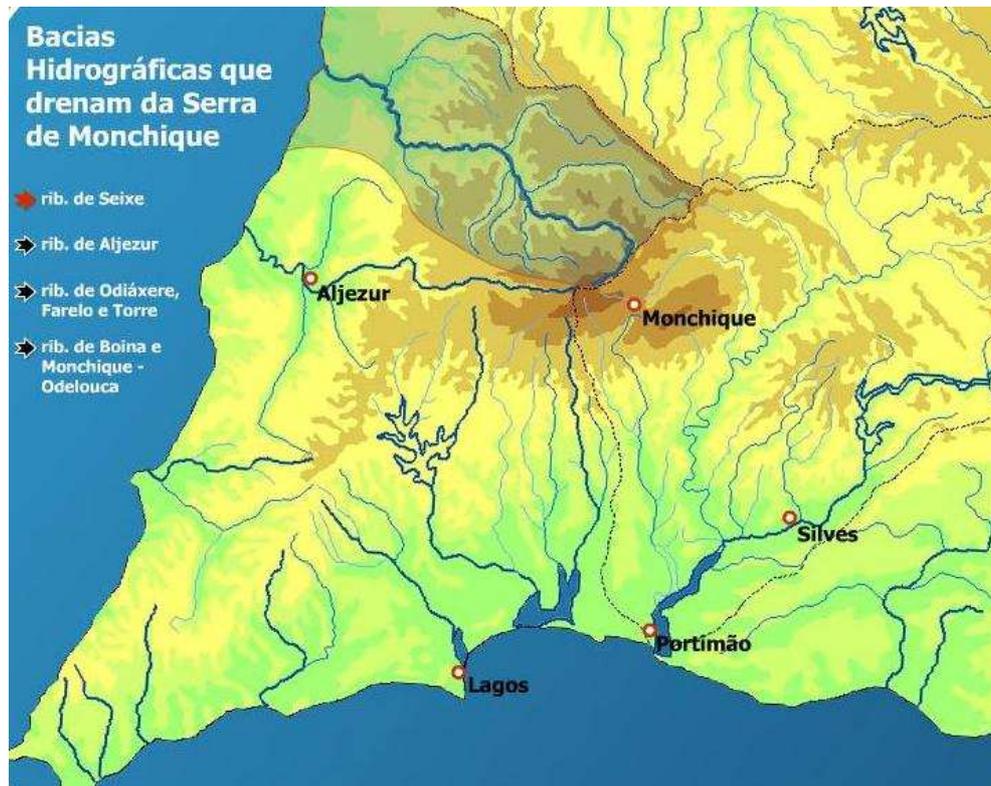
Mapa 3



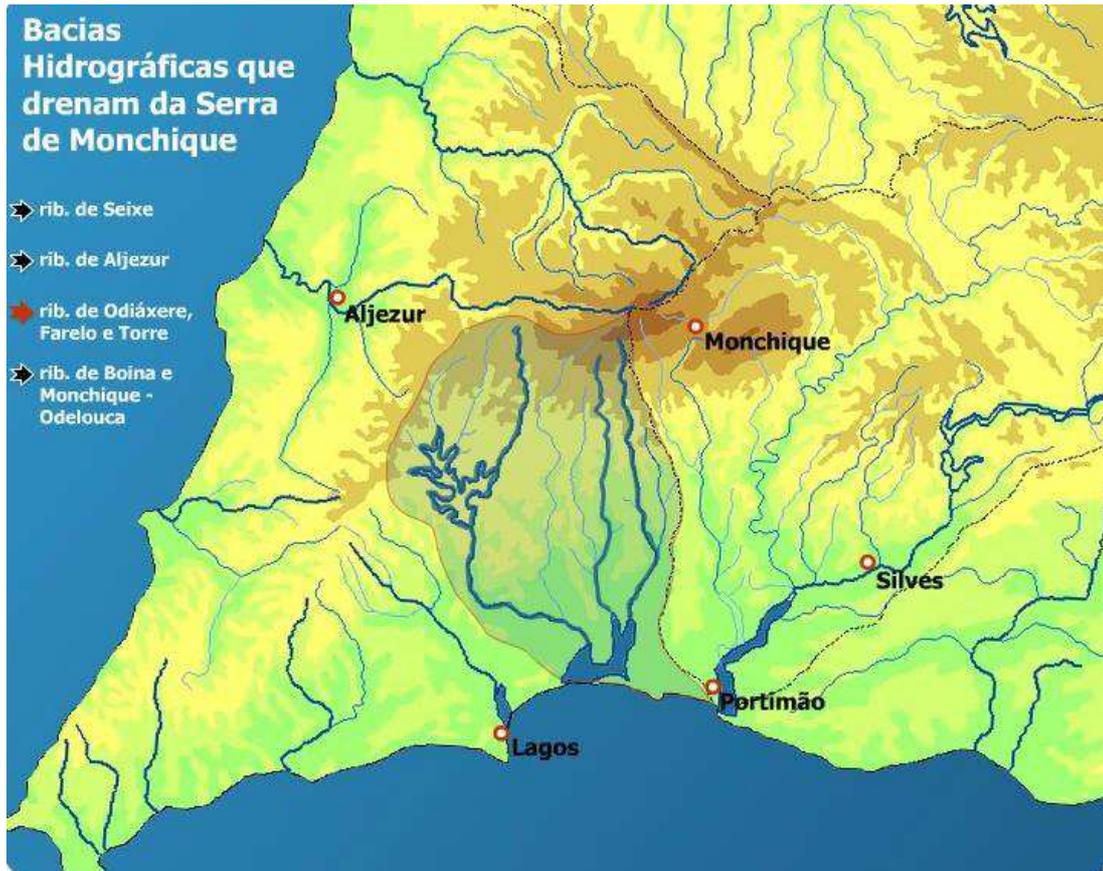
Mapa 4



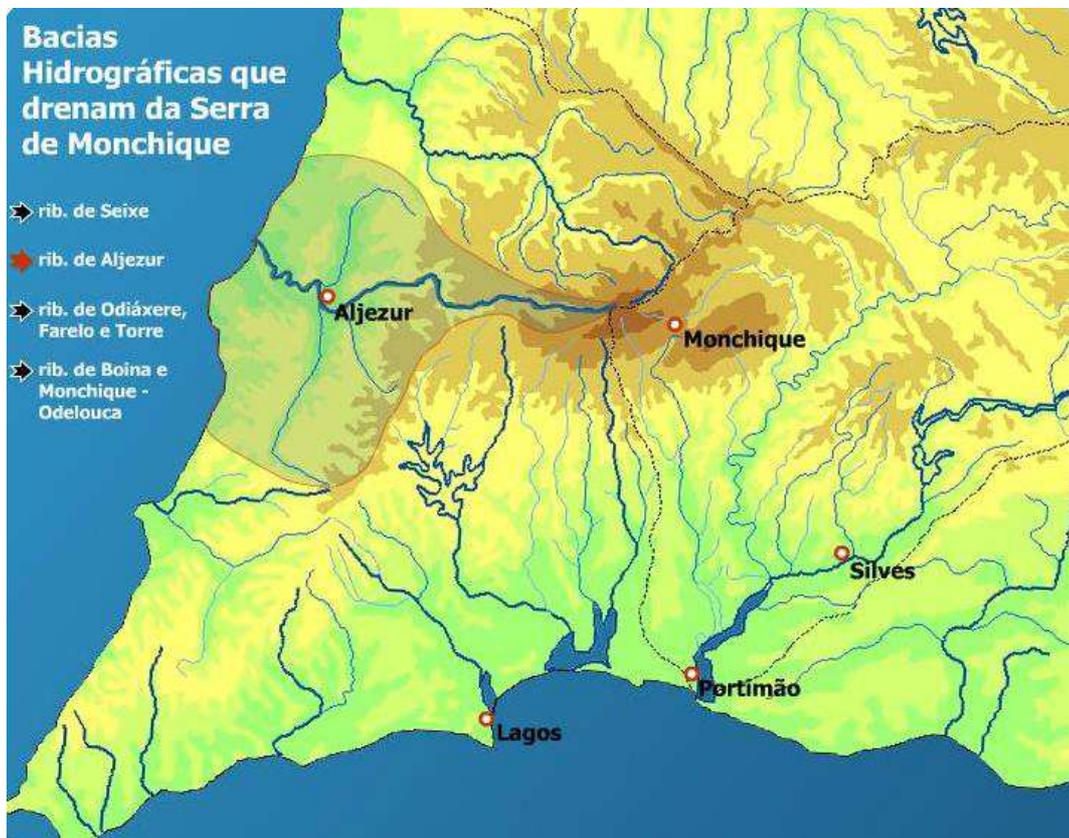
Mapa 5 Zonas de Protecção, Algarve



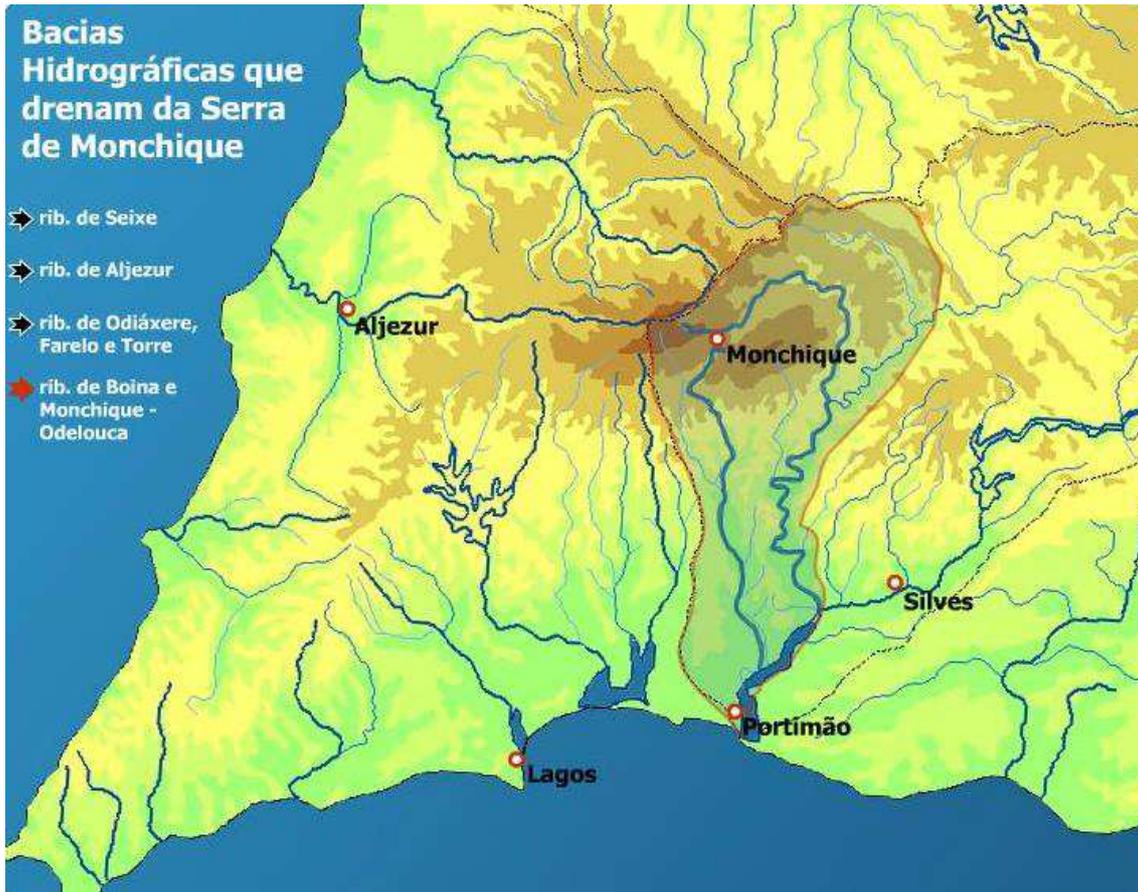
Mapa 6



Mapa 7



Mapa 8



Mapa 9

## 2. Fotografias

Fotografias tiradas por Patrícia Santos Batista, à excepção das seguintes:

Fig. 22: Fonte: <http://arvores-do-sul.blogspot.pt/2008/03/o-carvalho-de-monchique-da-estrada-do.html>

Fig. 28: Fonte: <http://refoista.blogspot.pt/>

Fig. 32: Fonte: <http://aimericoalgarve.blogspot.pt/2012/11/largo-dos-choroes-monchique.html>

Fig. 45: Fonte:  
<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/search/label/Barragem%20de%20Odelouca>

Fig. 52: Fonte: <http://refoista.blogspot.pt/>



Fig. 1 Vista da Fóia



Fig. 2 Vista da Fóia.



Fig. 3 Vista da Picota



Fig. 4 Igreja Matriz ou de Nossa Senhora da Conceição, Monchique



Fig. 5 Portal principal da Igreja Matriz de Monchique - de verga ogival, enquadrado por cinco arcos em querena assentes sobre duas colunas rematadas por capitéis com cordas



Fig. 6 Igreja da Misericórdia, Monchique



Fig. 7 Perspectiva do Convento de Nossa Senhora do Desterro, Monchique



Fig. 8 Convento de Nossa Senhora do Desterro, vista do interior



Fig. 9 Convento de Nossa Senhora do Desterro, outra perspetiva do interior



Fig. 10 Painel de azulejos, Convento Nossa Senhora do Desterro



Fig. 11 Caldas de Monchique



Fig. 12 Ribeira do Banho, Caldas de Monchique



**Fig. 13** Unidade de engarrafamento das Águas de Monchique



**Fig. 14** Veículo de distribuição das Águas de Monchique



Fig. 15 Vista das Caldas de Monchique



Fig. 16 e 17 Pormenores Arquitectónicos, Caldas de Monchique



Fig. 18 Painel de azulejos – S. Romão, Alferce



Fig. 19 Igreja de S. Romão, Alferce



Fig. 20 Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, Marmelete



Fig. 21 Ermida de Santo António, Marmelete



**Fig. 22 Carvalho de Monchique (*Quercus canariensis*), este exemplar está classificado como árvore de interesse público desde 1993, integra o percurso das Árvores Monumentais, estando situada à beira da EN 267 (Alferce-Monchique).**



Fig. 23 Aspecto da flora de Monchique (zona de Vale de Boi).



Fig. 24 Aspecto da flora de Monchique (perto da Fóia).



Fig. 25 Aspecto da flora (perto de Alferce)

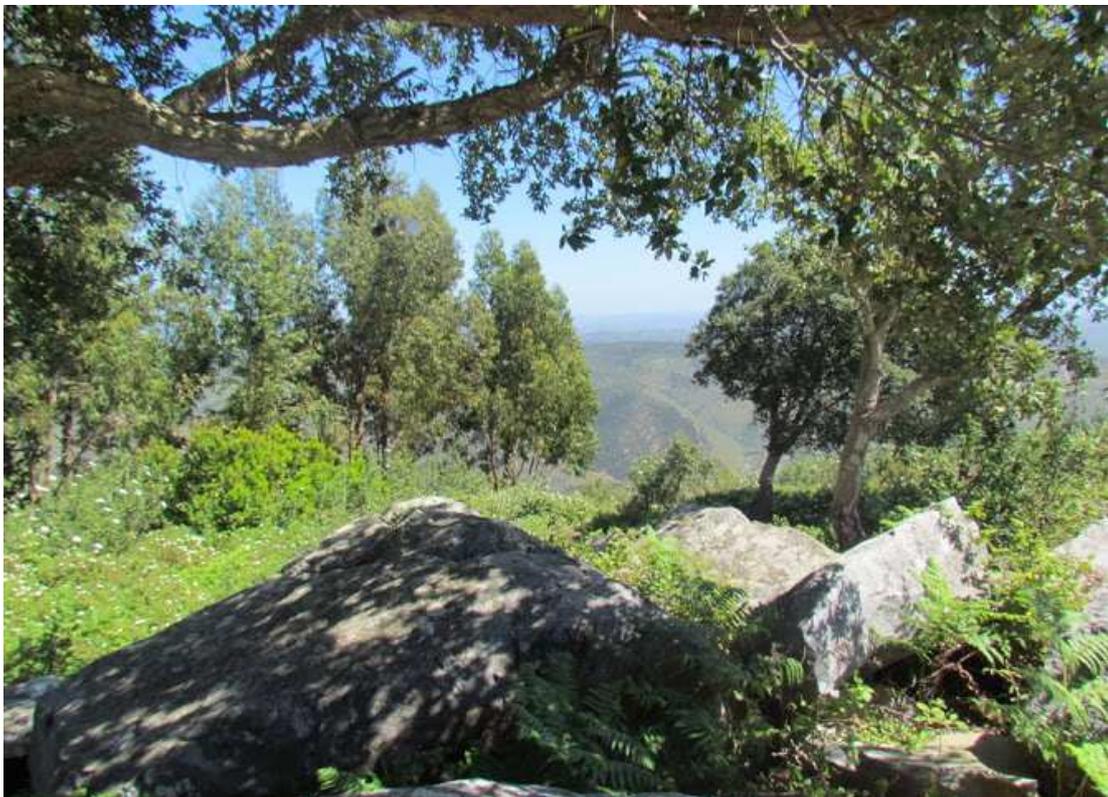


Fig. 26 Aspecto da flora(perto de Alferce)



Fig. 27 Agricultura em canteiros, exemplo de exploração de pequenas dimensões



Fig. 28 Aguardente de medronho



Fig. 29 Unidade de suinicultura, concelho de Monchique



Fig. 30 Exploração de extracção do sienito nefelínico



Fig. 31 Sinalética ruínas do Alferce



Fig. 32 Postal de Monchique, Largo dos Chorões, 1912



Fig. 33 Pastor, Fóia, 2012



Fig. 34 Canteiros



Fig. 35 Canteiros



Fig. 36 Canteiros



Fig. 37 Canteiros



Fig. 38 Chaminé de saia, vila de Monchique



Fig. 39 Placa Toponímica, Fonte Santa



Fig. 40 Marco administrativo



Fig. 41 Moinho de Pisões



Fig. 42 Moinho de Pisões, pormenor



Fig. 43 Moinho, pormenor do rodízio



Fig. 44 Panorâmica da Barragem de Odelouca



Fig. 45 Barragem de Odelouca



Fig. 46 Perspectiva da paisagem de Las Médulas



Fig. 47 Aula Arqueológica, Las Médulas



Fig. 48 Aula Arqueológica, Las Médulas



Fig. 49 Aspecto do interior da Aula Arqueológica, Las Médulas



Fig. 50 Cascata do Barbelote



Fig. 51 Cascata do Penedo do Buraco



Fig. 52 Maguto dos Santos, Marmeleite

### 3. Quadros

	<b>Mértola</b>	<b>Seixal</b>	<b>Las Médulas</b>
<b>Designação</b>	“Vila Museu”	Museu Municipal, após um ano: “Ecomuseu	Fundação – “Parque Cultural”
<b>Ano</b>	1976	1982/ 1983	1999
<b>Tutela</b>	[actualmente] municipal - pública	Municipal - pública	Fundação – privado e público
<b>Iniciativa/ surgimento do projecto</b>	Pública e privada (CM Mértola + investigadores Universidade	Pública	Público-privada, decorrente da inserção na lista de Património Mundial da UNESCO, enquanto Paisagem Cultural
<b>Caracterização</b>	Zona deprimida; desertificada, do interior	Profundas transformações – risco perda memória/ história recente – património industrial	Zona deprimida; desertificada, do interior
<b>Disciplina principal</b>	Arqueologia	Arqueologia Industrial	Arqueologia

Quadro 1. Síntese dos casos de comparação

FAUNA - Classificada como zona protegida no âmbito do projecto de Biótopos Corine, na Serra de Monchique proliferam diversos espécimes de animais selvagens.

Quadro 2

Aves	Estatuto em Portugal
Águia - cobreira – <i>Circaetus gallicus</i>	Quase ameaçada
Águia de Bonelli – <i>Hieraaetus fasciatus</i>	Em perigo
Bufo-Real - <i>Bubo bubo</i>	Rara
Falcão-peregrino – <i>Falco peregrinus</i>	Vulnerável

Quadro 3

Mamíferos	Estatuto em Portugal
Coelho-bravo – <i>Oryctolagus cuniculus</i>	Quase ameaçado
Lince Ibérico – <i>Lynx pardinus</i>	Perigo de extinção
Javali – <i>Sus scrofa</i>	Quase ameaçada
Lontra – <i>Lutra lutra</i>	Pouco preocupante
Rato de Cabrera – <i>Microtus cabrerai</i>	Vulnerável
Morcego-rato-pequeno – <i>Myotis blythii</i>	Vulnerável

Quadro 4

Peixes	Estatuto em Portugal
Boga-do-sudoeste - <i>Chondrostoma almacai</i>	Criticamente em perigo

Quadro 5

Répteis	Estatuto em Portugal
Cágado-mediterrânico – <i>Mauremys leprosa</i>	Pouco preocupante
Lagarto-de-água – <i>Lacerta schreiberi</i>	Pouco preocupante

FLORA - A serra é uma área rica em habitats naturais, de onde se destacam os que estão associados a condições bioclimáticas e geológicas específicas da região.

Quadro 6

Espécies Vegetais (Rede Natura 2000)	Observações
<b>Rosa-albardeira – <i>Paeonia broteroi</i></b>	Planta ornamental. Com propriedades medicinais desde a Idade Média
<b>Adelfeira – <i>Rhododendron ponticum ssp baeticum</i></b>	Em Portugal apenas se encontra na Serra do Caramulo e na Serra de Monchique. Espécie nativa por toda a Europa durante o último período interglacial – interesse científico, testemunho da flora paleotropical terciária.
<b>Esteva – <i>Cistus ladanifer</i></b>	Muito abundante Alentejo e Algarve. Usada para fins medicinais (resina). Actualmente usada na perfumaria como fixador de perfumes.
<b>Estevão - <i>Cistus populifolius</i></b>	Utilidade ornamental, no entanto o seu uso mais comum é como combustível.
<b>Medronheiro</b>	Maiores manchas localizam-se nas Serras de Monchique e do Caldeirão. Usado na produção de aguardente de medronho. As folhas e a cortiça (casca do tronco) contêm taninos utilizados para curtir peles. Na medicina popular era usado para curar diarreias, disenterias e infecções nas vias urinárias.
<b>Carvalho-de-monchique – <i>Quercus canariensis</i></b>	Como o nome indica, em Portugal, só existe na Serra de Monchique
<b>Sobreiro – <i>Quercus suber</i></b>	Extracção de cortiça. Os frutos servem para a alimentação dos porcos. Folhas mais baixas ou deixadas no solo servem de complemento alimentar para o gado. Madeira bom combustível
<b>Castanheiro – <i>Castanea sativa</i></b>	No Algarve só existem na Serra de Monchique. Madeira de boa qualidade (mobiliário, construção de portas, soalhos e revestimentos). Fruto muito importante na alimentação da população, sobretudo até ao séc. XIX.

**HABITATS** - A Directiva Comunitária 92/43/CEE, de onde resultou a criação da REDE NATURA 2000, estabeleceu as bases para a protecção e conservação da fauna selvagem e dos habitats da Europa apontando para a criação de uma rede ecologicamente coerente de áreas protegidas.

A Serra de Monchique, incluída em 1997 dentro da Lista Nacional de Sítios, alberga um conjunto de habitats que pelas suas características especiais acolhe uma elevada biodiversidade. A contínua pressão humana sobre esta zona tem vindo a ameaçar a preservação natural destas áreas, sendo necessário caracterizar, identificar e delimitar espacialmente estes habitats para melhor poder assegurar a sua continuidade.

Quadro 7

Habitats	Identificação
<b>Sobreirais</b>	Pela presença dominante de indivíduos arbóreos de <i>Quercus suber</i>
<b>Galerias Ribeirinhas</b>	São bosques ou matagais associados aos rios, normalmente de caudal muito irregular com escoamento torrencial no Inverno e seca prolongada no Verão. Existem 2 tipos: 1) formações dominadas por espécies das famílias <i>Betulaceae</i> , Amieiro ( <i>Alnus glutinosa</i> ), Salicáceae, choupos ( <i>Populus nigra</i> ) e salgueiros arbustivos, Salgueiro-folha-de-salva ( <i>S. salviifolia</i> ); 2) formações dominadas por Loendro ( <i>Nerium oleander</i> ) e Tamargueira ( <i>Tamarix africana</i> ). Às vezes estes bosques ripícolas são densos e impenetráveis. As comunidades correspondentes a este habitat estão adaptadas à alternância de regimes de inundação torrenciais e a períodos muito extensos de estiagem.
<b>Carvalhais Ibéricos</b>	Identifica-se pela presença de indivíduos arbóreos de <i>Quercus canariensis</i> (Carvalho-de-monchique). Nos termos da Directiva Habitats, bosques mistos com co-dominância de Carvalho-de-monchique e Sobreiro na serra de Monchique são considerados como sobreirais (habitat 9330)
<b>Soutos</b>	São habitats dominados por Castanheiro ( <i>Castanea sativa</i> ).
<b>Matagais de Zimbros</b>	Identificam-se por áreas com um certo declive e rochosas dominadas pela Sabina ( <i>Juniperus turbinata</i> ) e Aroeira ( <i>Pistacia lentiscus</i> ). Não têm uma cobertura de sobreiros ou azinheiras arbóreos.
<b>Vertentes rochosas siliciosas</b>	Pela presença significativa de rocha sienítica e a dominância de plantas herbáceas. Incluem-se ainda neste habitat taludes terrosos e muros colonizados por plantas vasculares, fetos, musgos e os líquenes.
<b>Medronhais</b>	Matagais altos dominados por medronheiro ( <i>Arbutus unedo</i> ).
<b>Charnecas Secas</b>	Identifica-se pela existência de matos de esteva, urze e tojo com dominância ou co-dominância, em diferentes combinações, das espécies em cima referidas e também pelo Tojo-molar ( <i>Ulex minor</i> ) e Carqueja ( <i>Pterospartum tridentatum</i> ), da família das leguminosas, que aparecem nas charnecas termomediterrânicas.

#### 4. Associações Locais

##### Culturais e Recreativas

<p><b>ADAC - Arte Divina Associação Cultural</b> Morada: Galeria de St. António - Apartado 207 8550 Monchique</p>
<p><b>ASCA – Associação Social e Cultural do Alferce</b> Morada: Edifício da Casa do Povo 8550-011 Alferce</p>
<p><b>Associação Cultural POSTIGO</b> Morada: Rua da Fonte Velha, 13 8550-438 Monchique</p>
<p><b>Associação Cultural e Recreativa de Monchique</b> Morada: Rua Prior Francisco Jorge de Melo, 37 8550-464 Monchique</p>
<p><b>Associação de Caça e Pesca “Os Monchiqueiros”</b> Morada: Rua do Viador n.º 18 8550 - 457 Monchique Telefones: 282 912 761</p>
<p><b>Associação de Caça e Pesca de Alferce</b> Morada: Rua Dr. António Batista da Silva Coelho 8550-011 Alferce</p>
<p><b>Clube de Caça e Pesca de Monchique</b> Morada: Estrada Velha 8550 - 428 Monchique Telefones: 282913664</p>
<p><b>Clube de Caça e Pesca Moinho do Coreino</b> Morada: Estrada Nacional, 267 8550-145 Marmalete</p>
<p><b>Clube de Caçadores de Marmalete</b> Morada: Rua de Aljezur, 8 8550-145 Marmalete Telefones: 963379780</p>
<p><b>Clube Desportivo e Cultural da Nave</b> Morada: CCI 1114 –Amorosa – Nave 8550-307 Monchique Telefones: 282 911 517 Portal: <a href="http://www.cdcnave1978.blogspot.com">www.cdcnave1978.blogspot.com</a></p>
<p><b>Clube Recreativo Monchiquense</b> Morada: Rua Prior Francisco Jorge de Melo 8550-464 Monchique</p>

<p><b>GRUAMA - Associação de Amigos do Marmelete</b></p> <p>Morada: Rua de Aljezur, 10 8550-145 Marmelete</p>
<p><b>GRUJUCA – Grupo Juvenil de Casais</b></p> <p>Morada: Casais 8550-240 Monchique</p>
<p><b>Grupo de dinamização Cultural “O Monchiqueiro”</b></p> <p>Morada: Edifício da Casa do Povo de Monchique Apartado 40 8550-909 Monchique Telefones: 282911300, 282912797 Correio Electrónico: Monchiqueiro@mail.telepac.pt</p>
<p><b>Memo - Associação Cultural</b></p> <p>Morada: Rua João de Deus, 23 8550-436 Monchique</p>
<p><b>Monchique Montanha Clube</b></p> <p>Morada: Rua Serpa Pinto n.º 83 8550-467 Monchique Telefones: 282 912 497 Fax: 282 912 497 Correio Electrónico: info@monchiquemontanhaclube.com Portal: www.monchiquemontanhaclube.com</p>
<p><b>Moto Clube Motards da Serra de Monchique</b></p> <p>Morada: Estrada Velha, 24 8550-428 Monchique</p>

**Económicas**

<p><b>APAGARBE - Associação de Produtores de Aguardente de Medronho do Barlavento Algarvio</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique</p>
<p><b>APEM - Associação dos Produtos de Enchidos Tradicionais da Serra de Monchique</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique</p>
<p><b>APILGARBE - Associação dos Apilcultores do Barlavento Algarvio</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique</p>
<p><b>ASPAFLOBAL - Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio</b>                  Morada: Urb. São Roque, lote 8 cv                  8550-387 Monchique                  Telefones: 282 425 406                  Fax: 282 425 406</p>
<p><b>CITRIGARBE - Associação de Citricultores do Concelho de Monchique</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique</p>
<p><b>Competir – Formação e Serviços Lda</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique                  Telefones: 282913233</p>
<p><b>COOFLOBAL - Cooperativa Florestal do Barlavento Algarvio, CRL</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  Monchique</p>
<p><b>COOPACHIQUE - Cooperativa Agrícola do Concelho de Monchique, CRL</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique                  Telefones: 282912070                  Fax: 282912070</p>
<p><b>COOSBAL - Cooperativa de Suinicultores do Barlavento Algarvio, CRL</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  Monchique                  Telefones: 282912070                  Fax: 282912070</p>
<p><b>MONS CICUS - Associação dos Agricultores do Concelho de Monchique</b>                  Morada: Largo da Igreja                  8550-430 Monchique</p>
<p><b>SUINIGARBE - Associação de Suinicultura do Barlavento Algarvio</b>                  Morada: Sítio do Pé da Cruz (Ed. Coopachique)                  8550-328 Monchique</p>

**Religiosas**

<b>Associação Guias de Portugal – 1.ª Companhia de Monchique</b> Morada: Rua do Açougue, 3 8550-451 Monchique
<b>Centro Paroquial de Monchique</b> Morada: Rua da Igreja 8550-439 Monchique Telefones: 282 912 289
<b>Conferência de São Vicente Paulo</b> Morada: Rua de São Sebastião, n.º55 8550-449 Monchique
<b>CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – Agrupamento 383 Monchique</b> Morada: Travessa da Portela n.º 3 8550 - 470 Monchique
<b>Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alferce</b> Morada: Rua do Adro 8550-011 Alferce
<b>Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Marmelete</b> Morada: Rua da Igreja 8550-145 Marmelete
<b>Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Monchique</b> Morada: Rua da Igreja 8550-439 Monchique
<b>Irmãos do Sagrado Coração de Maria</b> Morada: Rua do Viador 8550-457 Monchique

**Social**

<b>Casa do Povo de Alferce</b> Morada: Rua Manuel Rodrigues Mitelo, 1 8550-011 Alferce Telefones: 282912408
<b>Casa do Povo de Marmelete</b> Morada: Estrada Nacional 267 8550-145 Marmelete Telefones: 282955125
<b>Centro de Dia de Marmelete</b> Morada: Caminho da Escola 8550-145 Marmelete Telefones: 282955185

**Santa Casa da Misericórdia de Monchique**

Morada: Calçada de Santo António

8550-422 Monchique

Telefones: 282912794

**Desportivas**

**Academia de Karaté de Monchique**

Morada: Rua do Relógio, 14

8550-456 Monchique

Portal: <http://akmonchique.no.sapo.pt>

**Badminton Clube de Monchique**

Morada: Escola E.B 2,3 de Monchique

Estrada de Sabóia

8550-426 Monchique

**Clube BTT Monchique**

Morada: Meia Viana

8550 Monchique

Telefones: 967 972 105

Portal: [www.bttmonchique.com](http://www.bttmonchique.com)

**Clube Desportivo e Cultural da Nave**

Morada: CCI 1114 –Amora – Nave

8550-307 Monchique

**Juventude Desportiva Monchiquense**

Morada: Rua do Bemparece,1

8550-441 Monchique

Telefones: 282 913 700

Fax: 282 913 700

Correio Electrónico: [jdmonchiquense@afalgarve.pt](mailto:jdmonchiquense@afalgarve.pt)

Portal: <http://jdmonchiquense.blogs.sapo.pt/>

**Marmelete Aventura Clube**

Morada: Rua de Aljezur, 12

8550-145 Marmelete

**Outras**

<p><b>Amigos da Floresta de Monchique “ O Pulmão do Algarve”</b></p> <p>Morada: Escola Primária da Rua Nova Rua Nova de Marmelete 8550 Marmelete Telefones: 918534403</p>
<p><b>Associação A Nossa Terra</b></p> <p>Morada: Apartado 182 8550-909 Monchique Telefones: 963559253 Fax: 282912958 Correio Electrónico: terrademonchique@mail.pt Portal: <a href="http://www.terrasdemonchique.com.sapo.pt">www.terrasdemonchique.com.sapo.pt</a></p>
<p><b>Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola E.B. 2,3 de Monchique</b></p> <p>Morada: Estrada de Sabóia (Escola E.B.2,3) 8550-426 Monchique Telefones: 282912161 Fax: 282912198</p>
<p><b>Associação dos Bombeiros Voluntários de Monchique</b></p> <p>Morada: Estrada de Sabóia 8550-426 Monchique Telefones: 282910000 (geral), 282910002 (d direcção) Fax: 282910006 Correio Electrónico: <a href="mailto:ahbvm@clix.pt">ahbvm@clix.pt</a></p>
<p><b>Clube 2cv "Os Marafados"</b></p> <p>Morada: Rua Dr. Samora Gil, n.º 11 A 8550-461 Monchique Telefones: 961 349 477 Fax: 282911042 Correio Electrónico: <a href="mailto:clubeosmarafados@gmail.com">clubeosmarafados@gmail.com</a></p>
<p><b>Danciarte</b></p> <p>Morada: Apartado 82 8550-909 Monchique</p>
<p><b>IPEM - Instituto Português de Ecologia de Monchique</b></p> <p>Morada: Casa Velha 8550-000 Marmelete Telefones: 282911768, 963220176</p>

## **5. Cronologia das Caldas**

Fonte: Villa Termal das Caldas de Monchique

### **SÉCULOS I A XIV**

São relatados, nalguma bibliografia, numerosos vestígios relativos à presença Romana na estrutura precursora das actuais Termas.

Não se dispõe de informação relativa à estância termal no período que decorre até ao século XV.

### **SÉCULO XV**

1495

D. João II promoveu melhoramentos na estância, dada a sua situação precária, de forma a poder desfrutar dos alegados benefícios dos banhos.

### **SÉCULO XVII**

1636

D. Francisco Barreto I, eleito Bispo do Algarve por Filipe III, impulsionou o desenvolvimento das Caldas de Monchique através da construção de uma casa de banhos constituída por três casas:

- uma casa que recebia a água dos banhos;
- uma casa para acolher os doentes, onde se encontravam três leitos e onde era possível cozinhar;
- uma casa de menores dimensões para albergar criadagem e enfermos pobres.

1672

Foi erigida uma outra casa de banhos, de pequenas dimensões, por iniciativa do Conde do Vale de Reis.

1691

A partir de 2 de Outubro, por despacho real, a administração das águas passou a estar a cargo dos Bispos do Algarve, dos quais D. Simão da Gama terá sido o primeiro a exercer tais funções.

1692

O Bispo do Algarve, D. Simão da Gama, promoveu:

- a recuperação das casas de banhos existentes;

- a construção de uma enfermaria (designada também por Hospital);
- e a reparação das vias de acesso ao local.

### **SÉCULO XVIII**

1731

Por intermédio do Cardeal D. José Pereira de Lacerda, Bispo do Algarve, foram efectuados melhoramentos nos dormitórios e nas casas destinadas aos banhos.

1752/1780

Período, em que as águas estiveram a cargo do Bispo D. Frei Lourenço de Santa Maria, e que terão sido realizadas as seguintes obras na estância Termal:

- ampliação do Hospital e construção de uma cozinha;
- construção de uma casa de banho de lodo;
- construção de três casas de banho ordinário.

1773

A povoação de Monchique foi elevada a Vila e instituído o Concelho.

1789

D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve, contribuiu para o desenvolvimento desta estância, através, de:

- construção de quartos sobre a primeira enfermaria dos homens
- da ampliação do Hospital
- aquisição de vários terrenos.

### **SÉCULO XIX**

1833

O Estabelecimento deixou de estar sob a dependência do Bispado sendo incorporado nos bens nacionais, ficando sob a direcção do Governador Civil do distrito.

1860/1862

Período em que, sob a direcção dos Governadores Civis, foi construída uma nova enfermaria de homens.

1874

Construída uma enfermaria feminina.

1890

Foi aberta da estação de télégrafo-postal nas Caldas de Monchique.

1892

Publicado o regulamento do Hospital (enfermaria) pelo Governo Civil de Faro.

1895

A Concessão ou exploração das Caldas foi dada ao Dr. João Bentes Castel-Branco, por um período de 75 anos. Data desta altura o primeiro alvará de concessão das Caldas de Monchique.

O Hospital (enfermarias) de homens e mulheres não está abrangido pelo contrato, uma vez que a administração do mesmo passara, por decreto de 16 de Junho de 1894, para a Câmara Municipal de Monchique.

1897

Visita do Rei D. Carlos.

1899

Construção do Hotel Central.

SÉCULO XX

1906 (?)

O Hospital passou para a tutela do Estado, pela Segunda Repartição da Direcção Geral da Beneficência Pública.

1921

Com o afastamento do Dr. Castelo-Branco, a Estância reverte a favor do Estado, ficando sob a tutela do Ministério do Comércio e Comunicações. A administração das Caldas ficou, então, a cargo de uma Comissão Administrativa, constituída, essencialmente, por autoridades do Concelho de Monchique.

1928

A 17 de Abril, através da publicação do Decreto Nº 15401, a Estância passou a estar na dependência da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

1929

Com o objectivo de voltar a um regime de Concessão, foram publicadas as bases de um concurso que, no entanto, ficou deserto.

1930

Nomeação de uma Comissão Técnica, com vista ao estudo das necessidades das Caldas de Monchique, de modo a possibilitar o seu desenvolvimento.

1932

O Ministério do Comércio e Comunicações nomeou uma nova Comissão Técnica, com o objectivo de implantar melhoramentos na Estância Termal (Decreto-Lei nº 20816). De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei nº 20816, o Ministério do Comércio e Indústria decretou que as funções atribuídas à Comissão de Gerência das Caldas de Monchique, especificadas no Decreto de 1921, passariam para a Comissão Administrativa prevista no Decreto nº 27659.

1936

A Comissão Administrativa das Caldas de Monchique estabeleceu, desde a sua posse, um plano de valorização que incluiu:

- Melhoramentos na captação da água nas nascentes;
- Elaboração de um plano de urbanização;
- Edificação do Hospital;
- Balneário;
- Oficina de engarrafamento.

1941

Teve início o melhoramento das condições de captação da água mineral sob a supervisão e acompanhamento dos técnicos da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

1942

De acordo com o Decreto-Lei nº 31986 de 28 de Abril, as Caldas de Monchique passaram a depender do Ministério das Finanças, por intermédio da Direcção Geral da Fazenda Pública, e a superintendência técnica ficou a cargo da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

1946

Procedeu-se à demolição da enfermaria das mulheres (edificada em 1874 na zona das nascentes Pancada 1 e 2).

O Hospital passou a funcionar apenas com uma enfermaria onde foram instalados, por períodos mensais e alternados, doentes dos dois sexos.

1951

- Demolição da enfermaria dos homens, construída em 1862, de forma a melhorar a captação de águas nas nascentes Pancada 1 e 2;
- Conclusão das obras de melhoramento na captação de água;

- Construção do novo balneário provisório de homens junto à nascente S. João.

1956/62

No final da década de 50, foi inaugurada a oficina de engarrafamento, que foi das mais modernas do país

Construção do hospital e do balneário termal junto às nascentes Pancada 1 e 2.

1964

Inauguração do Hospital Termal (que nunca chegou a funcionar como hospital).

1975

O património de todo o estabelecimento termal foi transferido para o Ministério do Comércio e Turismo e integrado na empresa pública ENATUR.

1992

Ao abrigo dos artigos 46º, nº 1, do Decreto-Lei nº 90/90, celebrou-se, a 16 de Dezembro, o Contrato de Concessão de exploração de água mineral, correspondente ao nºHM-6 de cadastro, com a denominação de “Caldas de Monchique”, em que o concessionário era ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A..

Foi elaborado o estudo do “Perímetro de Protecção” e o primeiro “Plano de Exploração”.

1993

A Fundação Oriente adquire à ENATUR, através de concurso público, todos os bens afectos ao que se designava por “Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique”.

A Fundação Oriente constitui 2 sociedades:

- Sociedade da Água de Monchique, S.A., encarregue da exploração da vertente industrial de engarrafamento da água mineral de Monchique;

- Sociedade das Termas de Monchique, Lda., afecta à área termal e turísticohoteleira.

1994

Publicação em Diário da República-I Série-B, nº 122 de 26 de Maio, através da Portaria nº 318/94, dos limites da área de concessão e das zonas Imediata, Intermédia e Alargada, do Perímetro de Protecção.

Transmissão da posição contratual da ENATUR, S.A., como concessionária da água mineral de Monchique, a favor da Sociedade da Água de Monchique, S.A..

O Complexo termal e hoteleiro ficou sob o controlo da Sociedade das Termas de Monchique, Lda..

1994/1995

Completa remodelação, modernização e ampliação (silos e armazéns) da oficina de engarrafamento, com novas linhas de enchimento em embalagens PET.

1996

Iniciou-se a comercialização da água de mineral de Monchique, engarrafada em novas embalagens PET e com novos formatos de apresentação.

1997

Iniciaram-se os planos e projectos de remodelação das Termas. Encerramento temporário da oficina de engarrafamento (durante cerca de 6 meses) e do balneário termal, em consequência de danos decorrentes da grande cheia de Monchique, ocorrida a 26 de Outubro.

Revisão do “Plano de Exploração”

1998/1999

Execução do Furo “SAM 1”

1999/2001

A Fundação Oriente, através da Sociedade das Termas de Monchique, Lda., realizou as seguintes obras:

- Remodelação completa do Balneário Termal;
- Remodelação do edifício do Hospital junto às nascentes Pancada 1 e 2, que passa a funcionar como Hotel Termal;
- Remodelação de todas as unidades hoteleiras (Estalagem, Pensão Central e Bloco de Apartamentos Turísticos) e de restauração;
- Remodelação de todas as infraestruturas de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações.

Obra de requalificação e renovação urbana das Caldas de Monchique, a cargo da Câmara Municipal de Monchique.

26-Maio-2001

Inauguração do Complexo Termal das Termas de Monchique e início do seu funcionamento em pleno.

## 6. Endovélico (sítios arqueológicos)

Designação	Fotos	Bibliografia	Tipo de Sítio	Concelho/Freguesia
<a href="#">Alcaria</a>	0	2	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Alcaria</a>	0	1	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Alcaria</a>	0	0	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Alfeise</a>	0	1	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Alferce</a>	0	0	Necrópole	Monchique/Alferce
<a href="#">Archeta</a>	0	0	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Barranco do Banho</a>	0	2	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Buço Preto/ Esgravatadouro</a>	0	6	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Caldas de Monchique</a>	0	5	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Caldas de Monchique</a>	0	0	Termas	Monchique/Monchique
<a href="#">Caldas de Monchique</a>	0	0	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Casinha da Moura</a>	0	1	Sepultura	Monchique/Monchique
<a href="#">Castelo da Nave</a>	0	2	Fortificação	Monchique/Monchique
<a href="#">Castelo de Alferce</a>	0	2	Povoado Fortificado	Monchique/Alferce
<a href="#">Cerro da Vigia</a>	0	2	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Cerro do Castanho</a>	0	0	Achado(s) Isolado(s)	Monchique/Monchique
<a href="#">Cerro do Mourão</a>	0	0	Indeterminado	Monchique/Alferce
<a href="#">Corta Porcas</a>	0	0	Menir	Monchique/Monchique
<a href="#">Cortês - Rencovo</a>	0	2	Vestígios Diversos	Monchique/Monchique
<a href="#">Covão do Samouco</a>	0	3	Achado(s) Isolado(s)	Monchique/Monchique
<a href="#">Cruz da Picota</a>	0	5	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Eira Cavada</a>	0	3	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Ermida de Santo António</a>	0	1	Ermida	Monchique/Monchique
<a href="#">Foia</a>	0	4	Depósito	Monchique/Monchique
<a href="#">Foia</a>	0	3	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Foia 1</a>	0	3	Anta	Monchique/Monchique
<a href="#">Foz do Farelo</a>	0	3	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Marmelete</a>	0	6	Sepultura	Monchique/Monchique
<a href="#">Mirante da Mata</a>	0	5	Necrópole	Monchique/Monchique
<a href="#">Monchique</a>	0	0	Povoado Fortificado	Monchique/Monchique
<a href="#">Monchique</a>	0	3	Achado(s) Isolado(s)	Monchique/Monchique

<u>Nave</u>	0	0	Via	Monchique/Monchique
<u>Navete</u>	0	1	Anta	Monchique/Monchique
<u>Palmeira</u>	0	0	Via	Monchique/Monchique
<u>Palmeira</u>	0	1	Necrópole	Monchique/Monchique
<u>Pé da Cruz</u>	0	0	Via	Monchique/Monchique
<u>Roncovo</u>	0	0	Necrópole	Monchique/Monchique
<u>Vagarosa</u>	0	0	Necrópole	Monchique/Monchique

In: [http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid\\_formulario=SITIOS&sid=sitios.resultados&designacao=&cns=&meio=&periodohistorico=&tiposio=&concelho=2179&espolio](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid_formulario=SITIOS&sid=sitios.resultados&designacao=&cns=&meio=&periodohistorico=&tiposio=&concelho=2179&espolio)

## 7. Recolha de lendas sobre Monchique

### 1. Lenda da Serra de Monchique

APL 2847

Em pleno século XIV e após a conquista do Algarve, o povo vivia inseguro nas terras algarvias, pois contavam-se constantemente as histórias mais fantásticas a respeito dos mouros que ali haviam ficado escondidos ou das suas almas penadas. De todo este emaranhado de histórias resultaram algumas lendas bastante curiosas. Esta é a lenda da moura da Serra de Monchique.

A tarde começara a cair, e com ela o calor que abrasara durante o dia. A terra continuava quente e a água morna. Nem a brisa soprava. Na serra, o silêncio assentara arraiais. António, jovem pescador que sofrera um naufrágio e ficara algum tempo em terra a recompor-se, subia num vagar amolecido. Caminhava ao acaso, esquecido que teria de voltar para trás que a noite poderia surpreendê-lo no caminho. Ia de olhos perdidos na linha arredondada do horizonte. Sonhava coisas fantásticas e confusas. De súbito, estacou. Não foi o medo que o fez parar. Antes o receio de que a sua presença pusesse em fuga a linda aparição. Junto a um rochedo, uma jovem toda vestida de branco parecia, também, contemplar a paisagem. Estiveram assim, estáticos, alguns segundos. Depois, a jovem teve como que a percepção de que estava a ser observada e voltou-se. Tinha o rosto descoberto e era lindíssima. Deu um grito abafado e velou o rosto, num movimento rápido. Depois falou:

— Aproxima-te! Quero ver-te bem, já que entraste nos meus domínios.

O rapaz chegou junto dela. Olhava-a com deslumbramento. E pediu:

— Não podes voltar a descobrir o rosto?

Ela respondeu numa voz suave:

— Hoje, não. Mas tu hás-de vir aqui mais vezes e então... far-te-ei a vontade.

Ele sorriu-lhe e perguntou, resolutivo:

— És uma das mouras que têm conseguido viver aqui escondidas?

A jovem respondeu indirectamente:

— Meu pai tinha um palácio lá em baixo... Fazíamos festas tão lindas! Vinham trovadores cantar... e eu... também tocava lira...

— E porque não tocas agora?

— Às vezes... quando estou triste...

— Mas onde vives?

— Moro aqui, sob esta pedra.

— Debaixo do chão?

— Sim. De que te admiras?

— Não tens luz!

— É o que te parece.

— Mas... onde está o teu antigo palácio?

— Os teus arrasaram-no!

— Os meus?

— Sim... os da tua raça!

— Mas... não dei porque houvesse lá em baixo nenhum palácio!

— Dos mais belos destas redondezas!

— E tu viveste no palácio?

— Sim... até virem as hostes do teu rei.

— As hostes? Mas... o meu rei... não tem andado por aqui!

— Sim. Vi-o, altivo no seu corcel negro!

— Sabes o seu nome?

— Ouvi que lhe chamavam Afonso.

António levou as mãos ao rosto como a querer certificar-se de que não sonhava. Depois voltou a olhar a linda loura. Havia uma certa palidez nas faces do jovem pescador. Perguntou quase a medo:

— Sabes... se esse rei cristão... era Afonso III?

— Esse mesmo!

— Pois esse rei morreu muito antes de eu ter nascido! Como podes tu tê-lo visto, se aparentas ter a minha idade?

A jovem moura ficou uns momentos silenciosa. Parecia embaraçada. O rapaz tornou:

— Deves estar enganada.

— Talvez. Não penses mais nisso. Olha, está a anoitecer. Volta para a povoação, mas não te esqueças de vir aqui mais vezes!

O rapaz, um tanto perplexo, nem respondeu logo. Ela recomendou, levantando-se e encaminhando-se para o rochedo que estava perto:

— Não contes a ninguém o nosso encontro!

Ele sorriu:

— El-rei D. Afonso IV anda agora em guerra com a Espanha. Talvez te deixe viver lá em baixo.

Ela desapareceu por detrás da rocha. António contornou-a — e nem o rastro da moura descobriu.

Desceu a serra pensativo. Chegou a casa já noite. Não ceou, não dormiu. Vendo-o assim, a mãe tentou saber a causa do que se passava. Mas António mantinha-se calado. Deixou de ir à pesca. Subia todas as tardes, com o Sol a pino, a serra de Monchique e só voltava à noite para casa. Os companheiros notaram a falta do António. Foram a casa dele. Mas a mãe do António não sabia senão chorar. Então eles prometeram-lhe que, no dia seguinte, dois dos pescadores seguiriam o António, para ver se descobriam o seu segredo. E se bem o prometeram, melhor o fizeram.

Quando António subia a serra, apressado, na ânsia de chegar perto daquela que já enchia toda a sua vida, mal sabia ele que era seguido de perto por dois companheiros de companhia. Ao chegar perto da rocha encarniçada por onde a moura saía, António chamou:

— Zuleima!

Os companheiros esconderam-se, a coberto com o mato da serra. O nome que ele chamava era o de uma mulher, e moura! Mal tinham feito esta reflexão, os olhos arregalaram-se-lhes. Uma mulher muito bela, de rosto descoberto e envolta num manto branco que lhe pendia da cabeça, surgia por detrás da rocha onde o pescador havia parado. António tentou agarrá-la, mas ela impôs-lhe serenidade:

— Espera, António! Ainda não é tempo de desceres comigo ao meu palácio subterrâneo.

Talvez amanhã. Antes, quero que me tragas um pedaço de terra onde está a tua casa. Outrora era aí uma mesquita.

Ele mostrou-se surpreendido:

— Como o sabes?

— Porque ia lá muitas vezes.

— Mas a minha avó já nasceu naquela casa!

— A tua avó deve saber o que me aconteceu. Pelo menos ouviu falar.

— E que te aconteceu?

— Meu pai, antes de chegarem os teus homens, trouxe-me para aqui e... encantou-me!

— Encantou-te? Então...

António estava perplexo. Só nesse momento compreendera que a jovem que via na sua frente não era como outra qualquer das moçoilas do seu lugar. Fez-se terrivelmente pálido. E declarou:

— Agora compreendo tudo quanto me tens dito! Tu és uma jovem moura encantada. E para que o teu encanto desapareça terei eu de perder a minha alma. É muito o que me pedes!

Ela ficou triste.

— António! Se vieres comigo para o meu palácio, serás poderoso como o meu pai e meus irmãos.

O pescador estava verdadeiramente amargurado. Um suor fino e frio tombava-lhe da fronte. Desculpou-se:

— Não poderei deixar a minha mãe, que é doente!

A moura animou-o.

— Sob esta pedra existe um caudal de água que fará curas maravilhosas! Se me trouxeres a terra, dirás à tua mãe que venha aqui depois de amanhã banhar-se na água que vir correr.

O jovem estava pensativo. Ela aproximou-se. Quase lhe tocava. A sua voz era cariciosa.

— Promete-me que voltarás aqui amanhã! Promete-me, pela vida de tua mãe!

Ele meneou a cabeça negativamente. Ela censurou-o:

— Afinal... não gostas de mim!

Foi pronta a resposta de António.

— Amo-te, bem o sabes. Contudo...

Zuleima voltou a interromper o rapaz:

— Não... não me amas! Vai-te, e outro jovem como tu há-de amar-me e será poderoso. Vai-te embora e não voltes mais!

O rapaz afligiu-se:

— Zuleima! Deixa-me provar-te o meu amor!

— Então jura-me pelo teu Deus que me trarás ainda hoje a terra que te pedi e hoje mesmo entrarás comigo no meu palácio subterrâneo.

Ele voltou a hesitar.

— E... se eu entrar... o teu encanto ficará desfeito?

Ela iludiu a resposta.

— Se entrares... serás o homem mais poderoso destas redondezas! Mas é preciso que jures...

— Zuleima eu...

Um grito forte cortou a palavra ao jovem António. Dois dos seus companheiros saíram por detrás dos arbustos. Um deles gritou:

— António! Não jures!

O pescador olhou-os com perplexidade. Mas, de súbito, um estampido enorme soou. O penedo junto do qual estava a moura encantada estalou e dele começou a sair uma água morna que escorria pela serra. Nesse mesmo instante Zuleima havia desaparecido. Então, um dos rapazes que haviam seguido o pescador falou-lhe como a despertá-lo da semi-inconsciência em que tinha ficado:

— Desperta, António! Ias perdendo para sempre a tua alma! Mas Deus salvou-te, inspirando-nos para te seguirmos até aqui!

O jovem passou as mãos pelo rosto.

— Parece-me tudo um sonho!

— Talvez! Mas foi um sonho mau, que acabou bem ao acordares!

— Pensam que se eu... tivesse jurado... perder-me-ia?

— Decerto! Ela está encantada há muitos anos e não voltará à vida normal. Levar-te-ia para o reino da treva!

António fechou os olhos. Depois, suspirando, disse apenas:

— Obrigado por terem vindo!

E reparando na água que escorria do penedo:

— E esta água? Ela disse que sob esta rocha estava água capaz de fazer curas maravilhosas!

— Talvez. Podemos experimentar. Mas agora ela já não poderá tentar-te mais!

António apertava a cabeça nas mãos. Tudo aquilo lhe parecia irreal. Os companheiros aproximaram-se.

— Vamos! Tua mãe espera-nos. Não voltes aqui sozinho! Nós te acompanharemos amanhã e trataremos a tua mãe. Se a água a curar, faremos daqui umas termas para alívio dos doentes!

António começou descendo a serra, cabisbaixo. Depois murmurou:

- Que pena! Ela era tão linda! Tão linda! E evaporou-se como fumo!
- Mas deixou-te aquela fonte de água quente.
- Sim... deixou algo... que me obrigue a pensar nela... enquanto viver!

Fonte MARQUES, Gentil [Lendas de Portugal](#) Lisboa, Círculo de Leitores, 1997 [1962], p. Volume III, pp. 321-325

Local-, [MONCHIQUE](#), FARO

Narrativa

Quando Séc. XIV,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 2. A Bruxa de Beja

APL 2452

Uma vez uma bruxa – eu digo uma bruxa – e era uma cruz. E ia passando além um homem a cavalo numa besta mesmo na cruz e a besta travou-se. Travou-se, não andava nem para trás nem para a frente nem para lado nenhum. O homem desceu-se da besta e meteu as mãos nas algibeiras, tirou uma faca e fez uma cruz assim entre o meio das pernas da besta. Uma cruz, fez assim e assim [a informante faz com a mão direita o sinal da cruz] entre o meio das pernas da besta.

Apareceu-lhe uma senhora, uma senhora muito bem vestida, tinha feitio de ser rica e a senhora disse assim: «Então agora você tem de me ir levar a casa.». «Ai, eu não posso ir...»

Colector: Então mas a casa dela era aonde?

Informante: Era em Beja. (...) «Como é que eu vou lá levá-la?» «Não lhe dê isso cuidados! Não lhe dê isso cuidados que a gente vai lá e num instantinho está logo aqui.». E pôs-se a cavalo na besta. Depois de tempo, ouviu uns passos pela calçada abaixo. A mulher tirou-se da besta, entrou lá numa loja, uma grande loja, tirou um bocado de roupa, entregou ao homem disse: «Leve lá, que é para fazer um vestido para a sua mulher.». »

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante Palmira Rosa Nunes (F), 76 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

### 3. A Costureirinha

APL 1799

[Era] uma rapariga que andava na costura, e disse que com o primeiro dinheiro comprava um manto para a Nossa Senhora, com o primeiro dinheiro que ganhasse na costura. E então (...) foi ganhando e foi gastando e foi gastando, logo comprava e coiso... e passou-se o tempo e morreu, não comprou. E, depois, agora, andava pelo mundo sempre trabalhando, até ganhar. E agora já tinha morrido, mas tinha o castigo de andar sempre cosendo à máquina. E depois diziam que andava há não sei quantos anos já na terra (não me lembra quantos). E, depois, quando passasse esses tantos anos que ainda ia outros tantos para o mar trabalhar, por castigo, porque não comprou o manto para a Nossa Senhora. E depois ouvia-se a máquina a trabalhar.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 1998

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Carla Barão (F)

Informante Maria Ana Costa (F), 78 anos, Monchique (MONCHIQUE) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

### 4. A Lenda do Lobisomem

APL 2064

A senhora que me contou esta lenda era natural de Monchique e dizia-me que quando uma mulher tem sete filhas e o oitavo filho é um homem, o menino será um lobisomem. Dizem que o menino irá crescer normalmente, mas muito pálido, magrinho e com as orelhas compridas. Quando o menino completar o seu décimo terceiro aniversário a maldição terá início.

Reza a história que na primeira terça-feira, depois do aniversário ele vai até uma encruzilhada e transforma-se num lobisomem, pela primeira vez e uivará para a lua. A partir daí todas as terças, ele corre todas as ruas e estradas desertas com uma matilha de cães latindo sempre atrás dele.

Nessas noites em que ele percorre partes dessa região, como é conhecido, são os sete pátios de igrejas, ou sete vilas, ou sete encruzilhadas, por aí. Onde ele açoita os outros cães e apaga as luzes das ruas e casas por onde passa, enquanto uiva, claro, de forma, aquela forma horripilante, de que é conhecida dos lobisomens.

Antes do nascer do sol, quando um galo cantar o lobisomem volta ao sítio de onde partiu e transforma-se de novo em homem.

Esta senhora dizia-me que, que estiver no caminho do lobisomem nessas noites deve, pronto são aquelas rezas, devem de rezar as três Aves Marias para se proteger.

Essa própria senhora que me disse, que me contou esta história, pronto dizia que para quebrar o encanto era preciso chegar bem perto do lobisomem, sem que ele se apercebesse, é claro, e dar-lhe uma pancada bem forte na cabeça, mas era preciso ter cuidado pois se uma só gotinha desse sangue atingir essa pessoa, era fatal, essa pessoa transformava-se em lobisomem.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2006

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Mara Alexandra Espinho (F) (20 anos)

Informante Fábio Emanuel Marques (M), 20 anos, nasceu em Portimão (PORTIMÃO) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 5. A Zorra Berradeira

APL 1591

O povo do Algarve fala da zorra berradeira com medo horrível. Diversas são as opiniões que correm a respeito desta entidade malfazeja. Uns afirmam que a zona berradeira é uma transformação de moura encantada. Certa moura encantada, desejando escapar-se aos funestos efeitos do encantamento, rebelara-se contra Allah que a castigou, desgarrando-a e tornando-a objecto de ódio de toda a gente, mouros e cristãos. Outros sustentam que aquele ser horrível é a alma penada de uma velha, em vida muito má, e que respondia a quem lhe censurava a sua vida escandalosa:

— Neste mundo anda-se como se quer. Porque no outro nada podem saber.

De noite, a deshoras, tem muita gente ouvido berrar, nos cumes dos mais agrestes serros, a zorra fatal. Vista de longe parece uma cabra, de mais perto uma imunda ave, de enormes dimensões, com as asas manchadas e sujas. É o verdadeiro retrato das arpias de outras eras.

Pessoas há que têm sido acometidas de noite pela zorra berradeira e se tem visto em grande perigo. Salta sobre o indivíduo com uma força enorme e no mesmo momento, como um velo arremessado pela força do vento, vai pousar sobre o serro mais alto. Exala de si um vapor imundo e nojento e, berrando, atroa serros e vales.

Em muitos concelhos do Algarve é a zorra berradeira muito mais temível do que as mouras encantadas ou de que as bruxas.

Parece que nos seus berros só anuncia desgraças e maldades.

Enquanto as Gens ou Jens são uns seres bem fazejos e queridos, a zorra berradeira é má e odiada por toda a gente.

A zorra berradeira é verdadeiramente a transformação das fúrias dos antigos. É tão má como estas e como estas igualmente temida.

Quando alguém tem a infelicidade de ouvir de noite a zorra berradeira, conta logo com

desgraça em casa.

Em certa noite adoeceu repentinamente certa velhinha muito estimada no sítio. Chamado o médico, declarou que nada encontrava na velhinha, cujo pulso estava regular.

— Não é coisa de cuidado, disse-lhe o médico.

É sim, senhor: morro esta noite e quero-me confessar.

O médico riu-se. A velhinha confessou-se e morreu duas horas depois da confissão.

Declarou antes de morrer que ouvira nessa noite a zorra berradeira.

Em uma noite seguia um sujeito, forte e animoso, para sua casa, ouviu, ao longe, os berros da zorra maldita. Para provar que a não temia, arremedou-a nos berros. A zorra, embora a enorme distância, de um salto, caiu sobre o infeliz, que tentou resistir-lhe.

Qual resistir! Apesar do inimigo não ter carne, nem osso, nem barbatanas, moeu-o tão horrivelmente que, ao chegar a casa, caiu morto entre portas.

Foi observado todo o corpo: não tinha a mais pequena equimose, a mais insignificante mancha ou nódoa.

Quando se pergunta a alguém onde reside a zorra berradeira, responde imediatamente:

— Em Odelouca.

Odelouca é uma ribeira que vem desaguar no rio de Portimão.

Há ocasiões em que a zorra berradeira se converte em um verdadeiro flagelo no concelho de Monchique. Os habitantes dos sítios da Odelouca não se atrevem a sair de suas casas, à noite.

E o povo receoso e cheio de medo crê supersticiosamente nestes e noutros seres, não obstante ser católico, apostólico romano.

O nosso povo é a mesma entidade de todos os tempos: essencialmente politeísta.

Podem chamar aos politeístas inconstantes mas, por Deus, não lhes neguem o profundo conhecimento do espírito humano. Eram profundos em psicologia.

Fonte OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataíde [As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve](#) Loulé, Notícias de Loulé, 1996 [1898], p.235-236

Local-, [MONCHIQUE](#), FARO

Narrativa

Quando Séc. XIX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 6. A Zorra Berradeira

APL 1798

Morreu o pai e a mãe. E tinham uma quantidade de filhos (não precisa de dizer a quantidade). Depois, foram partir as terras que o pai tinha. E, então, como foram partir as terras, o que aconteceu foi que um, depois de ter a parte dele, foi, levantou-se de noite e foi arrancar os marcos que todos tinham posto para dividir as terras e acabou por...

Um alevanta-se de noite e foi atachar os marcos outra vez, tirando um pedaço de terra [do irmão] para ele do irmão. E depois o que aconteceu? Foi que morreu, morreram todos, e esse que tirou a terra morreu e, depois, como ele morreu, a alma dele foi sofrer andando pelas partilhas que tinham feito. E de outros, não eram só as dele, aparecia pelas partilhas que tinha tido e tinha sido castigado (?), porque tinha ido roubar a terra aos (...) irmãos (...). E depois, o que aconteceu? Aparecia em todo o lado, em todas as partilhas.

E aquilo era... Chamavam-lhe a zorra berradeira, porque aquilo dava uns berros como uma

zorra. E as pessoas ouviam aquilo, não sabiam o que era. Mas houve um qualquer que baptizou aquilo por a [com o nome de] Zorra Berradeira. (Não era a Zorra Berradeira, mas era a alma da pessoa humana. E, depois, as pessoas de fora diziam que era a Zorra Berradeira, era uma alma perdida (...)).

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 1998

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Carla Barão (F)

Informante Inácio Costa (M), 84 anos, Monchique (MONCHIQUE) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 7. História da Costureirinha

APL 2453

Ora era uma vez uma costureira, ouvi contar já há muitos anos, que via-se muito aflita porque os bens dela eram muito poucos, tinha poucos recursos, e então prometeu uma promessa à Nossa Senhora para que ela a curasse de uma doença que tinha. Ora com os anos ia-se curando e já estava melhor e tinha o suficiente, mas esqueceu-se que tinha prometido uma promessa à Nossa Senhora e que não pagou. Ficou em dívida.

Passou-se o tempo. Ela depois de morrer começou a pagar aquela dívida. Ficou prometido que tinha de andar de casa em casa, correr o mundo inteiro, para ter essa salvação. E ouvi contar que muita gente ouvia a máquina de costura nas casas onde é que as pessoas viviam, coser à máquina, muitas das vezes até a tesoura a traquejar em cima da máquina, ouvi contar isso. E eu, uma vez qualquer, acabei por também ouvir a máquina coser. Eu tinha uma máquina lá, logo ao ladinho ali da casa, e eu ouvia tec tec tec tec... Lá está aquilo que eu ouvia... A mulher como não tinha salvação tinha de correr o mundo inteiro de casa em casa até chegar à hora de pagar essa promessa, de casa em casa, com esse sacrifício.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante José Inácio (M), 75 anos, nasceu em Monchique (MONCHIQUE) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 8. História da Pedra do Lobo

APL 2455

Isto é a história de um pai que tinha um filho e que ia namorar uma rapariga e uma certa noite ele [o pai] estava a sonhar que os lobos estavam a atacar o filho. E levantou-se e foi à procura do filho e quando se aproximava lá de um determinado sítio ouviu a espingarda que o filho costumava a levar a bater nas pedras [para afugentar o lobo que lhe estava a atacar]. E percebeu que era o filho que lá estava e disse: «Toma ânimos, filho!». E o filho ouviu a voz do pai, parou de bater nas pedras com a espingarda – porque era assim que ele se estava a defender do lobo que estava a querer atacá-lo – e nesse momento em que parou de bater nas pedras o lobo atacou-o. E o rapaz acabou por morrer. E o pai quando chegou viu o lobo a atacar o filho e a partir daí essa pedra onde o filho morreu passou a ficar esse sítio a Pedra do Lobo.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante Maria de Jesus Alves (F), 47 anos, nasceu em Monchique (MONCHIQUE) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 9. História da Rega na Quinta-feira Santa

APL 2451

Havia um senhor, chamado António Aurélio, no sítio da Foz de Carvalhoso, que num dia de Quinta-feira Santa quis ir buscar água para regar, regar batatas. E então, passou lá por uns vizinhos que lhe disseram: «Então, hoje que é Quinta-feira Santa é que vais regar?», «Então, hoje é que me calha...». «Então e amanhã não é outro dia?», «É, mas eu amanhã tenho de ir à vila. Tenho de ir fazer um serviço. Hoje é que me convém fazer este serviço que tenho agora para fazer. Eu vou lá buscá-la [a água], a ver se ela vem ou se não vem.». Foi lá, pôs na linha de

água, chegou a uma curva não passada nenhuma.

Colector: E nos outros dias passava bem, a água?

Informante: No outro dia que foi buscá-la, fez o regadio todo. E naquele dia, chegou lá a uma curva, não passava água nenhuma. Saía do açude, mas àquela curva não passava água nenhuma. [...] Nesse dia foi buscá-la, deixou lá a enxada e veio de chapéu na mão; e no outro dia fez o serviço todo. Esta, então, conheci eu...

Colector: E acha que isso foi por castigo, ou qualquer coisa, que não deu regado as batatas...?

Informante: Então, a água não veio... É um mistério qualquer... Que nos outros dias vinha, e naquele dia, como ele disse «Vamos lá ver se ela vem ou se não vem...», e não veio. No outro dia foi buscá-la, veio.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante António Pedro (M), 70 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## **10. História da Zorra Berradeira**

APL 2454

Outro acontecimento é que havia um homem, este então era rico, mas que queria ser muito mais rico ainda, e então, nas fazendas que tinha, procurava sempre a ver se tirava mais um bocadinho do outro para ele. Era o tal roubar daquilo que pertencia aos outros, queria para ele. Pronto, havia muitas vezes pessoas que iam a tribunal e guerreavam e estavam mal dispostos sem necessidade. Uns iam para tribunal, outros deixavam da mão para não haver mais guerra.

Passou-se o tempo que o homem foi, até que faleceu. Não podia viver sempre, faleceu. Acontece que, depois do homem falecer, a alma dele começou a andar pelo mundo, à volta, chamavam-lhe então a tal Zorra Berradeira. Zorra Berradeira quer dizer a alma do homem andava perdida e andavam os ecos clamando, chorando por esse mundo... Quase mais era de noite, por esse mundo fora... E incomodava até as pessoas e as pessoas sentiam-se mal. Houve alguém que tinha maneiras, ou algum poder de... trespassar, quer dizer, essa voz para as águas do mar, para que não incomodasse as pessoas que viviam cá na terra. Foi apontado para as águas do mar e depois nessa altura foi com os anos deixaram de ouvir essa voz que era a Zorra Berradeira.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante osé Inácio (M), 75 anos, nasceu em Monchique (MONCHIQUE) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX

Crença Inseguro/ N empenhado

### 11. História da Zorra Berradeira

APL 2450

Há um sítio, chama-se a Telha Comprida, existe a Zorra Berradeira – que lá onde eu morava ficava assim do outro lado. Ouvia-se ela urrar... Uma vez, a minha mãe, vinha da minha irmã Maria e, à noite, vinha ela passando, começou a ouvir ela a berrar e já ao pé dela. É uma nuvem branca... Anda mais nas partilhas e nas encruzilhadas, terrenos que foram roubados. Houve uma ocasião, ouviram aquilo, aquela voz estranha... Houve lá uns indivíduos que afoitavam-se para ir lá onde ela berrava. Tentaram, mas não deram lá chegado. Quanto mais eles se aproximavam, mais ela berrava, lá numa encruzilhada. E chegou lá a uma certa altura que perderam a força das pernas, caíram para o chão. E ela ficou berrando tal e qual.

Colector: Mas a Zorra Berradeira era o quê, era um animal?

Informante: Não, dizem que é uma alma de outro tempo. Dizem que só existe nas partilhas que é onde roubaram terrenos e nas encruzilhadas.

Colector: E por que é que acha que a Zorra Berradeira aparece aí nessas zonas? É para castigar quem roubou?

Informante: É um exemplo como outro qualquer. Lá aparecia e apareceu – que ela não apareceu a toda a gente – aparecia muito em Janeiro. Dava lá berros que não se podia ouvir! E a minha mãe viu que era uma nuvenzinha branca.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano2008

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante António Pedro (M), 70 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX

Crença Inseguro/ N empenhado

## 12. História do Pego Amarelo

APL 2449

Uma história antiga e verdadeira. Na Ribeira que vai da Altura da Fóia até Odeceixe, um sítio, um lugar que tem um pego que chamam-lhe o Pego Amarelo. Que se descobrissem dois bois gémeos – e esse pego tem uma grade de ouro – que os tomassem e os deitassem a esse pego, saía uma grade de ouro, no dia de São João de manhã, antes de nascer o sol.

E houve um senhor que criou esses bois, tomou-os, no dia de São João de manhã deitou-os a esse pego – que é o Pego Amarelo – e levantou-se metade da grade. E caiu para o mar, não a tiraram para fora.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local-, [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante António Pedro (M), 70 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 13. Homem que pintou a casa num dia Santo

APL 2448

Isto aconteceu ali à Nave, umas pessoas dali, que o homem pensou em ir pintar a casa no Dia de Corpo de Deus. E depois houve uma família que lhe perguntou: «Então agora vais pintar a casa num dia tão santo, no Dia de Corpo de Deus vais pintar a casa?». Ele disse não sei o que é que foi, quase a gozar, que não fazia mal, ou isso... Ora depois ele foi pintar, começou a pintar a casa, a tinta começou-se a transformar em sangue. Depois ele ficou logo todo admirado e desistiu. Porque pronto, viu que realmente não devia ter feito nesse dia.

E isso aconteceu e foi realidade. Não há muitos anos... Não há muito tempo... Há para aí 30 ou 40 anos, talvez, nem isso... Para aí 20 anos, talvez... Sei que não há muito tempo... e houve um amigo dali que me contou, que era um tio dele...

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Dário Guerreiro (M)

Informante Armindo Nunes Inácio (M), 47 anos, nasceu em Monchique (MONCHIQUE) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

#### **14. Lenda da costureirinha**

APL 2382

Era uma senhora que morreu e tinha grandes faltas na vida, quer dizer, não se converteu quando tinha de ser, depois andou perdida pelo mundo e ela era costureira. Então, ela aparecia em várias casas e as pessoas ouviam a máquina de coser á máquina. As pessoas ao principio admiravam-me daquilo, do que é que aquilo seria, entretanto, ouviam dizer que era uma mulher que andava perdida à espera de arrependimento ou conversão, de alguém que rezasse por ela, para que ela chegasse junto de Deus, e andava nisto.

Eu cheguei a ouvir, a minha mulher também ouviu, era aquela coisa «teque teque teque...» e depois desaparecia e aparecia noutro lado com a mesma coisa, o som do coser da máquina.

O significado disto, quer dizer que era a senhora cometeu os seus erros na vida e diz-se que não tinha salvamento e estava à espera que alguém se sacrificasse por ela, para ela entrar no céu, chama-se uma alma perdida, fora do lugar normal. Depois disso, não se ouviu mais ninguém contar que ela apareceu.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2007

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Patrícia Isabel Nunes (F)

Informante José Inácio (M), 74 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

#### **15. Lenda do manto de Santo António**

APL 2546

Desenrola na zona de Monchique, que também portanto, não é em relação à época dos mouros mas que tem ...tem um significado, digamos de humildade...que é a lenda do manto de Santo António... e esta lenda conta-se que à entrada da vila de Monchique existe uma imagem

do Santo António com um manto azul bordado a ouro, e este manto foi oferecido por uma jovem, em agradecimento por ele lhe ter arranjado casamento, contudo com o passar dos anos portanto, este casamento não foi aquele esperado pela jovem porque ela era mal tratada o marido batia-lhe e apesar dela estar grávida ele não tinha condescendência absolutamente nenhuma... nasce uma filha do casal, entre pancadaria e discussões constantes e quando a miúda tinha cerca de oito anos de idade, a menina decidiu pedir a Santo António que a ajudasse a por um fim àquela situação, e que fizesse com que o pai não mais mal tratasse a mãe, portanto que houvesse paz e harmonia naquela casa, prometendo-lhe que se assim acontecesse que nunca haveria de faltar flores na imagem de Santo António. Esta prece da menina é feita quando esta ajoelhada junto a imagem... à entrada da vila e ela sente que alguém lhe bate no ombro e ao voltar-se um homem ...estranho mais ou menos bem vestido que lhe pergunta o que é que ela faz ali e se lhe poderia dar alguma coisa de comer e algum sítio onde pudesse descansar...porque tinha feito uma longa viagem. A menina com o bom coração que tinha levou-o para casa... a mãe acolheu o visitante com agrado mas o pai torceu o nariz e mal dizia a sorte de ainda ter mais uma pessoa lá em casa para dar de comer, contudo este visitante de boa aparência... falou com ele e disse-lhe que efectivamente que não era correcto o que ele fazia porque no fundo ele estava a tirar a felicidade não só mulher mas à filha e a ele próprio, e estas palavras caíram tanto no fundo do coração daquele homem que estava empadrenido, que estava escurecido, que nessa mesma altura ele foi para cozinha ajudar a mulher a preparar o jantar para poder servir e obsequiar o visitante, quando voltaram... á sala com o jantar o visitante tinha desaparecido e no local onde ele estava apareceu uma estátua de Santo António em ponto pequeno igual á que está no nicho à entrada da vila de Monchique a partir daquele dia o casal com a filha viveram felizes, ele nunca mais a maltratou e ele nunca mais deixou de ter flores todos os dias.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2008

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Andreia Sopa (F)

Informante João Sopa (M), 57 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## 16. Lenda do Manto de Santo António

APL 2880

De todas as histórias de Santo António que conheço — e são tantas! — escolhi para vos contar uma bem simples e ingénua, mas impregnada de poesia, dessa poesia que se evola da alma popular. Aprendi-a nos contrafortes da serra de Monchique, numa pequena aldeia algarvia quase perdida no mundo. Lá existe, logo à entrada, como que saudando e abençoando o viandante que se arrisca até essas paragens, um grande nicho com uma linda imagem de Santo

António envolto num manto muito azul, tão azul como se fosse arrancado ao próprio céu, e bordado a ouro, e sempre rodeado de flores...

É linda, a história dessa imagem, desse manto e dessas flores. E talvez seja ela a explicação natural desta singela cantiga, muito popular no Algarve e no Alentejo:

Ó meu rico Santo António,  
Santo do meu coração,  
Atendei às minhas preces  
Que faço com devoção!

Fazei, Santinho, que goze  
Do casamento os prazeres,  
Que este Santo Sacramento  
Legou Deus a nós, mulheres.

Não queiras que eu leve à cova  
Rosas, palmito e capela...  
Que é cousa triste no mundo  
Ver morrer uma donzela.

Não queiras que as feições minhas,  
Que a natureza me deu,  
Vão parar a terra fria  
Sem deixar retrato seu...

Fazei-me pois o milagre,  
Santo do meu coração...  
Prometo dar-vos um manto  
Bordado por minha mão...

Não penseis que há-de ser feio,  
Há-de ser todo taful...  
Ricas bordaduras d'ouro,  
Sobre cetim bem azul!

Pois bem: houve uma rapariga, nessa aldeia pequenina junto de Monchique, que cumpriu religiosamente a sua promessa. E no nicho da aldeia, onde desde tempos imemoriais existia aquela imagem de Santo António milagroso, foi ela colocar, depois do casamento, sobre os ombros do Santo, o manto azul bordado a ouro que prometera com tanta devoção.

Simplemente, o casamento não trouxe para ela a felicidade tão desejada por todas as raparigas solteiras. O marido, muito mais velho, tratava-a sem carinho, com falas e modos rudes. E um dia, desabridamente, o homem disse-lhe em tom de séria ameaça:

— Ou isto entra na ordem, ou então temos conversado!...

Ela ficou tremendo. Tremendo de susto e de frio.

— Mas que mal fiz eu, homem? Que culpas me podes atirar?

Ele desenhou com os braços um gesto vago no espaço.

— Tu bem sabes o que eu quero dizer... Nada de falatórios com as vizinhas!

E acrescentou, levantando-se de chofre e avançando para ela:

— Escusas de andar com queixinhas e lágrimas, que de mim não levas mais nada!...

A resposta foi apenas um suspiro. Suspiro fundo, fundo... Só depois vieram as lágrimas, com sabor a pranto mal contido.

— Que diferente tu estás!... Noutros tempos, nunca gritavas...

O homem procurou uma defesa, embora sem grande convicção:

— Não tinha motivos para isso. Eras uma sonsinha, sem tirar nem pôr. O que tu quiseste foi apanhar um homem, casar...

Finalmente rompeu nela o choro, que a barreira da vergonha sustinha. E foi já chorando que a rapariga clamou:

— Parece impossível!... Agora que tenho um filho para nascer, tu me tratas assim!...

Por momentos, o homem ficou atropalhado. Sentiu a situação falsa em que se encontrava.

Limitou-se a resmungar, andando para a porta da rua:

— É o que te vale... Senão eu saberia ensinar-te a respeitar as minhas ordens!

Saiu sem olhar para trás. Ficou apenas nos ares o baque surdo, cruel, impiedoso, da porta a bater...

E o tempo foi passando sobre eles. Daí a poucas semanas, naquela casa pequena e sombria, nasceu uma menina. A menina cresceu entre discussões e azedumes, entre as lágrimas da mãe e os gritos do pai. Aquilo, de ano para ano, ia de mal a pior. Até que um dia — já a menina tinha os seus oito anos de idade e percebia, portanto, o inferno que existia ali dentro — ela própria resolveu apelar para a bondade de Santo António, a quem a tinham habituado a venerar desde os primeiros olhares e desde as primeiras palavras.

Assim, em certa madrugada bonita, antes que os pais despertassem dum sono agitado, cheio de inquietação — a menina saiu de casa e foi ajoelhar-se devotamente diante do nicho de Santo António. E juntando as mãozinhas, numa prece bem sincera, de olhos extáticos, ela rogou o auxílio do seu santo preferido:

— Ó meu Santo Antoninho, fazei com que a paz volte à minha casa!

As lágrimas assomaram às duas janelas negras e brilhantes.

— Eu gostava tanto que meus pais deixassem de discutir e gritar!... Eu sei que eles são bons e que gostam um do outro...

A voz tornou-se mais forte, embora mais trémula, ao implorar:

— Meu rico Santo Antoninho! Se quiseres, eles voltarão a ser felizes... Eu ficaria tão contente!... Faz o que te peço, Santo António!... Prometo que nunca faltarão flores à tua volta!

E a menina ficou ali longo tempo, rezando e implorando tanto que nem ela deu pela passagem das horas. De súbito, como que despertou, sentindo alguém bater-lhe nas costas. Voltou-se assustada e viu um homem — um homem desconhecido, de certo modo estranho, mas atraente — que lhe falava numa voz terna, cativante:

— Que fazes aqui, pequena? Precisas de algum auxílio?

A menina ergueu-se, mal refeita do susto.

— Oh, meu Deus... Vim aqui pedir uma coisa a Santo Antoninho!

O homem sorriu ao de leve. Mais do que sorriso, talvez tivesse enrugado o rosto, num rictus de sofrimento.

— Pois eu também te peço uma coisa... Estou cheio de fome e de cansaço... És capaz de me levar a tua casa?

Sem a menor hesitação, a menina estendeu-lhe a mãozita frágil.

— Venha comigo, senhor.. Dar-lhe-ei tudo o que precisa.

Andaram alguns metros. Depois, como que a medo, ela ajuntou:

— Não faça caso se ouvir o meu pai gritar... É um costume que ele tem...

O homem voltou a sorrir, sem responder.

Estugaram o passo. A certa altura, ela indicou uma porta:

— Entremos por aqui... É a minha casa.

Lá dentro mandava a solidão. Devagarinho, a menina fez entrar o desconhecido para a sala principal e sentou-o à mesa.

— É só um momento... Vou chamar meus pais.

E, de facto, eles não tardaram a aparecer.

O pai olhou a filha, severo, carrancudo.

— Pediste licença a alguém para trazeres este senhor cá a casa?

A garota limitou-se a sublinhar, na sua vozita meiga:

— Tem fome... e está cansado... Temos de o ajudar.

A mãe acariciou-lhe os cabelos.

— Tens razão, minha filha... Fizeste bem.

Foi o suficiente para o marido dar largas ao mau humor habitual.

— Pois claro! Eu, aqui em casa, não sirvo para nada... nem sequer para dar opiniões!

O homem voltou-se lentamente para ele. E a sua voz, embora amável e doce, encheu toda a sala:

— Já vejo que gritais em demasia e sem necessidade... Lembrai-vos que Deus não gosta de ouvir gritar!

O desconhecido fixou os seus olhos serenos nos olhos espantados do dono da casa e concluiu:

— Os bons, os puros, os inocentes não gritam... Vós, afinal, não quereis também ser bom, puro e inocente?

Ficou boiando uma pausa nos ares. Já sem gritar, mas ainda perturbado, o homem inquiriu rudemente:

— E quem sois vós... para vir aqui pregar lições de moral?

De novo, nos lábios do estranho visitante apareceu o mesmo sorriso misterioso — sorriso que bem podia ser um rictus de dor.

— Sou alguém que sofreu muito... e sabe quanto custa o sofrimento alheio... — A sua voz tornou-se mais incisiva, sem deixar de ser calma. — Vós, senhor, desejais do fundo do coração viver em paz e em felicidade... com a vossa mulher e com a vossa filha... Porque não aproveitais a felicidade que tendes ao alcance das vossas mãos?

Foi a mulher quem respondeu:

— Vou preparar-vos a comida, senhor... E agradeço-vos tanto...

Mais não disse, para não chorar mais, e afastou-se rapidamente direita à cozinha, seguida pela filha.

O visitante voltou de novo o olhar para o dono da casa. Indicou-lhe suavemente a porta por onde a mulher saíra:

— Ide vós também, meu amigo... Ajudai vossa mulher e vossa filha... Partilhai com elas as angústias e as alegrias, e acabareis por vos sentirdes mais feliz!...

Absorto, como que dominado pela voz estranhamente persuasiva do desconhecido, o homem foi, de facto, ajudar — pela primeira vez na sua vida — a mulher e a filha...

E o trabalho, mesmo sem palavras, aproximou-o delas. Teve a sensação maravilhosa de que iniciava, nesse preciso instante, uma vida nova!

Mas quando os três voltaram da cozinha, trazendo os acepipes preparados com tanto carinho — quedaram-se mudos de espanto...

O desconhecido desaparecera por completo. Apenas em frente da cadeira em que ele se sentara — e sobre a toalha da mesa — via-se uma pequena e brilhante imagem de Santo António, igualzinha à que se encontrava no nicho!

A notícia do milagre correu por toda a aldeia. E naquela casa — em vez de gritos e de lágrimas e de discussões — passou a haver somente sorrisos, compreensão e felicidade.

Desde esse dia, tal como a menina prometera, não mais faltaram flores em redor da imagem do Santo. E ainda hoje o povo dessa aldeia da serra de Monchique, na esperança de conservar a felicidade em suas casas, renova as flores do nicho, sempre que as vê murchas e sem cor.

É assim, pela carinhosa devoção do povo, que se mantêm as velhas tradições — especialmente as que dizem respeito a esse santo extraordinário que foi, em vida, poeta e soldado, e cuja voz encheu o mundo: Santo António de Lisboa.

Local [MONCHIQUE](#), FARO

Narrativa

Quando Séc. XX

Crença Inseguro/ N empenhado

### **17. Lenda do pego amarelo**

APL 2380

Há uma ribeira que abala da altura da Fóia, em Monchique e que vai desaguar a Odeceixe. Nesse sítio mais acima de Odeceixe, há um pego que lhe chamam o pego amarelo. Se houvesse quem lançasse lá dois bezerros tomados nascidos no dia de S. João, levantava-se uma grade de ouro. É por causa disso que ele é o pego amarelo. Lançava-se lá os bezerros tomados e levantava-se metade da grade.

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano2007

Local-, [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Patrícia Isabel Nunes (F)

Informante António Pedro (M), 70 anos,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença/Crença moderada

### **18. Santo António**

APL 2331

Informante: Há uma lenda que contam aqui à entrada da vila. Aquilo está ali uma estátua do Santo António, já viu? Pronto, antigamente morava ali em baixo um casal que se dava muito mal, andava sempre às “turras”, e tiveram uma filha. A filha sofria muito por ver os pais andarem sempre às “turras” e a discutir, e então foi pedir ajuda a essa estátua que está ali à entrada da vila, e nesse momento apareceu-lhe um homem a pedir ajuda que estava com fome e frio, e a moça levou o homem para casa. A mãe deu-lhe alguma comida mas o pai não gostou. Não gostou, e começou a discutir, e a falar alto. Então é que o homem diz que ele está a perder uma oportunidade de viver bem, sem discutir com a mulher ... e assim ...

Entretanto o homem teve mais compreensão com o velhote e começou a tratar bem a mulher e ajudar a mulher. E há uma altura quando eles vêm à sala, e o homem desapareceu.

Colector: Então e o que é que estava lá na sala?

Informante: E viram lá uma estátua pequenina do Santo António.

Colector: Então e desapareceu o homem e apareceu a estátua foi?

Informante: Pois, e eles dizem que isso foi milagre, que apareceu lá a estátua em lugar do homem.

Colector: E o senhor acha isso, essa lenda verdadeira?

Informante: Pois eu acho que sim. É uma lenda, mas toda a gente daqui fala nisso.

Colector: Aqui nos arredores ou Monchique todo?

Informante: Aqui na vila.

Colector: E quem é que lhe contou isso a primeira vez?

Informante: Eu sempre tenho ouvido falar nisto, foi os antigos... os antigos. (...)

Fonte AA. VV., - [Arquivo do CEAO \(Recolhas Inéditas\)](#) Faro, n/a,

Ano 2007

Local [Monchique](#), [MONCHIQUE](#), FARO

Colector Tiago Santos (M)

Informante Luís Carlos (M), nasceu em Portimão (PORTIMÃO) FARO,

Narrativa

Quando Séc. XX,

Crença Inseguro/ N empenhado

## **8. Propostas de exploração do território – actividades**

Guia de exploração do território (concelho de Monchique)

### - Apresentação

Este pequeno guia de exploração do território obedece à lógica da Educação Patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no património como fonte primária do conhecimento e que visa fomentar a educação pelo olhar (o saber olhar).

É uma ferramenta destinada, especialmente, para o público-escolar, podendo no entanto ser adaptada para outros grupos.

### - Propostas de abordagem

As propostas de trabalho apresentadas são muito simples, mas requerem um trabalho de campo constante, tanto que a nossa sugestão é que este decorra ao longo de um ou mais anos lectivos.

Permite uma abordagem multidisciplinar e estimula professores e alunos a estabelecerem e a compreenderem as relações fundamentais entre o presente e o passado, bem como as mudanças ocorridas nos modos de vidas das pessoas e do próprio território (paisagem), enquanto organismo vivo que é.

A partir de uma determinada zona do território podem promover-se discussões e relações muito interessantes, que permitam aos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo (fomentando inter relação/ associação de ideias e a sua justificação...).

As temáticas possíveis de explorar são vastas, mas por uma questão de metodologia de trabalho sugere-se a delimitação de uma zona concreta do território, podendo, por exemplo incidir sobre uma freguesia do concelho de Monchique, ou um local ainda mais restrito.

Este tipo de actividade pode ser desenvolvido de uma forma transversal, por várias disciplinas, segundo as áreas a interpretar.

### Propostas de trabalho:

Tendo em conta que o que se pretende é o contacto, logo o trabalho directo com o património, iremos adoptar, para melhor ilustrar o potencial desta ferramenta, serão fornecidos exemplos de exercícios concretos, para a componente da arquitectura, do

património construído. Contudo, facilmente, se podem adaptar para outros enfoques no terreno.

Após definição do local de investigação, deverá efectuar-se uma visita preparatória, que serve para um reconhecimento da zona a explorar, pelo que os alunos devem ter um roteiro básico de observação (algumas sugestões em anexo).

#### Exercícios Práticos

1. Exercícios de comparação – permite a compreensão de estilos, formas, funções, características, tipologias e épocas diferentes de construção:

- a) Selecção de várias imagens de edifícios (de revistas, folhetos, jornais, fotografias...), recortar as figuras destacando portas, janelas, telhados, chaminés, etc... Misturar os recortes. A tarefa dos alunos consistirá em combinar os recortes, por forma a montar, novamente, a figura completa;
- b) Opção: a partir dos recortes, definem-se à partida várias épocas ou estilos (ou outro factor aglutinador) dos vários elementos arquitectónicos seleccionados que os alunos deverão agrupar. Seguidamente o grupo deverá justificar a sua escolha, ou seja, porque motivo colocou um pormenor de uma fachada (por ex.) num determinado estilo arquitectónico (quais são as características que permitem tal selecção?).

2. Exercícios das três fotos (ou desenhos)

A turma deverá ser dividida em grupos. Cada grupo deverá seleccionar três edifícios que considere importante conservar, que serão fotografados (ou desenhados). Em contexto de sala de aula as escolhas dos grupos deverão ser discutidas e justificadas.

3. Fotografias antigas

Através de fotografias antigas da zona será possível fazer uma comparação entre o ontem e o hoje. Os alunos deverão fazer uma listagem das mudanças observadas e o que isso significou para as pessoas que vivem no local. Poderão ainda discutir acerca dessas mesmas mudanças, se foram benéficas ou não.



**- Roteiro Básico de Observação - Paisagem-**

<b>Principais aspectos a observar</b>	<b>Aspectos descobertos pela observação</b>	<b>Aspectos a pesquisar (dúvidas, curiosidades...)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como se organiza o espaço cultivado?</li> <li>- Quais as espécies florestais dominantes?</li> <li>- Há cursos de água? Quais? (ribeiras, quedas de água...)</li> <li>- Quais são as principais vias de comunicação? (terrestres, fluviais, férreas...)</li> <li>- Há “marcos” na paisagem? Quais? (marcos geodésicos, campanários, uma serra, pontes, árvores centenárias...)</li> <li>- Há diferenças na vegetação em relação à altitude em que te encontras? Quais?</li> <li>- O que gostarias de destacar desta paisagem?</li> </ul>		



Para depois da visita...



### Vamos fazer um herbário?!

#### Sabes o que é?

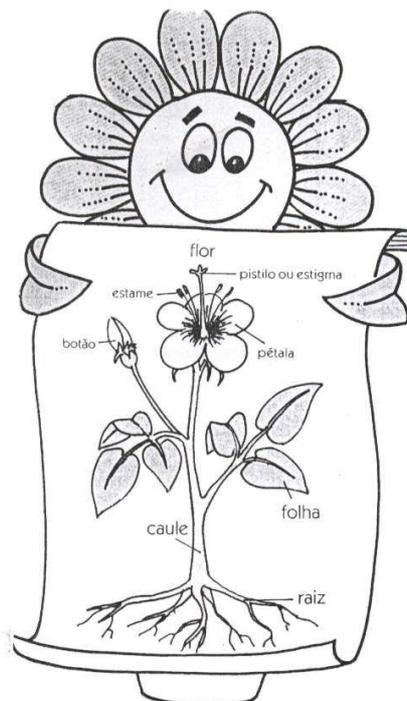
Um herbário é uma colecção de plantas secas - raízes, caules, folhas, flores – para o seu estudo.

#### Antes de começares, eis o que vais precisar:

- das amostras de plantas que recolheste aquando do teu passeio a Monchique;
- Caneta;
- Cartolina;
- Fita Cola ou Agrafador;
- Folhas de Acetato;
- Jornal e
- Pisa-Papéis.

Depois de teres o material, eis as etapas a seguir:

1. Recolha e limpeza das várias partes de uma planta: raiz, caule, folhas e flores, se tiver;
2. Coloca as várias partes entre as folhas de jornal para secarem. Utiliza um peso por cima das folhas de jornal, para as manter pressionadas. Pode ser um pisa-papéis ou um dicionário.
3. Devem ficar assim em repouso no jornal durante algumas dias, para secarem. Depois de secas podes tirá-las do jornal.
4. Fixa as várias partes da planta seca numa folha de cartolina.



Podes colocar parte de uma planta numa folha separada de cartolina ou, se tiveres espaço suficiente, todas as partes na mesma folha. Utiliza fita-cola ou agrafador para as fixar na cartolina.

5. Cobre cada folha de cartolina, correspondente a cada exemplar de uma planta, com uma folha de acetato transparente.
6. Regista em cima de cada folha de cartolina o nome da planta-mãe.
7. Classifica cada uma das partes de uma planta quanto às suas características: forma da raiz, tipo de caule, forma e cor da folha, forma e cor da flor.